

**POLÍTICA E  
CULTURA EM  
EDUCAÇÃO FÍSICA,  
ESPORTE E LAZER**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ  
CAMPUS FORTALEZA

REITOR

**Virgílio Augusto Sales Araripe**

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

**José Wally Mendonça Menezes**

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

**Tássio Francisco Lofti**

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

**Ivam Holanda de Sousa**

PRÓ-REITOR DE ENSINO

**Reuber Saraiva de Santiago**

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

**Zandra Dumaresq**

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS FORTALEZA

**Eduardo Bastos**

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

**Clautistony Pereira do Carmo**

REDE CEDES – NÚCLEO CEARÁ (EQUIPE)

**Andreyson Calixto de Brito**

**Antônio Guilherme da Silva Viana**

**Antonio Ulisses de Sousa Junior**

**Basílio Rommel Almeida Fachine**

**Daniel Pinto Gomes**

**Samara Moura Barreto de Abreu**

BASÍLIO ROMMEL ALMEIDA FECHINE  
ANDREYSON CALIXTO DE BRITO  
ANTONIO ULISSES DE SOUSA JUNIOR  
DANIEL PINTO GOMES  
SAMARA MOURA BARRETO DE ABREU  
O R G A N I Z A D O R E S

# POLÍTICA E CULTURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER



SECRETARIA ESPECIAL DO  
ESPORTE  
MINISTÉRIO DA  
CIDADANIA



IFCE  
Fortaleza | 2020

## **Política e Cultura em Educação Física, Esporte e Lazer**

© 2020 Copyright by Basílio Rommel Almeida Fechine, Andreyson Calixto de Brito, Antonio Ulisses de Sousa Junior, Daniel Pinto Gomes e Samara Moura Barreto de Abreu (Orgs.)

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL  
EFETUADO DEPÓSITO LEGAL NA BIBLIOTECA NACIONAL

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

### **Conselho Editorial**

*Andreyson Calixto de Brito*  
*Antonio Ulisses de Sousa Junior*  
*Basílio Rommel Almeida Fechine*  
*Daniel Pinto Gomes*  
*Samara Moura Barreto de Abreu*

### **Colaboração Técnica**

*Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação – PRPI - IFCE*

**Projeto Gráfico e Capa** | *Carlos Alberto A. Dantas*

**Foto da Capa** | *Sabrina Moura*



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Bibliotecário responsável: Carlos Henrique da Silva Sousa CRB N° 3/1042

P769 Política e cultura em educação física, esporte e lazer / Basílio Rommel Almeida Fechine (Org.) ... [et al.]. - Fortaleza:IFCE, 2020.

256 p. : il. color.

Esta obra é fruto das ações do programa do Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (Rede CEDES/ Núcleo Ceará) da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, através da parceria com professores de educação física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

Inclui referências.

ISBN: 978-85-54263-12-6.

1.Educação Física - Políticas Públicas. 2. Esporte e Lazer - Políticas Públicas. 3.Educação Física – Esporte e Lazer – Programas Sociais. I. Brito, Andreyson Calixto de (Org.). II. Sousa Júnior, Antonio Ulisses de (Org.). III. Gomes, Daniel Pinto (Org.). IV. Abreu, Samara Moura Barreto de (Org.).

CDD 796.07

# Sumário

## **Apresentação | 9**

*Basilio Rommel Almeida Fechine*

*Daniel Pinto Gomes*

## **Prefácio | 11**

*Lino Castellani Filho*

### **PARTE 1**

#### **POLÍTICAS E CULTURA DO ESPORTE E LAZER NO CEARÁ**

#### **Perfil dos secretários de esporte do Ceará: caracterização sociodemográfica, organizacional e funcional dos gestores municipais | 19**

*Basílio Rommel Almeida Fechine*

*Andreyson Calixto de Brito*

*Ângela Nunes da Silva*

*Thaylane Bastos Santos Fechine*

*Samara Moura Barreto de Abreu*

*Márcia de Paula Sousa*

#### **Avaliação da participação popular nas políticas públicas de esporte e lazer do município de Fortaleza no período de 2014 a 2019 | 40**

*Andreyson Calixto de Brito*

*Hyvanna Ribeiro Gomes de Brito*

*Angela Maria Nunes da Silva*

*Maria Janaina Lustosa Souto*

*Basílio Rommel de Almeida Fechine*

*Samara Moura Barreto de Abreu*

**Legislação do esporte no município de Fortaleza:  
grupos de pressão, sistemas de crenças e os limites da  
atuação parlamentar | 59**

Daniel Pinto Gomes

Valmir Arruda de Sousa Neto

Odilon Monteiro da Silva Neto

Roberto Marcelino Gama

**Políticas públicas de esporte e lazer: instalações,  
equipamentos e práticas desportivas no município de  
Fortaleza/CE | 81**

Basílio Rommel Almeida Fechine

Antonio Ulisses de Sousa Junior

Andreyson Calixto de Brito

Nathalie Dias Maciel

**O legado do PELC nos sertões de Canindé | 108**

Nilson Vieira Pinto

Patrícia Ribeiro Feitosa Lima

**Políticas públicas de esporte e lazer no Ceará:  
uma análise a partir da experiência do Projeto  
Areninhas | 121**

Eduardo de Lima Melo

Pedro Fernando Avalone Athayde

**Práticas de atividade física e lazer destinadas ao  
público idoso no município de Canindé/CE | 143**

Basílio Rommel Almeida Fechine

Andreyson Calixto de Brito

Samara Moura Barreto de Abreu

Elídia Coelho Bié

Thaylane Bastos Santos Fechine

**Projetos sociais desenvolvidos com a prática da capoeira, na cidade de Fortaleza/CE | 161**

Antônio Wagner da Silva Freitas  
Hyvanna Ribeiro Gomes de Brito  
Samara Moura Barreto de Abreu  
Basílio Rommel Almeida Fechine  
Andreyson Calixto de Brito

**PARTE 2**  
**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**Embates na cultura corporal: história e projeto político | 181**

Andreia Pagani Maranhão;  
Niágara Vieira Soares Cunha

**Atos de currículo e política de educação física no IFCE: resistência, reexistência e ressurgência | 200**

Samara Moura Barreto de Abreu  
Cesar Augusto Sadalla Pinto

***I have a dream: discutindo relações étnico-raciais, educação física e esporte | 213***

Arliene Stephanie Menezes Pereira  
Eduardo Vinícius Mota e Silva

**Contribuição do professor de Educação Física na gestão escolar em escolas públicas em Recife/PE | 233**

Maria Caroline de Amorim Ramos  
Esdras Henrique Rangel de Melo  
Vilde Gomes de Menezes

**Sobre os Autores | 253**



# Apresentação

Este livro intitulado Política e Cultura em Educação Física, Esporte e Lazer é fruto de ações do Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer, REDE CEDES/ Núcleo Ceará, via ação programática da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania. O “núcleo” conta originalmente com professores de educação física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), que buscaram firmar parcerias com pesquisadores de outras instituições, ligados a laboratórios, grupos de pesquisa, cursos de graduação e programas de pós-graduação no Centro Universitário Inta (UNINTA), Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Universidade de Brasília (UNB) e do próprio IFCE, além de colaboradores na Secretaria de Juventude do Estado do Ceará (SEJUV), tendo como objetivo apresentar estudos teóricos, metodológicos e práticos de compreensão e delineamento das políticas, programas e projetos sociais no campo da Educação Física, Esporte e Lazer. Estudos que analisam a Educação Física, o esporte e o lazer através das diferenças de classe, das relações étnico-raciais, do sentido estético, do consumo e produção de sua diversidade cultural.

Basilio Rommel Almeida Fechine  
Daniel Pinto Gomes



# Prefácio



*ndreyson Calixto de Brito, Antônio Ulisses Junior, Basílio Rommel Almeida Fechine, Daniel Pinto Gomes e Samara Moura Barreto de Abreu, organizadores do livro que ora, envaidecido e honrado, prefacio, nos presenteiam com uma coletânea de artigos elaborados por docentes de instituições de ensino superior que possuem dentre seus interesses de intervenção profissional, estudos e pesquisas, o universo das políticas públicas em educação/educação física, esporte e lazer.*

Assim como em outros setores da vida social brasileira, foi ao apagar das luzes da presença militar à frente dos destinos da vida social e política brasileira – estou me reportando ao final da década de 1970 e início da década de 1980 – que se avivou na área acadêmica “*Educação Física*”, àquela altura dando seus primeiros sinais de vida, o interesse por estudos no campo das políticas públicas. É dessa época o hoje conhecido como *Movimento Renovador da Educação Física*, que em linhas gerais colocou em xeque a relação paradigmática da educação física com o parâmetro da aptidão física, abrindo as portas para a de índole histórico-social permissionária de estudos como os encontrados nessa coletânea.

Foi no advento do primeiro processo eleitoral para presidência da República brasileira no período pós-ditadura, que o interesse em saber das propostas dos candidatos para a área da educação/educação física, do esporte e do lazer ganhou destaque junto a comunidade acadêmica da Educação Física/Ciências do Esporte.

Não que no Governo Sarney (1985/89), conhecido como *Nova República*, nada tivesse acontecido nesse setor de políti-

cas públicas, muito pelo contrário. É desse período a constituição, pelo Ministro da Educação, Marco Maciel, de *comissões de notáveis* para traçar rumos para os distintos setores das políticas públicas brasileiras. Da comissão constituída para balizar as ações no campo do esporte/lazer brasileiros, presidida pelo militar da reserva (Capitão-de-Fragata) e professor de educação física Manoel José Gomes Tubino – que também à época assumira a presidência do *Conselho Nacional dos Desportos*, CND e, bem ao final daquele Governo, a *Secretaria de Educação Física e Desportos* – SEED/MEC -, saiu o documento “*Esporte – Questão de Estado*”, referência única, arrisco dizer, para a formulação do capítulo “*Do Desporto*” da Carta Magna brasileira de 1988.

Todavia, não se pode atribuir ao campo acadêmico da Educação Física as ações mencionadas, e sim ao livre trânsito do referido professor junto ao Governo eleito à revelia da participação popular.

No próprio período militar, em 1969, outro professor de educação física com passagem pela caserna, Lamartine Pereira da Costa, foi incumbido de coordenar a realização do *Diagnóstico da Educação Física*, tornado público em 1971.

Se avançarmos um pouco mais na linha do tempo, mas sem nos afastarmos da presença militar à frente do destino brasileiro, nos depararemos com a lei que instituiu normas gerais sobre o esporte nacional, Lei nº 6251 de 1975, regulamentada dois anos depois pelo Decreto nº 80228.

Se, ao contrário, recuarmos no tempo, iremos encontrar, também em período de governo de exceção – Estado Novo -, o Decreto-lei nº 3.199, promulgado em 1941, voltado à disciplina- rização do campo esportivo, segundo expressão utilizada na exposição de motivos daquele documento legal, pelo ministro da justiça à época, João Lyra Filho.

Com o estado democrático de direito voltando a nortear o ordenamento societário brasileiro e, em especial, com a configuração de governos municipais e estaduais de natureza

progressista, popular-democrático, viu-se o desenvolver do interesse nos estudos de políticas e gestão públicas de educação/educação física, esporte e lazer por parte da comunidade acadêmica vinculada – não só, mas preponderantemente – à Educação Física.

Grupos de estudos e pesquisas se multiplicaram a olhos vistos, e sociedades científicas – como é o caso do *Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*, CBCE – se constituíram espaços privilegiados de produção e difusão de conhecimento sobre o tema em questão.

Pois foi na conjunção das ações e simetria dos interesses presentes na área acadêmica e no setor progressista da gestão pública de educação/educação física, esporte e lazer que pude viver momento especialíssimo em minha vida profissional, quando me vi na condição de *Secretário Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer*, junto ao Ministério do Esporte, por ocasião do primeiro Governo do presidente Lula.

Foi naquela ocasião que pude coordenar seletivo grupo responsável pela elaboração e desenvolvimento do programa orçamentário “*Esporte e Lazer Da Cidade*”, que continha como um de seus projetos o da “*Rede Cedes – Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer*”. Não cabe aqui estender-me sobre sua gênese e razão de ser, até porque já tive oportunidade de fazê-lo em outras ocasiões.

Fato é ser a *Rede Cedes* que fornece as condições objetivas para a publicização dos trabalhos presentes na maioria dos capítulos configurativos desta coletânea que guarda, ainda, a singularidade de se constituir de estudos e pesquisas desenvolvidas por docentes pesquisadores vinculados a instituições nordestinas de educação superior, predominantemente, mas não exclusivamente, cearenses.

Falo do nordeste e me recorro ter sido o Rio Grande do Norte e sua capital, Natal, o anfitrião em setembro próximo passado, da XXI versão do *Congresso Brasileiro de Ciências do*

*Esporte, Conbrace*, organizado pelo CBCE nos anos ímpares e ininterruptamente, desde 1979.

Falo do nordeste e não deixo de pensar ser o Ceará quem, ao lado de outros Estados nordestinos, se apresenta, neste atual momento, como não coadunado aos desmandos que grassam dia sim, outro também, das ações emanadas do Governo Federal que, ainda não esgotado seu primeiro ano de gestão, dá mostras incontestes das suas intenções – já traduzidas em ações – de seguir com os ataques aos direitos sociais dos brasileiros e brasileiras, iniciados pelo seu antecessor, fruto, como ele, de golpe ao estado democrático de direito brasileiro, anunciado tão logo divulgado o resultado do pleito eleitoral à presidência da república, em 2014, e concluído com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Ceará que, de forma semelhante àquela presente (não só) no Maranhão e Rio Grande do Norte, dá mostras incontestes de ter deixado para trás sua história preta de evocações à famigerada tradição coronelista, tão presente na cultura política brasileira.

Sim! Hoje, mais do que nunca, somos todos nordestinos!

Em muita boa hora, pois, este livro é trazido ao conhecimento tanto da comunidade acadêmica estudiosa do tema, quanto daqueles que possuem na gestão pública da educação física, esporte e lazer seu espaço de intervenção profissional.

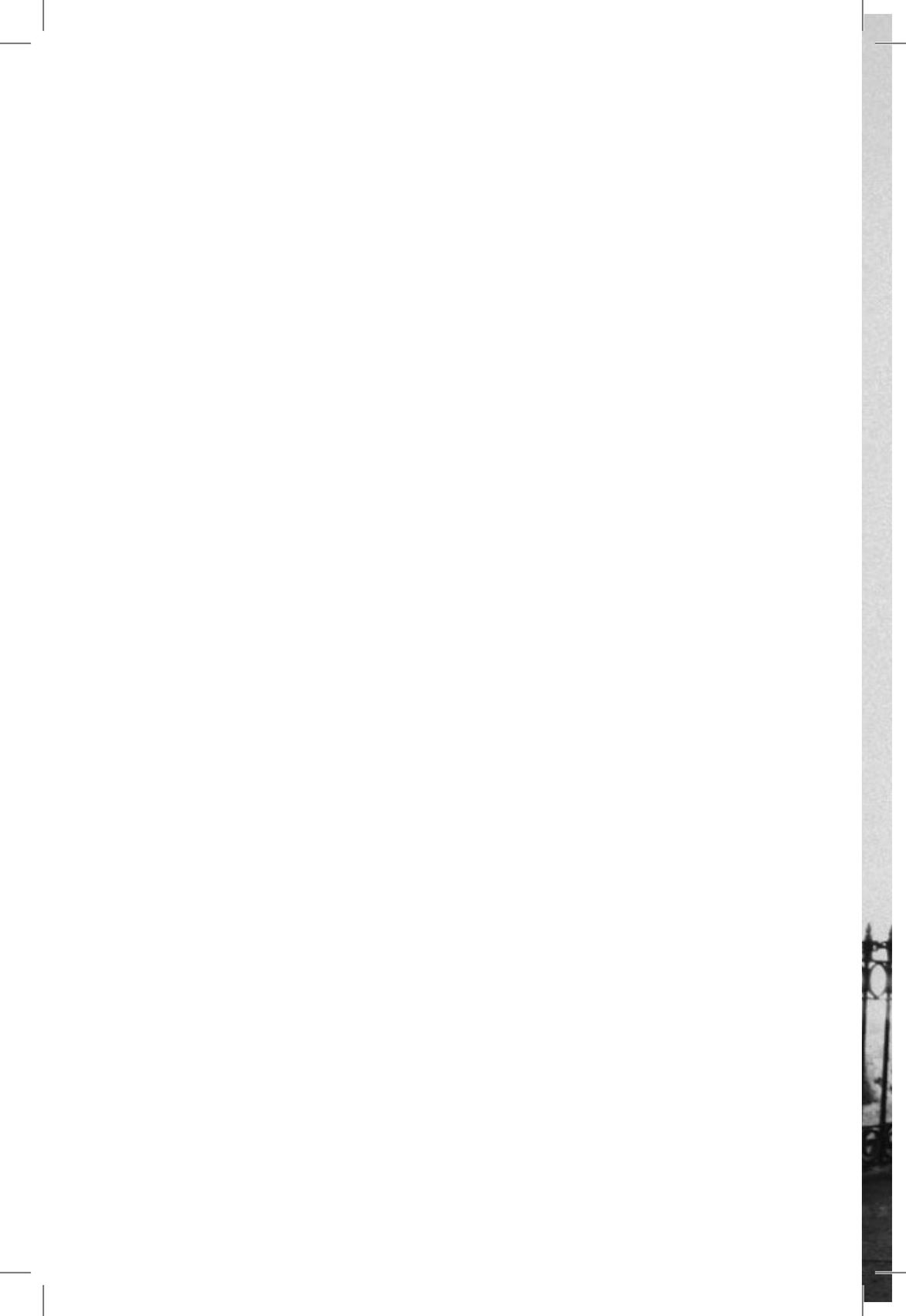
Como traduz em seu título (*“Política e Cultura em Educação Física, Esporte e Lazer”*) e em ementa (*“Relação com estudos teóricos, metodológicos e práticos de compreensão e delineamento das políticas, programas e projetos sociais no campo da educação física, esporte e lazer; Análise da educação física, do esporte e do lazer através das diferenças de classe, das relações étnico-raciais, do sentido estético, do consumo e produção de sua diversidade cultural”*), mapeia com lucidez os caminhos trilhados pelas mencionadas políticas públicas, como também sinaliza para os que carecem ser abertos para dotar o povo nordestino – cearense

em particular -, de condições de acesso, de fato, a essas práticas sociais.

Em tempos de militarização da sociedade brasileira, de políticas educacionais caricatas, de índole privatista, e das esportivas e de lazer rebaixadas ao nível de *secretaria especial*, e das *Forças no Esporte* ganhando vulto, os olhares dos que se opõem às nuvens cinzentas que pairam em Brasília, desejosas de se espriarem por nosso território, voltam-se para céus arejados por sentimentos e vontade política de tratarem a educação/educação física, o esporte e o lazer como direitos sociais voltados a fazer deste nosso país, terra irrigada por sementes de justiça social.

Campinas, SP, Unicamp, Dezembro de 2019.

*Lino Castellani Filho*



**Parte 1**

Políticas e Cultura  
do Esporte e Lazer  
no Ceará





# Perfil dos secretários de esporte do Ceará: caracterização sociodemográfica, organizacional e funcional dos gestores municipais

Basilio Rommel Almeida Fechine

Andreyson Calixto de Brito

Ângela Nunes da Silva

Thaylane Bastos Santos Fechine

Samara Moura Barreto de Abreu

Márcia de Paula Sousa

## Introdução

É identificável que o sistema político e toda conjuntura executiva dos governos municipais, estaduais, ou federal possuem importância significativa para sociedade, captando demandas de diferentes estratificações da população e apontando soluções (ou não) via aplicações gerenciais, que resultarão em operacionalidade técnica, ou seja, políticas públicas.

Dentre estas instituições governamentais, destacam-se as secretarias, ou coordenadorias, como setores específicos encarregados por ações de curto, médio, ou longo prazo, para uma parcela expressiva de pessoas, principalmente as Secretarias de Educação; Saúde; Segurança; Economia; Trabalho; e Esporte. A última, envolvendo o desporto, como um fenômeno mundial (PIRES, 2005; MAZZEI; ROCCO JÚNIOR, 2017), pelo número de participantes, destaque na mídia, orçamento e, megaeventos envolvidos.

Todas essas pastas possuem (deveriam possuir) uma sistemática e *expertise/filosofia* própria, que necessitam de qualificação contínua para a tomada de decisões focais e de longo prazo. Constituem ações que vão além da própria política, convergindo conhecimentos técnicos administrativos que caminhem transversalmente com outras áreas processuais do saber, como as de sociologia, finanças, gestão de projetos, recursos humanos, marketing, etc.

Compreender esses processos gerenciais e seu atrelamento às atividades cotidianas de um secretário/coordenador demandam tempo, eficiência e transparência, pois envolve, antes de tudo, conhecimento de suas organizações funcionais e atividades político-administrativas, o que exige avaliação pela sociedade (ou suas entidades), ou pelos órgãos especializados.

Na Gestão do Desporto, alguns estudos relatam que o gestor desportivo está intrincado em inúmeras atribuições, devendo ser dotados de habilidades e competências exigidas pelo ofício do cargo, ou seja, ao seu cotidiano administrativo (QUINAUD et al. 2019). Os que nos leva a outra reflexão, já enfatizada há mais de uma década, de que o desporto e sua gestão mantêm processos em plena evolução emaranhados em um enorme espaço de intervenção social. Dessa maneira, ao conceituá-lo, deve-se atentar para seis questões vitais: Polissemia; Dimensão híbrida; Tecnologia específica; Contextualização; Nível de intervenção; e Âmbito de intervenção (PIRES; LOPES, 2001).

Tendo em vista essa diversidade conceitual e evolução constante quanto à compreensão das habilidades e competências, o objetivo deste estudo é caracterizar o perfil dos secretários de esporte municipais de 17 cidades do Estado do Ceará, identificando a situação sociodemográfica, organizacional e funcional desses gestores.

## 1 Procedimentos metodológicos

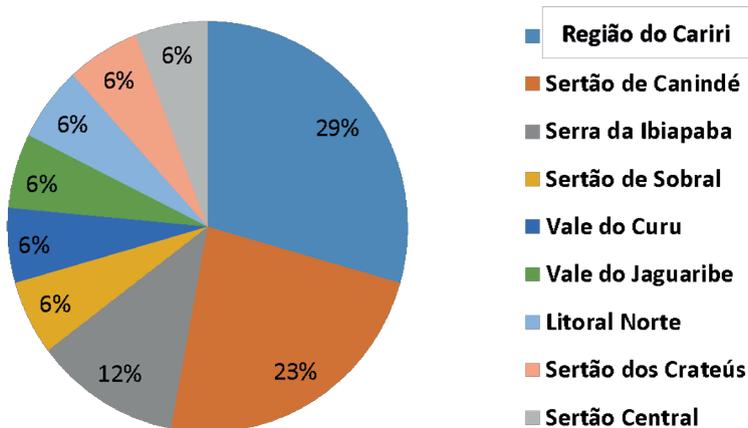
A metodologia utilizada teve como parâmetro norteador uma investigação quantitativa, e como base um estudo descritivo e exploratório. Com a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, o intuito foi descrever as características determinantes do objeto da pesquisa, com o emprego de questionário aberto e fechado, e feedback dos investigados ao final da recolha do instrumental.

A amostra foi composta, portanto por 17 secretários municipais do estado do Ceará, consultados no período de 2016 a 2019, divididos regionalmente, conforme Quadro 1, e Gráfico 1.

<b>Municípios</b>	<b>Mesorregiões</b>	<b>Municípios</b>	<b>Mesorregiões</b>
1.Abaiara	Região do Cariri	10.Jardim	Região do Cariri
2.Ararendá	Região do Sertão dos Crateús	11.Juazeiro do Norte	Região do Cariri
3.Barro	Região do Cariri	12.Jaguaretama	Região do Vale do Jaguaribe
4.BoaViagem	Região do Sertão de Canindé	13.Madalena	Região do Sertão Central
5.Canindé	Região do Sertão de Canindé	14.Mauriti	Região do Cariri
6.Carnaubal	Região da Serra da Ibiapaba	15.Morrinhos	Região do Litoral Norte
7.Groaíras	Região do Sertão de Sobral	16.Paramoti	Região do Sertão de Canindé
8.Irauçuba	Região do Litoral Oeste/Vale do Curu Região do Sertão de Canindé	17.Ubajara	Região da Serra da Ibiapaba
9.Itatira			

**Fonte:** Dados da pesquisa.

**Gráfico 1** – Distribuição percentual dos municípios nas mesor-regiões estaduais



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário elaborado pela equipe da Rede Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (Cedes) com as variáveis: aspectos sociodemográficos; organização e gestão; funções e atividades do gestor desportivo; participação popular; e instalações de equipamentos de esporte e lazer. O instrumento foi aplicado logicamente em três fases (interdependentes):

**Fase 1** – Envio do questionário via link “google docs drive”, para ser ativado e respondido, por e-mail, a todas as Secretarias Municipais de Esporte do estado. Acompanhado de carta de apresentação e objetivos da pesquisa, entretanto, nenhum secretário de esporte respondeu a tal instrumento no formato on-line, condicionando a construção das fases 2 e 3;

**Fase 2** – Aplicação in loco dos questionários via pesquisadores bolsistas nas Secretarias Municipais de Esporte, nos seguintes municípios: Boa Viagem, Canindé, Itatira, Madalena, Paramoti e Caridade (regiões circunvizinhas à sede da Rede Cedes Ceará – Núcleo 2, Canindé);

**Fase 3** – Aplicação na sede da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), com os seguintes municípios participantes: Abaiara, Ararendá, Barro, Carnaubal, Groáiras, Irauçuba, Jardim, Juazeiro do Norte, Jaguaratama, Mauriti, Morrinhos, Ubajara. A aplicação do instrumento aconteceu logo após o Evento sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer, que contou com a presença de secretários de esportes do estado do Ceará e com palestrantes da Rede Cedes Ceará – Núcleo 1, Fortaleza.

Na pesquisa, foram utilizadas apenas as variáveis dos questionários pertinentes aos dados: Sociodemográficos; organização e gestão; funções e atividades do gestor desportivo.

As variáveis participação popular e instalações de equipamentos de esporte e lazer, serão fruto de análise de pesquisadores da equipe e comporão capítulos e artigos de livros, cartilhas e artigos da Rede Cedes.

Com a metodologia adotada, foi possível identificar a realidade sociodemográfica no âmbito da gestão, e caracterizar o nível de formação; temporalidade na pasta; organização; e funções laborais. Para a interpretação estatística das variáveis, os dados foram tabulados e analisados no programa Microsoft Office Excel 2018. Na análise descritiva, foram utilizadas a frequência, porcentagem, média e o desvio-padrão.

## **2 Resultados e discussão**

A descrição dos resultados está organizada em tópicos, conforme as seguintes variáveis:

- Dados sociodemográficos;
- Dados da organização e gestão;
- Funções e atividades do gestor desportivo.

## 2.1 Dados sociodemográficos

A análise dos dados sociodemográficos contemplou variáveis quanto ao sexo; idade; escolaridade; estado civil; curso superior; pós-graduação; naturalidade; tempo de atuação (Tabela 2).

**Tabela 2** – Dados sociodemográficos dos secretários

<b>Gênero</b>	
Masculino	89% (39)
Feminino	11% (5)
<b>Idade</b>	
20 a 25	6% (1)
26 a 30	18% (3)
31 a 40	29% (5)
41 a 45	18% (3)
46 a 55	23% (4)
56 a 60	6% (1)
<b>Estado Civil</b>	
Casado	71% (12)
Solteiro	29% (5)
<b>Curso Superior</b>	
Sim	76% (13)
Não	24% (4)
<b>Pós-graduação</b>	
Sim	53% (9)
Não	47% (8)
<b>Tempo de Atuação</b>	
<1 ano	12% (2)
1 a 2 anos	65% (11)
3 a 6 anos	17% (3)
6 a 8 anos	6% (1)
<b>Natural do Município onde Exerce o Cargo</b>	
Sim	76% (13)
Não	12% (2)
Não declarou	12% (2)

**Fonte:** Dados da pesquisa.

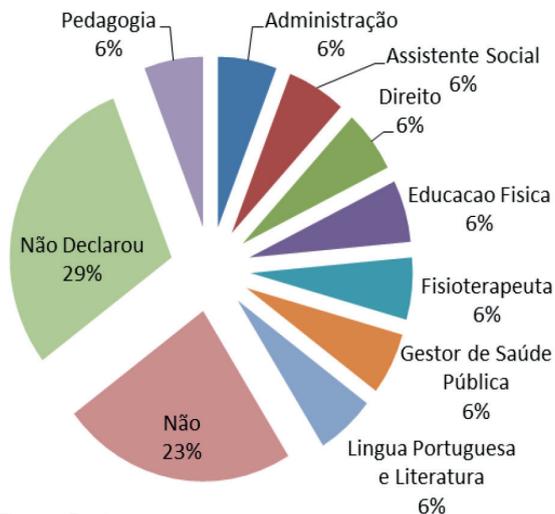
Os dados da Tabela 2 revelam um retrato sociodemográfico sobre os secretários municipais. A maioria é natural da cidade em que ocupa o cargo (76%); é do sexo masculino (89%) e classifica-se na faixa etária entre 31 a 40 anos (29%). Importante destacar que, na maioria, os agentes são casados (71%) e tem curso superior (76%). Metade deles tem cursos de pós-graduação (53%) e 65% apresenta de 1 a 2 anos atuando na função.

Barros Filho et al. (2013), em estudo de revisão de literatura tendo como base uma coletânea de pesquisas (oito artigos originais; um artigo de revisão; duas dissertações de mestrado; e um Trabalho de Conclusão de Curso – TCC) sobre o perfil do gestor, indicou ser do gênero masculino e ter pouca experiência no cargo e formação em educação física são características dos gestores públicos de esporte, no Brasil, dados que variam quanto às suas especificidades metodológicas e laborais públicas ou privadas.

Karnas (2013) acompanha os resultados antes apresentados coadunando com nossos achados quanto aos quesitos gênero, tempo de atuação e formação, para secretários municipais.

Zanatta et al. (2018), com o objetivo de analisar os perfis dos gestores esportivos brasileiros de diversos segmentos apresentados pela literatura, no período de 1980 a 2016, também os retratou como do gênero masculino; com idade média de 42 anos; formação predominante em educação física e administração; e tempo de experiência máximo de 14 anos, como os principais resultados, corroborando com os nossos resultados, quanto às variáveis gênero e formação de ensino superior. Nesse último, as graduações dos secretários do estado do Ceará apresentaram um quadro de heterogeneidade, com oito cursos com a mesma equidade percentual, dentre elas, educação física (6%) e administração (6%). Os Gráficos 2 e 3 apresentam a distribuição de cursos de graduação e pós-graduação dos respectivos gestores.

## Gráfico 2 – Cursos de graduação



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que não há prevalência de um curso superior sobre outro. Porém, observa-se pequena superioridade das ciências humanas, quando comparada às ciências exatas e à saúde, respectivamente:

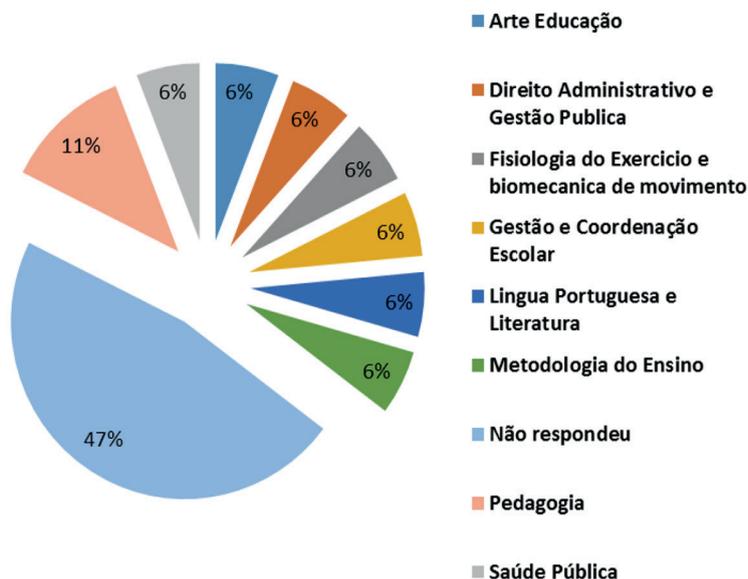
- Humanas: Assistência social (6%), Direito (6%), Língua portuguesa (6%), Pedagogia (6%);
- Exatas: Administração (6%) e Gestor público em saúde (6%);
- Saúde: Educação física (6%), Fisioterapia (6%).

Ressalta-se que o nível de instrução e formação do gestor do desporto é um importante preditor para que as políticas públicas de formação e capacitação sejam desenvolvidas (ME-NEZES, 2009).

Cruz (2017), ao acompanhar o percurso de quatro gestores de desporto, relata que o sucesso de cada um está intrínseco à formação acadêmica, não diferindo quanto à sua especificidade e ao

investimento em qualificações, como especializações, ponto que nos leva a refletir ainda mais sobre que caminho seguir para compreender esse percurso de qualificação acadêmica. O Gráfico 3 traz os cursos de pós-graduação mais indicados pelos gestores.

**Gráfico 3** – Cursos de pós-graduação dos gestores



**Fonte:** Dados da Pesquisa.

Destacamos, na referida variável, os cursos de pós-graduação em Arte-educação Fisiologia do exercício/Biomecânica, Gestão e coordenação escolar, Direito administrativo/Gestão pública, Língua portuguesa, Metodologia do ensino, apresentando 6% da indicação, com prevalência da Licenciatura em Pedagogia (11%). Dados que percorrem, como na formação em nível de graduação, as Ciências Humanas, Exatas e da Saúde, pela heterogeneidade de ramificações do conhecimento.

Entretanto, pela não especificidade indicada nos cursos de pós-graduação, os resultados induzem a entender que os

cursos do Direito Administrativo e da Gestão Pública apontados aproximam-se como um contributo maior de qualificação para possíveis demandas que a secretaria pode exigir em suas atividades diárias de gerência.

Gomes, Sarmento e Mulatinho (2014) esclarecem que o gestor deve ter qualificação em Educação física e, específica, na área da Gestão/administração, mas flexível quanto ao uso (combinação), adaptando-se perante a necessidade operacional demandada pelo trabalho.

## 2.2 Dados da organização e gestão

Para os dados da organização da gestão, apresentamos as variáveis quanto à natureza da secretaria, ações da entidade, cargo exercido, tempo de atuação, ocupação do cargo, filiação partidária, cargos, além da gestão, conforme a Tabela 3,

**Tabela 3** – Secretários e organização da gestão

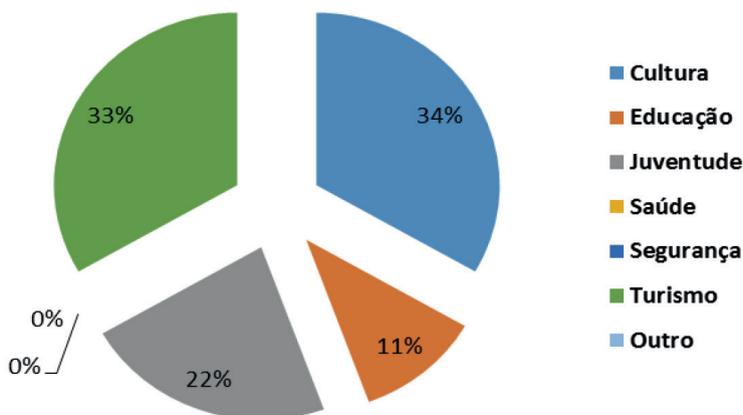
<b>Município possui secretaria específica</b>	
Sim	65% (11)
Não	35% (6)
<b>Ações da secretaria</b>	
Esporte- Educação	31% (5)
Esporte-Participação/Lazer	53% (9)
Rendimento	16% (3)
<b>Cargo exercido na gestão</b>	
Secretário	94% (16)
Coordenador	6% (1)
<b>Ocupação do cargo</b>	
Eleição	6% (1)
Indicação da comunidade	65% (11)
Indicação política	29% (5)
<b>Filiação partidária</b>	
Sim	71% (12)
Não	29% (5)
<b>Exerce algum cargo, além da gestão</b>	
Sim	65% (11)
Não	35% (6)

**Fonte:** Dados da pesquisa.

A Tabela 3 apresenta dados vitais para o funcionamento e a organização gerencial. Dos gestores analisados, 94% exercem o cargo de secretário. Corroborando, aqui, com o estudo de Karnas (2013), que apresentou gestores municipais exercendo função de secretários, coordenadores ou diretores de esporte.

Do total investigado, 35% relatou não apresentar secretaria própria, ou seja, estão ligados a outras pastas gerenciais. O que pode ocasionar, eventualmente, desempenho não satisfatório em assuntos pertinentes ao desporto e lazer. O Gráfico 4 descreve as secretarias de esportes subordinadas a outras secretarias.

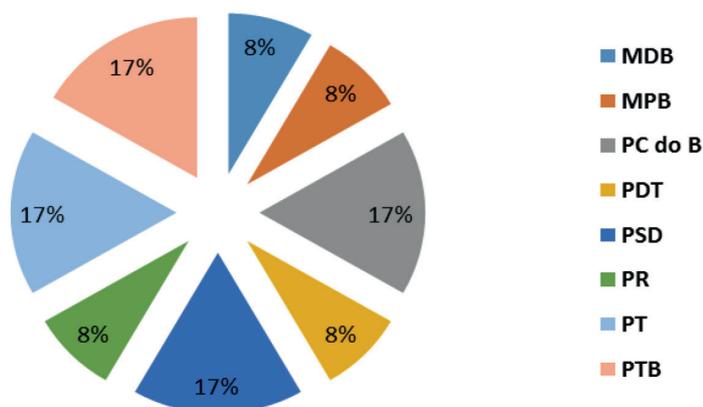
**Gráfico 4 – Secretarias subordinadas**



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Um total de 71% de gestores apresentou filiação partidária (Gráfico 5). Quando investigados sobre como se deu a indicação para a ocupação do cargo, 65% relataram ser condicionados pela comunidade. Com indicações partidárias ocupando um total de 29%. Das manifestações desportivas, 53% das ações do município são desenvolvidas visando a atividades ligadas ao Desporto/Participação/Lazer.

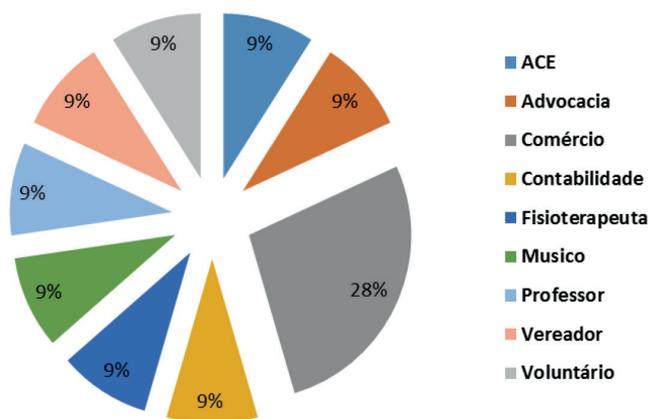
**Gráfico 5 – Filiação partidária**



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Os gestores analisados revelaram também ocupar outras funções empregatícias, além da pasta administrativa pública. O Gráfico 6 descreve os ramos de atividade indicados.

**Gráfico 6 – Funções empregatícias, além do cargo de gestão**



**Fonte:** Dados da pesquisa.

## 2.3 Funções e atividades do gestor

Para os dados das funções exercidas pelo gestor, apresentamos as variáveis relativas às Funções desempenhadas; Colaboradores; Comunicação; Tomada de decisão; Concentração de tempo (Tabela 4).

<b>Tabela 4 – Secretários – funções desempenhadas pelo gestor</b>	
<b>Funções indicadas (múltipla escolha)</b>	
Planejamento	23% (4)
Organização	35% (6)
Coordenação e direção	29% (5)
Controle e avaliação	11% (2)
<b>Colaboradores integrados à secretaria</b>	
1 colaborador	23% (4)
2 a 5 colaboradores	53% (9)
11 a 20 colaboradores	6% (1)
>20 colaboradores	18% (3)
<b>Comunicação da secretaria (múltipla escolha)</b>	
Telefone	23%
Internet (e-mail)	16%
Internet	28%
Cartas/ofícios	12%
Imprensa	7%
Pessoal	14%
Outros: Rádio	0%
<b>Tomada de decisão</b>	
Autônoma	7% (1)
Dependente de gestão maior	72% (12)
Dependente de colegiado de colaboradores	21% (4)
Dependente da comunidade	0%
<b>Área de maior concentração de tempo (múltipla escolha)</b>	
Administração	35% (6)
Gestão de eventos	24% (4)
Gestão financeira	12% (2)
Gestão de instalações desportivas	12% (2)
Gestão de projetos	12% (2)
Outros	5% (1)

**Fontes:** Dados da pesquisa.

Das Secretarias/Coordenações de Esportes dos municípios investigados, 35% e 29% relataram, respectivamente, que as questões estratégicas de organização da pasta e a coordenação da equipe de trabalho estão entre as principais funções desempenhadas no gerenciamento do setor. Nos formatos de comunicação interno e externo utilizados pelos secretários com os colaboradores, parceiros e a comunidade que usufrui das atividades, prevaleceram a internet (28%) e o telefone (23%) como os principais veículos de divulgação. Contudo, 72% desses gestores afirmam que a tomada de decisão é dependente de um gestor maior e 21% depende de uma decisão conjunta com o colegiado de colaboradores.

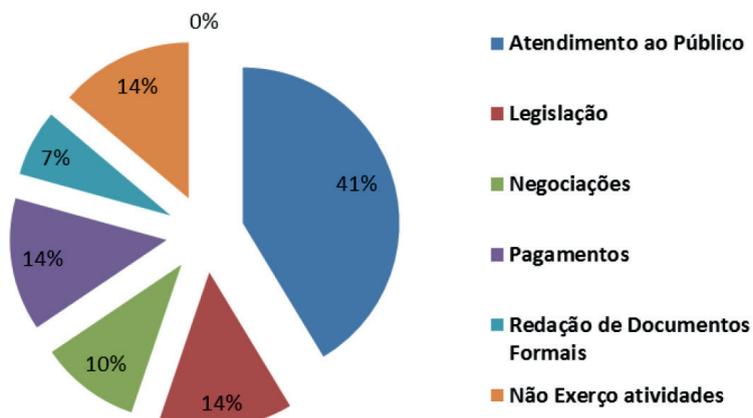
Algumas pesquisas sobre o perfil do gestor coadunam com algumas variáveis apontadas pelos gestores, neste estudo, pois indicam que as competências e as funções mais valorizadas no desempenho gerencial são as atividades de planejamento, gestão de recursos, liderança, marketing, controle e coordenação de equipes (JOAQUIM, BATISTA, CARVALHO 2011; CÁRDENAS, FEUERSCHÜTTE 2014).

Karnas (2013), em sua pesquisa com gestores esportivos de municípios do Rio Grande do Sul, identificou que esses administradores, além de desempenharem funções de secretários/coordenadores/diretores, também exerciam atividades relacionadas ao planejamento, à coordenação, direção e organização, corroborando com os resultados do nosso estudo em terras cearenses.

Dentre as atividades realizadas pela secretaria/coordenação, 35% indicaram ser a administração do setor e a gestão de eventos (24%) as principais áreas de concentração de tempo e complexidade laboral. Seguidas, respectivamente, de gestão de projetos (12%); gestão de instalações esportivas (12%); e gestão financeira (12%). Os Gráficos 7, 8, 9, 10 e 11 ramificam cada uma dessas atividades, em pautas realizadas dentro de cada segmento de atividade, separadamente, com os 17 gestores, em

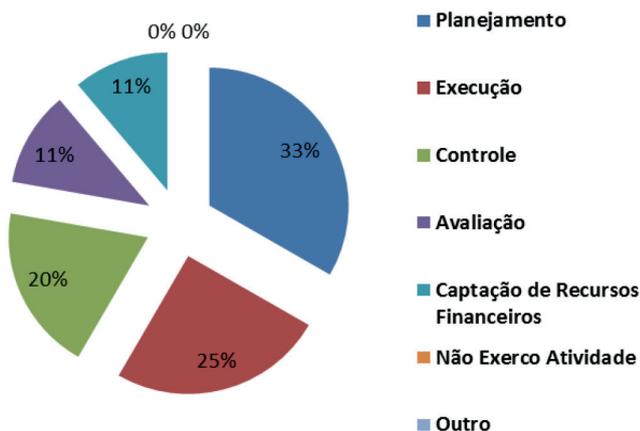
novas caracterizações e resultados sobre a concentração do tempo.

**Gráfico 7** – Atividades realizadas dentro da administração da secretaria



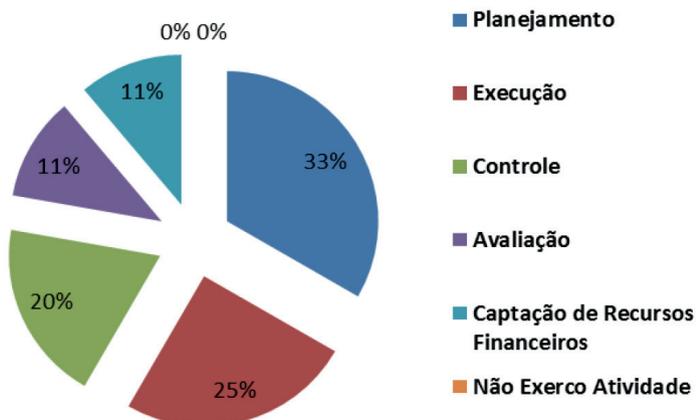
**Fonte:** Dados da pesquisa.

**Gráfico 8** – Atividades realizadas na gestão de eventos



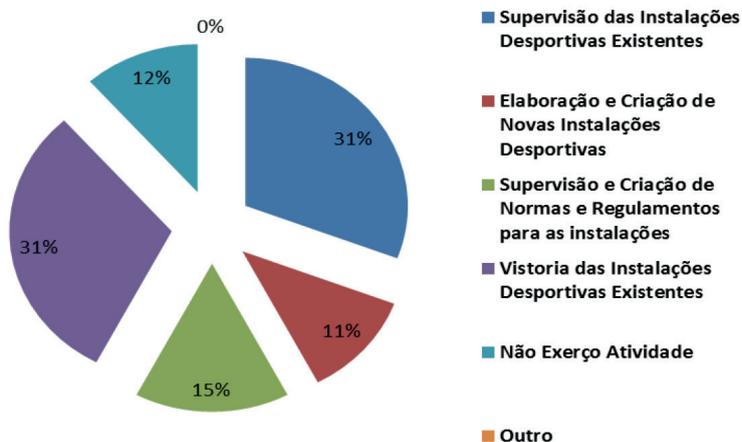
**Fonte:** dados da pesquisa.

**Gráfico 9** – Atividades realizadas na gestão financeira



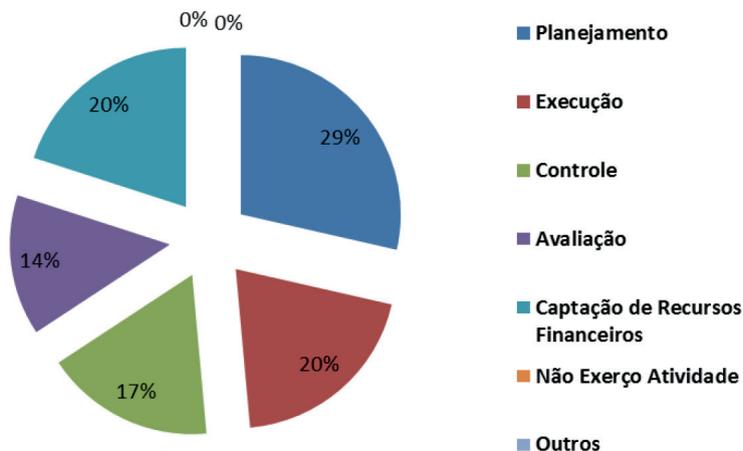
**Fonte:** Dados da pesquisa.

**Gráfico 10** – Atividades realizadas na gestão de instalações esportivas



**Fonte:** Dados da pesquisa.

**Gráfico 11** – Atividades realizadas na Gestão de Projetos



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Aos dados indicados pelos gestores cearenses, o estudo de Valente (2011) corrobora e acrescenta que as principais funções de um gestor do esporte são da execução de atividades de planejamento, organização, controle e execução operacionais. Reverberando para outras necessidades geracionais de competências intrincadas aos ramos da comunicação, marketing, liderança, legislação e recursos humanos. Cárdenas et al. (2017) acrescentam que a ausência de experiência do gestor; a falta de determinados conhecimentos (graduação e pós-graduação); o acúmulo de funções (planejamento, coordenação, controle, avaliação, execução); o relacionamento com pessoas; e a captação de recursos (humanos e financeiros) para a organização, como algumas das variáveis indicadas a desafiar a atuação dos gestores esportivos.

Em suma, os dados desta pesquisa, coadunados aos achados de outros estudos, revelam uma diversidade de atividades, combinadas a funções estratégicas e operacionais executadas pelos secretários. O que, na prática, permite ao gestor participar de todas as etapas do processo administrativo, com um olhar

subjetivado e objetivado sobre as fases burocráticas das ações. Contudo, podendo acarretar, em médio e longo prazos, sobrecarga na função, o que prejudicaria o desempenho gerencial.

Consideradas as competências e habilidades apontadas pelos gestores, apontamos para uma reflexão sobre o cuidado para o não acúmulo exagerado dos processos de criação, produção e execução das políticas públicas de esporte e lazer em um único representante institucional. Possuir colaboradores com características multidisciplinares é essencial para o sucesso da secretaria ou pasta executiva.

A compilação final dos resultados apontados nesta pesquisa segue no diagrama da Figura 1, com os principais resultados encontrados.

**Figura 1** – Resultados sociodemográficos, organização da gestão e atividades dos secretários



Fonte: Autor, com dados da pesquisa.

## Conclusão

Este estudo teve como objetivo analisar os perfis dos secretários municipais de esporte de 17 cidades do Estado do Ceará via três matrizes de investigação, respectivamente compostas de dados sociodemográficos; da organização da gestão; e as funções/atividades desenvolvidas pelo gestor.

O questionário aplicado evidenciou que os gestores cearense apresentaram-se, na maioria, como do sexo masculino,

com idade média compreendida entre 31 a 40 anos, casados, com curso superior de graduação/pós-graduação e naturais do município gerenciado. Com secretarias de esporte específicas e ocupando o cargo maior de secretário, filiados partidariamente e indicados pela comunidade para o exercício da função. Quanto a essa variável, indicaram ocupar a função de organização da pasta, com atividades laborais principais de administração do setor; com tomadas de decisões subordinadas à hierarquia maior (prefeito/secretário) e divulgação de suas ações veiculadas especialmente via internet.

Os resultados analisados apontam para a necessidade da inclusão da mulher, no campo da gestão municipal do desporto, via criação de alguma política pública que fomente a valorização do sexo feminino. Projetos sociais devem existir como fortalecimento ao referido público, apontando para uma tríade de disseminação desses valores, que se inicie no ambiente familiar, percorrendo a escola e alicerçando-se no campo acadêmico.

A idade de 31 a 40, indicada nos resultados como faixa etária predominante dos secretários, aponta para dois paradoxos: a jovialidade e a necessidade de reoxigenação da gestão, como, também, o pouco tempo de experiência para um cargo tão vital que envolve eventos e orçamentos consideráveis.

A indicação ao cargo parte, na maioria, da comunidade e aponta para um política de gestão societal, em que a comunidade demonstra-se determinante para o controle social com sua participação popular na estruturação de um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento da esfera executiva.

As funções de organização e atividades estratégico-operacionais caminham corroborando com outras pesquisas, e variam, ora uma ora outra, quanto à sua importância diretiva e suas competências como planejamento, organização, coordenação e controle.

Na variável número de colaboradores, os resultados apontaram que as secretarias de esportes mantêm de dois a cinco colaboradores no suporte ao trabalho do secretário. Número

ainda baixo, se consideradas as diversas atividades funcionais que compreende a gestão desportiva no âmbito da educação, do esporte e lazer. Triade intrincada na gerência executiva das atividades financeiras; de projetos; eventos; recursos humanos; marketing e instalações desportivas, etc., reverberando no desempenho e na entrega do produto final, que são as políticas públicas de desporto, atividade física e lazer.

Devido à dificuldade na coleta de dados que o estudo apresentou (número amostral reduzido = 17 gestores), via contato prévio on-line (e-mail encaminhado a todas as secretarias do estado) e, posteriormente, visita in loco nas secretarias e na Aprece, conclui-se ser necessário maior compreensão dos próprios gestores sobre o processo de pesquisa, avaliação e retroalimentação dos dados, pois está neles e na sua gestão a fonte de apontamentos da situação atual da gerência esportiva. É determinante, também, para o avanço, a valorização e sustentabilidade do cargo, dentre as inúmeras pastas da administração pública, pois o conhecimento, quando disseminado, torna-se luz a orientar e fortalecer a sociedade e seus entes. Principalmente em áreas tão crescentes como as do esporte e lazer, que, apesar de novas, são, hoje, fenômenos midiáticos.

A intenção, com esta pesquisa estadual, não é apontar erros, mas qualificar dados para uma reflexão mais ampla sobre o gerenciamento do esporte em terras cearenses, como possível contributo a estudos futuros que possam se valer desses números para obter um retrato mais global do gerenciamento municipal, estadual, ou federal, do esporte no Brasil.

## Referências

- BARROS FILHO, M. A.; PEDROSO, C. A. M. Q.; FATTA, G. L. C. L.; LIMA, W. H. G. A., SILVA, T. C. A. Perfil do gestor esportivo brasileiro: uma revisão de literatura. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*. v. 3, Suplemento 1, ISSN 2237-3373. 2013.
- CARDENAS, A.R.; FEUERSCHUTTE, S. G. *Revista Intercontinental. Gestão. Desporto*, Rio de Janeiro, 4 (2): 271-283, dez. 2014

CARDENAS, A. R.; FEUERSCHUTTE, S. G.; WERNKE, P. R.; PI-MENTA, R. A. *Revista Intercontinental. Gestão. Desporto*, Rio de Janeiro, 7 (1): 77-89, jan./abr.2017.

CRUZ, I. H. *Histórias de sucesso na gestão do desporto: o percurso e o perfil de quatro gestores*. Porto: I. Cruz. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. 2017.

GOMES, J. B. G.; SARMENTO, P. J. MULATINHO, C. A. *Revista Intercontinental. Gestão. Desporto*, Rio de Janeiro, 4 (1): 99-112, jun.2014.

JOAQUIM, B. A.; BATISTA, P. M.; CARVALHO, M. J. Revisão sistemática sobre o perfil de competências do gestor desportivo. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 255-279, jan./mar. 2011.

KARNAS, G. S. *Perfil do gestor desportivo dos municípios do Rio Grande do Sul*. Porto. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, 2013.

MAZZEI, L. C.; ROCCO JÚNIOR, A. J. Um ensaio sobre a gestão do esporte: um momento para a sua afirmação no Brasil. *Revista de Gestão e Negócios do Esporte*, v. 2, n. 1, p. 96-109, maio 2017.

MENEZES, V. G. *Gestão de políticas públicas desportivas municipais: análise da região metropolitana do Recife-PE*, Brasil. Tese (Doutorado)- Universidade do Porto. 2009.

PIRES, G. M. V. D. S.; LOPES, J. P. S. D. R. Conceito de gestão do desporto. Novos desafios, diferentes soluções. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, v. 1, n. 1, p. 88-103, 2001.

PIRES, G. M. V. D. S. *Gestão do desporto: desenvolvimento organizacional*. Porto: Apogesd, 2005.

QUINAUD, R.; MAZZEI, L.; MILAN, F.; MILISTETD, M.; NASCIMENTO, J. Gestores do esporte: reflexões sobre sua formação e desenvolvimento profissional. *Pensar a Prática*, 22. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rpp.v22.52188>. Acesso em: 2019.

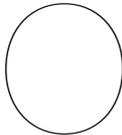
VALENTE, L. *O perfil do gestor desportivo: Um estudo nos centros de esporte e lazer da Prefeitura Municipal de Manaus*. Lisboa: Valente, L. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, 2011.

ZANATTA, T. C.; FREITAS, D. M.; CARELLI, F.G.; COSTA, I. T. O perfil do gestor esportivo brasileiro: revisão sistemática da literatura. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 291-304, jan./mar. 2018.

# Avaliação da participação popular nas políticas públicas de esporte e lazer do município de Fortaleza no período de 2014 a 2019

Andreyson Calixto de Brito  
Hyvanna Ribeiro Gomes de Brito  
Angela Maria Nunes da Silva  
Maria Janaina Lustosa Souto  
Basílio Rommel de Almeida Fechine  
Samara Moura Barreto de Abreu

## Introdução

 papel do estado em seu percurso histórico foi se desenvolvendo e sofrendo modificações, em suas funções para com a sociedade, principalmente com o crescimento da democracia, fazendo com que o estado expandisse suas responsabilidades e transformasse sua maneira de trabalhar.

De acordo com Lopes e Amaral (2008), atualmente, é comum afirmar que o papel do estado é promover o bem-estar social. Para tal função, ele necessita desenvolver uma série de ações e atuar diretamente em diferentes áreas, como saúde, educação, meio ambiente. Nomeamos de políticas públicas a esse conjunto de ações, metas e planos que os governos (nacional, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público.

O esporte e o lazer são direitos sociais e ofertá-los é dever do estado. Previstos na Constituição de 1988, devem, assim,

receber especial atenção do poder público, com o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para essas áreas.

Oliveira (2010) afirma que investigar o significado das políticas públicas e a adoção dos princípios da democracia participativa em governos democráticos é contribuir para a garantia do direito ao esporte e lazer na perspectiva do acesso, da democratização e participação política.

As políticas públicas, de maneira geral, podem ser melhor planejadas, implantadas e efetivadas, se existir a contribuição das pessoas nas decisões, mas nem sempre a comunidade é chamada para participar desse processo. A partir do exposto é que justificamos a realização desta investigação, que tem como principal objetivo verificar se existe participação popular nas políticas públicas de esporte e lazer da cidade de Fortaleza no período de 2014 a 2019.

## **1 Revisão de literatura**

Após o advento da Constituição Federal de 1988, surge, no Brasil, o princípio da participação democrática. A partir desse momento, a população passa a ter espaço para discutir, indicar, opinar e decidir sobre os projetos desenvolvidos para a sociedade. Essa mesma Constituição Federal refere que o Esporte e o Lazer são direitos sociais assegurados à população.

De acordo com a Seção III, do Capítulo III, da Constituição Federal (BRASIL, 2018), especificamente no Art. 217, consta que:

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em

casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Outro documento que traz o direito ao esporte e lazer em seu texto é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. No Cap. IV, Art. 59, trata do direito à educação, cultura, ao esporte e ao lazer, e que “os municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para a programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude” (BRASIL, 1990).

A forma como o Estado tem de garantir ao cidadão o acesso a seus direitos se dá com a formulação de políticas públicas que atendam às demandas da população (NASCIMENTO, 2014).

Segundo Pereira (2009), as políticas públicas constituem uma orientação para a ação pública. Ao concretizar os direitos sociais conquistados, o Estado deve-se guiar pelo interesse comum e buscar satisfazer as necessidades sociais.

Carvalho *et al.* (2002) indica que políticas públicas são construções participativas de uma coletividade, que visam a garantia dos direitos sociais dos cidadãos que compõem uma sociedade humana.

As políticas públicas de cunho social surgem como uma possibilidade de contemplar a diversidade das necessidades de vários segmentos sociais, entretanto, é necessário um sólido planejamento, visto que o desenvolvimento social não está simplesmente atrelado ao desenvolvimento econômico, de uma forma linear (BRUST; BAGGIO e FILHO, 2006).

Ainda referenciando Brust, Baggio e Filho (2006), as discussões sobre políticas públicas devem cobrir todos os segmentos da sociedade, em prol de uma distribuição democrática dos recursos entre os setores sociais, destinando igualmente os recursos para projetos recreativos de lazer; ofertando à sociedade projetos sociais de esporte e lazer; considerando que é um direito previsto na Constituição Federal.

Bordenave (1986) profere que, quando a intervenção civil se efetiva, traz consigo aspectos positivos, como o controle e a fiscalização de obras e serviços públicos; as reivindicações por igualdades de condições; bem como a construção de políticas públicas que estejam realmente de acordo com a realidade, necessidade e vontade de cada comunidade e, dessa forma, maximizando seus resultados. No entanto, para além de um instrumento que traga benefícios e resultados práticos, o exercício de participar também tem base afetiva, que envolve a satisfação, a necessidade humana de fazer parte do coletivo.

Stigger (2003) relata que as políticas públicas desenvolvidas para a população são diferentes daquelas desenvolvidas com a população, ou seja, a primeira acaba contribuindo para posturas conformistas e dependentes do Estado, como se estivesse acima da sociedade civil, enquanto que a segunda permite a vivência real da democracia, com a população participando das decisões e, com isso, assumindo a postura de coautora das políticas estabelecidas e suas consequências.

As políticas públicas de esporte e lazer vem crescendo, nas reivindicações da sociedade por melhor qualidade de vida. A participação popular no planejamento municipal torna a

gestão democrática e faz com que se reflita sobre os projetos, esclarecendo seus objetivos e explicitando suas funções sociais, para que seja construído com base na realidade e atendendo aos interesses de diferentes grupos, das instituições e organizações populares.

Experiências de políticas públicas alicerçadas em práticas de participação popular efetivas nos permitem pensar em possibilidades de intervenção no campo do esporte e lazer, não numa perspectiva de dirimir as contradições entre as classes sociais, mas numa intervenção que aponte para formas de organização e resistência dos grupos sociais populares e reafirme os princípios de uma sociedade (LIBERATO; SOARES, 2009).

Por serem, o esporte e o lazer, direitos sociais assegurados à população e previstos na Constituição Federal, a sua garantia deve ser alicerçada pela participação popular no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para essa área, com o propósito de potencializar o sucesso no atendimento à Constituição.

### **3 Procedimentos metodológicos**

A presente pesquisa apresenta uma abordagem quantitativa, descritiva e de campo e o instrumento utilizado para viabilizá-la foi um questionário semiestruturado.

Para Marconi e Lakatos (1999, p. 100), o questionário semiestruturado é um “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito”. No questionário, as respostas abertas, permitem que o participante descreva sua resposta, usando linguagem própria e emitindo opinião acerca do problema questionado.

A análise aconteceu, assim, mediante interpretação e descrição dos dados coletados. Foi realizado um agrupamento de cada pergunta e, após a análise, as respostas foram transcritas para a redação final do texto, mas apenas as mais pertinentes aos objetivos delineados.

A pesquisa tomou por base a política de esporte e lazer da cidade de Fortaleza/CE no período de 2014 a 2019, para coleta e avaliação dos dados.

A amostragem foi constituída de 63 pessoas usuárias de equipamentos de esporte e lazer selecionadas aleatoriamente, dentre as quais 59 moradores de 29 bairros diferentes e quatro gestores (dois secretários e dois assessores), que participaram da condução da Secretaria de Esporte e Lazer (Secel) no período de 2014 a 2019, entre outros.

Os sujeitos da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aceitando ou não participar da pesquisa. Todos foram informados sobre o objetivo da pesquisa e o total anonimato dos dados coletados.

A amostra, composta por moradores usuários dos equipamentos de esporte e lazer, foi constituída por 31 homens e 28 mulheres, enquanto a amostra composta pelos gestores foi constituída apenas por homens (Tabela 1).

**Tabela 1** – Divisão por gênero da amostra

<b>Gênero</b>	<b>População</b>	<b>Gestores</b>
Masculino	31	4
Feminino	28	0
Total	59	4

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

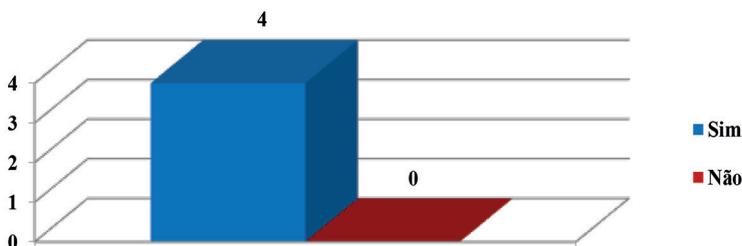
### **3 Resultados e discussão**

Os resultados encontrados durante o tratamento dos dados serão aqui apresentados por assunto e para melhor compreensão, em cada assunto, serão expostas primeiro as informações advindas dos gestores de esporte e lazer de Fortaleza e, em seguida, as que foram prestadas pela população.

No Gráfico 1, estão representadas as respostas dos gestores quando questionados se haveria participação popular nas decisões da secretaria.

## Gráfico 1 – Participação popular na visão dos gestores

Existe participação popular nas decisões da secretaria?



Fonte: Elaborado pelos autores.

Todos os gestores entrevistados responderam que existe participação popular nas decisões da Secel e três indicaram por escrito que essa participação é concretizada por meio dos Conselhos Gestores Comunitários criados durante a efetivação das Areninhas, em 2014, uma das principais políticas de esporte e lazer implantadas na gestão do prefeito Roberto Claudio. As Areninhas são campos de futebol urbanizados e requalificados pela Prefeitura de Fortaleza localizados em bairros com alto índice de vulnerabilidade social e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Cada Areninha contém gramado sintético, bancos de reserva, arquibancadas, redes de proteção, alambrados, vestiários, depósito para materiais esportivos, iluminação, paisagismo, pavimentação e rampa de acesso para cadeirantes. Além do campo de futebol, as novas Areninhas contam com parque infantil e academia ao ar livre (FORTALEZA, 2019).

Segundo a Prefeitura de Fortaleza (2019), o Conselho Gestor Comunitário é formado por membros da sociedade civil e tem como função auxiliar a Secel a administrar, coletivamente, a área de lazer do equipamento, apresentando propostas positivas, além de analisar as demandas e acompanhar as ações voltadas para a conservação da praça esportiva.

As atribuições do Conselho Gestor Comunitário divulgadas em matéria no *site* da Prefeitura de Fortaleza no ano de 2016 são:

- Adotar medidas e apoiar iniciativas em favor do desenvolvimento da prática do esporte, lazer e atividades físicas, com o objetivo de garantir a saúde e o bem-estar do cidadão, observando o cumprimento dos princípios e normas legais;
- Atuar na formulação e no controle da execução das atividades desenvolvidas na Areninha;
- Criar, coordenar e supervisionar um calendário estabelecendo horários e a participação nas atividades desenvolvidas pela Administração Pública e por entidades representativas da sociedade civil organizada na Areninha;
- Zelar pelo equipamento esportivo em toda a sua estrutura; contribuir para a formulação de política de integração entre o esporte, a saúde, a educação, a defesa social e o turismo, visando a potencializar benefícios sociais gerados pela prática de atividade e esportiva; aprovar, em reunião plenária, o Regimento Interno do Conselho Gestor Comunitário.

Observa-se que, apesar de os Conselhos Gestores possibilitarem uma aproximação entre a população e a gestão municipal, com a divisão de tarefas e responsabilidades, principalmente na gestão do equipamento, esses conselhos não permitem a efetiva participação popular nas decisões da secretaria. A própria construção da Areninha em um bairro não passa por consulta direta à população daquele local; em alguns casos, são realizadas por iniciativa da Secel, tendo em vista o potencial do local para receber o equipamento ou por indicações políticas, como refere o Gestor 2, após ser questionado sobre como as Areninhas chegavam até a comunidade:

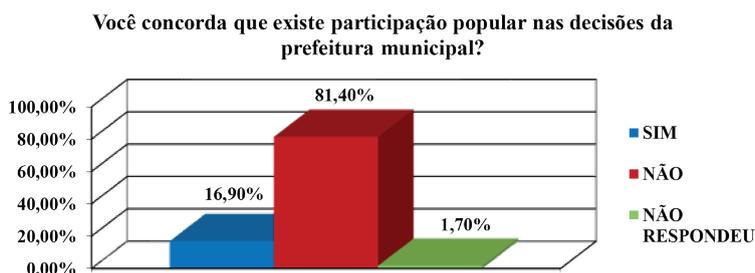
*Então, existiam algumas indicações nossas, e algumas indicações que quer queira era uma questão política de vereador. Quando a propaganda saiu, pronto, foi coqueluche, todo vereador queria solicitar, aí... todos iriam sair do pro-*

*jeto e ao todo seriam 21 areninhas na primeira gestão do Prefeito, então, 21 areninhas no território de Fortaleza não é nada. Enfim, essas escolhas foram feitas dessa maneira, levando em consideração, vamos dizer assim, levando em consideração alguns pontos, não poderiam deixar de acontecer. (Gestor 2).*

Os resultados deste estudo assemelham-se aos resultados encontrados por Werle (2010), que realizou uma pesquisa de natureza qualitativa sobre as políticas públicas de esporte e lazer em um município do Rio Grande do Sul. A autora utilizou como instrumento para coleta de informações entrevistas com cinco funcionários, a análise documental e o diário de campo. Na pesquisa em questão, foram apresentadas evidências de que, apesar da organização de reuniões internas e da participação popular informal, a decisão final permanece centralizada no gestor. Para a autora, o contexto econômico atual tem implicações no enfraquecimento de direitos sociais, como é o caso do esporte e do lazer, bem como o direito à participação democrática do povo sobre as decisões públicas

Percebem-se divergências quando comparadas as falas dos gestores (Gráfico 1) com as respostas da população consultada, sobre sua participação nas decisões da secretaria, expostas no Gráfico 2.

**Gráfico 2** – Participação popular nas decisões da secretaria (visão da população)



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Ao serem questionados se concordam que há participação popular nas decisões da prefeitura, 81,4% dos entrevistados responderam que não concordam e apenas 16,9% disseram que concordam. Esse resultado aponta para uma dissonância entre o discurso dos gestores, que foram unânimes em afirmar que existe participação popular, e a resposta da população, que, em sua maioria, discorda de que haja participação nas decisões.

Para Lopes e Amaral (2008), o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade. Isso ocorre porque a sociedade não consegue se expressar de forma integral, por isso, faz solicitações para os seus representantes e esses mobilizam os membros do Poder Executivo, que também foram eleitos (assim como os prefeitos, governadores e o Presidente da República) para atender às demandas da população.

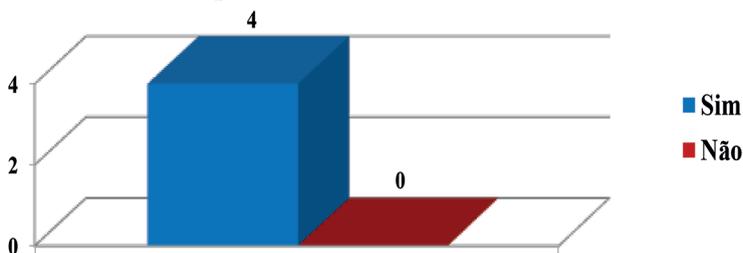
Starepravo (2007) também constatou, em pesquisa realizada em municípios paranaenses, que não há iniciativas a fim de garantir mais participação popular. Pelo contrário, em alguns casos, os mecanismos de participação popular são interpretados como ferramentas políticas que podem ser utilizadas contra os agentes políticos consolidados no poder.

Os resultados obtidos apontam para a necessidade de maior esforço em busca de garantir a participação popular nas decisões da secretaria, já que muitos são os estudos que apontam como uma prática social benéfica para as políticas públicas, que refletem no sucesso das ações e no empoderamento da população.

No decorrer deste trabalho, são apresentados os resultados de questionamentos mais diretos, que versam sobre os equipamentos e programas, na tentativa de entender se existe e como se dá o processo de participação popular nas decisões da secretaria (Gráfico 3).

### Gráfico 3 – Participação popular nas decisões sobre equipamentos esportivos (visão dos gestores)

A população é consultada para definir onde um equipamento de esporte deve ser construído?



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os gestores, em sua totalidade, relataram que existe consulta à comunidade para definir onde um equipamento esportivo deve ser construído. O Gestor 3 explica como um equipamento esportivo chega até a comunidade:

*Na realidade, a população procura tanto a Secretaria de Esporte quanto a Secretaria de Articulação Política do prefeito, Certo? Ela procura. E a Coordenação de Articulação Política faz uma triagem e visita o local, faz as medidas, vê se o terreno é público [...] Caiu dentro do perfil, tem que ser uma área de muita vulnerabilidade social, IDH realmente baixo, é escolhido, dentro desses critérios. (Gestor 3).*

Percebe-se, na fala do Gestor 3, que a população toma a iniciativa de demandar a Secel e que essa secretaria não é a única responsável por decidir sobre a construção do equipamento; a demanda é direcionada, então, para outra secretaria, em um processo que burocratiza ainda mais a possibilidade de a população ser atendida.

O recurso financeiro para a construção dos equipamentos também não pertence à Secel, por isso, mais uma vez, os gestores precisam recorrer a outras secretarias, como relata o

Gestor 1, ao responder se a verba para a construção dos espaços era da Secel.

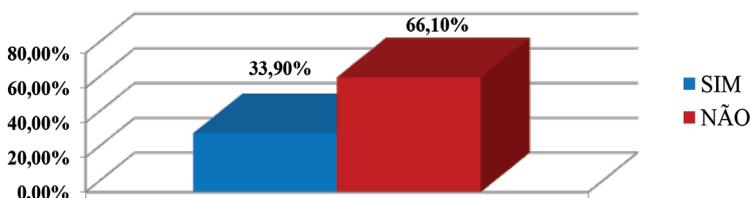
*Não, era da Infraestrutura e eu sempre quis que fosse. Eu queria elaborar os projetos porque eu não tinha um engenheiro, engenheiro tudo da regional, os da infraestrutura, então, eu queria definir politicamente quais os lugares, passar, estipulava os tamanhos, fazia as discussões comunitárias e a execução de obra é com a infraestrutura mesmo, com a engenharia. Eu licitava, eles construíam, eles eram os responsáveis legais, [...], não interessa, eu acho que isso não interessa desde que o equipamento seja pronto e entregue à secretaria para fazer a política pública de esporte. (Gestor 1).*

Em nenhuma entrevista realizada com o gestores da Secel da cidade de Fortaleza foi mencionada alguma ação de consulta popular, no que se refere à construção dos equipamentos. É fundamental o desenvolvimento de metodologias bem estruturadas, a fim de fortalecer a participação e garantir que as reais necessidades da população, no que diz respeito ao esporte e lazer, sejam atendidas.

O Gráfico 4 aponta o ponto de vista da população relativa à participação popular nas decisões sobre equipamentos esportivos.

**Gráfico 4** – Participação popular nas decisões sobre equipamentos esportivos (ponto de vista da população)

**A população é consultada para definir onde um equipamento de esporte e lazer deve ser construído?**



Fonte: elaborado pelos autores.

Mais uma vez, as respostas da população vão de encontro às respostas dos gestores, pois o Gráfico 4 mostra que 66,1% da população discorda que haja consulta à população para decidir onde um equipamento de esporte e lazer deve ser construído.

Marcellino *et al.* (2007) enfatiza que, antes da construção de um equipamento específico de lazer, ainda no processo de planejamento, é preciso conhecer quais são as aspirações e necessidades da comunidade em questão, assim, é possível saber que tipo de equipamento construir para dirimir o risco da não apropriação por parte da população.

Segundo Almeida e Gutierrez (2011), o lazer associa-se ao bem-estar social e à qualidade de vida, por isso a necessidade da construção de espaços que promovam o lazer, levando a população a exigir, além de estádios de futebol, ou quadras, equipamentos multifuncionais, espaços livres, nos quais as pessoas possam praticar e não ficar como espectadoras passivas.

As construções de espaços públicos de lazer são importantes, na medida em que atendem efetivamente às necessidades da população. Não é raro encontrar equipamentos de lazer que se tornam os chamados “elefantes brancos”, sem funcionalidade e sem a devida utilização, simplesmente gerando custos de manutenção (KOCIAN; LICERE, 2016).

Stigger (2003) refere que encontra aproximações evidentes entre a ideia da capacidade de escuta com a perspectiva do desenvolvimento de uma política de esportes e lazer, na qual a participação popular é fundamental. O autor ainda relata que, além da ideia de participação, como maneira de proporcionar o acesso da população aos bens sociais construídos historicamente pelos seres humanos, é necessário possibilitar a apropriação do poder de decisão das pessoas sobre esses mesmos bens. Para o autor citado, o exercício da escuta não se resume a responder às demandas da população, mas, sim, constitui-se numa política realizada com a participação popular, que se

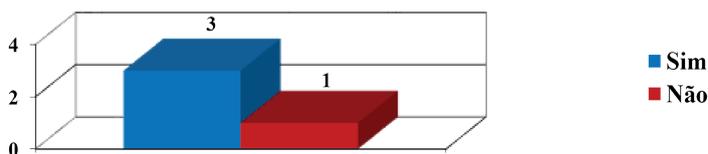
estabelece na democratização do poder decisório, o principal eixo político de uma política social participativa.

Percebe-se, assim, quanto é importante a construção e consolidação de espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer que atendam às necessidades da população, sobretudo, buscando democratizar as decisões e o acesso daqueles que têm menos opções e acesso a esses lugares.

A seguir, discute-se sobre a participação popular na definição dos programas que atenderão às comunidades. O Gráfico 5 apresenta a visão do gestor quanto à participação popular nas decisões sobre os programas de esporte e lazer.

**Gráfico 5 – Participação popular nas decisões sobre os programas de esporte e lazer (visão do gestor)**

**A população é consultada para definir que programa esportivo funcionará na comunidade?**



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Quando questionados se a população é consultada para decidir quais programas de esporte e lazer devem funcionar em suas comunidades, três dos quatro gestores afirmaram que sim, enquanto um gestor negou que a população fosse consultada.

Percebe-se, na fala do Gestor 2, que a secretaria atende ao apontamento dos autores Carneiro, Moraes e Soares (2014), quando referem que uma política de lazer esportivo deve atender para a construção e manutenção de equipamentos, mas ir além da estrutura física. Deve existir o que eles chamam de animadores, que tem como função propor e desenvolver atividades nesses equipamentos, visto que muitas pessoas não os utilizam por falta de interesse e desconhecem as atividades que podem ser desenvolvidas.

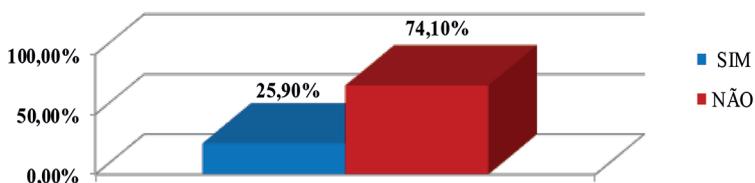
*Nós Tínhamos o Segundo Tempo [...] para aprovação de uma outra versão mas conseguimos colocar para rodar, aí, nós começamos também o Atleta Cidadão, que também até hoje perdura, já está aí, acho, que na sétima versão dele, sétimo ano, é um projeto que começou estritamente poliesportivo, mas, com a questão das areninhas a gente percebeu que a gente tinha que ocupar os horários com atividades que envolvessem a cidadania, então, hoje, ele tem ainda outras atividades, mas ainda está muito ligado às areninhas, a gente tinha a grande maioria dos professores do Atleta Cidadão, eles estão atuando nas Areninhas. (Gestor 2).*

Por outro lado, não encontramos, no discurso dos atores da gestão, ações que garantissem a participação popular nas decisões de implantação desses programas e isso reverbera nas respostas da população entrevistada, como apontado a seguir.

O Gráfico 6 expressa o ponto de vista da população quanto à participação popular nas decisões sobre os programas de esporte e lazer.

#### **Gráfico 6** – Participação popular nas decisões sobre os programas de esporte e lazer (ponto de vista da população)

**A população é consultada para definir que programa de esporte e lazer funcionará na comunidade?**



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

A leitura do Gráfico 6 revela que 74,1% dos entrevistados relataram que a população não é consultada para definir o programa de esporte e lazer que funcionará na comunidade, enquanto 25,9% acreditam haver consulta à população.

Melo (2008) infere que, para potencializar os programas, e contribuir para exponenciar suas possibilidades de contribuição política, deve-se procurar aprofundar o envolvimento da comunidade interessada. Isto é, pensar os projetos não para os cidadãos, mas em conjunto com eles. Quando se deixa de tomar tal procedimento, mesmo com boa vontade, corre-se o risco de não cumprir adequadamente as funções e implementar ações que não proporcionem os desdobramentos esperados.

São vários os exemplos de fracasso no que se refere à construção e gestão de programas de lazer, devido ao fato de a população não ter sido envolvida. Muitos projetos chegam a determinadas comunidades e pretendem determinar exatamente o que os moradores e o público envolvido necessita. Com um olhar de “fora”, muitas vezes eivado de desconhecimento e preconceitos, comumente, os objetivos inicialmente traçados não são atingidos. E não poucas vezes a própria comunidade é responsabilizada por isso, já que supostamente não teria “entendido” a proposta do projeto. Ora, por que a comunidade não foi consultada? Por que não foi envolvida em todas as fases do desenvolvimento do projeto, desde a elaboração da proposta, passando pela implementação, chegando até a avaliação? (MELO, 2008)

Kocian e Licere (2016) ressaltam a importância dada à participação popular na tomada de decisões, seja para a construção de um novo espaço público de lazer, ou para o desenvolvimento de um programa específico. Outro ponto para o qual os autores chamam a atenção é o desenvolvimento de ações intersectoriais, a fim de potencializar as iniciativas.

Verificamos que a secretaria oferece programas de esporte e lazer, direcionados principalmente para o esporte, privilegiando o futebol, que é a principal atividade realizada no equipamento intitulado de Areninhas, mas pouco se preocupa em consultar a população sobre os interesses, as necessidades, ou mesmo as inclinações esportivas e de lazer das comunidades.

## Considerações finais

A prefeitura de Fortaleza, através da Secel, vem desenvolvendo, ao longo dos anos, diversas ações no âmbito da política pública de esporte e lazer, desde a implantação de programas a construção de equipamentos, mas constatou-se com este estudo que não há uma efetiva participação popular nas decisões da secretaria.

Apesar do esforço dos gestores em estabelecer uma aproximação entre a Secel e a população do município de Fortaleza, principalmente no que se refere ao gerenciamento e preservação de alguns equipamentos de esporte e lazer, como as Areninhas, que possuem um Conselho Gestor próprio, percebe-se um equívoco, por parte dos gestores, na interpretação do que é a participação democrática nas decisões dessa secretaria, o que justifica a necessidade de ações formativas para valorizar e efetivar a participação popular nas áreas de esporte e lazer, buscando estratégias de descentralização do poder de decisão, com o intuito de potencializar o sucesso das ações e garantir o atendimento da Constituição Federal de 1988, que prevê o acesso ao esporte e lazer como um direito social.

## Referências

- ALMEIDA, M. A. B. e GUTIERZ, G. L. *O Lazer no Brasil: de Getúlio Vargas à Globalização*. 14ª ed. São Paulo: Phorte Editora, 2011.
- BRASIL. *Constituição da república federativa do Brasil*. 53. ed. Brasília: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2018.
- BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.
- BORDENAVE, J. E. *O que é participação*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRUST, C.; BAGGIO, I. C.; E FILHO, M. F. S. Gestão das políticas públicas de esporte e lazer em Santa Maria, RS. *Motrivivência*, ano XVIII, n. 27, p. 179-192, dez./2006.

- CARNEIRO, F. H. S.; MORAES, F. M. S.; SOARES, L. F. R. Espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer em Uruaçu-GO: políticas públicas e apropriação. In: 6º CONGRESSO CENTRO-OESTE DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. 10º CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA. 2014, Jataí. *Anais eletrônicos [...]*Jataí, 2014, GTT Políticas Públicas. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/6concoce/10conef/paper/view/6214>. Acesso em: 11 nov. 2019.
- CARVALHO, A. (org.). *Políticas públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- LIBERATO, A.; SOARES, A. *Seminário nacional de políticas públicas de esporte e lazer: retrospectiva histórica*. 1ª edição. / Manaus: EDUA, 2009.
- LOPES, B.; AMARAL, J. N. *Políticas públicas: conceitos e práticas*. Coord. de Ricardo Wahrendorff Caldas, Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.
- KOCIAN, R. C.; e LICERE, C. L. da S. *Políticas públicas e os equipamentos esportivos de lazer*. Belo Horizonte, v.19, n.3, set./2016.
- MARCELLINO, N. C. et al. *Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC – Região Metropolitana de Campinas*. Curitiba: Opus, 2007.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MELO, M. P. *Projetos sociais de esporte e lazer: reflexões, inquietações, sugestões*. n, 7, 2008. Disponível em: <http://www.quadernsanimacio.net>. Acesso em: 16 nov. 2019.
- NASCIMENTO, O. A. dos S. *As políticas públicas de lazer e esporte no município de Aruanã – GO*. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, dez. 2014.
- OLIVEIRA, A. A. N. *Democracia participativa e políticas públicas de esporte e lazer: o programa esporte na comunidade (Fortaleza/CE)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação Física, 2010.
- PEREIRA, J. M. *Manual de gestão pública contemporânea*. 2ª ed. São Paulo: ed. Atlas, 2009.
- PREFEITURA de Fortaleza. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-divulga-editais-pa>

ra-eleicao-do-conselho-gestor-de-mini-areninhas. Acesso em: 11 nov. 2019

PREFEITURA de Fortaleza. Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/tag/conselho%20gestor>. Acesso em: 11 nov. 2019.

STAREPRAVO, F. A. Políticas públicas para o esporte e lazer: conselhos municipais de esporte e lazer e outras formas de participação direta. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, *Anais [...]*, 15, Recife: CBCE, 2007

STIGGER, M. P. Políticas públicas em esportes e lazer: considerações sobre o papel do profissional educador. In: MARCELLINO, N. C. *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Ed. Papirus, 2003.

WERLE, V. M. Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer. *Artigo Original*, v.16, n.1, p.135-142. Florianópolis, Brasil, jan./mar. 2010.

# Legislação do esporte no município de Fortaleza: grupos de pressão, sistemas de crenças e os limites da atuação parlamentar

Daniel Pinto Gomes  
Valmir Arruda de Sousa Neto  
Odilon Monteiro da Silva Neto  
Roberto Marcelino Gama

## Introdução

“Dominados pela preocupação do direito escrito, e não vendo nada mais além da lei, os nossos juristas esquecem este vasto submundo do direito costumeiro de nosso povo” (VIANA *apud* VIANA, 1994, p. 123). Compreender os contextos sociais em que surgem as leis sugere a disputa pelo poder reunindo os mais variados anseios e interesses de diferentes grupos da sociedade. Perceber como se desenha esse jogo de consensos e conflitos pode nos levar a refletir sobre questões que até então beiravam a obviedade, contudo, são o pano de fundo do complexo de relações que estão para além das “quatro linhas”.

Após a formação do Estado brasileiro, no panorama do império, a formação atlética torna-se objeto de preocupação política, primeiramente centrada na formação militar do próprio Estado. O processo de independência não promoveu as mudanças necessárias na estrutura do País. O Brasil continuava dominado pela escravidão, com o latifúndio monocultor mantendo as desigualdades sociais como principal atributo.

Na virada do século XIX para o XX, ademais, com a chegada da República, após a então recente abolição da escravatura, todos presumivelmente passam a ser reconhecidos como cidadãos de direito. As primeiras investidas a favor da inserção das ginásticas nas escolas brasileiras passam a ocorrer. A prática esportiva continuava sendo um privilégio das elites, que buscavam enaltecer e preservar seu caráter amadorístico como forma de distinção social. Mas, já nas primeiras décadas do século XX, o esporte perde seu caráter exclusivamente militar ou privado para ser também parte dos negócios do próprio Estado. Bueno (2008) observa que o debate entre amadorismo e profissionalismo, evidenciado no período, inaugura tipos de coalizão social em torno do esporte que perduram até os dias atuais.

O autor chama aos grupos de Pró-esporte de Alto Rendimento (Pró-EAR) e Pró-esporte de Participação e Educacional (Pró-EPE). Os sistemas de crenças, postos em vistas os valores, as percepções e os pressupostos causais, aglutinam diferentes atores em coalizões, envoltos nas questões esportivas, que assumem distintos tipos de interesses. As funções assumidas pelos governos passam a requerer certo grau de investimento nas políticas do esporte, assim como, ganha notoriedade, a categoria dos mediadores constituída por parlamentares, juízes e os próprios cidadãos, que passam a regular os conflitos no interior do sistema.

Nas duas décadas iniciais do século XXI, com o advento do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo do País levanta expectativas de que uma nova roupagem viesse a combater a desigualdade de acesso às práticas esportivas, de lazer e atividade física, além da ampliação dos esforços estatais no esporte viesse a ocorrer no Brasil, fora apagado pelo novo projeto de financiamento institucional (Lei de Incentivo ao Esporte), que se insere “no processo de desresponsabilização do Estado para o financiamento e execução das políticas sociais que garantem

direitos de cidadania” (MATIAS; ATHAYDE; HÚNGARO; MAS-CARENHAS, 2015, p. 96).

Além disso, pela atenção destinada aos megaeventos esportivos (atenção mais direcionada ao evento em si do que propriamente ao desenvolvimento de uma política propriamente esportiva para o País) e pela baixa promoção da participação da coalização Pró-EPE no Conselho Nacional do Esporte, segundo Bueno (2008), emergem razões para concluir que, de fato, predomina o estímulo ao alto rendimento esportivo como efeito da própria política de esporte promovida no Brasil.

Neste artigo, pretende-se responder aos seguintes questionamentos: Que grupos têm pressionado a construção do arcabouço legal do município de Fortaleza no que tange ao campo do esporte, lazer e da educação física? Que tipos de interesse giram em torno dessas relações? Sobre que sistema de crenças se dá o apoio à formulação dessas políticas? E quais os limites da atuação parlamentar no aspecto mais geral da evolução desse quadro de leis?

## **1 Apontamentos metodológicos**

Este estudo tem caráter qualitativo-quantitativo, além de ser exploratório, utilizando-se de levantamento documental e revisão bibliográfica na sua fundamentação. Para tanto realizamos minucioso trabalho de coleta de normas jurídicas no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Câmara Municipal de Fortaleza<sup>1</sup>. Todas os códigos estão disponibilizados para *download* em formato de arquivo pdf., contendo, em muitos deles, informações detalhadas dos projetos de lei, além da documentação estatutária, solicitações, memorandos e, ainda, o texto final das leis já devidamente sancionados pelos governantes municipais.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/norma/pesquisar>. Acesso em: 10/08/2019.

A primeira busca foi pela palavra “*sport*”, por tratar-se da abreviação mais inclusiva possível das palavras esporte, esportista, desporto, sporting. Utilizamos esse mesmo recurso para a busca das palavras “atlético” (atlético, atlética, atleticano), “club” (*club*, clube), “brin” (brinquedos, brincadeiras, brincar) e “recrea” (recreativo, recreação, recreio, *recreate*), formas abreviadas que levaram ao maior número de normas jurídicas vinculadas. Ainda, ocorreram buscas pelos seguintes termos: educação física, copa, atividade física, academia, ginástica, dança, jogo, capoeira, lutas, marciais, federação, futebol, natação, vôlei, basquete, campeonato, atleta, *surf*, torcida e lazer.

Inicialmente, não era essa a pretensão, pois a categoria esporte parecia dar conta da preocupação no momento. Entretanto, na medida em que foram sendo elucidadas algumas etapas da pesquisa, após a depuração dos dados contidos nas primeiras normas coletadas e as investidas na literatura, evidenciaram-se o processo civilizatório em torno do esporte (ELIAS; DUNNING, 1992); os maniqueísmos inerentes à sua apropriação pelo sistema capitalista (FREITAS, 1991), sua diversidade (STIGGER, 2002), espetacularização (BETTI, 2004), e, ainda, o impacto das experiências vividas pelos esportistas para sua forma de ser no mundo (KUNZ, 2009a 2009b).

Novos questionamentos levaram à complexidade do campo esportivo, principalmente, no contexto vinculado àquilo que fazem os agentes desse campo, sejam professores, técnicos, atletas, torcedores, crianças, brincantes, vereadores, prefeitos, líderes comunitários, empresários, clientes e espectadores, enfim, todo o quadro geral de agentes do campo esportivo.

**Quadro 1** – Expressões pesquisadas na ementa das normas e o respectivo quantitativo de documentos encontrados (E) e selecionadas (S) para análise

<b>Encontradas</b>	<b>Selecionadas</b>	
267	138	<b>Sport</b>
7	6	<b>Educação Física</b>
15	10	<b>Copa</b>
5	3	<b>Atividade Física</b>
25	24	<b>Atlético</b>
140	56	<b>Club</b>
14	3	<b>Academia</b>
2	-	<b>Ginástica</b>
18	5	<b>Dança</b>
10	6	<b>Jogo</b>
2	2	<b>Capoeira</b>
2	1	<b>Marciais</b>
20	3	<b>Brin</b>
28	11	<b>Recrea</b>
37	17	<b>Federação</b>
21	7	<b>Futebol</b>
7	4	<b>Atleta</b>
1	1	<b>Surf</b>
3	2	<b>Torcida</b>
17	12	<b>Lazer</b>
13	-	<b>Luta</b>
1	-	<b>Natação</b>
2	-	<b>Vôlei</b>
1	-	<b>Basquete</b>
2	-	<b>Campeonato</b>
660	311	<b>Total</b>

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Analisamos o total de 660 ementas de lei. Algumas se repetiam, devido à vinculação a mais de uma das expressões pesquisadas. Por exemplo: normas sobre o Fortaleza Esporte Clube ou o Ceará Sporting Club apareciam tanto na busca pela expressão “*sport*” como por “*club*”. 311 ocorrências foram selecionadas para a leitura dos documentos na íntegra (Quadro 1). As normas descartadas remetiam a palavras correlatas, como transporte, lutas, clubes mas que não perpassam os interesses específicos desta pesquisa no campo esportivo e nem no cam-

po mais geral das práticas da cultura corporal de movimento<sup>2</sup>. Clubes científicos, filantrópicos e sociais, sem trabalho reconhecido nos campos aqui já referidos, porém, afetos por alguma norma jurídica encontrada, também foram excluídos da pesquisa.

As normas correspondem ao período de 1949 a 2019. A seguir, são apontados os grupos de pressão que se articulam em torno da construção da legislação desportiva, no município de Fortaleza, e, na sequência, caracterizados os modos como os interesses dessas coalizões vem sendo atendidos ao longo dos anos.

## **2 Grupos de pressão e as leis municipais do esporte e lazer**

Segundo Matias e Mascarenhas (2019), um grupo de pressão somente pode ser reconhecido como tal por meio de sua atuação política, ao exercer influência sobre o poder público, para alcançar seus interesses. Esses grupos têm atuação permanente ou transitória, a depender dos interesses em jogo no campo político e devido à própria contemporaneidade das matérias. A interação entre os grupos de pressão e os mediadores, os poderes executivo, judiciário e legislativo, ocorre nas audiências, conversas informais; em convites para participar de eventos, para assumir cargos; em doações eleitorais, apoio político, etc.

Por mais que haja um distanciamento entre os preceitos da legislação e a vida social, o construto do aparato legal denota as correlações de forças existentes entre diferentes grupos da sociedade. Justamente os conflitos de interesse e os debates

---

<sup>2</sup> O sentido que aplicamos aqui, ao termo cultura corporal de movimento, serve tanto como uma identificação abstrata das práticas de exercícios físicos e atividades lúdicas, de maneira geral, como pressuposto teórico metodológico importante a ser aplicado na compreensão e intervenção sobre os processos sociais em jogo nesses mesmos campos.

provenientes daí é que guiam os parlamentares em suas decisões. De certo modo, a manutenção das estruturas de poder depende das negociações que passam a ser estreitadas entre esses agentes. A partir da proposta de Aragão (1996), delineamos a seguinte classificação dos grupos de pressão: a) grupos empresariais; b) grupos de trabalhadores; c) grupos de natureza diversa (geracional, gênero, interesses culturais); d) grupos dos poderes públicos.

Com esta pesquisa, identificou-se que, no campo legislativo do esporte, no município de Fortaleza, se configuram os seguintes grupos de pressão: a) Grupos de caráter privado: Federação Internacional de Futebol, federações esportivas nacionais, clubes esportivos e recreativos, ligas esportivas, assessorias esportivas e associações; b) Grupos de trabalhadores: servidores municipais, associações profissionais, Conselho Regional dos Profissionais de Educação Física, profissionais das danças, atletas profissionais, gestores de esporte e cronistas esportivos; c) Grupos de natureza diversa: idosos, torcedores, estudantes, pessoas com necessidades especiais e capoeiristas; d) Grupos dos poderes públicos: secretarias executivas e outros órgãos da administração municipal e comissões parlamentares.

Os projetos de lei municipal podem ser propostos por prefeitos, vereadores, ou por comissões especiais de parlamentares. As matérias são discutidas entre as comissões, depois são debatidas em plenário e votadas; ainda, a partir daí, passam pelo crivo do presidente da câmara, do prefeito da cidade, até que sejam aprovadas ou não, e até mesmo novamente ser discutida no legislativo. Nesses processos, os textos podem sofrer modificações até sua versão definitiva, ou até mesmo ser totalmente vetados.

Logo à frente estabelecemos uma classificação possível (ver Quadro 2), na qual constam os princípios dos modos de fazer institucional em relação aos interesses dos grupos de pressão. O sumário indica uma classificação geral de todo o aparato

legal encontrado, conforme seus propósitos e supostos benefícios. Esse primeiro esforço aponta a possibilidade de compreender como esse jogo de forças no campo vem se estabelecendo ao longo dos últimos 80 anos.

**Quadro 2** – Classificação geral da legislação esportiva do município de Fortaleza

A	Atribuem utilidade pública às associações, clubes e federações
B	Instituem auxílio financeiro, crédito especial e/ou isenção fiscal, concessão de espaços e/ou prédios públicos às associações, clubes e federações
C	Denominam espaços esportivos
D	Conferem título de cidadão ou de patrimônio cultural
E	Instituem dias, semanas e eventos comemorativos
F	Incentivam acesso a eventos esportivos; gratuidade, meia-entrada e acessibilidade
G	Instituem órgãos, cargos, programas ou mecanismos de gestão fiscal do esporte; estabelecem a construção de equipamentos esportivos
H	Regulam o uso dos espaços públicos e privados a partir do esporte ou da educação física

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Para facilitar o entendimento da evolução dessas leis, dividimos o interstício temporal de 80 anos, entre 1949 e 2019, em dois períodos praticamente iguais, e definimos o ano de 1986 como marco divisor. Nesse ano é que ocorrem as primeiras eleições diretas, nos municípios, após um longo período de interventores federais. Tal divisão mostrou-se necessária, já que as particularidades políticas interferem diretamente na forma como são construídas as leis no País e, por conseguinte, na cidade de Fortaleza, lócus do nosso objeto investigativo. O ano de 1949, ponto inicial, é a data da lei mais antiga disponível no *site* de buscas.

Os anos entre 1949 e 1986, que imperam decisivamente no gráfico demonstrado à frente, estão marcados pela democratização pós-ditadura Vargas e pelo rompimento militar com a ditadura instaurada em 1964. No final da década de 1940, o País vivia o auspício de retorno à vida democrática, após os quinze anos da Era Vargas, que havia se iniciado com a chamada Revolução de 30. O governo, que caminha para longe da expectativa democrática, ao mesmo tempo, promove um processo de modernização do aparato burocrático do Estado brasileiro.

O Estado Novo (1937-1947), momento caracterizado pelo autoritarismo, é marcado por ocorrências importantes, para o País, desde a consolidação das leis trabalhistas até a busca por uma unidade nacional, promovida por diversas ações, que vão dos programas de rádio ao controle das práticas culturais (futebol, música, festas populares), tudo convertido ao “ideário nacionalista” do governo brasileiro, em sintonia com as experiências totalitárias que ocorriam no mundo.

Cessado o Estado Novo, o País retorna à democracia, no entanto, os novos governos têm como marca o populismo. A cidadania continua longe de ser uma característica marcante de nossa sociedade. Muitos direitos estavam acessíveis apenas a parte dos trabalhadores urbanos. A lógica de ingresso no mundo do trabalho facultava o acesso aos novos direitos. Mais um momento de fragilidade democrática e o País é imerso num longo período de autoritarismo (1964-1985), em que uma ditadura civil-empresarial-militar, tolhe o sonho de uma experiência verdadeiramente republicana.

Segundo Bueno (2008), o período até 1964 é marcado por um continuísmo das ideias já presentes desde o Decreto-Lei 3.199, de 1941, que cria o Conselho Nacional de Desportos, com o intuito de orientar e fiscalizar as práticas no país. A medida fortaleceu o vínculo da Confederação Brasileira de Desportos e das demais confederações e federações com o poder público, embora resguardadas suas prerrogativas privatistas. O forta-

lecimento do esporte veiculado pelas mídias de rádio e televisão, a construção do Maracanã e a Copa do Mundo de 1950 dão sustentação política e financeira à Confederação Brasileira de Desportos, e o futebol configura-se como carro-chefe do movimento pró-esporte de alto rendimento.

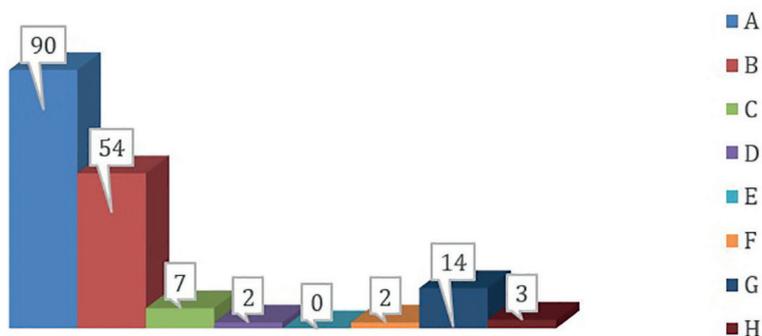
Contrastam com esses interesses a autonomia do Departamento de Educação Física da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em relação aos militares. Ainda, a profissionalização dos atletas, com direito garantido a descanso, recesso, horários especiais e participação na renda dos jogos. Com o rompimento militar, em 1964, o esporte assume importante protagonismo para a exaltação do sentimento nacionalista.

Contudo, internamente, a investidura institucional para desenvolver o esporte nas escolas, em conformidade com os preceitos do alto rendimento entra em dissidência com os próprios professores, e com parte do campo externo ao Estado, que via, nesse movimento estatal, uma barreira à sua hegemonia na busca por inserir o Brasil nos quadros de medalhas mundiais (BUENO, 2008).

Em Fortaleza, assim como em todo o País, assiste-se à ascensão do futebol como “paixão” nacional. Os clubes, as federações, associações e ligas desportivas, passam a ter sua utilidade pública reconhecida, ainda que o esporte seja entendido como comunitário, amador, mas que, aos poucos, precisava ser profissionalizado. As concessões de terrenos e prédios públicos; a isenção de impostos; a abertura de crédito especial; e o repasse financeiro para benfeitorias nas sedes das entidades. torna-se o *modus operandi* da legislação esportiva fortalezense. A importância atribuída à crônica esportiva; a construção de estádios, ginásios; e a regulação da venda de ingressos para as partidas; aliadas à profissionalização e ao reconhecimento dos atletas, com a criação de um fundo de garantia, são preocupações do período que denotam a efetiva hegemonia do grupo de pressão do esporte fundamentado nos preceitos do alto rendimento.

Como consta no Gráfico 1, boa parte dos esforços estava em estabelecer essa rede de clientelismo populista mais preocupado em dar legitimidade aos grandes *experts* do campo esportivo, em detrimento da extensão de sua prática a todas as parcelas da população. O consumo das práticas de maneira “passiva” denota a audiência cativa do espetáculo esportivo, além de confrontar a desigualdade do acesso às práticas esportivas com o distanciamento do Estado em relação à ação/regulação direta nesse campo (BOURDIEU, 1983).

**Gráfico 1** – Número de normas por categoria (1949-1986).<sup>3</sup>



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

As atividades previstas ao poder executivo ficam basicamente restritas à administração dos estádios e formulação de um Centro de Educação Física com funcionamento no Estádio Presidente Vargas. A criação da Superintendência de Desenvolvimento dos Desportos de Fortaleza (Sudef) somente ocorre no ano de 1973, com a restrição de sua renda ao aluguel dos estádios; à porcentagem da venda de ingressos nos espetáculos esportivos ali promovidos, a formulação de convênios e o recebimento de doações.

Quando se tratava do esporte na perspectiva do lazer, a ação do Estado era então resumida ao papel de regulador. A efe-

<sup>3</sup> Ver legenda das letras no Quadro 2.

tivação das Ruas de Lazer demandava apenas a demarcação dos espaços públicos a serem utilizados. No final do período 1949-1986, os usos desses locais para o lazer passam a ser objetos de interesse do grupo de pressão do poder público. Com o objetivo de manter a ordem no trânsito de pessoas, algumas práticas passam a ser proibidas na praia, como o frescobol, futebol e voleibol, além da presença de salva-vidas e de *kits* de primeiros socorros obrigatórios, em estabelecimentos que mantêm piscinas.

Não por acaso, nos momentos finais da repressão, vários grupos de pressão já estavam articulados e imbuídos a desenvolver e imprimir suas visões de mundo e sociedade. A instituição da utilidade pública à Associação dos Professores de Educação Física do Ceará (APEFCE), no ano de 1985, demonstra que outros caminhos surgiam, pois a sociedade civil pôde organizar-se e escolher, decidir, seus próprios destinos. Os processos inerentes ao ambiente pedagógico das práticas esportivas e de lazer tornavam-se objeto de lutas simbólicas entre os agentes do campo.

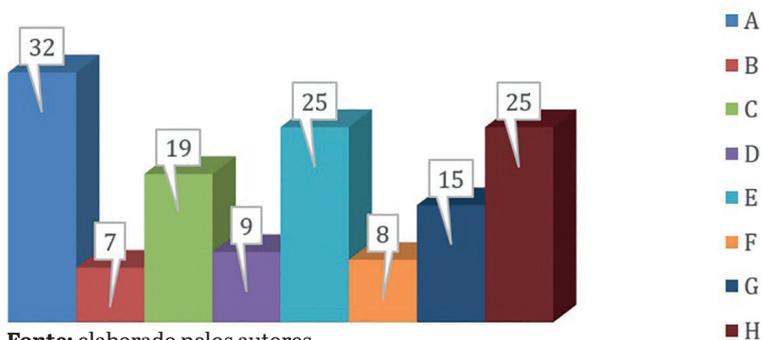
No início dos anos 1990 e a abertura política, várias mudanças passam a ocorrer no campo esportivo. Tubino (2011) enumera os seguintes fatores de transformação: a ampliação das dimensões sociais do esporte no lazer, na educação e no rendimento; o reconhecimento do esporte como forma de ascensão social; o papel das mídias na difusão e organização da cultura esportiva; a velocidade com que as tecnologias e a ciência passam a ser incorporadas nas práticas; a complexificação e profissionalização da cadeia produtiva do esporte e outros valores humanos atrelados às atividades que compõem esse mosaico.

O segundo período, de 1987 a 2019, apresenta, ainda, outras características, como a ampliação das ferramentas de fiscalização e comunicação com o poder público; o acesso à informação de maneira mais transparente e rápida através da in-

ternet; os modelos de governo com características progressistas; a intensificação do debate acerca das políticas públicas; a implementação de diversos tipos de programas voltados para o esporte e lazer; entre outras ações, apresentam um panorama geral que se diferencia em partes do período anterior. O Gráfico 2 aponta equilíbrio entre as concepções das leis. Porém, não é crível uma redução matemática do problema.

Ao longo desse segundo período, logo após os quatro primeiros anos de redemocratização, distribuem-se os 16 anos de governos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – com o médico Juraci Magalhães e o economista e professor Antônio Cambraia – ; os 8 anos de governos do Partido dos Trabalhadores (PT) – da jornalista e professora Luizianne Lins – ; e 7 anos de governos do médico Roberto Cláudio (que representou, nesse interstício, três diferentes partidos, o Partido Socialista Brasileiro – PSB, Partido Republicano da Ordem Social – Pros e Partido Democrático Trabalhista – PDT).

**Gráfico 2** – Número de normas por categoria (1986-2019)<sup>4</sup>



**Fonte:** elaborado pelos autores.

As comissões parlamentares configuram-se como os principais interessados em conduzir os rumos da vida política no município. Uma norma polêmica obrigava as entidades es-

<sup>4</sup> Ver legenda das letras no Quadro 2.

portivas consideradas de utilidade pública a ceder espaços em suas sedes para as chamadas escolas-anexos da prefeitura, medida paliativa à falta de espaços nas escolas existentes. Os governos pemedebistas estimularam, principalmente, a acessibilidade para as pessoas com necessidades especiais, obrigando a instalação de equipamentos esportivos adaptados, reserva de lugares específicos para esse grupo de pressão e instituição da Semana dos Jogos Paradesportivos de Fortaleza. A demarcação de áreas de lazer em ruas e avenidas e a obrigatoriedade de salva-vidas em estabelecimentos com piscina são atualizadas. A preocupação com a saúde e a segurança da população passa a compor as intenções de algumas medidas, como a construção de vestiários em ginásios escolares e a proibição da venda de armas de brinquedo. Há ainda a instituição da Semana Municipal do Brinquedo Popular.

A obrigatoriedade da participação das escolas que possuem quadra esportiva e professor de Educação Física nos Jogos Estudantis do município de Fortaleza, de certo modo, é o tipo de imposição que legitima o que deve ser o próprio esporte. Os prêmios, as homenagens e os incentivos oferecidos aos representantes dos grupos de pressão que compõem o campo esportivo continuam a fortalecer o poder dos atletas profissionais e dos interesses dos incentivadores do modelo de esporte em que as competições se configuram como o momento ritual que preserva a hegemonia desse sistema de crenças.

Entretanto, diversos grupos passam a circundar o poder. Tal fato não se dá ao acaso, pois o fim da ditadura militar e a reabertura política do Brasil trazem consigo a democratização dos processos eleitorais. Com o voto direto, em tese, mudaram também os grupos de pressão e seus interesses pressupõem variadas intenções em torno das políticas públicas.

Durante o governo petista, os aspectos artísticos, recreativos e beneficentes, em torno das práticas esportivas, configuram-se como itens cada vez mais valorizados pelas as-

sociações. Peculiarmente, em torno da dança, do *surf*, das artes marciais e da capoeira, surgem novos grupos de pressão capazes de mobilizar os parlamentares na busca de seus direitos e interesses. A manutenção das atividades das associações depende de recursos financeiros e o poder público, nesse sentido, transformou-se em seu maior estimulador, durante os últimos 80 anos, no mínimo.

O Programa de Lazer na Terceira Idade e algumas semanas comemorativas são instituídas, estabelecendo uma continuidade dos esforços impetrados durante o governo anterior. Em 2007, a criação da Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza prevê gestar as políticas nesse campo com planejamento, controle e difusão dos conhecimentos técnico e científico; para isso, estabelece uma estrutura de cargos comissionados e equipamentos que passam a ser de responsabilidade do órgão.

A criação da secretaria, a partir de esforços do poder público executivo, ressalta a importância que o esporte e lazer adquirem para o período. Em âmbito nacional, a campanha do então presidente em prol da candidatura do Brasil para sediar as olimpíadas que viriam a ocorrer no Rio de Janeiro, em 2016, buscava alimentar diferentes perspectivas de futuro para os brasileiros, e o esporte passa a ser um recurso metafórico importante de Lula. Segundo Mascarenhas (2012), o discurso buscava descolar os brasileiros da cultura da pobreza, do imediatismo.

A criação do Ministério do Esporte, em 2003, dava bons indícios para os anos seguintes; no entanto, convém dizer que os gastos não foram equânimes entre os programas do governo: abocanharam o Brasil no esporte de alto rendimento (10%), o Rumo ao Pan 2007 (58%), o Esporte e Lazer na cidade (10%) e o Segundo Tempo (22%), da média dos recursos financeiros, entre os anos de 2004 e 2010 (ATHAYDE; MASCARENHAS; SALVADOR, 2015). O sistema de crenças constituído em torno do esporte de alto rendimento continuava, portanto, a exercer a hegemonia no campo das políticas de esportes nacionais.

O futebol aglutinou as atenções de diferentes grupos de pressão, durante o governo petista de Luizianne Lins. As torcidas de futebol (consideradas como patrimônio público e homenageadas pelo poder legislativo), e a Copa Mundial da Fifa de 2014 (entidade de caráter privativo que contou com a isenção de impostos e outras regalias concedidas pelos parlamentares e o poder executivo), são exemplos claros dessa condição. O controle sobre a capacidade de público em eventos e equipamentos esportivos; o cadastro permanente dos membros de torcidas organizadas; e a instituição do Museu do Futebol, marcam, também, a busca pela resolução dos conflitos entre os grupos de pressão do poder público executivo com os grupos de pressão desses subcampos específicos.

Durante o governo Roberto Cláudio, os parlamentares dão continuidade aos tipos de medidas que já vem sendo implementadas desde o processo da constituinte de 1988. As associações e federações esportivas, ainda, tem representatividade entre os grupos de pressão do período final de nossa análise, destacando-se a Federação Cearense de Artes Marciais e a Federação de Triathlon do Estado do Ceará, que ganha concessão de uso de um prédio público para desenvolver suas atividades. A Federação Internacional de Futebol/Fédération Internationale de Football Association (Fifa) também se destaca como grupo de pressão, ao conseguir a decretação de feriado nos dias de jogos da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014, além da criação de um programa para capacitar os profissionais que trabalhariam nesses eventos.

Várias acontecimentos são instituídos no calendário municipal: Festival Nacional de Dança de Fortaleza; Campanha pela Paz entre as Torcidas de Futebol; Copa Arena Juventude; Dia Municipal do Desafio; Virada Esportiva e os meses de promoção dos esportes de praia e de atividade física. Parte desses eventos são instituídos para atender às demandas de grupos

específicos, representados na dança e no futebol e parte para atender às demandas do próprio poder público executivo.

Duas leis são basicamente revisadas pela terceira vez, nesses 80 anos, o Programa Rua da criança e do Lazer e a presença de salva-vidas em ambientes que tenham piscina, demonstrando alguns avanços. Na primeira, fica estabelecido que é sob o interesse das associações que o poder executivo demarca os espaços públicos a serem utilizados. Na segunda, indica algumas normas de segurança a serem seguidas pelos estabelecimentos. Vários equipamentos esportivos e culturais municipais são nomeados. Além desse conjunto, algumas leis vem a regular os conflitos de interesses em torno da segurança, saúde e do próprio trânsito de pessoas nos espaços públicos e privados. A obrigatoriedade de veicular informações sobre uso de drogas; crianças desaparecidas; e a lotação máxima em estabelecimentos esportivos, atendem aos grupos de pressão do poder público. Ainda, a regulamentação do uso dos espaços situados em orlas, praças, parques e outras áreas, para fins de orientação e treinamento, resguarda os interesses dos grupos de pressão formado pelas Assessorias Esportivas, o Conselho Regional dos Profissionais de Educação Física e o próprio poder público.

### **3 Limites da/na atuação parlamentar e sistemas de crenças do esporte**

“A dinâmica da sociedade impõe limites à materialização das normas sancionadas” (MATIAS; MASCARENHAS, 2019, p. 555). Desse modo, destacam-se alguns contornos para a atuação parlamentar, oriundos de dificuldades externas enfrentadas na implementação do ordenamento legal, assim como limites advindos dos modos como essas leis se projetam sobre os processos de execução da política pública. É, de fato, notório que várias leis sofrem com a falta de controle e fiscalização de seu cumprimento.

No âmbito do próprio poder público, alguns eventos e programas instituídos são simplesmente “abandonados”, com a troca de mandatários no poder executivo. O tom personalíssimo dos governos demonstra sua marca na reinvenção de matérias que praticamente não mudam em nada o ordenamento anterior, mas, apenas, os grupos de pressão beneficiados em cada época. Há matérias de interesse comum e modos operacionais idênticos, que se encontram em sua terceira reedição, sendo resguardada a iniciativa simplória de dar outra denominação às iniciativas.

Outro limite são as normas mais genéricas, que não trazem direcionamento real para sua execução; não apresentam qualquer tipo de previsão orçamentária (mesmo nas emendas à lei orgânica do município e nas leis complementares, nas quais são possíveis as iniciativas com esse sentido); não delineiam o caráter da ação; tampouco, preveem formas de controle e fiscalização. Enfim, há normas em que a participação em uma competição esportiva se torna obrigatória a algumas escolas, sem que o ambiente pedagógico desses eventos e sua principal missão sejam devidamente questionados em relação às realidades social e cultural desses mesmos alunos.

Assim como programas são instituídos como de lazer pelo mero apelo às iniciativas previamente elaboradas pela população, sem qualquer tipo de abordagem conceitual sobre o caráter das próprias práticas que se propõe regular. Nas inúmeras leis que regulam os espaços privados e públicos falta a indicação de quais profissionais e órgãos a executarão e como farão o acompanhamento dessas medidas.

Dificuldades para a implementação da meia-entrada em espetáculos artísticos e esportivos; para a acessibilidade das pessoas com necessidades especiais; para a afixação de normas claras e à disposição dos clientes em todos os ambientes que ofertam práticas de esporte, lazer e atividade física denotam um trabalho grandioso, praticamente impossível de ser reali-

zado sem a cumplicidade dos diversos entes privados envolvidos e o compromisso do poder público.

As trocas de gestores nos poderes executivo e legislativo ocasionam interrupções no planejamento e na execução das políticas. Os anos de 1949 a 1986, devido ao processo de ruptura com a democracia, foi ainda mais unilateral, em suas ações, privilegiando os grupos de pressão representados nos clubes, federações e associações desportivas, do município de Fortaleza. A responsabilidade sobre os estádios e o *lobbying* com os grupos de empresários e profissionais do campo esportivo compuseram as regras do jogo. A preocupação com a formação de um elite esportiva, a não interferência organizacional do Estado, porém, com seus subsídios conferindo *status* e recursos financeiros aos entes privados, o tipo de padrão de ações voltadas para os interesses do mercado e a visão sobre o esporte como meio de vida (profissionalização) efetivam o sistema de crenças da coalização Pró-EAR (BUENO, 2008)<sup>5</sup>.

Apesar dos avanços demonstrados no início deste artigo, a partir do processo de redemocratização, no final dos anos 1980, com a complexificação das relações entre o poder legislativo e os diferentes tipos de grupos de pressão que passaram a movimentar o campo do esporte e lazer na cidade de Fortaleza, e, ainda, com o maior esforço em atender às coalizões do esporte-educação e esporte-participação, mesmo assim, a hegemonia da coalização Pró-EAR continua em voga. Alguns fenômenos convergentes parecem alimentar o *status* adquirido pela crença nos instrumentos do alto rendimento como veículo de promoção do direito ao esporte: a mercantilização, espetacularização e profissionalização das práticas, assim como os eventos competitivos como modelo predominante de interação entre os diferentes agentes do campo.

<sup>5</sup> “No sistema de crenças, ao conjunto de interesses e metas soma-se a crença em relações causais e a percepção do *status* dos parâmetros relacionados ao problema. Os modelos de sistema de crenças incorporam tanto o autointeresse como também os interesses organizacionais” (BUENO, 2008, p. 27-28).

Bueno (2008) aponta que, diferentemente do Pró-EAR, que tem em seu centro profundo de crenças e valores a competição, a superação e o recorde, o Pró-EPE centra-se na educação, socialização e democratização. O papel do Estado, nessa perspectiva, é fundamental, pois, como meio de melhorar a qualidade de vida e desenvolver o lazer, a educação e a saúde da população, esse tipo de esporte conta, quase que exclusivamente, com o apoio institucional das escolas, dos órgãos do poder executivo e de algumas organizações de base<sup>6</sup>.

Em tese, acredita-se que, justamente por não oferecer uma base de sustentação sólida, firmada em levantamentos estatísticos e subjetivos com a população, que esteja, também, devidamente amparada nos diferentes sistemas de crenças em jogo no campo esportivo, é que o trabalho efetivado pelos parlamentares parece refletir a própria desigualdade instaurada no acesso direto às práticas esportivas no país, além disso, essas próprias leis são tão seletivas quanto as próprias práticas hegemônicas do campo esportivo.

Ressalta-se que o estudo aqui apresentado não considerou as ações desempenhadas de modo “autônomo” pelo poder público executivo. Trata-se de uma análise possível sobre o potencial das leis municipais, de forma a caracterizar suas distin-

---

<sup>6</sup> Os dados do Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano do Brasil, de 2017, intitulado Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas (AFEs) para todas as pessoas, apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, revelam que, entre os brasileiros adultos, 31,5% estão envolvidos com AFEs. Esse número cai para 22,5%, quando o critério exige 150 minutos semanais de atividade. Entre os jovens escolares, o número de praticantes é alto, e a média decai gradativamente nas faixas etárias posteriores. Entre os jovens, 70% dos praticantes são homens e, 30%, mulheres. Já entre 40 e 59 anos, o número de homens é menor do que o de mulheres, nas práticas. O fator predominante para reverter o quadro de desigualdade de gênero, no envolvimento com as práticas, quanto para compensar o baixo nível de atividade, com o avançar da idade, está ligado ao nível de rendimento mensal domiciliar *per capita*, quanto maior o ganho maior a quantidade de praticantes. Assim como o quadro da renda, do gênero e da idade está atrelado à complexificação das práticas (PNUD, 2017).

ções e a legitimidade que confere aos agentes, práticas, grupos e sistemas de crenças que compõem o campo do esporte em Fortaleza.

## Referências

ARAGÃO, Murillo. Ação dos grupos de pressão nos processos constitucionais recentes no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, n. 6/7, 1996.

ATHAYDE, Pedro Fernando; MASCARENHAS, Fernando; SALVADOR, Evilásio. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no governo Lula. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 37, n. 1, jan./mar. 2015.

BETTI, Mauro. *Violência em campo: dinheiro, mídia e transgressão às regras no futebol espetáculo*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. Coleção educação física.

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero Ltda, 1983.

BUENO, Luciano. *Políticas públicas de esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento*. São Paulo: Tese (doutorado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2008.

ELIAS, Nobert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

FREITAS, Francisco Máuri de Carvalho. *A miséria da educação física*. Campinas, SP: Papirus, 1991. Coleção corpo e motricidade.

KUNZ, Elenor. Esporte: uma abordagem com a fenomenologia. In: STIGGER, M. P.; LOVISOLO, H. (orgs.). *Esporte de rendimento e esporte na escola*. Campinas: Autores associados, 2009a. Coleção educação física e esportes.

KUNZ, Elenor. Percepção, sensibilidade e intuição para as possibilidades criativas no esporte: complementos atualizados para nova publicação. In: STIGGER, M. P.; LOVISOLO, H. (orgs.). *Esporte de rendimento e esporte na escola*. Campinas: Autores associados, 2009b. Coleção educação física e esportes.

MASCARENHAS, Fernando. Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunami. *Revista Movimento*, v. 18, n. 1, jan./mar. 2012.

MATIAS, Wagner; MASCARENHAS, Fernando. Os grupos de pressão no processo de tramitação do Profut (Lei n. 13.155/2015). *Licere*, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, jun./2019.

MATIAS, Wagner Barbosa; ATHAYDE, Pedro Fernando; HÚNGARO, Edson Marcelo; MASCARENHAS, Fernando. A lei de incentivo fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil. *Revista Movimento*, v. 21, n. 1, p. 95-110, jan./mar. de 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório de desenvolvimento humano nacional – movimento é vida: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas*. Brasília, 2017.

STIGGER, Marco Paulo. *Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico*. Campinas: Autores associados, chancela editorial Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), 2002. Coleção educação física e esportes.

TUBINO, Manoel José Gomes. *Dimensões sociais do esporte*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Coleção questões da nossa época; v. 25.

VIANA, Eduardo. *O poder no esporte*. Rio de Janeiro: Sprint, 1994.

# Políticas públicas de esporte e lazer: instalações, equipamentos e práticas desportivas no município de Fortaleza/CE

Basílio Rommel Almeida Fechine

Antonio Ulisses de Sousa Junior

Andreyson Calixto de Brito

Nathalie Dias Maciel

## Introdução

○ desporto, na modernidade, pela sua contribuição enquanto fenômeno gerador de educação, cultura, saúde e economia, ocupa relevante lugar na sociedade, proporcionando melhoras na qualidade de vida da população, seja diretamente ao praticante, ou, indiretamente, como mediador ou vendedor de serviços, traduzidos pela regularidade da procura e prática, como também pelo consumo de produtos associados. Além do que o acesso à prática do desporto e lazer é direito previsto constitucionalmente.

A Carta Internacional de Educação Física e Desporto da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), de 1978 (ONU, 2019), estabelece que todas as pessoas têm o direito ao desporto, e que os poderes públicos (governos federais, estaduais, municipais); as escolas; e os organismos privados; devem unir-se para dar condições logísticas que possibilitem o acesso a equipamentos/instalações e materiais necessários à sua prática. O Art. 217 da Constituição Federal de 1988 garante o desporto como dever do Estado e direito do cidadão e que o poder público deve fomentar práticas desportivas formais e não formais (BRASIL, 2019).

A pluralidade de interesses, a diversidade de motivações e objetivos dos cidadãos na sua relação com o desporto, impõem ao poder público (federação/estado ou município) atribuições para a promoção e o apoio da prática desportiva, bem como a construção de equipamentos, possibilitando formal e informalmente acesso à prática, aos programas e projetos de inclusão social.

Em nível local (cidade de Fortaleza), o esporte e lazer têm vindo a conquistar grande importância como missão do poder público municipal. Com a construção de equipamentos como Areninhas, Miniareninhas e com o fortalecimento da Rede de Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cuca) e a revitalização de espaços urbanísticos destinados à socialização, por meio da prática de esportes e atividades de recreação e lazer.

Diante do embasamento legal e da importância recente do desporto e lazer para o povo fortalezense, associando-se à afirmação de que a caracterização e identificação dos equipamentos para a prática desportiva contribuirão para o reconhecimento da excelência da instalação, disponibilidade e usufruto pela população (CUNHA, 2007), o objetivo deste estudo é descrever os equipamentos desportivos da cidade de Fortaleza (disponibilizados pela prefeitura) estratificados por práticas esportivas existentes nesses locais, assim como seus projetos e programas públicos.

## **1 Procedimentos metodológicos**

Para proporcionar unidade metodológica na exploração dos dados coletados, foi utilizada uma investigação quantitativa, que teve, na análise descritiva, exploratória e de observação dos equipamentos, o marco de catalogação e configuração das informações, conjugadas a procedimentos de interpretação do discurso dos gestores, aliado a documentos oficiais interpretados à luz das ciências sociais.

## 1.1 Critérios de seleção da amostra

A categorização amostral partiu do setor público municipal de Fortaleza, respectivamente, aos equipamentos e suas práticas/projetos de esporte e lazer efetivados pela comunidade e sob responsabilidade da:

- Secretaria de Esporte e lazer (Secel) do Município de Fortaleza; e
- Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude (CJUV) do Município de Fortaleza.

Ressalta-se que alguns projetos de esporte e lazer foram catalogados também em outras pastas governamentais e coordenadorias, o que legitimou, segundo entrevistas e indicações documentais, a catalogação de dados da CJUV.

De acordo com o Projeto Fortaleza 2040, da Prefeitura de Fortaleza, a administração pública do esporte e lazer da cidade é realizada em conjunto com a Secel, com ações, projetos, práticas desportivas/lazer e manutenção dos equipamentos ramificados e o auxílio das Secretarias Regionais (SERs). A Tabela 1 descreve as SERs com os respectivos números de bairros e população (FORTALEZA, 2016).

**Tabela 1-** Habitantes de Fortaleza por SERs

SERs	Número de Bairros	Número Estimado de Habitantes
		em 2010
SER I	15	363.912
SER II	20	334.868
SER III	16	360.551
SER IV	19	281.645
SER V	18	541.511
SER VI	27	541.160
Sercefor	1	28.538
TOTAL	116	2.452.185

**Fonte:** Adaptado de Fortaleza (2016).

Para aferir e catalogar as informações dos equipamentos administrados pela Secel e CJUV utilizamos como instrumentos de coleta de dados os documentos públicos; a aplicação de questionário e entrevista semiestruturada com os gestores; visita aos equipamentos; e observação das práticas realizadas.

## **2 Resultados e discussão**

Para melhor distribuição didática dos dados, os resultados relativos aos equipamentos e suas práticas esportivas e de lazer; e os projetos públicos correlatos estão divididos hierarquicamente pela (I) Secel e (II) CJUV, do município de Fortaleza.

### **2.1 Secretaria de Esporte e Lazer**

#### **DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E PRÁTICAS DA SECEL**

De acordo com as informações levantadas a partir dos documentos da Prefeitura de Fortaleza, Secel é responsável pela organização e por ações envolvendo as atividades esportivas e de lazer. Com o objetivo de formular e executar a política municipal de esportes, coordena, supervisiona e incentiva atividades físicas, desportivas e recreativas como instrumento de inclusão social e promoção do bem-estar físico e psicológico da população, mantendo e gerindo as instalações destinadas à prática desportiva (FORTALEZA, 2019).

A distribuição dos equipamentos da Secel segue a divisão dos equipamentos em Estádios; Ginásios; Campos; Areninhas; Miniareninhas; Complexos esportivos a beira-mar, subdivididos nas sete regionais, geograficamente distribuídas pelos bairros da cidade de Fortaleza, conforme Quadro 1.

**Quadro 1 – Secretarias Regionais (SERs) – divisão geográfica**

<b>SERs</b>	<b>Bairros</b>	<b>Nº</b>	<b>Área</b>
<b>SER I</b>	Vila Velha, Jardim Guanabara, Jardim Iracema, Barra do Ceará, Floresta, Álvaro Weyne, Cristo Redentor, Vila Ellery, São Gerardo, Monte Castelo, Carlito Pamplona, Pirambú, Farias Brito, Jacarecanga e Moura Brasil	15	24,4 km <sup>2</sup>
<b>SER II</b>	Aldeota, Joaquim Tavora, São João do Tauape, Meireles, Praia de Iracema, Dionísio Torres, Varjota, Mucuripe, Cais do Porto, Vicente Pinzón, Papicu, Cidade 2000, Salinas, Guararapes, Praia do Futuro I e II, Cocó, Luciano Cavalcante, Dunas e Bairro de Lourdes	19	44,42 km <sup>2</sup>
<b>SER III</b>	Jóquei Clube, Pici, Bela Vista, Presidente Kennedy, Parquelândia, Amadeu Furtado, Rodolfo Teófilo, Parque Araxá, Antônio Bezerra, Autran Nunes, Don Lustosa, Henrique Jorge, Quintino Cunha, João XXIII, Bonsucesso e Padre Andrade	17	25,85 km <sup>2</sup>
<b>SER IV</b>	Parangaba, Vila Peri, Montese, Itaperi, Damas, Bom Futuro, Benfica, Jardim América, Parreão, Bairro de Fátima, Vila União, Aeroporto, José Bonifácio, Panamericano, Couto Fernandes, Demócrito Rocha, Itaoca, Serrinha e Dendé	19	33,07 km <sup>2</sup>
<b>SER V</b>	Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Geninbaú, Canindezinho, Conjunto Ceará I e II, Parque São José, Bonsucesso, Parque Santa Rosa, Conjunto Esperança, Vila Manoel Sátiro, Maraponga, Mondubim, Jardim Cearense, José Walter e Parque Presidente Vargas	18	56,11 km <sup>2</sup>
<b>SER VI</b>	Aerolândia, José de Alencar, Alto da Balança, Ancuri, Barroso, Cambeba, Cidade dos Funcionários, Coaçu, Curió, Dias Macedo, Edson Queiroz, Guajeru, Jangurussu, Jardins das Oliveiras, Lagoa Redonda, Boa Vista, Messejana, Parque Dois Imãos, Parque Iracema, Parque Manibura, Passaré, Paupina, Sapiroanga, Sabiaguaba, Coité, Conjunto Palmeiras, São Bento.	27	119,98 Km <sup>2</sup>
<b>Sercefor</b>	Limites do Centro: LESTE, Rua João Cordeiro. OESTE, Padre Ibiapina e Filomeno Gomes. NORTE, Avenida Historiador Raimundo Girão, Almirante Barroso, Humberto Castelo Branco e Pessoa Anta. SUL, Antônio Sales e Domingos Olímpio.	-	4,85 km <sup>2</sup>

**Fonte:** Adaptado de Ipece (2012).

Para a exposição macrogeográfica dos equipamentos, é apresentado o quantitativo geral, integrando os poderes públicos municipal e estadual, com o fim de retratar as instalações destinadas para as práticas de esportes e lazer na cidade de Fortaleza. Segue a catalogação na Tabela 2.

**Tabela 2 – Áreas de Lazer em Fortaleza divididas pelas SERs**

SERs	Áreas Ver-des	Pra-ças	Par-ques	Lagos/Jar-dins	Gi-násios	Está-dios	Are-ni-nha	Mini-areni-nha	Cu-ca	Ou-tros	To-tal
I	14	48	1	0	0	1	3	3	1	2	103
II	26	56	3	38	1	1	3	1	0	4	133
III	3	18	0	6	0	2	3	0	0	0	32
IV	8	47	3	7	2	1	3	1	0	1	73
V	8	19	0	5	0	1	7	3	1	0	44
VI	24	31	2	9	0	3	4	3	1	1	78
<b>Serçe</b>	0	23	3	1	0	0	0	0	0	0	27

**Fonte:** Adaptado de Fortaleza (2016).

Conforme aponta Da Costa (2005), os equipamentos esportivos integram-se à paisagem urbana, modificando a condição de vida dos que dela usufruem, reverberando, como aponta Sarmiento (2009), numa mudança social e na qualidade de vida.

Segundo dados documentais, entrevistas com gestores e visita aos equipamentos, ficou evidenciado que a prática de esportes nessas instalações é condicionada pelo acesso aos equipamentos disponíveis; à existência de programas públicos ou privados; a projetos de cunho sociais; e à condição socioeconômica de seus moradores. Não necessariamente tendo, na sua origem, um projeto via política pública que os direcione (FORTALEZA, 2016; 2019). Porém, confirmamos a existência de algumas políticas (projetos/programas), apontadas em tópicos mais adiante. Assim, como também não classificamos a Rede Cuca como equipamento apenas desportivo, pois sua atuação ultrapassa a esfera esportiva integrando-se a demandas de arte, formação, cultura, recreação e lazer. Em tópicos à frente,

explicitaremos atividades integradas aos projetos que a legitimam, conforme mencionado no tópico metodologia.

Para a descrição dos equipamentos desportivos da Prefeitura de Fortaleza/Secel e sua estratificação conceitual quanto às práticas, seguem os Quadros 2 a 7 relacionados aos Estádios, Ginásios, Campos, Areninhas, Miniareninhas, Complexos Esportivos à Beira-Mar, divididos por regionais.

#### **Quadro 2 – Estádios e sua localização administrativa**

<b>Estádios</b>		
<b>Nome</b>	<b>Bairro</b>	<b>SER</b>
Estádio Presidente Vargas – PV	Benfica	IV
Estádio Municipal do Bom Jardim	Bom Jardim	V
Estádio Valdir Bezerra	Sapiranga	VI
Estádio Antony Costas	Antonio Bezerra	III
Estádio Walter Lacerda	Messejana	VI

**Fonte:** Dados da pesquisa.

As práticas desportivas desenvolvidas nos respectivos estádios estão relacionadas, prioritariamente, ao futebol profissional e futebol amador, com alguma inclusão do futebol americano, acontecendo no Estádio Presidente Vargas.

Em ambos os espaços municipais, são realizadas competições, torneio e ligas, com características de prática que vão do alto rendimento à formação desportiva; como também as atividades de lazer e recreação (escolinhas). Destaca-se, dentre esses, o Estádio Presidente Vargas (originado do Campo do Prado, 1913), o mais antigo da cidade, cuja primeira inauguração foi em 1941. Com capacidade atual para 20.268 espectadores, registra em seus gramados a passagem de jogadores como Garrincha e Pelé, campeões mundiais pela Seleção Brasileira de Futebol e dois expoentes do futebol arte nacional.

O PV, como é carinhosamente chamado pelos fortalezenses, foi espaço de competições cearenses, nacionais (Copa do Nordeste, Copa do Brasil e Brasileirão) e internacionais, como a Copa do Mundo da Fifa, realizada em 2014, ocupando o *status*

de sede de treinamento para algumas seleções, dentre elas, o Brasil, a Alemanha e Holanda (FORTALEZA 2019). (Fig. 1).

**Figura 1-** Vista do Estádio Presidente Vargas



**Fonte:** Dados da pesquisa.

**Quadro 3 –** Ginásios e sua localização administrativa

<b>Ginásios</b>		
<b>Nome</b>	<b>Bairro</b>	<b>SER</b>
Ginásio Paulo Sarasate	Dionisio Torres	II
Ginásio Aecio de Borba	Benfica	IV
Ginásio Poliesportivo da Parangaba	Parangaba	IV

**Fonte:** Dados da pesquisa.

As práticas desportivas desenvolvidas nos ginásios municipais abrangem diversas modalidades, dentre elas: futsal, basquetebol, voleibol, lutas e handebol, com características de formação desportiva; atividades de lazer e recreação (escolinhas); e alto rendimento. O Ginásio Paulo Sarasate, além do espaço coberto, conta com academia ao ar livre e três quadras poliesportivas (Fig. 2).

**Figura 2** – Vista do Ginásio Paulo Sarasate



**Fonte:** Dados da pesquisa.

O Ginásio Paulo Sarasate foi fundado em 1971 e atualmente tem capacidade para 15 mil espectadores. Em seu percurso histórico, recebeu eventos desportivos variados, como a vinda da equipe Harpem Globe-trotters, precursora do basquete de rua nos Estados Unidos, unindo basquetebol, malabarismo e fantasia. Destacam-se eventos nacionais e internacionais de futsal, basquete, vôlei, handebol e lutas. Como também eventos religiosos e de formação escolar, como preparatórios para vestibulares, concursos, entre outros.

O Ginásio Aécio de Borba foi fundado em 1982 e tem capacidade para 2.500 espectadores. É sede da equipe de Futsal do Sumov (originando-se na Superintendência Municipal de Obras e Viação da prefeitura), hexacampeão do Brasil. Atualmente, configura-se como centro de formação de jovens futebolistas cearenses. Contudo, nas décadas de 1980 e 1990, esse espaço movimentava diversos eventos desportivos, desde ligas cearenses a torneios nacionais e internacionais. Conhecido como berço cultural do futsal cearense e do Brasil, está localizado ao lado do Estádio Presidente Vargas, no corredor esportivo mais famoso da cidade, no bairro do Benfica.

O Ginásio Poliesportivo da Parangaba, situado às margens da lagoa do mesmo nome, recebe, dentre as modalidades citadas dos esportes coletivos, festivais de quadrilha e outras manifestações culturais típicas do povo cearense, como também a prática de esportes de aventura, como *skate* e *slackline*, com espaços estruturais específicos.

**Quadro 4 – Campo e sua localização administrativa**

<b>Campos</b>		
<b>Nome</b>	<b>Bairro</b>	<b>SER</b>
Campo da Sapiranga Coité	Sapiranga Coité	VI

**Fonte:** dados da pesquisa.

As práticas desportivas desenvolvidas no Campo da Sapiranga Coité restringem-se ao futebol amador, com formação desportiva via escolinha de futebol e atividades de lazer/recreação. Algumas práticas de caminhadas, pela população, com o fim de obter melhora do condicionamento físico e da saúde, foram identificadas no espaço.

**Quadra 5- Complexos esportivos e à beira-mar**

<b>Complexo Esportivo Maravilha e à Beira-Mar</b>		
<b>Nome</b>	<b>Bairro</b>	<b>SER</b>
Complexo Esportivo Maravilha	Fatima	IV
Espaços Esportivos à Beira-Mar	Meireles	II

**Fonte:** Dados da Pesquisa.

As práticas desportivas desenvolvidas nos Complexo Maravilha (recém-reformado) envolvem atividades de recreação, saúde e lazer, com prática de desportos coletivos, lutas, academia ao ar livre e parque infantil.

O Espaço Esportivo à Beira-Mar (Fig. 3) é conhecido na cidade de Fortaleza como Avenida Beira-mar e conta com três quilômetros de extensão, recebendo atividades de ciclismo, basquete, basquete de rua, futebol de areia, *skate*, dança, Tai

Chi Chuan, *rugbi*, *slackline*, futebol americano, corrida de rua, treinamento funcional, massagem, *beach* tênis, futevôlei e vôlei de praia, natação, *triathlon*, *stand up paddle*, *surf*. Esses espaços podem receber mais modalidades, contudo, observou-se a categorização citada.

**Figura 3** – Aspectos da Avenida Beira-Mar



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Dentre as atividades relatadas na Avenida Beira-Mar, destaca-se o vôlei de praia, praticado no espaço historicamente conhecido como Volta da Jurema, local de formação de diversos atletas, inclusive campeões brasileiros, mundiais e medalhistas olímpicos. Destacam-se, no passado recente: Franco e Roberto Lopes; Márcio e Benjamim; Shelda; Larissa e Juliana.

**Quadro 6** – Localização administrativa das areninhas

<b>Areninhas</b>		
<b>Nome</b>	<b>Bairro</b>	<b>SER</b>
Campo do America	Meireles	II
Thauzer Pereira	Quintino Cunha	III
Campo do Servilha	Genibaú	V
CSU Cesar Cals	Pici	III
Campo do Novo Ideal	Rodolfo Teofilo	III
Pirambu	Pirambu	I
Vila União	Vila União	IV
Polo de Lazer	Conjunto Ceará	V
Sítio São João	Jangurussu	VI
Campo do Grêmio	Barra do Ceará	I
Campo do Barroso	Barroso	VI
Sargento Herminio	Bairro Ellery	I
Beira Rio	Beira Rio	I
José Walter	José Walter	V
Parque Dois Irmãos	Parque Dois Irmãos	VI
Conjunto Esperança	Conjunto Esperança	V
Praia do Futuro I	Serviluz	II
Praia do Futuro II	Serviluz	II
São Bernardo	Messejana	VI
Planalto Ayrton Sena	Planalto Ayrton Sena	V
Grande Bom Jardim	Granja Lisboa	V
Aracapé	Grande Mondubim	V
Vila Betania	Parangaba	IV

**Fonte:** Dados da pesquisa.

**Quadro 7** – Localização administrativa das miniareninhas

<b>MiniAreninhas</b>		
<b>Nome</b>	<b>Bairro</b>	<b>SER</b>
Fonsequinha	Mondubim	V
Conjunto Ceará	Conjunto Ceará	V
Santa Teresinha	Vicente Pinzón	II
Castelão	Castelão	VI
Panamericano	Panamericano	IV
Conjunto Padre Hélio	Floresta	I
Guajeru	Guajeru	VI
Bom Jardim,	Bom Jardim	V
Paupina	Paupina	VI
Carlito Pamplona	Carlito Pamplona	I
Cristo Redentor	Cristo Redentor	I

**Fonte:** Dados da pesquisa.

As Areninhas são espaços urbanizados e requalificados, que contam com campo de futebol e estão localizados em bairros com alto índice de vulnerabilidade social e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (FORTALEZA, 2019). São espaços equipados com gramado sintético, bancos de reserva, arquibancadas, redes de proteção, alambrados, vestiários, depósito para materiais esportivos, iluminação, paisagismo, pavimentação e rampa de acesso para cadeirantes, parque infantil e academia ao ar livre. As Miniareninhas possuem gramado sintético, bancos de reserva, arquibancadas, redes de proteção, alambrados, depósito para materiais esportivos, iluminação, paisagismo e rampa de acesso para cadeirantes.

A Figura 4 apresenta o Campo do América, primeira Areninha de Fortaleza, fundada em 2014, e equipamento-piloto que foi marco para a construção das outras 22 arenas espalhadas pela cidade.

**Figura 4** – Vista da Areninha Campo do América



**Fonte:** Fortaleza, (2017).

Dados indicam que, na Areninha Campo do América, mais de 1.194 pessoas foram beneficiadas com atividades de esporte e lazer; distribuídos, nesse número, 513 crianças e jovens atendidos em projetos sociais. Quando esse quantitativo foi agregado aos totais de Areninhas existentes, até o ano de 2017, os dados apresentaram 6.441 pessoas beneficiadas, em 190 projetos sociais (FORTALEZA, 2017).

A ideação, o fortalecimento e a concretização de um novo equipamento desportivo deve ter como alicerce a viabilidade de dar respostas à população que dela usufrui (SARMIENTO, 2004). Essa reestruturação de antigos campos de futebol, legitimados com a requalificação para espaços de Areninhas, vai ao encontro dessa afirmação, dando sentido histórico e prático ao espaço reurbanizado. Na Figura 5, visualiza-se a 20ª Areninha, do Conjunto São Bernardo, fruto dessa legitimação originada no antigo Campo do América.

**Figura 5** – Aspectos da Areninha do Conjunto São Bernardo



**Fonte:** Dados da pesquisa.

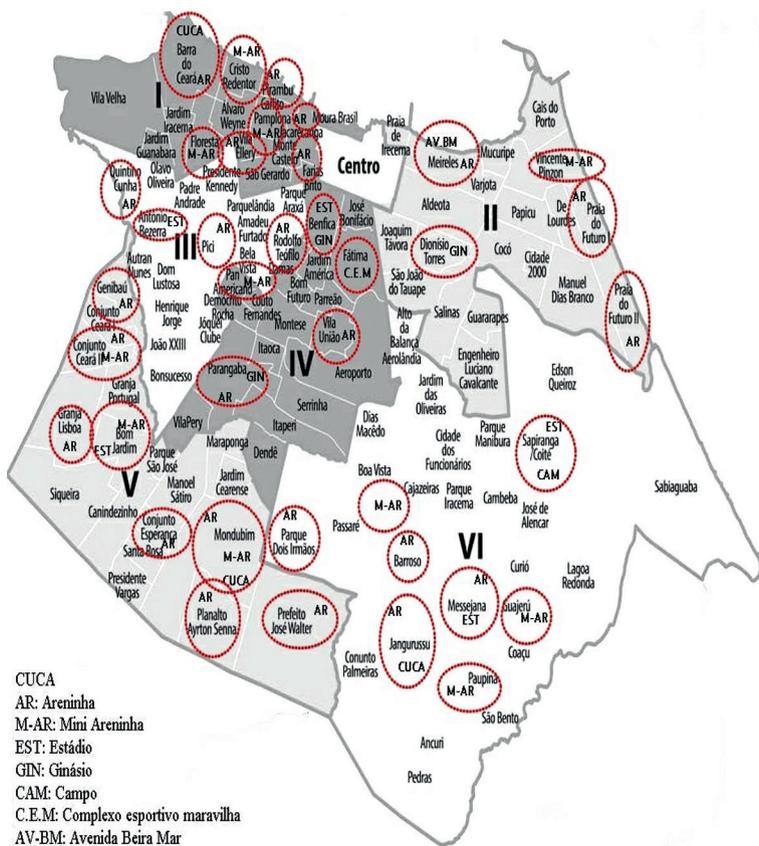
As Areninhas, portanto, possuem, de forma integrada, equipamentos esportivos de qualidade, como parque infantil e academia ao ar livre. Com práticas de modalidade coletiva,

como o futebol (prioridade) e *futsal*, oferece possibilidade de acesso a espaços para atividade física, saúde e lazer, para diversas faixas etárias.

Como parte da política municipal de valorização e incentivo à prática esportiva, em todas as Areninhas são implantados núcleos esportivos do Projeto Atleta Cidadão, da Secel (FORTALEZA, 2019). Tal informação leva-nos a refletir que as políticas de instalações esportivas devem possuir uma codificação e qualificação do espaço que permita o aumento da eficiência da prática e, conseqüentemente, uma política que se situe no sujeito praticante e seu histórico desportivo e de vida (CUNHA, 2007).

Como síntese dos equipamentos administrados pela Prefeitura de Fortaleza, a Figura 6 descreve visualmente os bairros, suas regionais e as instalações, distribuídas pelas caracterizações de Areninha, Miniareninha, Estádios, Ginásios, Campo, Complexo Esportivo maravilha e Avenida Beira-mar. Apresenta também a localização dos Cucas, antecipando sua descrição na análise da CJUV, a fim de possibilitar uma visão macro da geografia da capital cearense.

**Figura 6** – Equipamentos de esporte e lazer e sua distribuição nas Regionais Administrativas



**Fonte:** dados da pesquisa.

Na subdivisão por bairros, constatou-se que as regionais que apresentaram o maior número de equipamentos foram também aquelas que indicaram possuir o maior número de habitantes, respectivamente, nas sedes administrativas: SER (V), 11 equipamentos e 541.511 habitantes; SER (VI), 11 equipamentos e 541.160 habitantes; SER (I), 9 equipamentos e 363.912 habitantes.

## Descrição dos Projetos a Secel

### ATLETA CIDADÃO

Oferece à população acesso gratuito ao esporte e lazer, em aulas regulares dentro das comunidades, com atividades físicas e brincadeiras, para estimular a convivência social e a formação cidadã. Núcleos esportivos estão disponibilizados em praças, escolas, paróquias, calçadões, equipamentos esportivos e associações. Dentre eles, as Areninhas e Miniareninhas (futebol e *futsal*). As aulas do programa acontecem com orientação de profissionais de educação. A Tabela 3 estratifica as idades, os núcleos, as modalidades praticadas e atividades culturais do projeto Atleta Cidadão.

**Tabela 3** – Projeto Atleta Cidadão e sua logística

Projeto Atleta Cidadão				
Idades	Núcleos	Beneficiados	Modalidades	Atividades culturais
8 anos (a partir)	80	4.500	14	6

Fonte: Fortaleza (2019).

O projeto Atleta Cidadão é voltado para crianças, jovens e adolescentes com idades a partir de 8 anos. Em 80 núcleos, oferece a prática de diversos esportes, como: futebol, capoeira, hóquei, *futsal*, judô, *duathlon*, *triathlon*, natação, futebol de areia, caratê, caratê olímpico, basquete, *badminton* e voleibol. Além de atividades culturais, como: jogos, filmes, palestras, passeios, gincanas e festivais esportivos. Beneficia mais de 4.500 alunos das comunidades (FORTALEZA, 2019).

### ARENINHAS

Os projetos Areninha e Miniareninha, situados, respectivamente, nos equipamentos de mesmo nome, têm campos de futebol urbanizados e requalificados, em bairros com alto índi-

ce de vulnerabilidade social e baixo IDH. O objetivo é possibilitar o uso gratuito, à população, de equipamentos esportivos de qualidade e práticas de atividade física, em um ambiente seguro de convivência, com lazer e formação cidadã. O público-alvo compreende sujeitos de ambos os sexos, entre 8 e 29 anos, que frequentam aulas três vezes por semana. O futebol é a ferramenta principal de inclusão social e construção da cidadania (FORTALEZA, 2019) (Tabelas 4 e 5).

**Tabela 4** – Projeto Areninha e sua logística

<b>Projeto Areninha</b>				
<b>Idades</b>	<b>Núcleos</b>	<b>Beneficiados</b>	<b>Modalidades</b>	<b>Aulas Semanais</b>
8 a 29 anos	23	Comunidade	1	3

**Fonte:** Fortaleza (2019).

**Tabela 5** – Projeto Miniareninha e sua logística

<b>Projeto Miniareninha</b>				
<b>Idades</b>	<b>Núcleos</b>	<b>Beneficiados</b>	<b>Modalidades</b>	<b>Aulas semanais</b>
8 a 29 anos	13	Comunidade	1	3

**Fonte:** Fortaleza (2019).

A faixa etária dos participantes estabelecida no projeto Areninha (8 a 29 anos) amplia o leque proposto pela ONU e sua convenção (Assembleia Geral de 1985 – Ano Internacional da Juventude) para o público jovem, caracterizando, esse grupo etário, como aqueles pertencentes ao padrão de 15 a 24 anos (ONU, 2019). Ultrapassando também o leque etário do Estatuto da Juventude (2013) do Brasil, compreendido entre os 15 e 29 anos (BRASIL, 2019).

Assim, o grupo etário de 8 a 29 anos, para os praticantes dos projetos da Areninha, compreende, segundo dados indicados pelos gestores e documentos oficiais, participantes heterogêneos de ambos os sexos, em grupos de crianças, jovens, adolescentes e adultos, na prática da monocultura do futebol.

A origem das Areninhas é resultado histórico das modalidades anteriormente reestruturadas, em específico, o futebol e sua tradição nos bairros. Seguindo a lógica de que os equipamentos esportivos aglutinam e organizam a prática desportiva de determinado local (DA COSTA, 2005), sistematizando os comportamentos sociais relativo às modalidades e resulta da tradição e de costumes de uma sociedade, alicerçada em possíveis políticas públicas (CUNHA, 2003; 2007).

## **2.2 Coordenadoria especial de políticas públicas de juventude**

A CJUV é unidade específica da Prefeitura de Fortaleza criada em 2007, com a responsabilidade de desenvolver e coordenar políticas públicas para jovens de 15 a 29 anos, com a intenção social de garantir direitos e cidadania.

### **DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DO PROJETO REDE CUCA**

O projeto, inaugurado em 2009 (CUCA Barra), é oferecido gratuitamente pela Prefeitura de Fortaleza e administrada pela CJUV, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas menos favorecidas. Conta com três equipamentos, mantidos e geridos pelo Instituto Cuca, uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, de interesse coletivo e caráter eminentemente organizacional, assistencial, esportivo, recreativo, educacional e cultural, sem cunho político ou partidário (CUCA, 2014).

O projeto está distribuído em três bairros de Fortaleza: Jangurussu, Barra do Ceará e Mondubim e o instituto foi classificado como uma Organização Social (OS), por meio do Decreto nº12.587, de 23 de outubro de 2009, financiada por fontes da prefeitura, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Governo Federal, com orçamento anual equivalente a R\$ 6 milhões por equipamento (Quadro 7).

### Quadro 7 – Rede Cuca e sua localização administrativa

Rede Cuca		
Nome	Bairro	SER
Che Guevara	Barra do Ceará	I
Chico Anysio	Modubim	V
Luís Gonzaga	Jangurussu	VI

Fonte: Cuca (2014).

Segundo dados da gestão, sua localização é estrategicamente pensada, pois se situa em bairros com extrema pobreza e alto índice de vulnerabilidade social, com vistas a modificar essa condição com a promoção e melhoria da qualidade de vida oriunda de práticas desportivas e culturais, com formação visando a uma juventude empreendedora, protagonista e consciente.

Dessa maneira, o desporto imita a vida em comunidade, pelo poder de reunir e corporificar variáveis que representam meio de consolidação e integração social, como o convívio com regras, o trabalho voluntário, a cooperação, a superação do *status quo*, a ascensão social, a melhora da saúde e qualidade de vida (SARMIENTO, 2009).

A Tabela 6 apresenta a situação da população nos bairros acolhedores da Rede Cuca quanto à condição socioeconômica de extrema pobreza.

**Tabela 6** – Bairros da Rede Cuca e a distribuição espacial da pobreza, em termos absoluto

Bairro	População total	Extrema Pobreza		
		%	Ranking	No
Jangurussu	50.479	10.92	2º	5.511
Barra do Ceará	72.423	6.44	5º	4.808
Mondubim	76.044	5.95	6º	4.521

Fonte: Adaptado de Ipece (2012).

Na Tabela 6, constata-se que Jangurussu (5.511 pessoas), Barra do Ceará (4.808 pessoas) e Mundubim (4.521 pessoas), bairros extremamente pobres, ocupam respectivamente a 2ª, 5ª e 6ª colocação na distribuição espacial da pobreza.

Dados levantados na Rede Cuca revelam que as atividades realizadas nos três núcleos são gratuitas e atendem prioritariamente à população jovem de Fortaleza, de 15 a 29 anos. Com cerca de 300 mil atendimentos anuais, em várias atividades esportivas, de lazer e formação para o mundo do trabalho (cursos, arte e cultura, comunicação popular, jovem comunicador, audiovisual, psicossocial e promoção à saúde, trabalho e empregabilidade, biblioteca). A Tabela 7 apresenta uma visão geral sobre as atividades.

**Tabela 7** – Logística da Rede Cuca

Rede Cuca					
Idades	Núcleos	Beneficiados Anualmente	Vagas Mensais	Modalidades Esportivas	Cursos/Áreas
15 a 29	3	300.000	5.000	23	15

**Fonte:** dados da pesquisa.

A faixa etária dos participantes estabelecida no projeto Cuca (8 a 29 anos) assemelha-se ao proposto pela ONU (1985) e pelo Estatuto da Juventude do Brasil (2013), respectivamente compreendidos entre 15 e 24 anos (ONU, 2019) e 15 e 29 anos (BRASIL, 2019).

Quanto à infraestrutura, as unidades da Rede Cuca são compostas por ginásio, área de convivência, anfiteatro, pista de esportes radicais, espaço *cross fit*/ funcional, piscina semiolímpica, campo de futebol de areia/vôlei de praia, cineteatro, cine-clube, salas de aula, laboratórios, sala espelhada para dança. Na Figura 2 consta a imagem área do Cuca Barra, o mais antigo entre os três.

**Figura 7** – Vista panorâmica do Cuca Barra



**Fonte:** Ceará (2018).

As instalações desportivas e culturais do Cuca são de extrema importância para a inclusão/reintegração do indivíduo à sociedade, pois são geradoras de conhecimento e modificadores sociais. Assumindo, conforme Cunha (2007), espaço próprio e de influência dentro da cidade, pela função e utilidade que a comunidade a ele confere.

As práticas desportivas estão distribuídas anualmente em 23 esportes: *badminton, skate, futsal, futebol de areia, vôlei-bol, vôlei de praia, handebol, pilates, treinamento funcional, massagem desportiva, judô, karatê, basquete, natação, triathlon, hidroginástica, muay thai, MMA, capoeira, jiu-jitsu, nado sincronizado, surf e beach hand.*

Após 25 meses (janeiro de 2017 a janeiro de 2019) de análise das ofertas dos cursos de formação da Rede Cuca evidenciou-se que se originam diretamente de 15 áreas do saber: *dramaturgia, dança, canto, música (instrumentação), fotografia, cinema, língua inglesa, língua portuguesa, libras, informática, games, recursos humanos, jornalismo, técnica corporal, moda.* Essas áreas ramificam-se em cursos diversos, multiplicando e aumentando o grau de abrangência das modalidades ofertadas. O Quadro 8, do catálogo de serviços da Rede Cuca (FORTALEZA, 2018), reflete o informativo relativo ao mês de Janeiro de 2019.

**Quadro 8** – Cursos da Rede Cuca – catálogo de serviços – janeiro de 2019

<b>CUCA BARRA</b>	<b>CUCA JANGURUSSU</b>	<b>CUCA MONDUBIM</b>
Oficina de teatro – Máscaras – iniciação a comédia dell'art	Oficina de canto livre	Teatro básico – Conhecendo o palco
Oficina de teatro: introdução ao teatro de Bonecos	Oficina de música: voz em Pauta	Grupo de teatro – Produção de espetáculo
Dança para iniciantes	Oficina: teatro e as cenas do dia a dia	Dança – dinâmica e Exercícios motores
Dança -experimentação de movimentos	Oficina: teatro e as letras de músicas do carnaval	You can dance (você pode dançar)
Aprendendo música do zero, viva o rock nacional!	Dança – hip hop dance Intermediário	Informática para escritório
Formação de bandas black music: tributo ao Queen	Aprendendo hip hop dance	Câmera de tv e vídeo
Fotografia de estúdio e técnicas de iluminação	Oficina: house dance (passo a passo)	Fotografia e vídeo para eventos Fotografia básica
Informática básica	Fotografia básica Informática para escritório	Inglês básico módulo 1
Técnica de câmera II: filmagem e montagem	Roteiro de cinema	Inglês para iniciantes
Oficina documentário filmando a realidade	Produção de vídeo para eventos	
Oficina de introdução à palhaçaria		

**Fonte:** Adaptado de Fortaleza (2019).

Segundo o secretário de juventude de Fortaleza, Julio Brizzi Netto:

Atualmente, a cidade de Fortaleza é a capital brasileira que mais investe em políticas públicas para a juventude. A cidade tem mais de 700 mil jovens de 15 a 29 anos, o que representa quase um terço da população. Neste contexto, a Rede Cuca, que é uma rede de proteção social e um espaço de oferta de oportunidades ao jovem e que promove de forma incansável, atividades na área da cultura, educação, comunicação, esporte e lazer, tem um papel fundamental na construção de cidadãos protagonistas e empoderados para nossa cidade.

### **Considerações finais**

Com o presente estudo, que objetivou descrever os equipamentos desportivos e de lazer da cidade de Fortaleza, constatou-se que alguns dependem de políticas de inclusão social e estão condicionados à situação socioeconômica da população. Essas variáveis são de extrema relevância, pois condicionam e legitimam a implantação desses equipamentos. Exemplos claros de tal referência são as Areninhas, Miniareninhas e Cucas.

Os demais espaços existentes, como os estádios e ginásios, oferecem, na sua maioria, diversas modalidades desportivas, ampliando as possibilidades para outras práticas. Porém, a monocultura do futebol continua a direcionar as atividades da população e dos gestores. A essa última, o exemplo clássico se reflete na urbanização e requalificação de campos de futebol, como a construção das Areninhas e Miniareninhas. Ainda que no seu entorno possuam instalações, como academia ao ar livre, parque infantil, quadra esportiva e espaço para caminhadas.

Os Cucas são um contraditório, ao exposto sobre a monocultura, pois, além de apresentarem possibilidades em um mesmo equipamento, com instalações de espaços diversos para esportes coletivos, ou individuais, e de aventura, unem a práti-

ca do lazer, a manifestações culturais, atividades de formação profissional, com a oferta de diversos cursos, promovendo a cidadania, o autoconhecimento e, sobretudo, uma reflexão crítica sobre a situação regional para o mundo do trabalho.

Os complexos desportivo à beira-mar, pela situação geográfica e logística disponibilizada pela orla, com 3 quilômetros de extensão de areia, com o mar a bater, calçadão plano, quadras de cimento, quadras de vôlei e futevôlei, ciclovia, espaços de descanso e outros atrativos, é um dos espaços mais democráticos para as atividades ligadas ao esporte e lazer, disponibilizando acesso gratuito aos bens naturais.

Contudo, sugerimos e apontaremos, em pesquisas futuras, a necessidade de estudos sistemáticos, com características transversais e de longo prazo, que possibilitem uma melhor e mais profunda análise da distribuição espacial do fenômeno esportivo relacionado aos aspectos econômicos, históricos, socioculturais e políticos da implantação de equipamentos municipais, ou estaduais (próxima etapa do nosso estudo), pois se evidenciou que o planejamento de novas estruturas para a prática desportiva e de lazer pode ser tanto aleatório, quanto dependente de opções políticas aliadas a tradições da população e suas condições socioeconômicas.

Assim, como afirmam alguns estudos, os equipamentos são antes de tudo locais específicos para a prática, e tem como responsabilidade e utilidade codificar e qualificar o espaço, possibilitando a efetivação e emancipação territorial, traduzidos pela eficiência e o conforto que proporcionam ao praticante e sua propagação alicerçada pela melhoria da qualidade de vida.

## **Referências**

BRASIL. Presidência da República. Estatuto da Juventude. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/509232>. Acesso em: 28 out. 2019.

BRASIL. *Constituição federal de 1998*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 14 set. 2019.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará – Secretaria de Cultura: *Mapa cultural do Ceará – 2018*. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/espaco/49/> Acesso em: 11 set. de 2019.

DACOSTA, L. *Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e actividades físicas de saúde e lazer no Brasil*. Shape. cop. 2005.

CARVALHO, S. N. *Estatuto da cidade: aspectos políticos e técnicos do plano diretor*. São Paulo: Perspectiva. 2001.

CUNHA, L. M. *O espaço, o desporto e o desenvolvimento*. Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana. 2003.

CUNHA, L. M. F. D. *Os espaços do desporto*. Coimbra: Edições Almedina. 2007.

FORTALEZA. *Plano Fortaleza 2040: vida comunitária, acolhimento e bem-estar: Iplanfor*, 2016.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal: *Catalogo de Serviços – Cursos Rede Cuca 2019*. Disponível: <https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/juventude/servico/258#descricao> Acesso em: 16 fev.2019.

FORTALEZA. *Prefeitura Municipal*. 2017. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/areninha-do-campo-do-america-comemora-tres-anos-neste-sabado-24-06>. 2017. Acesso em: fev. 2019.

FORTALEZA. SECEL: *Secretaria de Esporte e Lazer (Secel)*. 2019. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/a-secretaria-330>. 2019. Acesso em: 15 out. 2019.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. *Perfil municipal de Fortaleza – tema VIII: o mapa da extrema pobreza*. 2012. Disponível em: [https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2012/12/Ipece\\_Informe\\_43\\_05\\_novembro\\_2012.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2012/12/Ipece_Informe_43_05_novembro_2012.pdf). 2012 Acesso em: 14 out. 2019.

INSTITUTO CUCA. *Estatuto consolidado do Instituto de Cultura, Arte, Ciência e Esporte*. Fortaleza, 2014.

SARMENTO, J. P. Qualidade na gestão de instalações desportivas. SEMINÁRIO DE GESTÃO DE DESPORTO. *Anais [...]*. Universidade

da Madeira. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/31031114/Planeamento-e-Gestao-deInstalacoes-Desportivas-Dr-Jose-Pedro-Sarmento>. 2005. Acesso em: 29 set. 2019.

SARMENTO, J. P. Quadros da cidadania desportiva em Portugal. In: BENTO, J. O.; CONSTANTINO, J. M. (eds.). *Desporto e municípios: políticas, práticas e programas*. Lisboa: Visão e Contextos. 2009.

SARMENTO, J. P.; CARVALHO, M. Gestão de instalações desportivas. In: ARRAYA, M.; SILVA, M. N. G. (eds.). *Tendências contemporâneas da gestão desportiva*, v. 1, Lisboa: Visão e Contextos, 2014.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Assembleia geral*. 1996. 13 de março de 1996. Disponível em: [https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/10-A\\_res\\_50\\_81\\_port.pdf](https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/10-A_res_50_81_port.pdf). Acesso em: 14 out. 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Carta internacional da educação física e do esporte da Unesco, 21 de novembro de 1978*. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000216489\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000216489_por). Acesso em: 10 jul. 2019.

# O legado do PELC nos sertões de Canindé

Nilson Vieira Pinto

Patrícia Ribeiro Feitosa Lima

## Introdução

Todo conhecimento começa com o sonho. O conhecimento nada mais é que a aventura pelo mar desconhecido, em busca da terra sonhada. Mas sonhar é coisa que não se ensina. Brota das profundezas do corpo, como a água brota das profundezas da terra. Como Mestre então só posso lhe dizer uma coisa: “Conte-me os seus sonhos, para que sonhemos juntos!”

(RUBEM ALVES, 2004, p. 87)

A citação de Rubem Alves parametriza a história do Programa de Esporte e Lazer da Cidade (PELC) nos Sertões de Canindé, Convênio nº 239/2012. Uma ideia individual que, quando compartilhada, se tornou pretensão coletiva no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *campus* Canindé, onde trabalhávamos como docentes, desde o ano de 2010, e atuávamos no Curso de Licenciatura em Educação Física. Para além do ensino, atuávamos na gestão do referido *campus* e fazia parte da rotina acadêmica recebermos pessoas da comunidade para conhecerem o instituto e abrirmos o diálogo numa perspectiva de trabalho extensionista.

Após o lançamento do Edital nº 002/2012, da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) do Ministério do Esporte do Brasil, recebemos a visita de um professor e articulador social da localidade Território da Cidadania, Logradouro – I, Distrito de Canindé/CE. Trazia-nos o sonho de auxiliar a promover socialmente as pessoas do seu convívio,

ajuntado à notícia do lançamento do referido edital. Conforme essa demanda social, constituída por pessoas simples, sertanejos de todas as idades, com extrema pobreza e necessidades básicas negadas ao longo da história, prospectamos juntos (comunidade acadêmica e população circunvizinha) o engajamento para pleitearmos a implantação do PELC nesta região.

Levantamos alguns dados, para elaborar nossa proposta. A necessidade de implementação de uma política de esporte e lazer, fomentada pelo Ministério do Esporte, geraria uma mudança de atitude das pessoas afetadas pela vulnerabilidade social dessa microrregião do Ceará.

De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), no ano de 2007, o número aproximado de habitantes era 74 mil, com 57% na área urbana e 43% na zona rural, e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em torno de 0,634, que posicionava Canindé na 82ª colocação dentre os municípios do Estado do Ceará. Outro fato não menos importante dizia respeito à atividade de emprego e renda que atribuía à administração pública local a responsabilidade de empregar cerca de 2.167 pessoas, ou seja, metade dos empregos locais (BRASIL, 2008).

Malgrado o contexto econômico-social, a comunidade local, especialmente os mais pobres, passaram a vislumbrar uma mudança na condição de vida após a chegada do IFCE – *campus* Canindé no ano de 2010. O acesso ao ensino de qualidade e gratuito; a possibilidade de conquistar um título de graduação; e a oportunidade de obter uma qualificação profissional técnica, ou tecnológica, reorganizou o sonho e o percurso profissionais dos cidadãos canindeenses e de suas famílias, antes fadados a apenas a replicar profissões informais, ou serem empregados da prefeitura do município, com baixo nível de escolaridade.

Paulo Freire (2005) delegava a responsabilidade da educação no contexto da promoção social, ressaltando que as populações menos favorecidas economicamente observam a educação como um instrumento para mudança de *status* e co-

meçam a exigir mais escolas. Têm vontade de ir à luta; antes não tinham. Essa consciência faz emergir uma correspondência entre a manifestação dos pobres e a reivindicação e assim descobrem uma nova perspectiva da vida social. Por isso, pensamos que a educação não é outro instrumento senão da substituição de um posicionamento distorcido, acomodado e ingênuo da realidade por uma visão crítica. O homem deve atuar, pensar crescer, vivenciar e transformar, não se adaptando de maneira fatal a uma realidade desumana.

Nesse ínterim, uma nova postura de vida emerge no contexto apresentado, com vistas à promoção social, que é um processo educativo, não formal, participativo e sistematizado, voltado ao desenvolvimento de aptidões pessoais e sociais do cidadão e de sua família, numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida, consciência crítica e participação na vida em comunidade. As atividades de promoção social são agrupadas em grandes linhas de ação, como: educação, nutrição, artesanato, cultura, lazer, esporte, organização comunitária e saúde (BRASIL, 2005).

Com a legitimação de nossa proposta para a submissão do Edital nº 002/2012, encaminhamos e fomos aprovados como a única instituição federal do Nordeste selecionada. Ante ao exposto, este escrito tem o objetivo de compartilhar a experiência do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), no ano de 2012, protagonizado pelo IFCE – *campus* Canindé, no Convênio nº 239/2012, que inaugurou o fomento à emancipação popular nas ações de educação, esporte e lazer como ferramenta de inclusão social de seus participantes.

### **O convênio PELC nº 239/2012**

Efetivada a proposição do PELC aprovada para o IFCE – *campus* Canindé, detalharemos a seguir a caracterização do Convênio nº 239/2012, do contexto dos participantes à concepção pedagógica.

## **O CONTEXTO SOCIAL DOS SERTÕES DE CANINDÉ**

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, a região dos Sertões de Canindé caracteriza-se por apresentar clima quente e semiárido e está situada no centro-norte cearense. Abrange uma área de 9.099,20 quilômetros quadrados e é composta por seis municípios: 1. Boa Viagem, 2. Canindé, 3. Caridade, 4. Itatira, 5. Madalena e 6. Paramoti. Em 2012, abrangia uma população total de 195.314 habitantes, dos quais 86.314 viviam em área rural, o que correspondia a 44,19% do total. Possuía 17.416 agricultores familiares e 3.261 famílias assentadas com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,62, que refletia uma ameaçadora vulnerabilidade social e relacionava a pobreza enquanto elemento interveniente na situação socioeconômica (BRASIL, 2011).

A vulnerabilidade social da população dos Sertões de Canindé, segundo Lima (2016) afirma, é condição que promove a privação de direitos e atinge as suas vítimas de forma severa, chegando a produzir a banalização de sentimentos, dos afetos e vínculos. Causa diminuição da autoestima, a segregação dos bons sentimentos e exclusão social.

Com índices ruins de desenvolvimento social, os quais depreciavam a localidade e prediziam diminuta capacidade produtiva dessa microrregião, a proposta que submetemos ao Ministério do Esporte planejava integrar e reconhecer potenciais em seus recursos humanos e culturais que pudessem subsidiar ações conjuntas de melhoria da qualidade de vida de cada um, aliados à força laboral da equipe de docentes do IFCE; da comunidade, representada pelos agentes sociais; e dos recursos materiais fornecidos pelo próprio programa.

Iniciamos por considerar as características locais, como o culto a São Francisco das Chagas (santo da Igreja Católica e padroeiro da cidade), o clima semiárido, as habilidades do trabalho informal e o turismo religioso como qualidades virtuosas, peculiares do povo dos Sertões de Canindé.

Sob o aspecto cultural, reiteramos que adota historicamente, como costume religioso, a romaria ao longo das estradas. Considerada como constante expressão peculiar das variadas tradições religiosas, essa romaria é objeto de análise de estudiosos da religião sobre o ato de caminhar e suas representações de fé perante as estruturas do sagrado. Canindé é a cidade na qual ainda se mantém uma das mais antigas manifestações religiosas do Brasil: a Festa de São Francisco das Chagas.

### **O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE)**

Com 110 anos de existência e várias transformações institucionais, desde sua fundação pela Escola de Aprendizes Artífices, em 23 de setembro de 1909, o IFCE consolida-se como instituição de ensino inclusivo e de qualidade, norteadas por princípios fundamentais, definidos em sua missão, visão e seus valores. Portanto, a missão do IFCE é produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando a sua total inserção social, política, cultural e ética.

Quanto à visão, vislumbra um estado futuro próximo, até o ano de 2023, para a organização institucional que é ser referência no ensino, pesquisa, extensão e inovação, com enfoque na transformação social e no desenvolvimento regional. Já os valores pelo IFCE defendidos correspondem aos princípios que direcionam o comportamento, as atitudes e decisões de todos que constituem a instituição. Portanto, são assim definidos: valorização do compromisso ético com responsabilidade social; o respeito; a transparência; excelência e determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, sentimento de solidariedade, cultura da inovação e ideias fixas na sustentabilidade ambiental.

O IFCE é uma instituição educacional caracterizada como autarquia de natureza jurídica, detentora de autonomias administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Foi criado nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET – CE) e Escolas Agrotécnicas Federais das cidades de Crato e Iguatu, vinculado ao Ministério da Educação. Para fins de casos das disposições que conduzem à regulação, avaliação e supervisão institucional e dos cursos superiores, o IFCE é equiparado às universidades federais.

A reitoria do IFCE é sediada em Fortaleza e sua inserção no Estado é constituída atualmente por 34 campi, distribuídos em todas as regiões do Ceará. Até o ano de 2018, matriculou 48.380 estudantes, na oferta de cursos regulares de formação técnica e tecnológica, licenciaturas, bacharelados e cursos de pós-graduação, nas modalidades presenciais e a distância.

#### **O IFCE – CAMPUS CANINDÉ**

O *campus* do IFCE em Canindé/CE surgiu mediante o plano de expansão da Rede de Ensino Tecnológico do País, começado a partir da elaboração de planejamento realizado pelo Governo Federal, em 2008. No início do processo de expansão, foram escolhidas 150 cidades-polo, em todo o País, dentre as quais, seis delas pertenciam ao Estado do Ceará, e Canindé foi uma das contempladas (IFCE, 2019).

Esse *campus* localiza-se Rodovia BR 020, km 303, s/n – Juabaia, Canindé/CE. O IFCE *campus* Canindé oferece atualmente os cursos de Licenciatura em Educação Física e Matemática; cursos de Graduação Tecnológica de Redes de Computadores e Gestão do Turismo, bem como cursos técnicos integrados em Telecomunicações e Eventos, este último ofertado também em ensino técnico concomitante e subsequente, e os cursos de Pós-graduação *Lato sensu* em Educação Física Escolar e Planejamento e Gestão de Políticas Públicas.

Esse *campus* é que sediou a coordenação-geral do PELC no referido convênio, e, ainda, é um dos polos desse programa.

### **A CONCEPÇÃO DO PELC IFCE – CAMPUS CANINDÉ**

Desde o princípio, o objetivo foi promover a inclusão social de crianças, jovens, adultos e idosos pobres dos Sertões de Canindé, no Ceará, por intermédio da adoção de um estilo de vida ativo, com vistas à promoção da saúde, pelo desenvolvimento de atividades físicas e recreativas orientadas e a meta era o desenvolvimento das capacidades cognitivas, físicas, afetivas e sociais; o acesso democrático às atividades rítmicas e esportes orientados; e a formação integral com ênfase pedagógica nas dimensões atitudinais, conceituais e procedimentais.

Esse, até então, ousado percurso educativo, teve 18 meses como período de vigência, com os quatro meses iniciais destinados às ações estruturais, seleção e formação da equipe de trabalho e 14 meses de efetiva execução (oferta de atividades sistemáticas e assistemáticas nos núcleos), alicerçada pedagogicamente pelos princípios da auto-organização comunitária, do trabalho coletivo, da intergeracionalidade, do fomento e difusão da cultura local, do respeito à diversidade, da intersetorialidade e da autogestão (BRASIL, 2012).

A equipe de trabalho foi composta por uma coordenadora-geral, um coordenador técnico, quatro coordenadores de núcleo e 24 agentes sociais, totalizando 30 profissionais, distribuídos em quatro núcleos: 1. IFCE – *campus* Canindé, 2. Escola Mercês Santos Gomes/Território da Cidadania, 3. Escola Casemiro Bezerra, e 4. Escola Sabino Guerra, localizados nos municípios de Canindé, Caridade e Itatira. Cada núcleo era composto por seu coordenador local e seis agentes sociais, responsáveis pela articulação setorial na comunidade e supervisionados pelos coordenadores geral e técnico.

Vale destacar que essa equipe formou-se por meio de edital público, o que tornou o processo democrático, impessoal, de

cunho estritamente profissional, que se legitimou por critérios claros de aderência/experiência na área de conhecimento, esporte e lazer, disponibilidade para o trabalho social, e identidade cultural na comunidade.

Entre as atividades sistemáticas desenvolvidas, podemos citar a oferta de natação, hidroginástica, lutas, basquete, futsal, voleibol, recreação, ginástica aeróbica, alongamento, caminhada, gerontomotricidade, dança, música, oficina de leitura, xadrez e informática. Ainda complementadas por diversas atividades assistemáticas, como os Jogos Solidários, Passeios Culturais, o Festival Internúcleos de Dança, Teatro e Música e os Jogos da Comunidade.

A formação esteve como um componente primordial para a efetivação do PELC, tendo sua missão abalizada em princípios pedagógicos, em prol do desenvolvimento das políticas sociais capazes de promover o acesso ao esporte para todos. Assim, a formação inicial e continuada dos profissionais que atuaram no PELC-IFCE – *campus* Canindé contou com a equipe do Ministério do Esporte, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, em todo o percurso formativo modular (Módulo Introdutório, de Avaliação I e Avaliação II) e com profissionais convidados nos encontros de formação em serviço.

O Módulo Introdutório ocorreu no período de preparação antecedente ao início das atividades, com carga horária de 32 horas, em que se buscou conhecer e refletir sobre a realidade local (comunidade, cidade e região); apresentar os princípios, as diretrizes, os objetivos e a operacionalização do PELC aos agentes envolvidos; socializar o planejamento pedagógico do convênio; bem como o projeto técnico aprovado pelo Ministério do Esporte; oportunizar, aos agentes, os conhecimentos básicos sobre concepção, diretrizes e objetivos do programa, bem como instrumentos e possibilidades didático-metodológicas; destacar os princípios para o planejamento participativo com vistas a subsidiar a construção do Projeto Político-Peda-

gógico (PPP) do PELC local e planejar as ações sistemáticas e assistemáticas do convênio.

O Módulo de Avaliação I ocorreu no sétimo mês, e o Módulo de Avaliação II, no 13º mês de pleno desenvolvimento das atividades, com carga horária de 16 horas para cada módulo avaliativo. Nesses encontros, eram apresentados uma síntese das atividades realizadas; os relatos de experiências; a atuação da entidade de controle social e grupo gestor; a definição de ações que objetivavam potencializar os pontos fortes e minimizar os fracos; a revisão dos conteúdos abordados no projeto a partir da necessidade dos agentes; o planejamento de ação de impacto para encerramento do convênio e aplicação de instrumento de avaliação dos resultados, processos e impacto.

A formação em serviço foi desenvolvida por toda a equipe profissional do PELC -IFCE. Semanalmente, os agentes sociais e coordenadores de núcleo destinavam duas horas para estudo, troca de ideias e planejamento. A cada quinze dias, ocorriam encontros temáticos organizados pelos coordenadores do núcleo, ou convidados, para debate acerca de um tema transversal de interesse da comunidade e, a cada dois meses, um encontro formativo, teórico-prático, com carga horária de 10 horas. No quarto e oitavo mês de pleno desenvolvimento das atividades, sob responsabilidade organizacional das coordenações geral e técnica, ocorreram encontros integradores, constituídos por palestras e oficinas formativas destinadas à equipe de profissionais.

Em apoio à consolidação do Pelc, participaram integrantes dos Cursos de Licenciatura em Educação Física; Médio Integrado em Eventos e Gestão em Turismo, além dos projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no IFCE – *campus* Canindé, como os cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); de extensão em formação de professores de ginástica coreografada; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID); Cia. de

Dança; Projeto Capoeira e Educação; dentre outros. Tudo isso deu o aporte dos serviços, ou seja, das atividades sistemáticas e assistemáticas do projeto.

Esse convênio teve como entidades de controle social a Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE) 7, órgão da esfera estadual e a Federação Internacional de Educação Física (FIEP), da esfera federal, que possuíam o compromisso de fiscalizar a execução do convênio e acompanhar as atividades desenvolvidas pelo projeto local, durante o processo de conveniamento.

Além das entidades de controle social, os profissionais e participantes envolvidos no Pelc foram, além de executores das ações planejadas, auto-avaliadores, compondo o grupo gestor, órgão interno de caráter consultivo, deliberativo e executivo, composto por representantes dos diversos segmentos (coordenadores, agentes e pelo menos um beneficiado de cada núcleo) envolvidos nas ações dos Núcleos de Esporte e Lazer. O grupo gestor promovia reuniões sistemáticas para discutir, acompanhar, fiscalizar e monitorar as ações do convênio, em busca de alternativas para superar as dificuldades, visando à execução qualificada do projeto.

Entre os inúmeros desafios de implantar uma política pública de esporte e lazer em uma comunidade tão carente, estava a dificuldade de transporte até os núcleos e, conseqüentemente, às oficinas. Especialmente os núcleos Mercês Santos (localizado no Território da Cidadania, Logradouro I, distrito da cidade de Canindé) e Sabino Guerra (Escola estadual localizada na cidade de Itatira/CE, a 100 quilômetros de Canindé, sentido sertão). As residências também são distantes umas das outras e há escassez de meios de transporte e comunicação.

Todavia, o esforço coletivo preponderou e o projeto foi executado com êxito. Nesses 14 meses de atividades orientadas, participaram aproximadamente 1.800 beneficiados, diretamente, um quantitativo que, embora supere a nossa meta,

não é capaz de exprimir a totalidade do significado das nossas ações nos Sertões de Canindé. As falas, as manifestações dos participantes e as observações por nós realizadas durante toda a execução, qualificam a satisfação da comunidade carente dos sertões, a qual é indescritível, tamanha a relevância social do PELC na vida de todos os envolvidos no Convênio 239/2012.

Foram notórios os momentos de integração na comunidade, proporcionados pelo esporte e o lazer de qualidade, a aprendizagem de valores básicos, como o respeito ao próximo, às regras e ao companheirismo; a conscientização de crianças e adolescentes sobre a importância da restauração de valores humanos, tendo como seus principais pilares a ética, cooperação, solidariedade, responsabilidade social e cidadania.

Nos momentos de lazer e diversão, muitos jovens saíram da ociosidade, oportunizando e valorizando o acesso à cultura e ao esporte local e diversos idosos reduziram o tratamento medicamentoso.

Percebemos que os objetivos das oficinas foram alcançados gradativamente, de acordo com a capacidade e entrega de cada participante. Observamos a melhora da condição física e saúde dos praticantes, do repertório motor, da socialização entre os grupos, da autoestima daqueles mais sofridos com a pobreza, e, principalmente, o empoderamento social, por inserir a comunidade pobre dos Sertões de Canindé em práticas corporais e de lazer, trazendo a consciência de seus direitos e deveres como cidadãos, na busca de melhor condição de saúde e vida social.

KlebaI e Wendausen (2009) discutem o empoderamento social como o domínio adquirido em um processo de mobilizações e práticas destinado à promoção e/ou ao incentivo de grupos e comunidades no aumento da autonomia e da melhoria de suas condições de vida. Essa mobilização é oriunda de profissionais ou agentes externos capazes de catalisar ações ou facilitar a criação de espaços que favoreçam e sustentem processos de empoderamento, os quais se refletem na transformação social.

Acreditamos que esse empoderamento social foi fomentado e apreendido pelo constante e consistente trabalho coletivo, desenvolvido por meio da efetiva participação de todos os atores.

## **O legado do PELC**

Antes da percepção do real ganho de inclusão e transformação social proporcionado pelo PELC- IFCE – *campus* Canindé, com a oferta de oportunidades recreativas, de esporte, lazer e educativas, para populações fragilizadas, refletimos sobre a consciência política adquirida pelos participantes desse projeto, desde os agentes sociais, coordenadores, até os beneficiários, no decurso do projeto.

Essa pauta deu suporte temático para todas as ações. O empoderamento foi se construindo quando todos os participantes passaram a identificar suas limitações estruturais, sociais, econômicas, cognitivas e motoras. Cientes do contexto em que estavam inseridos, coletivizaram as dores, problematizaram as possibilidades, verificaram estratégias e buscaram resoluções.

Mais do que a oferta e a utilização dos recursos materiais adquiridos pelo PELC, a formação pedagógica promoveu vozes, forças e ideias oriundas de suas comunidades, o que reverberou numa perspectiva de ganho coletivo de autonomia para o lazer.

Os resultados desse projeto mostraram que é possível alcançar voos mais altos nas ações sociais e criar novas parcerias com perspectivas de universalizar, (e por que não?) como política pública, projetos de esporte e lazer nas Instituições Federais de Ensino com a parceria de órgãos do Governo Federal que fomentem ações educativas de lazer e esporte.

A intenção de fazer do IFCE um espaço de produção de conhecimento e acolhimento às diferenças e à população menos favorecida socialmente, nos remete sempre ao estímulo à

formação contínua dos acadêmicos, professores, técnicos administrativos, gestores e comunidade local, para que compreendam e vivam experiências de cooperação e solidariedade, envolvendo todos os que aqui trabalham e estudam e os que nos visitam.

## Referências

- ALVES, R. *A alegria de ensinar*. Campinas: Papirus, 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: território Sertões do Canindé*. MDA/SDT/Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2011.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política nacional de assistência social (PNAS/2004)*. Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília, 2005.
- BRASIL. Ministério do Esporte. *Programa esporte e lazer da cidade: edital 2012*. Secretaria Nacional de Educação, Esporte, Lazer e Inclusão Social. Brasília: SNEELIS, 2012.
- BRASIL. *Relação anual de informações sociais (Rais) – 2007: dados estatísticos da empregabilidade no Brasil*. Brasília: MTE, SPPE, DES, CGET, 2008.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- IFCE. *Campus Canindé*. Disponível em: <https://ifce.edu.br/caninde/menu/o-campus>. Acesso em: 19 jun. 2019.
- KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde e sociedade*, v. 18, p. 733-743, 2009.
- LIMA, P. R. F. *A obesidade e a aprendizagem da dança em escolas públicas municipais de Fortaleza – Ceará*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências. São Paulo: 2016.

# Políticas públicas de esporte e lazer no Ceará: uma análise a partir da experiência do Projeto Areninhas

Eduardo de Lima Melo  
Pedro Fernando Avalone Athayde

## Introdução

Uma onda de conservadorismo e uma maré obscurantista. Assim podemos definir o espectro político que vivenciamos em tempos recentes. De acordo com Demier e Hoeveler (2016), os resultados dos pleitos eleitorais e as resultantes de políticas públicas apontam para uma diminuição dos direitos do cidadão, trazendo, por consequência, menor participação popular no âmbito da tomada de decisões, bem como diminuição no atendimento das necessidades sociais.

As políticas de educação, saúde, emprego e renda, dentre outras, são tomadas pela visão/orientação neoliberal, engendrando reconfiguração das políticas sociais e aumento de implementação de ações voltadas para o desenvolvimento do mercado com o favorecimento de elites política e econômica dominantes (DEMIER; HOEVELER, 2016).

O esporte, por sua vez, também sofre influências desse dinâmica que justifica a escolha pela configuração do Estado mínimo. Nesse sentido, sobretudo nos anos 1990, observa-se a construção de uma agenda para o campo esportivo que atenda aos anseios de liberalização do setor, traduzida em ações governamentais de caráter focal, acesso restrito e gestão centralizada, com baixa participação popular. Ao mesmo tempo, outra

resultante dessa organização política no esporte é a ênfase nos gastos com infraestrutura e esporte de rendimento, sobretudo no cenário nacional (MATIAS; MASCARENHAS, 2017).

No Ceará, como exemplo da hegemonia do pensamento neoliberal no âmbito das ações esportivas, destacamos o projeto Areninhas<sup>1</sup>, “carro-chefe” das políticas de esporte do Estado em anos recentes. Essa conformação da agenda governamental para o esporte dentro do Estado e o destaque dado a esse programa suscitam as seguintes inquietações: Será que o projeto Areninhas, no Estado do Ceará, segue tendência focalista e restritiva de configuração da política de esporte e lazer? O investimento no futebol é a melhor forma de garantir o direito ao esporte e lazer, especialmente aos grupos menos favorecidos? Existem outras possibilidades de ações governamentais que democratizem o acesso ao esporte e lazer?

Para fundamentar metodologicamente esta investigação sobre o objeto de pesquisa, utilizamos elementos da matriz de análise de Boschetti (2009). A autora destaca que muitas avaliações de políticas públicas se restringem à mensuração de indicadores quantitativos, circunscrevendo o resultado da avaliação a parâmetros de eficiência e eficácia. Por vezes, essa arquitetura de análise ignora elementos fundamentais como o papel do Estado e sua relação com representações da sociedade.

A partir das questões problematizadoras e reflexões apontadas, elencamos como objetivo deste texto analisar o projeto Areninhas do Ceará, a partir da magnitude e direção dos gastos, bem como de sua implementação e abrangência. A análise considerou a característica da ação (tipo de esporte), volume de investimento, direção da ação (a quem se destina) e abrangência (território situado).

<sup>1</sup> O projeto Areninhas configura-se como um campo de futebol, chancelado pela Federação Internacional de Futebol/Fédération Internationale de Football Association (Fifa), estruturado com grama sintética, vestiários e iluminação, que atualmente se encontra como o maior investimento no esporte e lazer no Estado do Ceará. (Disponível em: <https://www.esporte.ce.gov.br/areninha>. Acesso em: 18 jun. 2019.)

Este estudo caracteriza-se como de caráter qualitativo e de nível exploratório (MINAYO, 2007), considerando a incipiência de produção científica acerca do objeto em questão (TRIVIÑOS, 1987). O procedimento adotado foi a pesquisa documental de fontes primárias e secundárias.

Os dados e documentos de primeira mão foram obtidos por meio do portal oficial da transparência do Governo do Estado do Ceará<sup>2</sup>. Já a documentação de segunda mão diz respeito ao Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano do Brasil 2017, Movimento é Vida! Atividade Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas, produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud, 2017), que apresenta os números e característica da prática de atividades físicas e esportivas no país, sendo possível realizar um estudo comparativo da ação do projeto Areninhas do Estado do Ceará.

## **1 Política de esporte no Brasil: entre o direito garantido e a avalanche dos megaeventos esportivos**

O Estado é a representação político-jurídica de uma nação, porém, não pode ser considerado neutro. Isso porque sofre influências externas e internas e a formação de sua agenda e a formulação de suas políticas são consequências de tensionamento constante entre classes e suas frações, que dependem da atuação estatal para garantir as condições de atendimento e manutenção de seus interesses.

A partir de demarcação histórica, identificamos, na promulgação da Constituição Federal de 1988, a confirmação de um processo de retomada democrática do País, materializado

---

<sup>2</sup> No contexto da gestão pública, a Lei da Transparência (Lei federal nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, e pela Lei estadual nº 15.175, sancionada em 28 de junho de 2012) determina que sejam disponibilizadas, em tempo real, informações detalhadas sobre os dados públicos. (Disponível em: <https://cearatransparente.ce.gov.br/>. Acesso em: 18 jun. 2019.)

no anseio pela ampliação e garantia dos direitos sociais. Essa perspectiva será consubstanciada no Texto constitucional, na positivação dos direitos e na regulamentação das distintas áreas sociais, com reflexos para a conformação das políticas públicas desses setores.

No bojo dessas diferentes áreas sociais, o esporte é reconhecido como direito de todos e dever do Estado, embora os anos 1990 venham a ser marcado pelo processo de liberalização e modernização conservadora do setor. Flausino (2013) afirma que, a despeito das contradições internas, as políticas de esporte tiveram sua maior ascensão nos anos 2000, com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República, confirmada pela eleição de Luís Inácio Lula da Silva como Presidente do Brasil. No caso do esporte, a chegada de um governo do campo progressista, no Governo Federal, teve como algumas de suas principais ações: a) Criação de ministério específico para o esporte; e b) Mecanismo de participação popular nas políticas esportiva e de lazer, as Conferências Nacionais do Esporte<sup>3</sup>.

Com um ministério específico para o esporte, não obstante as contradições evidentes (exemplos: financiamento voltado ao esporte de rendimento e realização dos megaeventos), o governo Lula **sinalizou** (grifo nosso) maior preocupação no trato social com o esporte. Athayde (213, p. 106) aponta que “Adentrando o campo esportivo, demonstramos que o Governo Lula diferenciou-se de seus predecessores ao consolidar efetivamente uma política nacional para o setor, tendo como mar-

---

<sup>3</sup> As conferências foram políticas implantadas com a finalidade de democratizar a elaboração da Política Nacional de Esporte e Lazer e os Planos Nacionais subsequentes, envolvendo e valorizando a participação de todos os segmentos da sociedade brasileira; avançar na criação de mecanismos de controle e investimentos realmente eficazes; e de uma política diferenciada para o desenvolvimento de regiões menos favorecidas. (Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Esporte/deliberacoes\\_1\\_conferencia\\_esporte.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Esporte/deliberacoes_1_conferencia_esporte.pdf). Acesso em: 18 jun. 2019.)

co a criação de uma pasta ministerial específica”. Salientando, ainda: “Além disso, os discursos e ações iniciais do governo e do Ministério do Esporte (ME) acenavam para a garantia do esporte enquanto direito social e como alvo de uma política social, tendo como sinalização destacada dessa diretriz a criação do Programa Segundo Tempo”. (ATHAYDE; 2013; p. 107).

Conforme o exemplo antes citado, podemos destacar as Conferências Nacionais de Esporte, incentivando os estados a realizarem suas etapas municipais e estaduais para escolha de representantes da sociedade civil e entidades, a fim de debater o futuro dos esportes no Brasil. Ao mesmo tempo, considerar a possibilidade de que esses espaços públicos fossem instrumentalizados para legitimação de decisões tomadas em outras esferas menos transparentes. De acordo com Araújo (2013, p.10):

Mesmo considerando que ainda são poucas as iniciativas de mudanças reconhecem-se que as indicações das conferências criam possibilidades reais de participação popular e controle social nas políticas públicas de esporte e lazer, que podem favorecer avanços na democracia participativa.

A partir do marco de criação do Ministério do Esporte (ME), podemos destacar alguns acontecimentos que são fundamentais para a compreensão das políticas esportivas no Estado do Ceará. Inicialmente, cabe destacar que, segundo Melo (2019), o Ceará, além de outros estados da federação, também seguiu uma forma mais democrática e participativa de pensar a política. O autor afirma que, nesse período, seguiu em quase 80% as características das ações realizadas pelo ME, com projetos similares aos propostos pela instância federal, com destaque para: Projeto Superação, Bolsa Atleta, Jogos da Felicidade, Jogos Escolares do Ceará, Programa Esporte e Lazer da Cidade, Jogos dos Povos Indígenas, dentre outros.

Entretanto, considerando a característica dialética da política e as influências sobre o Estado, no final dos anos 2000, há uma mudança de rumo na agenda esportiva. Inicia-se, um processo de ruptura e reconfiguração, orientado pela “avalanche” dos megaeventos esportivos, originando uma mudança no interior das políticas para o setor, principalmente no tocante ao financiamento. Vale frisar que, em menos de 10 anos, o Brasil realizou os Jogos Pan-americanos de 2007, Jogos Mundiais Militares de 2011, a Copa das Confederações Fifa de 2013, Copa do Mundo Fifa de 2014 e Olimpíadas Rio de 2016 (MATIAS; MASCARENHAS, 2017).

Atendendo aos anseios do capital e às demandas das entidades administrativas de esporte nacional e internacional e da indústria esportiva, o Brasil edifica um terreno fértil para a hegemonia neoliberal no interior das políticas de esporte, ainda que tivesse engendrado uma sinalização inicial no sentido de acentuar a dimensão social do esporte. De acordo com Castelan (2011), a impressão era que tudo que nas duas primeiras Conferências do Esporte tinha sido prioridade ficou para segundo plano na terceira edição, destacando-se então o direcionamento para a realização dos megaeventos.

Matias e Mascarenhas (2017) destacam que as principais características do desenvolvimento das políticas de esporte, a partir da predominância dos megaeventos esportivos, são o maior volume de investimento para as estrutura física e equipamentos específicos de prática esportiva; preocupação com o esporte de rendimento ou espetáculo; e diminuição dos investimentos para programas e projetos de acesso ao esporte e lazer nas demais manifestações esportivas.

De acordo com Melo (2019), o Estado do Ceará, nesse período, ganhou um órgão na estrutura administrativa específico para tratar do tema da Copa do Mundo Fifa 2014. A criação da Secretaria Especial da Copa do Mundo (Secopa), com recurso maior do que a Secretaria do Esporte, simboliza o alinhamento à tendência da política de esporte em âmbito nacional, confir-

mando a preocupação com o esporte de rendimento e equipamentos, conforme afirmaram os autores citados no parágrafo anterior.

No entanto, este texto não entra no mérito da questão de quem realmente foi beneficiado com a Copa do Mundo Fifa de 2014, pois, segundo Figueiredo (2017), o evento foi “pano de fundo”, ou boa justificativa, para a potencialização da lucratividade das grandes empresas, ou seja, da acumulação de capital em curto prazo. A preparação e realização da Copa do Mundo no País ficaram marcados por indícios de corrupção e uso político. Além disso, observamos a gentrificação de áreas urbanas (BARANDÃO, 2014) e a elitização dos estádios, restringindo a possibilidade de acesso aos jogos àqueles que detinham condições socioeconômicas favoráveis.

Percebe-se que as políticas de esporte, no período sucintamente descrito, passaram por avanços e retrocesso, oscilação determinada pela orientação ideopolítica de atuação estatal para o setor, estabelecida a partir do embate entre campos conservadores e progressistas. Diante dessa constatação inicial, chegamos a nosso objeto de estudo, as Areninhas do Ceará, projeto que hoje se encontra numa posição de destaque nas políticas de esporte e lazer do estado, muito explorado midiaticamente pelo governo, além de colocado como a solução para redenção das mazelas sociais da população, sobretudo aquelas consideradas vulneráveis.

### **ARENINHAS DO CEARÁ: DO ACASO AO ESTRELATO**

Iniciamos este trecho descrevendo o projeto Areninhas do Ceará. A estrutura é composta de um campo de futebol com similaridade às dimensões oficial, de grama sintética, alambrados e rede de proteção. Anexo ao campo, localiza-se um pequeno vestiário de apoio para os usuários e na parte externa uma pequena arquibancada (FORTALEZA, 2019).

Simple? Aparentemente, sim. No entanto, a realidade concreta demonstra que essa estrutura diferenciada de um campo de futebol nas periferias da capital e nos diversos municípios do Ceará tem causado um impacto político significativo na atualidade. A título de ilustração do tamanho do sucesso de popularidade do projeto, cabe destacar que um modelo específico menor de Areninha, similar à quadra de futsal, batizada de Areninha tipo 2<sup>4</sup>, já integra, atualmente, sua implementação e ampliação.

Curiosamente, o surgimento desse projeto deu-se por acaso. Um famoso campo de futebol, situado em área nobre de Fortaleza, estava prestes a ser destruído pela especulação imobiliária, prática comum nos espaços de lazer de uma grande cidade como Fortaleza. A comoção e mobilização social de muitos moradores antigos do local resultaram em solicitação ao poder público pela manutenção desse espaço (O POVO *ON-LINE*, 2014). Na época, a então prefeita Luizianne Lins<sup>5</sup>, ligada ao campo progressista, efetuou a compra do terreno, de proprietário particular, impedindo assim o desaparecimento do campo de várzea.

Todavia, somente na gestão do prefeito Roberto Cláudio<sup>6</sup>, político de características mais conservadoras, foi realizada a reforma do campo, transformado em um protótipo de Areninha. No mesmo período, o então secretário do Esporte teria visitado o estádio da Arena da Baixada, em Curitiba, e, na

---

<sup>4</sup> É um equipamento multifuncional certificado pela Fifa e com garantia de cinco anos, que possui o formato de campo *society*, com grama sintética e dimensões de 20×40m, que virá acompanhado por dois contêineres, tendo possibilidade de diversos usos, desde sala de administração até depósito de materiais. O equipamento será um local para a prática de modalidades esportivas, ginástica funcional, atividades lúdicas e de recreação.

<sup>5</sup> A deputada federal, Luizianne Lins (PT-CE), foi prefeita de Fortaleza (CE) por duas gestões consecutivas, entre 2005 e 2012, reconhecida por ser a prefeita que mais promoveu políticas sociais na prefeitura de Fortaleza, inclusive com várias ações que permanecem até hoje.

<sup>6</sup> Sucessor de Luizianne Lins na prefeitura de Fortaleza.

volta à capital, chegou com a proposta da grama sintética para a reforma do espaço.

A ideia teve uma repercussão sem precedentes, pois, a partir da construção da primeira, o modelo foi replicado em diversos bairros na cidade de Fortaleza e, por conseguinte, abraçada pela Secretaria do Esporte.

Esse conjunto de elementos permite, *a priori*, afirmarmos que o projeto Areninhas se configura como a mais abrangente ação esportiva desenvolvida pela cidade de Fortaleza, sendo o princípio organizador da agenda esportiva do Estado do Ceará. Diante da evidência desse fenômeno e sua aceitação e adesão pela população cearense, compreendemos ser importante uma análise mais aprofundada deste projeto.

### **DELINEAMENTO METODOLÓGICO**

Conforme antecipamos na introdução do texto, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de nível exploratória (GIL, 2017), com abordagem predominantemente qualitativa, conquanto façamos o uso de dados quantitativos. Entretanto, ressaltamos a intenção de proceder a uma análise dos dados para além de indicadores numéricos de gasto e atendimento, cotejando essas informações com a discussão acerca do papel do Estado como promotor da política de esporte.

O procedimento da pesquisa utilizado foi a análise documental e, para a coleta de dados, foram adotados dois percursos: (i) Consulta ao Portal de Transparência ativa, onde os dados já são disponibilizados pelo Governo do Estado de forma espontânea; e, (ii) Solicitações, ao Portal da Transparência, dos dados que não se encontram no *site*, porém o cidadão pode buscar por meio do canal oficial, em uma forma denominada de transparência passiva<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Vale ressaltar que, de acordo com a Secretaria de Controladoria-Geral da União (2019), o Ceará se encontra na terceira colocação quanto à transparência de suas contas, facilitando assim o acesso às informações necessárias à construção deste trabalho.

Outra fonte de consulta, durante a análise documental foi o Relatório Movimento é Vida!, publicado em 2017, pelo Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Esse relatório traz um panorama da prática de atividades física e esportiva, no Brasil, recorrendo à base de dados de pesquisas diagnósticas<sup>8</sup>. A partir de alguns marcadores sociais (sexo, idade, raça, renda, nível de instrução e região do país), o Relatório Pnud demonstra as iniquidades de acesso às atividades física e esportiva no País.

Como orientação metodológica de análise, usamos a concepção de Boschetti (2009, p. 10), que discorre sobre um modelo amplo de avaliação que se preocupa em:

1) buscar analisar a política em sua totalidade, a partir da incorporação analítica dos principais aspectos que a constituem; 2) revelar o caráter contraditório existente entre as determinações legais e a operacionalização da política social; em outros termos, verificar até que ponto os conceitos fundantes das normas legais são estruturadores da política social; 3) articular tanto os determinantes estruturais que conformam a política social quanto as forças sociais e políticas que agem na sua formulação e execução.

Como categorias de análise e eixos estruturantes da interpretação dos dados, utilizamos os principais aspectos/dimensões da proposta de Boschetti (2009), a saber: 1) Os direitos e benefícios; 2) O financiamento (fontes, montantes e gastos); 3) Gestão (forma de organização) e controle social democrático (participação da sociedade civil). Embora seja importante destacar que nem todos os indicadores, dentro de cada uma des-

---

<sup>8</sup> Referimo-nos às seguintes pesquisas: Suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 2015, sobre a prática de esporte e atividade física, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicado em 2017; Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), de 2013; a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE), de 2015.

sas dimensões, foram empregados, neste estudo, em função da particularidade do projeto analisado.

## ASPECTOS DE ANÁLISE DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Nesta seção descrevemos e analisamos os dados obtidos por meio de nossa pesquisa exploratória, organizados a partir das dimensões utilizadas por Boschetti (2009). Além disso, em alguns momentos, fazemos referência comparativa aos dados do Relatório Pnud de 2017.

### 1) Direitos e benefícios:

O objetivo deste aspecto é delinear um quadro dos direitos e/ou benefícios previstos e/ou implementados pelas políticas e/ou programas sociais, de modo a chegar o mais próximo possível do estabelecimento de suas características essenciais. Para tal, deve explicitar elementos que possam explicar sua natureza, função, abrangência, critérios de acesso e permanência e formas de articulação com as demais políticas econômicas sociais. (BOSCHETTI, 2009, p. 11).

Primeiramente, devemos considerar que o projeto Areninhas representa a promoção de um espaço esportivo que, embora diferenciado, contempla exclusivamente apenas uma modalidade, o futebol. De acordo com o Pnud (2017), o futebol é praticado por 23,6% dos entrevistados, acompanhado de outras atividades que aparecem em destaque, como: caminhada (32,6%); *fitness*/práticas de academia (12,7%) e musculação (4,8%).

Entretanto, ao cruzarmos esse dado mais geral com os marcadores sociais renda e sexo, algumas disparidades ganham destaque. O futebol é praticado por 41,4% dos homens, ao passo que, entre as mulheres, esse percentual é de apenas 2,7%. Ao mesmo tempo, o futebol é a atividade de destaque entre os homens com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até dois salários mínimos.

De acordo com Canan, Santos e Starepravo (2017), o Brasil deveria promover um incentivo para outras modalidades esportivas, pois, se financiar apenas a manutenção do futebol, que historicamente teve a preferência na formulação das políticas de esporte, na certa, deixará de incentivar a prática das atividades física e esportiva de forma plural e diversificada e, por conseguinte, restringirá o atendimento a adeptos de outras modalidades.

Nesse sentido, o governo do Estado do Ceará, ao priorizar o projeto Areninhas, reforça a monocultura do futebol, historicamente caracterizada no interior da política esportiva brasileira. Concomitantemente, sua opção política traz como consequências a restrição do acesso a outras modalidades esportivas, a falta de fomento a uma cultura esportiva plural e diversificada, e, por conseguinte, o não atendimento às demandas sociais, em especial, do direito ao esporte e lazer.

De acordo com o Portal da Transparência (2019), os 184 municípios do Estado do Ceará serão contemplados com, pelo menos, uma Areninha. A Tabela 1 demonstra o tamanho do projeto e sua abrangência.

**Tabela 1** – Abrangência do projeto Areninhas tipo 1 e tipo 2

Item	Região	Areninha Tipo 2	Areninha Tipo 1	Total
1	Grande Fortaleza / Litoral Leste	14	13	27
2	Região Litoral Oeste / Vale do Curu	10	7	17
3	Região do Maciço do Baturité	13	0	13
4	Região Sertão Central	10	4	14
5	Região Litoral Norte	10	2	12
6	Região Sertão Crateús	11	3	14
7	Região do Inhamus/Serra da Ibiapaba/Sertão de Canindé	13	6	19
8	Região Sertão Sobral	17	2	19
9	Região Cariri	25	6	31
10	Região Centro-Sul	10	5	15
11	Região Vale do Jaguaribe	12	3	15
<b>Totais</b>		<b>145</b>	<b>51</b>	<b>196</b>

**Fonte:** Portal da Transparência do Estado do Ceará. Elaboração própria.

Vale salientar que os números da Tabela 1 representam a previsão até o final da gestão, em 2022, porém, atualmente, 40% do total foi executado. Observando a última coluna, com o total de espaços previstos, identifica-se uma distribuição uniforme, com exceção das regiões da Grande Fortaleza e do Cariri. Destaca-se, portanto, um atendimento a todos os municípios do Estado, independentemente do tamanho, formatação política ou distância da capital.

A primeira região priorizada, segundo dados de 2010, do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), corresponde ao território do estado com maior densidade populacional (28,97% do total) e taxa de urbanização (Fortaleza, 94,43%). No caso da região do Cariri, também é considerada uma das regiões com maior taxa de urbanização (69,46%), assim como o sertão de Sobral (70,58%). Ressaltamos também que a região do Cariri, a mais contemplada com o projeto (31 Areninhas), é a região com maior número de municípios (23), como também é onde nasceu o Governador Camilo Santana (Município do Crato), em que sua família protagoniza a participação no cenário político regional.

De acordo com Ceará (2008), a interiorização das políticas públicas é fundamental para o fortalecimento dos municípios, especialmente daquelas localidades que são menos favorecidas e as que possuem menos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e que, portanto, não consegue concretizar muitas ações por receitas próprias.

Ainda analisando os números da abrangência, conforme Pnud (2017), a maior faixa de público, entre os homens que praticam o futebol, está situada até 24 anos; após essa idade, há migração para outras atividades físicas e esportivas. Como já citado, um percentual muito baixo de mulheres pratica futebol. Dessa forma, considera-se que o investimento apenas em campos de futebol, tendencialmente, estimularia a focalização em faixas etárias mais baixas e no público masculino, restrin-

gindo um acesso mais amplo e o caráter democrático, a menos que o projeto seja acompanhado por ações afirmativas e campanha de conscientização, que fomentem a mudança de cultura em favor da inserção do público feminino.

Com relação ao critério de acesso e permanência do campo/projeto Areninhas, segundo o Portal da Transparência (2017), para utilizar o equipamento, a população necessita de agendamento prévio, com o responsável ou associação responsável pelo campo. Também há um projeto, denominado de Esporte em 3 Tempos<sup>9</sup>, de responsabilidade da Secretaria do Esporte, que organiza escolinhas de futebol, de 7 a 17 anos, que funcionam regularmente nas Areninhas. O projeto possui diversas modalidades, porém, nas Areninhas, encontramos apenas a prática do futebol.

Um olhar mais minucioso sobre o acesso, que considere o investimento no equipamento, revela os seguintes entraves: participação única e exclusivamente por meio de agendamento prévio, o que impede o acesso de forma livre e espontânea; a impossibilidade de uso em períodos de chuvas; e de uso sem chuteiras, um fator de impacto para os usuários sem condição financeira. Vale destacar que os campos de várzea, comuns no Estado, mesmo não tendo a mesma estrutura das Areninhas, poderiam ser utilizados de forma mais livre e sem as condicionais descritas.

Resumidamente, neste primeiro aspecto, temos a monocultura do futebol, que é voltado preferencialmente para homens jovens, e com diversas restrições de uso do espaço. De acordo com Boschetti (2009), as políticas públicas devem atender ao máximo de usuários possível, valorizando a abrangência e incentivando a facilidade de acesso. Sugerimos, então, a

<sup>9</sup> Projeto que consiste em promover a difusão do esporte nos municípios do Ceará, por meio da democratização e garantia de acesso, aliadas à formação da cidadania, qualidade de vida, socialização do conhecimento e estímulo à convivência social, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes.

busca de diversificação de modalidades, ou atividades físicas, e a construção de equipamentos que contemplem outras possibilidades de esporte ou práticas esportivas. Esperamos que o próprio projeto Areninhas possa ser utilizado para outras atividades físicas ou modalidades esportivas e que, também, equipamentos de outras modalidades entrem na agenda esportiva do Estado do Ceará.

## 2) Configuração do financiamento e gasto:

A análise do financiamento e gasto no âmbito das políticas sociais é um fecundo caminho para compreender sua estrutura orçamentária e seus impactos na natureza e alcance dos direitos, já que o tipo, montante e modo de financiamento são definidores da existência, concepção, efetivação e extensão das políticas sociais (FAGNANI,1998, *apud* BOSCHETTI, 2009, pág. 13).

Esse aspecto contempla a análise e avaliação das fontes dos recursos, bem como o montante dos gastos no projeto avaliado. Inicialmente, destacamos que, de acordo com os dados do Portal da Transparência (2019), o projeto Areninhas, mesmo sendo divulgado e inaugurado pela Secretaria de Esporte e Juventude (Sejuv), tem recursos provenientes de outra fonte. O projeto Areninhas faz parte do Programa de Apoio a Reformas Sociais (Proares III), bem como também recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de recursos do Departamento de Engenharia e Arquitetura do Estado do Ceará. A Tabela 2 apresenta os dados de magnitude de gastos das Areninhas.

**Tabela 2** – Magnitude dos gastos do projeto Areninhas tipo 1 e tipo 2

Item	Região	Areninha Tipo 2	Areninha Tipo 1
1	Grande Fortaleza / Litoral Leste	R\$ 2.306.741,50	R\$ 22.334.000,00
2	Região Litoral Oeste / Vale do Curu	R\$ 1.652.728,06	R\$ 12.026.000,00

<b>3</b>	Região do Maciço Do Baturité	R\$ 2.230.757,10	R\$ 0,00
<b>4</b>	Região Sertão Central	R\$ 1.747.991,40	R\$ 6.872.000,00
<b>5</b>	Região Litoral Norte	R\$ 1.709.140,60	R\$ 3.436.000,00
<b>6</b>	Região Sertão Crateús	R\$ 1.845.581,54	R\$ 5.154.000,00
<b>7</b>	Região do Inhamus/Serra da Ibiapaba/Sertão de Canindé	R\$ 2.221.660,87	R\$ 10.308.000,00
<b>8</b>	Região Sertão Sobral	R\$ 2.846.473,71	R\$ 3.436.000,00
<b>9</b>	Região Cariri	R\$ 4.295.846,50	R\$ 10.308.000,00
<b>10</b>	Região Centro-Sul	R\$ 1.845.108,16	R\$ 8.590.000,00
<b>11</b>	Região Vale do Jaguaribe	R\$ 2.230.255,20	R\$ 5.154.000,00
<b>Totais, por Tipo</b>		R\$ 24.932.284,64	R\$ 87.618.000,00
<b>Total Geral</b>		R\$ 112.550.284,64	

**Fonte:** Portal da Transparência do Estado do Ceará. Elaboração própria.

Os números da Tabela 1 referem-se à previsão de custos até a finalização do projeto, cuja conclusão das etapas está prevista para 2020. Quando comparados os valores com o orçamento total da própria Secretaria do Esporte, nos últimos 4 anos, percebe-se a discrepância da escolha de prioridades das ações do governo. De acordo com o Portal da Transparência, no período de 2015 a 2018, a Sejuv teve um orçamento total de um pouco mais de R\$ 224 milhões, para o custeio de todas as ações relativas aos programas, projetos, às manifestações esportivas, parcerias, aos incentivos, dentre outros.

Portanto, observamos que, para uma única modalidade, o futebol, desenvolvida por meio do projeto Areninhas, é mobilizado 50% de todo montante investido no período de 4 anos (2015-2018) pela Sejuv. De acordo com Athayde (2014), apenas o aumento do volume de investimentos não garante que se esteja atingindo um público-alvo maior ou uma diversidade de modalidades ampla. Na ponderação feita pelo autor, verifica-se que, no caso da política de esporte no Ceará, o investimento foi elevado e, ao mesmo tempo, centralizado na manutenção de apenas um esporte.

Nesse ponto, em específico, realmente o Ceará teve o direcionamento das suas ações em torno dos equipamentos e do esporte de rendimento, provocando, assim, menor diversificação de ações, como também a manutenção da monocultura do futebol, modalidade que mais rende lucros para a indústria esportiva (MATIAS; MASCARENHAS, 2017)

**3) gestão (forma de organização) e controle social democrático (participação da sociedade civil):**

Este aspecto da análise tem por objetivo demonstrar como está estruturada a organização e gestão da política e/ou programa avaliado, tendo como parâmetro os princípios contemporâneos de gestão federada estabelecidos na Constituição Federal e como ocorre a participação e controle popular. (BOSCHETTI, 2009, p. 15).

De acordo com o indicador relações governamentais, o projeto Areninhas também conta com a parceria direta dos municípios, pois exige uma contrapartida dos interessados em receber o equipamento. Podemos citar como exemplo a doação de terreno, parte do custeio financeiro da obra, articulação com órgãos responsáveis para a execução da obra (companhia de água e esgoto). Dessa forma, essa ação ajuda a fortalecer os laços com municípios, que disponibilizam uma rede de colaboração entre os entes. Ceará (2008) destaca que as políticas públicas atingem eficiência a partir do diálogo entre os entes e as esferas governamentais para que busquem, de forma comum, o que são suas demandas e dos seus usuários.

Para o gerenciamento do campo/projeto Areninhas, muitas localidades preparam eleições para um núcleo gestor, que faz a organização e o monitoramento da utilização do equipamento, diminuindo, assim, os conflitos entre os usuários; e a manutenção das estruturas físicas, minimizando a depreciação e má utilização do espaço.

Sobre a participação e o controle social democrático, pode-se dividir em dois grandes períodos de análise: o primeiro

período, de 2007 a 2014 (gestão Cid Gomes) e o segundo período, de 2015 a 2018 (gestão Camilo Santana). Mesmo com a mesma base de governo, a participação e o controle social tiveram características diferentes.

De acordo com Ceará (2008), nas duas gestões do então governador Cid Gomes (2007 a 2014), há registro de ferramentas de participação popular e controle social. Ainda na parte de legislação, verifica-se a implantação do Portal da Transparência e a organização de dados do Estado para torná-los disponíveis para a população. Em termos mais práticos, de acordo com o Portal da Transparência, o Estado do Ceará promoveu o governo itinerante, projeto que se caracteriza por levar todos os órgãos estatais aos municípios, inclusive com a presença do governador. O Governo do Estado se organizava em uma grande caravana, levando os serviços das secretarias, bem como estabelecendo um canal de comunicação e diálogo, no intuito de escutar e atender às demandas reais da população local.

Porém, o ápice dessa ação se dava na organização de uma plenária, com participação do governador, em que, por meio do diálogo direto, a população podia sugerir, reclamar e cobrar políticas públicas de seu interesse. Esse diálogo direto com o governador gerava maior compromisso na resolução dos problemas e implementação de políticas.

Infelizmente, tal iniciativa foi esquecida, na gestão Camilo Santana (2015 a 2018). Bonalume (2008) aponta que o próprio governo deve fomentar a participação das pessoas, pois a sociedade por si não possui o hábito e a orientação para participar das decisões governamentais. Nesse sentido, experiências como conferências, participação em conselhos, orçamentos participativos e plenárias específicas, são exemplos de formas efetiva de participação e tomada de decisões fomentadas pela ação governamental.

Na comparação entre as gestões, destacam-se mecanismos de participação e controle social comuns aos dois períodos

citados, que é o desenvolvimento de um Portal da Transparência robusto, para possibilitar que os cidadãos acompanhem as ações governamentais, tenham suas críticas e, complementarmente, proponham inclusões ou alterações das políticas públicas no Estado do Ceará.

### **Considerações finais**

Recuperando os objetivos propostos da pesquisa, chegamos à seguinte constatação: o maior investimento público, dentro do Estado do Ceará, em apenas uma modalidade (futebol), reproduz e reforça o que, historicamente, o Brasil apresenta no bojo de sua agenda esportiva. Ou seja, a predominância do esporte de rendimento e das determinações econômicas, representadas pela hegemonia daquela modalidade que mais atrai os representantes da indústria esportiva e dos meios de comunicação de massa no País.

Sobre o acesso, o projeto Areninhas traz consigo algumas características que não favorecem a participação de usuários, como o necessário agendamento prévio para utilização. Ademais, o equipamento fica impossibilitado de ser utilizado em período chuvoso e apenas usuários com chuteiras são autorizados a fazer uso do espaço, dificultando o acesso para quem não tem condição financeira de adquirir esse material. Ainda destacamos a falta de ações afirmativas e/ou campanhas de conscientização que estimulem a participação do público feminino.

Quanto à magnitude dos gastos, verificamos que as Areninhas correspondem a quase 50% de todo o gasto total da Secretaria de Esporte e Juventude, demonstrando que o órgão responsável pela garantia do direito ao esporte, não o faz parametrizado por um acesso universal e diversificado, uma vez que os gastos favorecem a monocultura do futebol.

Por fim, sobre a participação popular, identificamos dois momentos distintos. O primeiro, marcado pela iniciativa go-

vernamental de promover o controle social-democrático e de abertura de canais de diálogo com a população. Já em período mais recente, diversas formas de participação popular foram encerradas, caracterizando uma gestão mais centralizada e menos participativa, sobretudo no tocante às tomadas de decisões.

Decerto, as políticas de esporte e lazer, no Estado do Ceará, seguem a tendência da política de esporte nacional, de maior investimento em esporte de rendimento e infraestrutura, em detrimento do esporte de participação e educacional, simbolizada, aqui neste texto, pelo projeto Areninhas. Os gestores, movidos por interesses políticos, utilizam uma retórica passional, sobre o futebol, no Brasil, que o classifica como símbolo da paixão nacional. Ao adotar esse tipo de discurso, optam por se distanciar das pesquisas, publicações e documentos recentes, que tratam das características da prática de atividades físicas e esportivas no País.

Reconhecemos que o projeto Areninhas se configura como um equipamento de qualidade, e a aceitação por parte da população é notória, pois há um sentimento de pertencimento do espaço e a euforia na utilização tem feito parte do cotidiano das comunidades que recebem o campo de futebol.

No entanto, como pesquisador, necessitamos alertar sobre algumas inconformidades, quando compreendemos que uma política pública de esporte e lazer deve abranger o maior número de usuários e atingir uma diversidade que possa atender às demandas do Estado. Sendo assim, levando em conta a provisoriedade da síntese, esperamos que esta seja uma das primeiras aproximações acerca do tema, e que outros estudos possam se debruçar de forma mais aprofundada sobre o projeto Areninhas.

## **Referências**

ARAÚJO, S. M. Conferências nacionais de esporte: o debate sobre controle social. VI JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. *Anais* [...]. São Luiz, Maranhão. Agosto de 2013.

ATAHYDE, P. F. A. *Programa segundo tempo: conceitos, gestão e efeitos*. 2009. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2009.

ATAHYDE, P. F. A. O “lugar do social” na política de esporte do governo Lula. *SER Social*, Brasília, v. 13, n. 28, p. 184-209, jan./jun. 2011.

ATAHYDE, P. F. A. *O ornitorrinco de chuteiras: determinantes da política de esporte do governo Lula e suas implicações sociais*. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2014.

BARANDÃO, Juliana Cristina. *A copa Fifa 2014 para além da política esportiva: estudo do dissenso entre os interesses da ‘cidade empresarial’ e os dos cidadãos, através da análise da ação dos movimentos sociais*. 2014. 274 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS. ABEPSS (org.). *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: Cfess/Abepss, 2009.

BRASIL. *Constituição federal*. Brasília, 1998.

BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU), 2019. Disponível em: [https://relatorios.cgu.gov.br/Visualizador.aspx?id\\_relatorio=22](https://relatorios.cgu.gov.br/Visualizador.aspx?id_relatorio=22). Acesso em: 12 jun. 2019.

CANAN, F.; SANTOS L. L. S. R. dos; STAREPRAVO, F. A. Panorama geral sobre políticas de esporte no Brasil. *Caderno de Educação Física e Esporte*, Marechal Cândido Rondon, v. 15, n. 1, p. 15-27, jan./jun. 2017.

CASTELAN, L. P. *As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)*. 2011. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CEARÁ. *Plano plurianual do governo do estado de 2008-2011*. Secretaria de Planejamento. Disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-plano-plurianual/ppa-2008-2011/>. Acesso em: 12 jun. 2019.

CEARÁ. *Portal da transparência*. Controladoria e ouvidoria-geral do estado. CGE 2019. Disponível em: <https://ceartransparente.ce.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2019.

CEARÁ. *Secretaria de esporte e juventude (Sejuv)*. 2019. Disponível em: <https://www.esporte.ce.gov.br/areninha-tipo-2/>. Acesso em: 12 jun. 2019.

DEMIER, F.; HOEVELER, R. (orgs.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

FAGNANI, E. Avaliação do ponto de vista do gasto e financiamento das políticas sociais. In: RICO, Elizabeth. *Avaliação de políticas: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez Editora: IEE/PUC-SP, 1998.

FLAUSINO, M. S. *Plano decenal: as políticas públicas de esporte e lazer em jogo*. Brasília. 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, 2013.

FORTALEZA. *Secretaria municipal de esporte e lazer (Secel)*, 2019. Disponível em: <https://esportelazer.fortaleza.ce.gov.br/2016-05-19-20-27-40/o-que-s%C3%A3o-areninhas.html>. Acesso em: 12 jun. 2019.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo, 2017

MATIAS, W. B; MASCARENHAS, F. As influências dos megaeventos esportivos na agenda e políticas esportivas: planejamento, arranjo institucional, ordenamento jurídico e financiamento. *Pensar a Prática*. Goiânia, v. 20, n. 1, jan./mar. 2017.

MELO, E. L. Uma análise das políticas de esporte do Ceará de 2007 a 2014: evolução as políticas do Brasil e das ações governamentais no Ceará. *Novas Edições Acadêmicas*, São Paulo, 2019.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social*. Petrópolis: Vozes, 2007.

O POVO. Jornal on-line. 2014. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/opinioao/2014/08/25/noticiasjornalopiniao,3303420/o-exemplo-da-comunidade-do-campo-do-america.shtml>. Acesso em: 12 jun. 2019.

PNUD. Relatório nacional de desenvolvimento humano do brasil. Movimento é vida: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas. Brasília, 2017.

RUA, M. G. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998, v. 2.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

# Práticas de atividade física e lazer destinadas ao público idoso no município de Canindé/CE

Basílio Rommel Almeida Fechine

Andreyson Calixto de Brito

Samara Moura Barreto de Abreu

Elídia Coelho Bié

Thaylane Bastos Santos Fechine

## Introdução



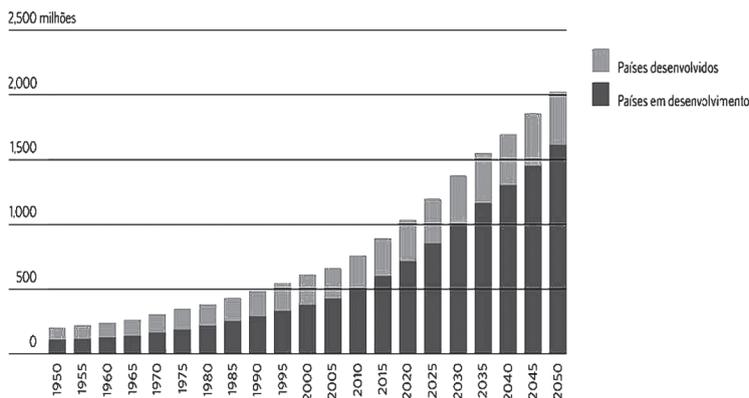
figura do idoso tem função vital para a sobrevivência da cultura de todo o planeta. O ser envelhecido é um elo que medeia o passado e o presente, o arcaico e o tecnológico, a antiga e a nova geração.

O homem sempre se preocupou com o envelhecimento, mas nem sempre o processo foi encarado da mesma forma, diferenciando-se quanto ao grau de importância. Nas sociedades antigas, as pessoas o caracterizavam como um período de crescente vulnerabilidade e dependência, mas de um saber ímpar dado somente aos grandes oráculos. Na Idade Média, porém consideravam o homem idoso como um ser em processo de diminuição geral das capacidades, que afetava a produção do trabalho feudal; e outras, ainda, como as tribos indígenas, veneravam a velhice como o ponto mais alto da serenidade e sabedoria.

Cada uma dessas atitudes corresponde a uma verdade parcial, mas nenhuma representa a sua totalidade. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) demonstram um aumento considerável da população de mais de 60 anos, para as

próximas décadas. É uma tendência que continuará, pelos próximos anos, e no ano de 2020 serão mais de 1 milhão de pessoas idosas. No ano de 2050, em todo o mundo, o número de idosos terá ultrapassado o total de jovens e atingido a marca de 2 bilhões (UN, 2012). O Gráfico 1 ilustra as projeções do quantitativo de idosos com 60 anos ou mais, no período compreendido entre 1950 e 2050.

**Gráfico 1** – Numero de pessoas com 60 anos ou mais



**Fonte:** Adaptado de UN (2012).

Os dados relatados trazem consigo um conjunto de problemas, ao nível de políticas públicas, dentre elas: saúde, educação, sistemas de segurança social e qualidade de vida; e nem mesmo os países tecnicamente mais avançados ainda conseguiram se adaptar.

O rápido envelhecimento da população brasileira aponta que, no ano de 2025, o Brasil poderá ser o quinto país em idosos, em números absolutos. Segundo a ONU (2012), a população brasileira com 60 anos ou mais corresponde a 8,6% da população total, enquanto que projeções para os próximos 25 anos exibem dados que poderão ultrapassar a marca de 30 milhões de habitantes.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), a população idosa triplicará, no Brasil, em 30 anos, alcançando a marca de 66,5 milhões de pessoas, em 2050. Indica, ainda, que, em 2030, o número absoluto de brasileiros com 60 anos ou mais ultrapassará o de crianças de 0 a 14 anos.

No Estado do Ceará, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), indica importante constatação, a partir da análise das pirâmides etárias de 2012 a 2018, ao apontar uma tendência de envelhecimento da população cearense, mesmo em um período relativamente curto. Em 2012, a base da pirâmide se apresentava mais larga e com cume mais estreito, o que significava altas taxas de natalidade, e participação maior da população mais jovem. Em contrapartida, a parte superior era mais estreita, indicando menor participação da população cearense mais idosa na sociedade, resultando em baixa expectativa de vida.

Passados seis anos, em 2018, a pirâmide etária sinalizava uma tendência de aumento da população de 20 anos ou mais, com maior ênfase para o grupo populacional com 60 anos ou mais, devido à melhoria da expectativa de vida e redução da taxa de natalidade e, por consequência, numa nova remodelação estrutural da sociedade cearense, com os idosos assumindo um novo protagonismo socioeconômico (IPECE, 2019).

Embora o aumento da esperança de vida constitua fenômeno positivo, receia-se, no entanto, que o otimismo gerado por essa tendência revele aspectos de natureza mais quantitativa do que qualitativa. Essa tendência comporta consequências econômicas e sociais consideráveis, entre outras, no que respeita ao mercado de trabalho, à segurança social, proteção social e às respectivas implicações na política de seguros. Esse relato poderá, no futuro, ter imensa influência no domínio da saúde pública e nas despesas da saúde.

De acordo com o artigo 24 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU, em 1948, “toda pessoa

tem direito ao repouso e aos lazeres [...]” (BRASIL, 2003). É necessário que diferentes entidades elaborem protocolos/planos para proteger e promover a população idosa a usufruir de melhores condições de vida (MAGALHÃES, 2016). Nesse sentido, as políticas sociais devem analisar, identificar e prever as consequências no andamento dos projetos, a fim de favorecer melhores condições para que se possa atuar preventivamente na correção de rumos e no bom aproveitamento das oportunidades que se esboçam (MOREIRA, 1995).

O aumento do número de anos com vida saudável e a diminuição do total de anos com doença e incapacidade parecem constituir a melhor estratégia para travar a subida de custos com a saúde. Iniciativas que envolvam o idoso em atividades físicas e de interação social, no quadro de redes de suporte social informal ou formal, parecem ser determinantes para a revitalização das independências funcional, cognitiva e social (FECHINE, TROMPIERI 2011; FECHINE, TROMPIERI 2012; FECHINE *et al.* 2013, FECHINE *et al.* 2013B; SILVA *et al.* 2014).

Evidências científicas relacionadas aos idosos apontam que a prática de atividades físicas corrobora com o efeito benéfico para um estilo de vida ativo, como também para a manutenção da capacidade funcional, promovendo, assim, a adequada autonomia física durante o processo de envelhecimento e diminuindo os custos com a saúde. Diante disso, as políticas públicas desenvolvidas por meio de projetos sociais devem possuir, em sua essência, a promoção da melhoria da qualidade de vida, como forma de resgatar a dignidade e autoestima do idoso (ALVES, 2011).

Corroborando essas evidências, um aumento significativo de programas/projetos sociais relacionados a práticas de atividades físicas com idosos e a melhora na qualidade de vida desempenharam e continuam a desempenhar importante papel no mundo. São exemplos, projetos como: Pessoas Saudáveis, na Inglaterra; Viver Ativo, no Canadá; No Porto, a Vida é Longa,

Mexa-se Mais, Coimbra Sênior, de Portugal, dentre outros, que são oferecidos pelos órgãos governamentais locais e estaduais, com a intenção de promover a saúde por meio de atividades físicas, como incentivo à promoção e ao retardo de patologias inerentes ao processo natural de envelhecimento.

Contudo, no Brasil, as políticas públicas que favorecem esses programas e projetos ainda são reduzidas (BANKOFF; ZAMAI, 2011) e/ou apresentam características de descontinuidade pela instabilidade governamental e os entraves políticos. Ainda assim, é possível reconhecer algumas delas, como as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf), estreitado ao Pacto pela Saúde (2006), na perspectiva do apoio matricial proporcionado por equipes multiprofissionais em saúde; e o projeto Academia da Saúde, fundada em 2011, reforça a estratégia de promoção à saúde que objetiva a prática de atividade física a diversas faixas etárias e as necessidades diagnosticadas.

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), regulamentada pela Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006, tem como finalidade primordial a recuperação, manutenção e promoção da autonomia e independência desse público, direcionando programas e projetos coletivos e/ou individuais de saúde (BRASIL, 2006). Nesse sentido, Pilger *et al.* (2013) relatam que os profissionais de saúde devem entender o processo do envelhecimento de modo integral, para intervir nas mudanças biológicas, psicológicas e sociais para um bom trabalho, realizando assim uma assistência adequada.

Nesse sentido, como modo de reflexividade sobre as políticas públicas de esporte e lazer para a população idosa, com interface na qualidade de vida, delineou-se como objeto de estudo a caracterização de atividades relativas ao esporte e lazer para os idosos no âmbito das políticas públicas, na Cidade de Canindé/CE. O cenário escolhido coloca-se como território de investigação da Rede Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (Cedes) cujo núcleo é sediado nessa cidade.

# **1 Procedimentos Metodológicos**

## **1.1 Tipo de pesquisa**

Trata-se de um estudo de campo, descritivo, com abordagem predominantemente qualitativa. Estudo descritivo engloba informações que o pesquisador apenas registra, e descreve os fatos observados, sem interferir neles. Segundo Gil (2010), nesse tipo de estudo utilizam-se técnicas padronizadas de coleta de dados para descrever as características determinantes do objeto de estudo, estabelecendo relações entre as variáveis consolidadas.

O estudo descritivo tem como objetivo observar, descrever, explorar, classificar e interpretar os fatos acontecidos com sua frequência e características (DYNIEWICZ, 2009). A pesquisa qualitativa, em sua ação indagativa, move-se de maneira dinâmica, em ambos os sentidos: entre os fatos e sua interpretação, e é um processo mais “circular”, no qual a sequência nem sempre é a mesma, pois varia de acordo com cada estudo específico (SAMPIERI; COLLADO e LUCIO, 2013).

## **1.2 Local do estudo**

O estudo foi realizado na cidade de Canindé/CE, no âmbito das políticas públicas municipais. As instituições públicas selecionadas foram: Centro de Referência da Assistência Social (Cras), Centro Social Urbano (CSU), Centro de Convivência do Idoso (CCI) e Secretaria da Saúde/Nasf, em consonância com o diagnóstico sobre as políticas públicas de atividades de esporte e lazer para esse público, realizado pela Rede Cedes (2016).

A cidade de Canindé está situada na região central, dentro do complexo dos Sertões de Canindé, no Estado do Ceará,

Brasil. Possui área territorial com 3.218,48 quilômetros quadrados, e população estimada, no ano de 2017, em 77.514 habitantes. Com vocações turística e religiosa, Canindé, anualmente, recebe 2,5 milhões de peregrinos de todo o País, por possuir o maior Santuário Franciscano da América Latina e registrar a segunda maior romaria franciscana do mundo; a primeira ocorre em Assis, na Itália, cidade de origem do santo (CRUZ, 2016; IBGE, 2017).

Na cidade, existe o projeto Patrimônio dos Sertões: Cultura, Arte e Religiosidade, que prestigia a interface de conhecimentos sobre as variadas manifestações culturais no município, de forma a fomentar o turismo da região (BEZERRA, 2016). As necessidades espirituais crescem, à medida que as pessoas se aproximam da fase terminal, e esse enlace fortifica-se, influenciando positivamente a saúde do idoso (LUCCHETTI, 2011).

### **1.3 População e amostra**

A amostra foi composta pelos coordenadores e/ou monitores responsáveis pelos programas e/ou projetos sociais públicos desenvolvidos no município de Canindé para a população idosa, conforme as instituições citadas, inclusive aqueles com atuação no projeto a, no mínimo, seis meses. Participaram oito coordenadores.

#### **COLETA DE DADOS**

Foi utilizada, como instrumento de coleta de dados, uma entrevista semiestruturada, desenvolvida durante visitas a campo, nos respectivos estabelecimentos.

#### **ANÁLISE DOS DADOS**

Para a análise interpretativa dos dados, considerou-se a triangulação das fontes inventariadas, à luz da literatura alcançada, sistematizadas em quadros e gráficos.

### **ASPECTOS ÉTICOS**

Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo a explicação completa e detalhada sobre a natureza da pesquisa, sua justificativa, os objetivos, métodos e demais informações consideradas relevantes, autorizando sua participação voluntária. Essa pesquisa respeitou todos os aspectos éticos de abordagens realizadas com seres humanos, de acordo com a Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

## **2 Resultados e discussão, ou relato de experiências**

Conforme apreensão dos dados, no que tange à caracterização das atividades sobre esporte e lazer para o idoso, no cenário investigado, foi possível identificar uma multiplicidade de práticas desenvolvidas no âmbito das políticas públicas, entre elas: alongamentos, dinâmicas, serviços de convivência, palestras socioeducativas, atividades lúdicas, atividades físicas, educação e saúde, roda de conversa, temas transversais, exercício físico, educação em saúde, dança (forró) e atividades físicas de baixo impacto (Quadro 1).

**Quadro 1** – Caracterização das atividades desenvolvidas como esporte e lazer

<b>Instituições</b>	<b>Atividades Desenvolvidas</b>
<b>Cras</b>	<b>Cras I: Serviço de Convivência Contínua</b>
	Atividade física
	Palestras socioeducativas
	Atividades lúdico-recreativas
	<b>Crás II: Mova-se</b>
	Atividade física
	Palestra socioeducativas
	Artes
	Socialização
	<b>Cras III: Melhor Idade</b>
	Atividade física
	Roda de conversa
	<b>Cras IV: Envelhecendo com Cidadania</b>
	Alongamento
	Dinâmicas
Serviços de convivência	
<b>Nasf</b>	<b>Nasf</b>
	Exercício físico
	Educação em saúde
	<b>Grupo da 3ª Idade Amigos</b>
	Atividade física
	Educação em saúde
	<b>Grupo Caminhando com Saúde</b>
	Atividade física
	Educação em saúde
	<b>Amigos de São José</b>
Atividade física	
Educação em saúde	
<b>CCI</b>	<b>Projeto CCI</b>
	Forró
	Dança
<b>Bombeiros</b>	<b>Projeto Saúde Bombeiros e Sociedade</b>
	Atividade física de baixo impacto

**Fonte:** Dados da pesquisa.

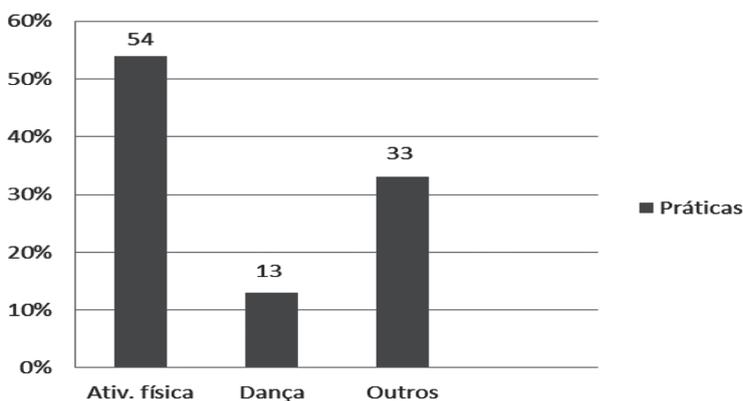
É possível inferir a existência de atividades sobre esporte e lazer para a população idosa, no município de Canindé, cuja caracterização apresenta diversidade de manifestação na cultura corporal do movimento, fundadas em pressupostos da melhoria da qualidade de vida em torno dos domínios físico,

psicológico e social. As atividades apresentadas comportam uma aproximação com as atividades previstas na Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (BRASIL, 1994). Cabe ressaltar que a cobertura populacional dessas atividades é de 217 idosos, aproximadamente 2,43% da população idosa de Canindé, portanto, insuficiente, em termos de abrangência. Vale salientar que esses resultados foram considerados no último censo de 2010 da população idosa, com um quantitativo de 8.917 habitantes residentes do município de Canindé (IBGE, 2017).

Segundo Paschoal (2002), a sociedade que proporciona maior participação do idoso em atividades fora de sua residência têm ampliada sua capacidade de garantir-lhe independência e autonomia, estimulando o estabelecimento de novos contatos sociais e qualidade de vida.

Ao considerar a ordem de prevalência das atividades, encontrou-se como resultado: 1. Atividades físicas funcionais (54%), 2. Atividades de socialização e socioeducativas (outros) (33%), e 3. Dança (3%), conforme respostas dos sujeitos da pesquisa (Gráfico 2).

**Gráfico 2** – Prevalência de atividades desenvolvidas com esporte e lazer



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Atividades físicas funcionais podem favorecer os mecanismos de ação sobre as Atividades de Vida Diárias (AVD), de modo a estimular a aptidão física relacionada à saúde (GALLHUE, 2005). As atividades de socialização e socioeducativas permitem desenvolver o conhecimento de si próprio e do outro, como movimento das relações de convivência social. Silva (2016) relata que atividades que envolvam qualquer movimento muscular promovem bem-estar físico e mental. Idosos relatam se sentir mais úteis, em meio à sociedade em que vivem.

Já a dança promove a cultura da corporeidade, de modo a promover bem-estar físico, psicológico e social, influenciando na capacidade cognitiva, por meio do aumento da destreza dos movimentos rítmicos e dos passos memorizados de forma compassada, além da melhoria do desempenho aeróbico (ROCHA, 2017). Verghese *et al.* (2003) relatam que, em estudos com praticantes regulares de dança; não praticantes; e os que pouco praticavam, o grupo que praticava conseguiu melhores resultados de memória, sugerindo que a dança pode prevenir o desenvolvimento de demências. Capacidades perceptivomotoras, como coordenação oculomanual e oculopedal, percepção espacial e temporal, equilíbrio, abstração, flexibilidade mental, exigência da atenção, memorização, antecipação e velocidade perceptiva, fazem parte das capacidades que auxiliam o idoso na dança.

O estudo de Monteiro (2017) relacionado aos idosos demonstrou que a dança, nessa fase, atua significativamente na manutenção do equilíbrio, estabilizando a musculatura responsável pela flexão/extensão da articulação quadril, joelho e tornozelo, dando ênfase ao controle postural das atividades locomotoras

As pesquisas de Meurer *et al.* (2012) trazem que as atividades físicas e atividades socializáveis favorecem a elevação da autoestima e baixa ocorrência de sintomas depressivos.

Já Ferreira *et al.* (2014) afirmam que as práticas são um fator determinante na prevenção da depressão, em pessoas

idosas, favorecendo a prevalência da socialização durante o programa em que estiver inserido.

Os níveis de atividade física e o estado de saúde são indicadores reconhecidos de longevidade e envelhecimento bem-sucedido. A atividade física não é só benéfica no envelhecimento, mas também em todas as idades, uma singularidade à parte, que permite ao idoso acreditar em suas próprias competências, tornando suas habilidades individuais mais confiáveis.

Quando essas atividades físicas são desenvolvidas de forma mais diversificada, em sua metodologia, nos projetos e programas, proporcionam ao praticante uma gama de possibilidades, como ganhos de transferência, que ultrapassam a mera questão biológica e alcança o sociocognitivo. Ou seja, proporcionando um envelhecimento bem-sucedido que proporciona ganhos motores, físicos e, acima de tudo, cognitivo, redirecionando para uma maior inclusão social, fruto da restauração da autoestima (FECHINE, TROMPIERI 2011; FECHINE, TROMPIERI 2012; FECHINE *et al.* 2013, FECHINE *et al.* 2013B).

À medida que o corpo se modifica, reflete-se em uma tendência de rejuvenescimento observado no envelhecimento, destacando-se como um indicador de saúde e qualidade de vida (MAGALHÃES, 2016). As condições de saúde são propósitos adquiridos com atividade física e lazer, entre os idosos, apontando para melhorias na ansiedade e no humor, com evidências significativas na avaliação da evolução mental (PEGORARI *et al.* 2015).

Uma reflexão sobre tais possibilidades de programas variados, com diversas características e modalidades, pode acontecer também fora da Educação Física, como os exemplos interessantes de Clarkson-Smith e Hartley (1990), com o jogo de *brigde*; Krampe e Ericsson (1996) e Kausler (1994), com dactilógrafos e pianistas. Os estudiosos constataram que idosos bem adaptados e treinados no jogo de *brigde* (jogo de cartas) possuem também desempenho melhor em tarefas que avaliam a capacidade da memória (auditiva e visual) do que idosos não

treinados, propondo, assim, que a prática contínua de uma tarefa que delega recursos à memória age preventivamente contra o declínio associado à idade.

Spiriduso (2005, p. 242-243) acentua que “Wolfgang Mozart (possivelmente o maior prodígio musical infantil que o mundo conheceu) tornou-se pianista aos 5 anos; e que aos 17 anos pôde alcançar a sofisticada e refinada coordenação óculo manual necessária para vencer um campeonato de tênis”. Como se evidencia, segundo tal afirmação, Mozart nunca jogou tênis, mas a quantidade de informações visuais e manuais que o piano lhe proporcionou, possivelmente, o ajudaria efetivamente numa partida de tênis. E isso pode ser transferido para outros desportos, ou práticas de atividade física, como também para públicos etários diversos, desde que tais atividades atribuam ao aluno tarefas que imponham demandas constantes à cognição, mais especificamente à memória. Com idosos, as possibilidades de ganhos em relação à transferência de aprendizagem são reais e latentes.

Assim como no jogo de *brigde*, ou como no tocar de um pianista, programas/projetos/atividades sociais, desenvolvidos para e praticado com o idoso, devem proporcionar uma diversidade de atividades, para que possam se sentir adaptados à sociedade, integrando-se humanamente a condições outrora perdidas.

Concluimos que o desenvolvimento de programas e projetos sociais caracterizados na cidade de Canindé envolve uma rotina diversificada (atividades físicas funcionais; atividades de socialização; dança), contudo, devem se tornar mais amplos no quesito amostral e em suas práticas metodológicas diárias, pois são de extrema importância para o público idoso, nos quesitos biológico e cognitivo, ao aglutinar variáveis, como a memória e atenção, tão importantes para o recorte autobiográfico do envolvido. E ocasionar, como registra a literatura científica, diminuição dos problemas da mente e, por conseguinte, de uso hospitalar, reverberando para melhorar o bem-estar físico, cognitivo e social, reencaminhando e inserindo o idoso no seio familiar e, conseqüentemente, na sociedade.

Nesse sentido, é preciso multiplicar os programas e projetos com atenção à saúde da população idosa, diversificando suas metodologias, com vistas à melhoria da sua qualidade de vida, enfatizando, responsabilizando e dando suporte às concretizações das políticas públicas.

### **Considerações finais**

O estudo objetivou caracterizar as atividades desenvolvidas sobre esporte e lazer para os idosos na Cidade de Canindé/CE, cujos resultados apontaram para atividades com natureza diversificada, empreendidas sobre a manifestação da cultura corporal do movimento, em que se revelam pressupostos de melhoria da qualidade de vida em torno dos domínios físico, psicológico e social, previstas na Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (BRASIL, 1994). Ao mesmo tempo, verificou-se uma cobertura populacional baixa, tornando a abordagem insuficiente, em termos de abrangência dos habitantes do referido município.

Torna-se necessário maior flexibilidade e futuros estudos que apreendam essa temática sobre outras territorialidades, assim como enfoques investigativos sobre a permanência e êxito dessas políticas.

### **Referências**

- ALVES, Railda Fernandes. *Psicologia da saúde: teoria, intervenção e pesquisa*. EDUEPB, 2011.
- BANKOFF, Antonia Dalla Pria; ZAMAI, Carlos Aparecido. Estudos sobre políticas públicas de esporte e lazer de prefeituras municipais do Estado de São Paulo. *Conexões*, v. 9, n. 2, 2011.
- BEZERRA, J. M. G. Aspectos simbólicos da anunciação e (de)marcação no sino da basílica de São Francisco das Chagas de Canindé/Ce (2016). TCC.
- BRASIL. Decreto nº 6.800, de 18 de março de 2009. Dá nova redação ao Art. 2º do Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, que regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a

Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, 19 mar. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 3 out. 2003.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 5 jan. 1994.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. *Plano de ação integrada para o desenvolvimento da política nacional do idoso*. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM nº 399, de 22 de fevereiro de 2006. Dá divulgação ao Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 22 fev. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. As cartas de formação da saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2002.

CLARKSON-SMITH, L. E.; HARTLEY, A. A. The game of bridge as an exercise in working memory and reasoning. *Journals of Gerontology*, 1990, v. 45, p. 233-238, 1990.

CRUZ, F. J. S. *A visão dos frades menores de Canindé/CE: a romaria e o turismo religioso como alternativa para o desenvolvimento local*, 2016. TCC.

DYNIWICZ, Ana Maria. Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes. In: *Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes*. Difusão, 2009.

FECHINE, B. R. A.; TROMPIERI FILHO, N. Memória e envelhecimento: a relação existente entre a memória do idoso e os fatores sociodemográficos e a prática de atividade física. *InterSciencePlace – Revista Científica Internacional*, ISSN: 1679-9844, v. 1, p. 77-189, 2011.

FECHINE, B. R. A.; VASCONCELOS, O.; BOTELHO, M.; TROMPIERI, N.; CARVALHO, J. Memória, exercício físico e envelhecimento: um estudo sobre a relação existente entre a memória visuomotora e idosos praticantes e não praticantes de atividade física. *InterSciencePlace – Revista Científica Internacional*, ISSN: 1679-9844, v. 1, p. 170-192, 2013.

FECHINE, B. R. A.; COSTA, A. V.; VASCONCELOS, O.; BOTELHO, M.; CARVALHO, J. Cognição e atividade física: a relação existente entre atenção e a velocidade perceptiva em idosas praticantes e não praticantes de atividade física. *InterSciencePlace* – Revista Científica Internacional, ISSN: 1679-9844, v. 1, p. 116-138, 2013.

FECHINE, B. R. A.; TROMPIERI FILHO, N. O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. *InterSciencePlace* – Revista Científica Internacional, ISSN: 1679-9844. v. 1, p. 106-132, 2012.

FERREIRA, Lilian *et al.* Avaliação dos níveis de depressão em idosos praticantes de diferentes exercícios físicos. *ConScientiae Saúde*, v. 13, n. 3, p. 405-410, 2014.

GALLAHUE, David L. *Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos*. 3. ed. São Paulo: Phorte, 2005, 585p. ISBN 8576550164.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. In: *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios (Pnad)*, Brasília: IBGE, 2016.

IBGE, Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2017*.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. *Fortaleza – Ceará: Ipece*, 2019. ISSN: 2594-8717.

KAUSLER, D. H. *Learning and memory in normal aging*. San Diego, CA: Academic Press, 1994.

KRAMER, A. F.; ERICKSON, K. I. Effects of physical activity on cognition, well-being, and brain: Human interventions. *Alzheimer and Dementia*, v. 3, n. S, p. 45-51, 2007.

LUCCHETTI, Giancarlo *et al.* O idoso e sua espiritualidade: impacto sobre diferentes aspectos do envelhecimento. *Rev Bras Geriatr Gerontol*, v. 14, n. 1, p. 159-67, 2011.

MAGALHÃES, E. M. C. *Envelhecer já não é o que era. Envelhecimento ativo e universidades sénior: um estudo de caso*. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Porto, 2016.

- MEURER, S. T. *et al.* Associação entre sintomas depressivos, motivação e autoestima de idosos praticantes de exercícios físicos. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 34, n. 3, 2012.
- MONTEIRO, W. *et al.* Análise do equilíbrio dinâmico em idosas praticantes de dança de salão. *Fisioterapia em Movimento*, v. 20, n. 4, 2017.
- MOREIRA, D. F. N. *Sociedade, estado e administração pública: perspectivas visando ao realinhamento constitucional brasileiro*. Ed: topbooks-Rio de Janeiro, 1995, 169p. CDU 342(81).
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. Brasília: Organização Pan-americana da Saúde. 2005.
- PAPALIA, Diane E. *Desenvolvimento humano*. Tradução: Carla Filomena Marques. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.
- PASCHOAL, S. M. P. Qualidade de vida na velhice. In: FREITAS, E.V. *et al.* (eds.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002, p. 79-84. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.com/acervo/pforum/eqvsp4.htm>. Acesso em: abr. 2017.
- PEGORARI, Maycon Sousa; DIAS, Flavia Aparecida; SANTOS, Nilce Maria de Freitas e TAVARES, Darlene Mara dos Santos. Prática de atividade física no lazer entre idosos de área rural: condições de saúde e qualidade de vida. *Rev. educ. fis. UEM [on-line]*. 2015, v. 26, n. 2, p.233-241. ISSN 0103-3948.
- PILGER, C.; DIAS, J.; KANAWAVA, C.; BARATIERI, L. T. Carreira acciones, comprensión sobre el envejecimiento y.; de salud, primaria. Compreensão sobre o envelhecimento e ações desenvolvidas pelo enfermeiro na atenção primária à saúde. *Ciência y Enfermería*, v. 19, p. 1, 2013.
- ROCHA, Sônia Isabel Teixeira Macedo. *Capacidade cognitiva e relações sociais nos idosos institucionalizados: influência das danças tradicionais portuguesas na capacidade cognitiva e nas relações sociais de idosos institucionalizados*. 2017. Dissertação (Mestrado).
- SABA, F. *Mexa-se: atividade física, saúde e bem-estar*. 3. ed. São Paulo: Phorte, 2011. 323 p., il. ISBN 97885765513137.
- SAMPIERI, R. H.; CALLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. *Metodologia de pesquisa*. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, J.; CARVALHO, J.; RODRIGUES, P.; BOTELHO, M.; FECHINE, B. R. A.; VASCONCELOS, O. Visuomotor memory in elderly: effect of a physical exercise program. *Rev. bras. educ. fis. esporte*, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 641-649, 2014 .

SILVA, M. *et al.* Os benefícios das oficinas terapêuticas na percepção do idoso institucionalizado. CIAIQ2016, v. 2, 2016.

SILVA, V. *et al.* Velhice e envelhecimento: qualidade de vida para os idosos inseridos nos projetos Sesc-Estreiro. 2009.

SPIRDUSO, W.W. *Dimensões físicas do envelhecimento*. Barueri: Manole, 2005.

THOMAZ, F. O. Política e gestão do desporto. 370 CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO. Desafios para o século XXI: *Coletânea de textos da 1ª conferência nacional de educação, cultura e desporto*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001, 742p.

UN. United Nations. *World population prospects. The 2000 Revision*. Nova York: United Nations, 2012.

VERGHESE, J.; LIPTON, R. B.; KATZ, M. J., *et al.* Leisure activities and the risk of dementia in the elderly. *New England Journal of Medicine*, v. 348, n. 25, p. 2508-2516, 2003.

# Projetos sociais desenvolvidos com a prática da capoeira, na cidade de Fortaleza/CE

Antônio Wagner da Silva Freitas  
Hyvynna Ribeiro Gomes de Brito  
Samara Moura Barreto de Abreu  
Basílio Rommel Almeida Fechine  
Andreyson Calixto de Brito

## Introdução

**A**vinda de um grande contingente de negros ao solo brasileiro, durante os primeiros séculos de nossa história, está intimamente relacionada à instituição social escravista e necessidade de mão de obra para a produção agrícola ou mineradora do período mercantilista e à expansão marítima europeia, da qual Portugal era um dos pioneiros.

Segundo Campos (2001) e Adorno (1999), os escravos eram trazidos do Continente Africano ao Brasil, em navios negreiros e confinados em porões, sem condições mínimas de conforto e higiene. Muitos morriam durante a travessia, não só vítimas de maus-tratos como de diversas doenças que os acometiam na viagem, e seus corpos eram, então, lançados ao mar.

Como a história evidencia, a contribuição dos povos africanos foi central para a formação histórico-cultural, e civilizacional da nação brasileira. Sem considerar o referido grupo étnico-social, fica impossível entender a cultura brasileira como um todo, visto que a influência não se restringe somente

à capoeira, mas à culinária, ao comportamento, à linguagem, aos vários aspectos da vida cotidiana, além dos costumes.

A capoeira é um fenômeno cultural e histórico e notadamente fruto da resistência dos costumes do povo negro. De acordo com Neto (2011, p. 22), “A capoeira veio do mesmo caldeirão cultural do samba, da malandragem, do candomblé, da umbanda”. E, por isso, desde o início de sua prática, sempre, a capoeira foi atravessada pela música, pelo suingue, pela “filosofia”, e espiritualidade.

O intuito de escrever a respeito da caracterização dos projetos sociais desenvolvidos com a prática da capoeira, na cidade de Fortaleza/CE, nasceu após a prática de capoeira, por um dos autores, durante 33 anos, aliada à formação acadêmica, que despertaram o desejo de contribuir com a produção do conhecimento acerca do assunto e apresentar à sociedade a importância dessa arte marcial, dos professores capoeiristas e trabalhos sociais desenvolvidos em torno desse processo na cidade.

O estudo aqui apresentado tem como objetivo precípuo caracterizar os projetos sociais que empregam a prática da capoeira, na cidade de Fortaleza, em especial, verificando a procedência dos professores capoeiristas e a natureza dos trabalhos que desenvolvem.

A hipótese em questão que se busca comprovar é que o professor, ou instrutor, bem como outros atores das rodas de capoeira atuantes no município de Fortaleza, nos dias atuais, em projetos sociais, são fruto de um trabalho anterior e de um legado de uma roda de capoeira inclusiva, que vem se desenhando em um contexto contemporâneo. Por sua vez, tais professores continuam esse ciclo de inclusão social, aperfeiçoando e trazendo mudanças positivas nas comunidades e nos projetos em que se inserem, independentemente da faixa etária de seus alunos, mesmo que a atenção básica seja construir um legado para as crianças e jovens que serão os transformadores

em um futuro idealizado. Este estudo busca verificar, ainda, que o caráter transformador da roda de capoeira mostra-se tão forte, que o instrutor e os mestres colocam em prática seus ensinamentos em projetos sociais, apoiados pelo governo, ou pela iniciativa privada, ou não, desenvolvendo, às vezes, trabalho próprio, na busca pela modalidade ora ensinada e pela tradição que lhe foi passada

## **2 Revisão de literatura**

De acordo com o projeto internacional denominado The Trans-Atlantic Slave Trade Database (2015), cerca de 68% dos negros que chegaram ao Brasil, provinham do centro-oeste africano, o que equivale, nos dias atuais, a Angola e República Democrática do Congo, compondo o maior contingente vítima do tráfico negreiro. O segundo maior grupo veio do Golfo do Benim, na África Ocidental, que compreende os países hoje conhecidos como parte leste da Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, com 17,8% dos escravos, seguidos por escravizados do Sudeste da África e ilhas do Índico.

Já Costa (2016) relata que, ao chegarem ao território nacional, tais escravos, tratados como mercadorias, eram marcados com ferro em brasa, tal como gado, e distribuídos aos senhores. Eram expostos em mercados para que, de acordo com Ribeiro (1992), seus dentes fossem avaliados, assim como a grossura das pernas e tornozelos; verificar se sua aparência era saudável, jovial; a força e aptidão para o trabalho.

Costa (2016) reitera que tal qual qualquer mercadoria, os mercadores e compradores pagam impostos na transação dos cativos.

Adorno (1999) também relata em estudo que o negro recebia castigos, e comida escassa como pagamento por seus serviços. Como consequência, cultivava um sentimento constante de revolta, que contrasta com a imagem historicamente atribu-

ída aos escravos de submissão ao jugo e destino que lhes era imposto. Por esse motivo, tem início um longo processo histórico de resistência e lutas, no início, marcado por suicídio, fugas em massa, assassinatos de senhores e capatazes.

Após anos de escravidão, depois de muitos negros já estarem formalmente livres, com a Lei do Ventre Livre, em 1888, foi decretada a abolição da escravatura pela princesa Isabel. Muito se deu não só pelo declínio da lucratividade do tráfico, bem como a pressão exercida pela Revolução Industrial que criara novas relações de trabalho, produção e consumo. Areias (1983) aponta que tal libertação não foi acompanhada pela inclusão social da população negra, pois continuaram lhes sendo negados direitos fundamentais, como o acesso a estudo e melhorias sociais. A alforria universal também não veio sem protestos da antiga classe de senhores e forte consequência para a economia do País, que ficou abalada, dada a sua forte dependência do modelo de produção escravocrata.

Um aspecto fundamental de tal resistência foi a preservação das cantigas, danças, religiosidade africanas. A capoeira enquadra-se nesse nicho de resistência cultural, de acordo com Areias (1983).

Havendo, durante o século XIX, uma tentativa do Estado brasileiro de branquear a população brasileira, foi estimulada a imigração em massa de europeus para trabalhar nas bases agrícola e industrial do Brasil. Tal tentativa visava, sob um prisma racista, transformá-lo em um país mais civilizado, consonante com a ideologia racista que reinava no ocidente na época e que associava a raça branca e a cultura europeia ao desenvolvimento civilizacional e à superioridade (COSTA, 2016).

Com a falta de políticas sociais de inclusão, e a entrada de mão de obra concorrente, a classe negra, tida como racialmente inferior, passou então a ser empurrada para as margens da sociedade, sem oportunidade de ascensão social, e acesso a emprego e educação. Nesse período, se forjou a imagem do

negro como delinquente (ADORNO, 1999), acentuando sua associação à criminalidade, vadiagem e, por conseguinte, à “capoeiragem”, quando realmente vigorava a falta de oportunidades de emprego e inserção social.

## **2.1 Os mestres e o ensino da capoeira**

Mestres Bimba e Mestre Pastinha foram dois dos principais mestres da capoeira. O primeiro foi responsável pela criação da capoeira regional e o segundo foi o reconhecido representante da capoeira de Angola, e ambos muito contribuíram para a capoeira se tornar o que é hoje.

Mestre Bimba foi, talvez, o mais importante e icônico, para a história e formação da capoeira contemporânea, particularmente no estilo da capoeira regional. Nascido em Salvador, no Bairro do Engenho Velho (lar do mais antigo Barracão Candomblecista do Brasil), cresceu cercado pelas tradições de raiz africana, iniciando-se na arte ainda aos 12 anos, com o capitão da Companhia Baiana de Navegação da Estrada das Boiadas (SHAYNA, 2012).

Ainda segundo Shayna (2012), em seu estilo, misturava elementos da capoeira tradicional e do batuque (luta nordestina extinta). Assim surgiu um novo conceito de luta, com movimentos rápidos e acompanhamento musical.

Mestre Bimba foi, talvez, o principal responsável pela legalização e o reconhecimento da prática capoeirista. Ou “tirar a capoeira de baixo da pata do boi”, como ele mesmo dizia, demonstrando, inclusive, sua arte, ao então presidente Vargas.

Exímio lutador e antes de tudo um educador por excelência, Bimba levava a capoeira como um estilo de vida, antes mesmo de ser uma luta, chegando a impor regras e princípios comportamentais aos seus discípulos, como não beber, fumar e evitar demonstrações públicas de técnicas de forma desconsiderada. Ainda eram requeridos a usar uniformes limpos e

brancos; ter bom desempenho escolar; e disciplina estrita em seus exercícios.

Bimba era conhecido particularmente por desafiar lutadores a duelos. Ganhador de todos os duelos, obteve a alcunha de “mestre três pancadas”. A sua notoriedade é evidenciada, hoje principalmente, por contribuir para a criação do estilo regional, com um modo novo e reinventado de jogar a capoeira. A respeito do assunto, assevera Brito (2014) que “Bimba constituiu um novo estilo de capoeira, uma forma bem mais rápida e eficaz, com características marciais. Esse novo estilo criou muita fama e obteve muitos adeptos, levando a prática da capoeira à legalidade”.

Outra importante personagem da capoeira viria ser o Mestre Pastinha, que nasceu em Salvador, em 5 de abril de 1889, filho de um imigrante espanhol e uma negra baiana. Pastinha conta que sua introdução na capoeira se deu por mera obra da sorte ou destino. Nascida da rivalidade com um garoto de maior idade e tamanho que sempre o provocava para a luta e a ganhava, graças à sua vantagem física. Um velho africano observava o que acontecia e se ofereceu para ajudar o jovem Pastinha. Freire (1967, p. 82) assim relata:

“Um dia, da janela de sua casa, um velho africano assistiu a uma briga da gente. Vem cá, meu filho, ele me disse, vendo que eu chorava de raiva depois de apagar. Você não pode com ele, sabe, porque ele é maior e tem mais idade. O tempo que você perde empinando raia vem aqui no meu cazuá que vou lhe ensinar coisa de muita valia. Foi isso que o velho me disse e eu fui.” Começou então a formação do mestre que dedicaria sua vida à transferência do legado da Cultura Africana a muitas gerações. Segundo ele, a partir deste momento, o aprendizado se dava a cada dia, até que aprendeu tudo. Além das técnicas, muito mais lhe foi ensinado por Benedito, seu professor africano. “Ele costumava dizer: não provoque, menino, vai botando devagarinho

ele sabedor do que você sabe [...]. Na última vez que o menino me atacou fiz ele sabedor com um só golpe do que eu era capaz. E acabou-se meu rival, o menino ficou até meu amigo de admiração e respeito.”

Pastinha viria, assim, a propagar o estilo de capoeira Angola, conhecida pela agilidade, rapidez e inteligência empregadas em seu método (BRITO, 2014). Privilegiando o físico e mental, uma arte, na visão do próprio Mestre Pastinha.

O mestre viria a fundar a segunda escola de capoeira reconhecida da Bahia e a primeira do estilo Angola, no Pelourinho, e formou diversos alunos célebres, como João Grande, João Pequeno, Boca Rica, Curió, Bola Sete e outros. Sua escola foi frequentada por personalidades importantes, como Caetano Velloso, Jorge Amado, Carybé (SCHMIDT, 2007).

Fez parte da comitiva brasileira para o Primeiro Festival de Arte Negra realizado no Senegal em 1966.

Apesar da fama e relevância, Mestre Pastinha terminou seus dias no esquecimento. Sofrendo um grave derrame que o cegou, foi expulso do Pelourinho pela Prefeitura de Salvador no ano de 1971, vindo a falecer na mesma cidade, em 13 de novembro de 1981 (SCHMIDT, 2007).

O trabalho e a dedicação desses dois mestres tiveram relevância ímpar para o desenvolvimento e a expansão da capoeira no Brasil e no mundo, servindo de exemplo para vários trabalhos que surgiram ao longo dos anos, balizando a capoeira como uma ferramenta importante de manutenção e valorização da cultura afro-brasileira e de transformação social.

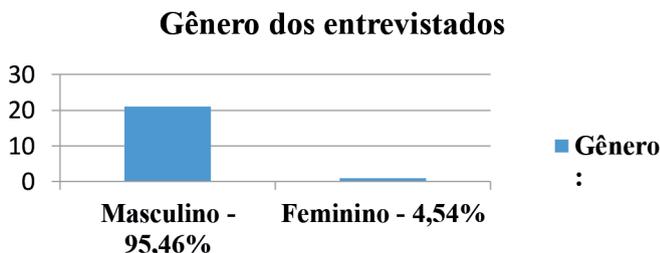
### **3 Procedimentos metodológicos**

Este trabalho é uma pesquisa quanti-qualitativa de campo, com corte transversal. Realizado a partir de um questionário com perguntas fechadas e abertas.

### 3.1 Tipo de pesquisa e amostra

A amostra, neste trabalho, é composta por 22 profissionais entrevistados. Desses, 21 do sexo masculino e apenas uma entrevistada do sexo feminino, conforme o Gráfico 1.

**Gráfico 1** – Gênero dos entrevistados



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

### 3.2 Local da pesquisa

Todo o levantamento foi realizado na cidade de Fortaleza, em diversos bairros da periferia da cidade.

Seguindo com a pesquisa, pôde-se aferir, com base em dados da Prefeitura Municipal de Fortaleza (2015), que a maioria dos entrevistados habita “periferias”, denominação entendida segundo o significado do Dicionário Priberam (2008-2013), que infere que são um “Conjunto das zonas situadas à volta do centro de uma cidade, mas a alguma distância deste. = ARRABALDES, ARREDORES, SUBÚRBIOS”, com índices de desenvolvimento limitado, conforme a Tabela 1.

**Tabela 1** – Bairros dos entrevistados

Bairro	IDH
Bela Vista	0,3752
Boa Vista	0,2550
Canindezinho	0,1362

Carlito Pamplona	0,2997
Cristo Redentor	0,2538
Demócrito Rocha	0,3694
Fátima	0,6947
Granja Lisboa	0,1699
Henrique Jorge	0,3408
João XXIII	0,2837
Montese	0,4728
Parquelândia	0,6284
Passaré	0,2246
Pici	0,2186
Serrinha	0,2829
Serviluz	0,2235

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2014.

Observamos que a maioria dos professores, alunos graduados, mestres, instrutores, dentre outras graduações, são pessoas provenientes de bairros de periferia com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), nos quais, na maioria das vezes, há deficiência na prestação de serviços básicos por parte do Estado, como educação, saúde, segurança; históricos de violência, marginalidade e tráfico de drogas.

## **4 Resultados e discussão**

A sistematização dos dados foi feita por gráficos diversos, tabelas e quadros didáticos, que contemplam cada questionamento levantado durante a pesquisa formal.

### **4.1 A respeito dos entrevistados**

Primeiramente, faz-se necessário conhecer os entrevistados, onde vivem, o perfil de seus bairros, seu envolvimento no jogo da capoeira (a graduação e o tempo de prática), dentre outras informações. Vale salientar que o tempo de capoeira é muito valorizado, entre os capoeiristas, pois a experiência e o tempo estão ligados a uma graduação, como segue no Gráfico 2.

## Gráfico 2 – Graduações



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

O Gráfico 2 aponta a quantidade de entrevistados por graduação, na ordem oficial. O tempo de prática para se chegar a determinadas graduações varia de grupo para grupo, mas a maioria dos entrevistados é composta por graduados. Cabe comparar com as variações da Tabela 2, que traz as graduações da Confederação Brasileira de Capoeira.

**Tabela 2 – Graduações da Confederação Brasileira de Capoeira**

Graduação oficial	Está-gio	Corda/Cordão	Idade Mínima	Tempo de Capoeira
Formado/Graduado	8º	Verde/Amarelo/Azul	18 anos	5 anos
Monitor	9º	Branco e Verde	20 anos	7 anos
Instrutor	10º	Branco e Amarelo	25 anos	12 anos
Contramestre/Mestrando	11º	Branco e Azul	30 anos	17 anos
Mestre	12º	Branco	35 anos	22 anos

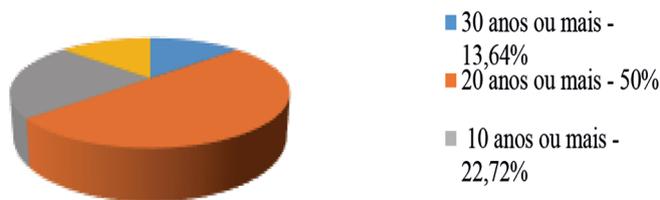
**Fonte:** Adaptado de Confederação Brasileira de Capoeira.

Observa-se que, para ser formado/graduado, o aluno precisa ter, em média, 5 anos de capoeira e idade mínima de 18 anos; essa categoria representa a maioria dos entrevistados desta pesquisa. O monitor precisa ter no mínimo 20 anos e 7 de prática; o instrutor precisa ter idade mínima de 25 anos e 12 anos de prática; por sua vez, para ser contramestre/mestrando, são necessários 17 anos de prática e, no mínimo, 30 anos de idade. Por fim, para tornar-se mestre, um capoeirista precisa ter

no mínimo 35 anos de idade e 22 de prática. No caso dos entrevistados, o Gráfico 3 traz as devidas porcentagens e o tempo de prática para comparação.

**Gráfico 3** – Tempo de prática de capoeira, em anos

### QUANTIDADE DE TEMPO DE PRÁTICA DE CAPOEIRA EM ANOS



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Inicialmente, verifica-se que todos os entrevistados e envolvidos nos projetos sociais possuem um tempo significativo de prática de capoeira, desde alunos graduados com cinco anos de prática, até graus elevados de práticas como mestres, em que o mais antigo possui 37 anos de capoeira. Dos entrevistados, 63% possuem mais de 20 anos de prática.

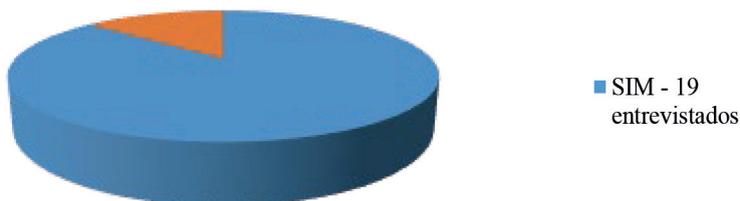
Aparentemente, existe uma alta valorização da experiência do professor de capoeira para legitimar sua docência e experiência pedagógica, que segue o campo da tradição para mensurar quando um praticante está ou não pronto para repassar seus conhecimentos.

#### 4.2 Dos reflexos do trabalho dos entrevistados

A maioria dos entrevistados provém dos projetos sociais em que estão inseridos, ou de projetos anteriores, o que fica explícito de acordo com o Gráfico 4.

#### Gráfico 4 – Professores e projetos sociais

### Proveniente de projeto social:



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Evidencia-se que esses atores podem ter sido motivados, de forma intrínseca ou extrínseca, a se engajar em projetos de cunho social e que esse tipo de trabalho faz parte da cultura da capoeira. Em consonância com Palhares (2012, p. 5), um fator preponderante para a manutenção e o longo prazo de prática, ocorre “se o esporte apresentar dentre outras características uma identificação histórica, social e cultural (e porque não filosófica) com seus praticantes, esse processo de inclusão social terá maior probabilidade de sucesso”.

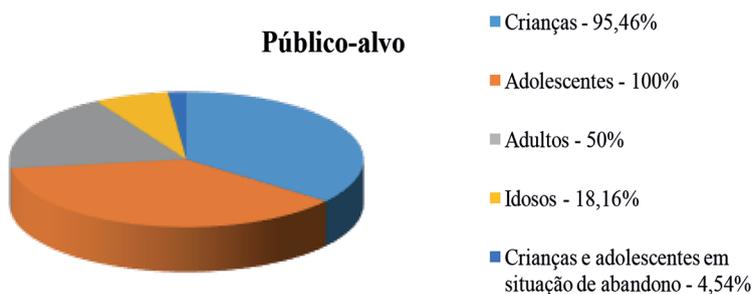
Os “professores” de hoje são os alunos de outrora e os alunos de hoje poderão vir a ser os “professores” que darão continuidade aos trabalhos sociais que os beneficiaram, gerando um eco positivo ao aluno e, em longo prazo, à sociedade em que esse se insere.

Além da discussão acadêmica recorrente a respeito da legitimidade e do conhecimento desses professores e se teriam o conhecimento necessário para dar aulas, existe um processo de formação que ocorre no decorrer de diversos anos de prática de capoeira que vivenciaram, e esse processo mostra-se ser uma tradição, longe de diplomas e formalidades acadêmicas. Martins (2005) elucida a questão: “Em grande parte podemos afirmar que o que predomina é a tradição. Mesmo aqueles que tiveram a oportunidade e o acesso aos saberes acadêmicos, soube-

ram aplicá-los sem deturpar as tradições da capoeira”, deixando claro que tal tradição deve ser considerada, em consonância com o reconhecimento da Roda de Capoeira como patrimônio cultural brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 2008, e o posterior reconhecimento pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, em 2014, dentre o reconhecimento de outras nações e instituições internacionais ao redor do mundo.

A respeito do público-alvo, o Gráfico 5 explicita como os professores capoeiristas (em diferentes graduações) disseminam ensinamentos a todas as faixas etárias, em especial, jovens e crianças.

**Gráfico 5 – Público-alvo dos projetos sociais**



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Observamos, no Gráfico 5, que o público-alvo dos projetos pesquisados é muito amplo, contemplando todas as faixas etárias, contudo, focado principalmente em crianças (95,46%) e adolescentes (100%), em consonância com o entendimento de estudiosos e acadêmicos, assim como preconiza Palhares (2012, p. 2):

Um projeto social tem como missão a contribuição para minimizar as desigualdades sociais, ou seja, interferir na realidade que afeta as condições de vida e o desenvol-

vimento das pessoas que vivem sob riscos sociais. Esta contribuição é mais efetiva (ou tem um maior potencial de influência) na vida de crianças e jovens, devido a esses ainda serem dependentes, econômica e afetivamente, e com suas capacidades cognitiva e psicológica e valores sociais ainda em formação. Neste sentido, torna-se fundamental minimizar o tempo e a frequência de exposição dessas crianças e jovens aos riscos sociais.

Os valores e ensinamentos transmitidos em uma aula ou roda de capoeira são imensuráveis e transformadores. Palhares (2012) relata que a capoeira, enquanto possibilidade pedagógica, se constitui por diversos aspectos: físicos, motores, musicais, sociais, folclóricos, ritualísticos e filosóficos. Esses aspectos podem ser agrupados em quatro categorias, ou elementos, conforme sugerido: arte, luta, folclore e esporte. Tal ciclo transformador precisa ser apoiado e estimulado para que se perpetue, possibilitando oportunidade para que mais crianças, jovens, e até mesmo idosos, possam se beneficiar dessas ricas iniciativas.

Após a análise dos dados relativos ao tipo de trabalho que os entrevistados exercem, verificou-se que a maioria dos trabalhos desenvolvidos pelos capoeiristas que compõem a amostra não era remunerada (Gráfico 6). Ao que parece, o foco é realmente na área social filantrópica, com propósitos pessoais, em promover mudanças nas comunidades em que estão envolvidos e não na remuneração em si.

**Gráfico 6** – Remuneração em trabalhos sociais

**Trabalho em projetos sociais**



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Por fim, o questionário aplicado trouxe uma pergunta aberta, em que se solicitava que todos respondessem quais eram os benefícios que seus respectivos trabalhos em projetos sociais traziam para os envolvidos. Tal pergunta foi esclarecedora, pois permite que qualquer leitor verifique que o professor capoeirista tem foco em seu trabalho, que não é fruto de práticas aleatórias, mas da tradição, e tem objetivos norteadores, que podem ser percebidos na Quadro 1. Para facilitar a apreensão, podem-se destacar algumas palavras-chaves que demonstram o nível de empoderamento dos professores, bem como a inclusão; futuro; tirar da ociosidade; profissionalizar; perspectiva; tirar da criminalidade; tirar da zona de risco; respeito; disciplina; educação; etc.

#### **Quadro 1 – Padrão de resposta dos entrevistados**

1. Além de tirar da ociosidade das ruas, traz uma perspectiva de futuro para o desenvolvimento das crianças e adolescentes
2. Inclusão, convívio no ambiente saudável, melhorar as aptidões físicas e psicológicas
3. Pode trazer benefícios, entre eles, o benefício de uma profissão e oportunidades de uma nova vida
4. Oportunidade de crescer psicologicamente, entender outros profissionais, ganhar conhecimento de mundo
5. Ser um bom profissional em sua área de trabalho, um bom cidadão
6. Meu objetivo é que o aluno aprenda uma arte que representa a ancestralidade e memória de um povo que resistiu a um sistema opressor. Sendo assim, teremos pessoas críticas e participantes na sociedade
7. Vida saudável e formação do cidadão
8. Tirar da ociosidade, zona de risco e contribuir na formação do cidadão
9. Perspectiva de vida para os jovens
10. Reforçar os valores dados pelos pais em forma de aprendizado para enfrentar a realidade da vida
11. Tirar da criminalidade, enquadrar dentro do esporte
12. Evitar o uso de drogas, estudar mais, ter mais objetivos na vida
13. Trabalhar na formação do ser humano
14. Formação do caráter, autodisciplina, psicomotricidade, formação de liderança
15. Melhora o comportamento na escola, em casa e com os pais
16. Benefícios sociais, culturais e saúde

17. Formação da cidadania, conhecimento da própria cultura, disciplina, formação profissional
18. Disciplina, educação, profissionalização, formar cidadão
19. Desenvolvimento do caráter e da personalidade
20. Condicionamento físico, viver longe das drogas
21. Inclusão social e distanciar do mundo do crime
22. Transformar vidas, resgatar crianças e jovens. Proporcionar-lhes uma vida saudável, longe da violência e das drogas

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

As respostas abertas demonstram o intuito dos envolvidos na pesquisa e o compromisso com os respectivos projetos sociais para o desenvolvimento integral de seus alunos. Os educadores possuem preocupações diversas, pautadas em desafios sociais atuais.

Os entrevistados 5, 7, 8 e 18 demonstraram preocupação com a formação de seus alunos como cidadãos. Os entrevistados 12, 20 e 22, por sua vez, focaram suas respostas na retirada dos alunos dos vícios e das drogas. Boa parte dos professores preocupa-se com a questão da criminalidade, em suas comunidades, e do compromisso de seus alunos contra a violência, o ócio e a entrada em um possível mundo do crime.

Os projetos sociais da capital cearense privilegiam todas as faixas etárias, em especial, crianças e jovens, incluindo as que se encontram em situação de abandono e/ou com deficiência, indiferentes ao gênero dos alunos, confirmando o legado da capoeira moderna de inclusão, preocupando-se também com uma possível transformação social.

### **Considerações finais**

Neste estudo, buscou-se contribuir com uma lacuna no conhecimento acadêmico sobre o tema, por meio de uma análise da problemática em questão. Procurou-se, ainda, por meio da pesquisa quantitativa de caráter exploratório, apreender a realidade da amostra obtida, a partir do contato direto de um dos pesquisadores com a realidade abordada e produzir conhe-

cimento científico de valor, contribuindo para os trabalhos que virão futuramente.

Os resultados mostraram que os professores de capoeira entrevistados são: 1. Residentes em periferias; 2. Advindos de projetos sociais; 3. Atuantes na inclusão de diversos nichos sociais, em especial jovens e crianças; 4. Participantes, a maior parte, de projetos sem receber remuneração; 5. Engajados em uma proposta de transformação social. Nesse sentido, este estudo resalta a importância da capoeira na cidade de Fortaleza, baseada na tradicional atuação de seus praticantes em projetos sociais.

Como foi possível perceber, o presente trabalho respondeu ao problema inicial e discorreu a respeito do perfil socioeconômico e pessoal dos professores de capoeira na cidade de Fortaleza; identificou quem são essas pessoas; e foi além ao relacionar o professor capoeirista, seu processo de formação e tradições da roda de capoeira com um ciclo promotor de inclusão social, com o uso de um instrumento que mostrou ser parte integrante do professor capoeirista – o projeto social -, que transforma os ambientes em que se insere e perpetua a tradição da roda de capoeira, formando novos atores sociais durante o processo.

## Referências

- ADORNO, C. *A arte da capoeira*. 6ª ed. Goiânia/GO: Kelps, 1999.
- AREIAS, A. *O que é capoeira*. São Paulo: Brasiliense, 1983
- BRITO, Andreyson Calixto de. A influência da capoeira no desenvolvimento psicomotor de crianças. In: *Repositório UFC*. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10041/1/2014\\_tese\\_acbrito.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10041/1/2014_tese_acbrito.pdf). Acesso em: 13 jan. 2018.
- CAMPOS, H. *Capoeira na universidade: uma trajetória de resistência*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, EDUFBA, 2001.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CAPOEIRA. Sistema Oficial de Graduação. Disponível em: <http://www.capoeiradobrasil.com.br/confederacao.htm>. Acesso em: 28 jan. 2018.
- COSTA, Luiz Sousa da Costa. *Capoeira: uma arte com várias artes*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *Campus Canindé*, 2016.

DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. 2008-2013. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/periferia>. Acesso em: 17 dez. 2017.

FREIRE, R. *É luta! É dança! É capoeira!* Revista realidade, São Paulo, n.11, ano 1. P. 76-82, 1967.

MARTINS, Bruno Rodolfo. Capoeira leigo e/ou graduado: qual formação? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 26, 2005, Salvador. Movimentos sociais e formação humana: da própria engrenagem, inventa a contra mola que resiste. *Anais [...]*. Salvador: ExNEEF, 2005. Disponível em: [http://www.geocities.ws/capoeiranomade3/Capoeira\\_leigo\\_e\\_ou\\_graduado\\_qual\\_formacao-Bruno\\_Rodolfo\\_Martins.pdf](http://www.geocities.ws/capoeiranomade3/Capoeira_leigo_e_ou_graduado_qual_formacao-Bruno_Rodolfo_Martins.pdf). Acesso em: 19 dez. 2017.

NETO, N. S. P. *Capoeira a construção da malícia e a filosofia da malandragem, 1800 2010*. Trilogia do Jogador, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura 2011. Disponível em: [http://www.abeiramar.tv/grupo\\_estudo/capitulo0\\_2.pdf](http://www.abeiramar.tv/grupo_estudo/capitulo0_2.pdf). Acesso em: 28 jan. 2018.

PALHARES, Leandro Ribeiro. Capoeira e projetos sociais. *Revista Vozes dos Vales da UFVJM*: Publicações Acadêmicas, MG, Brasil, n. 01, Ano I, maio 2012. Reg.: 120.2.095-2011, PROEXC/UFVJM. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/Capoeira-e-Projetos-Sociais.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Livroto: *Desenvolvimento humano, por bairro, em Fortaleza*. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, 2014. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/0032553521353dc27b3d9>. Acesso em: 28 jan. 2018.

RIBEIRO, A. L. *Capoeira terapia*. Brasília: Secretaria dos desportos, 1992.

SCHMIDT, Fabiano Portela. *Mestre Bimba e mestre Pastinha*. Salvador, 2007. Disponível em: <https://fabianops.wordpress.com/2007/08/29/mestre-bimba-e-mestre-pastinha/>. Acesso em: 12 jan. 2018.

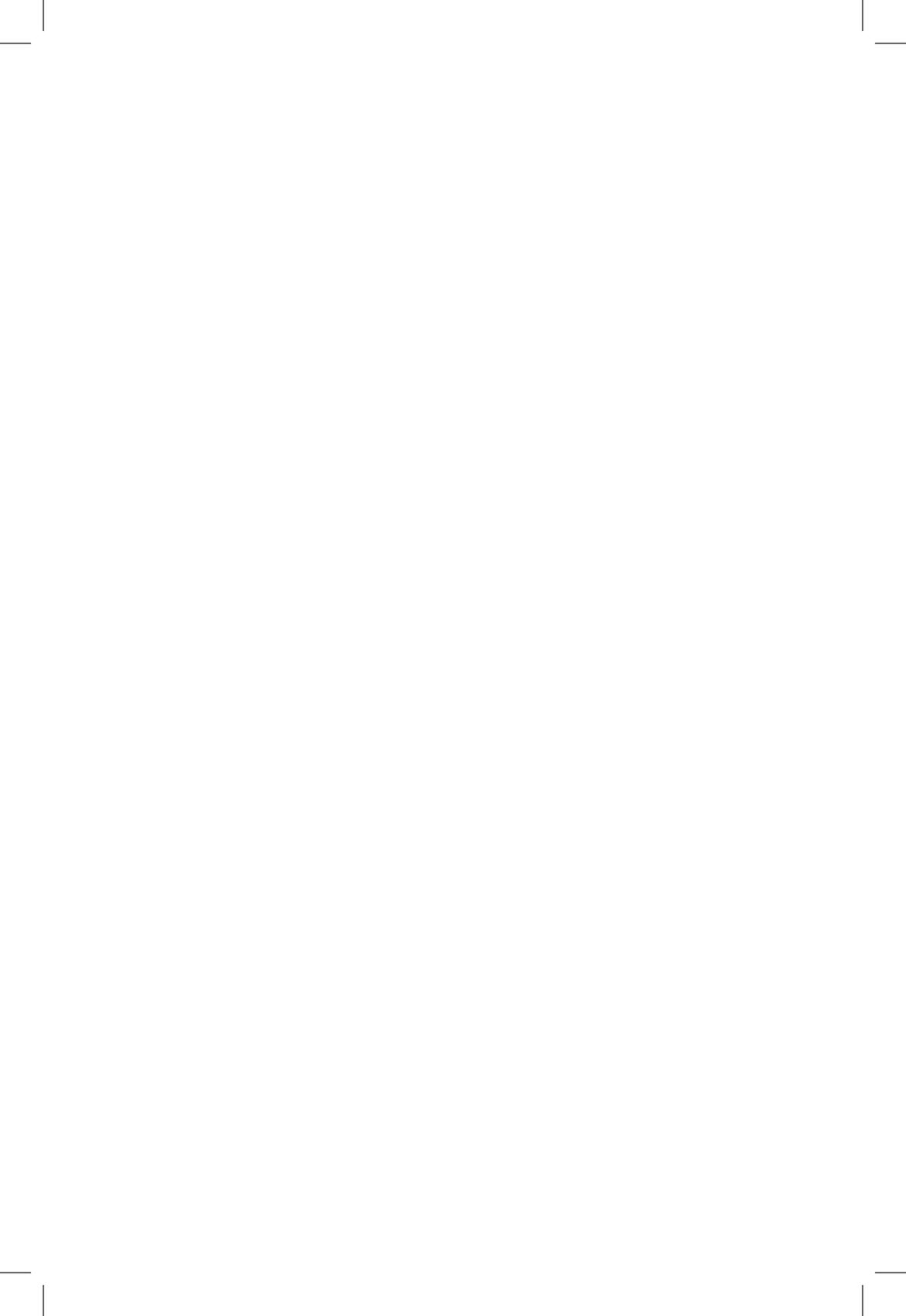
SHAYNA, C. I challenged all the tough guys. Mestre Bimba, 1973. Índia, 2012. Página de internet. Disponível em: <http://capoeira-connection.com/capoeira/2012/01/i-challenged-all-the-tough-guys-mestre-bimba-1973/>. Acesso em: 3 dez. 2017.

THE Trans-Atlantic Slave Trade Database. Regiões de origem dos africanos desembarcados no Brasil. 2015. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 26 jan. 2018.

**Parte 2**

# Políticas de Educação Física

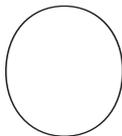




# Embates na cultura corporal: história e projeto político

Andreia Pagani Maranhão  
Niágara Vieira Soares Cunha

## Introdução

 ponto de partida para compreendermos o conceito de cultura é a demarcação do mecanismo da evolução e o desenvolvimento cultural pautados na consciência, linguagem e no trabalho. Nesse sentido, não elegemos uma abordagem genética e biológica, para caracterizar o ser homem, mas apreciaremos a cultura humana, impregnada de relações históricas, sociais e culturais.

Em *A Evolução Cultural do Homem*, Childe (1981) desenvolve a noção de “evolução orgânica e progresso cultural”, permitindo a apreensão para além das já expostas pela arqueologia e biologia tradicionais. Similarmente a Leontiev (1978), Gordon Childe considera que, após séculos de experiência acumulada pela tradição social, os homens substituíram seus instintos hereditários de sobrevivência pela cultura humana (CHILDE, 1981).

No decurso do desenvolvimento da humanidade, quanto mais esta progride, “mais rica é a prática sócio-histórica acumulada por ela, mais cresce o papel específico da educação e mais complexa é a sua tarefa” (LEONTIEV, 2004, p. 291). Com isso, a educação passa a ser uma ferramenta imprescindível para que, de forma sistematizada, possa proporcionar um saber objetivo no âmbito escolar.

O processo de apropriação cultural é sempre mediado pela transmissão de experiência social, ou seja, por meio de

um processo relacional ou educativo. Em sua relação dialética com a história social, os indivíduos se apropriam dos fenômenos culturais resultantes de uma prática social, isto é, são reproduzidas no indivíduo as aptidões e funções humanas formadas ao longo da história social (cf. DUARTE, 2004).

Se a educação tem uma função substancial nos processos de formação humana, como a educação física se consubstanciou com a educação, a cultura e a formação humana?

Na década de 1980, inúmeros debates sobre “o que é e para que serve educação física”, permitiram elaborações na área para além do predomínio das ciências biológicas nas explicações do corpo, dos esportes, das atividades físicas. Outras áreas, como a antropologia social, história, sociologia, filosofia, ciência política adentram nas discussões como solo basilar para as elaborações de um novo estágio da compreensão do papel da educação física para a sociedade.

Diante da efervescência de novos debates e teorias na educação física, um Coletivo de Autores<sup>1</sup> surgiu com uma perspectiva de elaborar um novo objeto de estudo, que se defrontava com o de aptidão física que obtinha uma soberania até meados da década de 1980. As discussões deste coletivo desencadearam a produção de um livro que instaurava uma nova abordagem pedagógica<sup>2</sup> demarcada por proposições de formação que permitissem à classe trabalhadora a apropriação da cultura humana, então, denominaram como objeto de estudo da educação física, a Cultura Corporal.

Para materializar a Cultura Corporal enquanto objeto de estudo, o Coletivo de Autores utilizou diversas teorias, como as elaborações de Marx sobre classe social; a psicologia histórico-cultural da escola soviética para as proposições pedagógicas

---

<sup>1</sup> Esse Coletivo foi composto por Carmen Lúcia Soares, Celi Nelza Zülke Taffarel, Maria Elizabeth Medicis Pinto Varjal, Lino Castellani Filho, Micheli Ortega Escobar e Valter Bracht.

<sup>2</sup> Abordagem crítico-superadora, desenvolvida no livro *Metodologia do Ensino de Educação Física*, de 1992.

no âmbito do ensino e da aprendizagem e do desenvolvimento; e a pedagogia histórico-crítica de Saviani, para a construção de um solo fértil para a Formação Humana a partir do ensino da educação física.

Passadas algumas décadas, a cultura corporal foi consolidada, no campo da educação, como objeto de estudo e passou a integrar os principais debates, as proposições e elaborações de políticas. Todavia, nem todas essas apropriações seguiram a base teórica que serviu de alicerce a esse objeto. Com o avanço do mercado de trabalho, no que corresponde ao “mundo *fitness*”, surgem novos questionamentos sobre a pertinência do objeto de estudo à educação física.

Abrem-se novos embates entre dois projetos, a cultura corporal, que objetivava a apropriação da Cultura Humana, considerando as problemáticas da divisão de classes social e o sistema político econômico vigente, para efetivar uma educação transformadora e libertadora, e, por outro lado, o Movimento, que buscava instaurar a compreensão de formação para o mercado de trabalho com uma educação física voltada para o movimento, para a saúde do corpo, como resposta ao “*boom* de abertura de academias no Brasil”.

Como um suposto consenso ou pactuação política sobre um objeto de estudo que atendesse a todas as perspectivas da educação física, no âmbito da educação e no chamado mundo *fitness*, surge a Cultura Corporal do Movimento. Essa noção, nascida no cenário político para a construção de um consenso no interior da área, é deslocada para o âmbito teórico, de forma difusa, e disso decorre o esvaziamento conceitual e o enfraquecimento do projeto histórico de resistência às determinações do capital.

Aqui reside o cerne do problema que propomos debater neste capítulo, o conceito de Cultura Corporal do Movimento atende às bases teóricas que deram vida à Cultura Corporal na sua perspectiva de formação humana?

Para atingirmos as respostas dessa problemática, faremos um estudo teórico-bibliográfico guiado pelo materialismo histórico-dialético que permite ao pesquisador revelar os nexos que apontam para a síntese do presente, em busca de desnudar o real em sua essência.

## **1 A contraditória emergência das humanidades na ciência – a educação física brasileira e a cultura corporal**

A noção de cultura surgiu como campo de embates, como prática social engajada e como luta no bojo dos movimentos da contracultura. Pela primeira vez, observou-se que as relações de produção da cultura forjavam elos entre as experiências individuais e coletivas, os sentidos, signos, as formas de ser e pensar em comum, ou seja, modos de vida.

De acordo com Fredric Jameson (1996), nesse período, ocorreu uma hipertrofia da cultura, marcada pela ampliação do significado histórico e social do conceito de cultura pelos meios de comunicação e pela hiperexposição das populações aos meios de comunicação. A cultura tornou-se o próprio filtro de análise de uma sociedade; a filosofia prática de uma sociedade; e, portanto, uma dimensão muito importante da luta política. A produção de mercadorias foi globalmente associada aos estilos de vida, e ocorreu de forma ímpar a colonização do inconsciente por imagens da cultura de massas, que nos ensinou a desejar, sonhar e consumir a partir de determinados padrões.

Ao longo dos anos 1970 e 1980, estudos culturais foram demandados pela própria necessidade de formação da classe, em salas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), em círculos de cultura e em espaços de autoformação. Inicialmente na literatura, mas depois de forma ampliada nas humanidades, os elementos organizadores da sociedade foram examinados empiricamente: hábitos da juventude e fenômenos como as torcidas

organizadas ou o lazer dos *shoppings*. A cultura consolidou-se como lugar de concretização de significados sociais, espaço de construção social.

No Brasil, o debate sobre a cultura ganhou força, especialmente no período final da Ditadura Vargas e, durante a reabertura democrática, se consolidou no campo da antropologia e educação. Essa área foi muito enriquecida com os debates das ciências humanas, em especial a psicologia, história e sociologia. No campo da educação física, processos similares de abertura conceitual às ciências humanas produziram uma virada, que possibilitou novos olhares e que temas como corpo, lazer, trabalho, saúde, cultura e arte ganhassem novas configurações com os pressupostos teórico-metodológicos das humanidades. A formação profissional também passou por essa inflexão e surgiram debates críticos sobre currículo, diretrizes curriculares e sobre o objeto de estudo da área (DAOLIO, 2015).

Embora existisse esse cenário de humanização na educação e na educação física em geral, os anos 1990 foram de esmagamento da educação, e uma restauração da biologia, como ciência hegemônica na área, foi possível, por meio da adoção de critérios quantitativistas na pós-graduação e de diretrizes curriculares que tomavam o movimento humano como objeto de estudo. As demandas do sistema esportivo pesaram sobre o campo, em diversos países, induzindo a discussão sobre a educação física como uma das ciências do esporte, como cinesiologia e como pedagogia da motricidade humana (BRACHT, 2015).

A educação física possui, em seu histórico, um cenário permeado por ações justificadas, em cada período, por conteúdos biologicista, higienista e esportivista, para atender a cada contexto político da época. Todavia, as dimensões socioculturais adentram, na década de 1980, na perspectiva de pensar a educação física a partir de referenciais das ciências humanas, para compreendermos as manifestações corporais como produtos da cultura humana.

Sob tal enfoque, alguns teóricos elaboraram produções científicas na tentativa de qualificar as discussões que se iniciavam nesse novo campo, abordando, em perspectivas diferentes, o conceito de cultura para apropriação do objeto de estudo para a educação física. A pressão dos setores do mercado e a demanda urgente de formação para o mercado contribuíram para a atuação desinteressada e desconexão entre teoria e prática.

Em nossa percepção, a reconstrução da educação física como área e campo de saberes perpassa necessariamente pela assunção de uma posição engajada, pela reinvenção dos modos de ser e de viver, pela construção de uma sociedade livre da exploração e da lógica do lucro. Quando o Coletivo de Autores (1992) trouxe à luz a noção de cultura corporal, não foi uma aproximação conceitual, mas política, um novo modo de ver aqueles fragmentos culturais produzidos pelos homens no contínuo movimento de sua existência.

Com a ideia de cultura corporal, revelaram-se as condições objetivas para a superação da educação física enquanto tal. O ponto nevrál da descoberta – e da construção – da cultura corporal é justamente a superação da educação física e da sociedade que a torna possível.

Em 1985, Jürgen Dickert enfatiza a necessidade de literaturas pedagógicas sobre a educação física. Suas bases teóricas, nesse período, correspondiam às ciências naturais, como anatomia, fisiologia, biomecânica, bem como a teoria do treinamento esportivo. E as aulas nas escolas eram caracterizadas por aplicação de exercícios articulares geométricos, os quais correspondem à calistenia, com o formalismo diretivo do método francês e com alto padrão dos movimentos para o cumprimento do esporte de alto nível.

Dickert *et al.* (1985, p. 8) questionam “A educação física, durante todo o tempo de escolaridade, não foi, em princípio, apenas uma ‘FÍSICA’? E quando ela passará realmente a ser

uma ‘EDUCAÇÃO?’”. Utilizando o método de Fensterseifer<sup>3</sup>, que obteve o currículo das mais de 90 escolas de educação física e Centros Esportivos das Universidades, observando que eram tratados sob uma orientação para a transmissão de destrezas, técnicas e táticas de jogos olímpicos. Então, estavam formando não futuros professores de educação física, mas um técnico/treinador, que seguiriam o padrão do desenvolvimento do desporto<sup>4</sup> (DIECKERT *et al.*, 1985).

Na obra que apresentamos neste momento, vemos, pela primeira vez<sup>5</sup>, o termo “cultura corporal” sendo utilizado, já que, para atender à lacuna da formação no âmbito educacional, Dieckert *et al.* (1985) relatam que a nova educação física brasileira poderia se desenvolver a partir de uma integração da “cultura corporal do povo brasileiro” ao currículo, a qual teria fundamentalmente características típicas da expressão nacional. E, fornece exemplos, como capoeira, jogos e danças típicos das diferentes regiões do Brasil.

Dieckert (1985) buscava uma educação física mais humana com base em uma “nova antropologia”<sup>6</sup> que deslocasse para o centro da questão a cultura corporal própria do povo brasileiro. Segundo Souza Júnior *et al.* (2011, p. 395), essa cultura própria do nosso povo foi definida pelo autor como “elaborações que as pessoas realizam em torno de suas próprias práticas

<sup>3</sup> Ver: FENSTERSEIFER, H. Sportlehrausbildung in Brasilien. Manuskript, Oldenburg, 1984 (*apud* CASTELLANI FILHO *et al.*, 2009, p. 158).

<sup>4</sup> Sobre a instituição Desporto e seu desenvolvimento, ver: BRACHT, V. Educação Física: a busca da autonomia pedagógica. **Revista da Fundação de Esporte e Turismo**, v. 1, n. 2, p. 12-19, 1989.

<sup>5</sup> Valter Bracht, no posfácio da 2. edição revisada do livro *Metodologia do Ensino de Educação Física* relata que “no ensaio ‘Educação Física: a busca da autonomia pedagógica’ [...], publicado em 1989, utilizava, pela primeira vez, de forma mais clara, o conceito de cultura corporal (CASTELLANI FILHO *et al.*, 2009).

<sup>6</sup> J. Dieckert entendia que a educação física escolar no Brasil necessitava de uma nova antropologia que rompesse com um sistema de movimento ou de esporte importados para dar lugar a um conceito que tratasse o aluno não apenas como objeto, mas, sobretudo, sujeito (DIECKERT *et al.*, 1985).

corporais, construídas e reconstruídas em seu país – capoeira, jogos de diferentes regiões, danças brasileiras”.

Em 1992, com a publicação do livro *Metodologia do Ensino de Educação Física*, que o Coletivo de Autores instituiu o conceito de Cultura Corporal construído a partir da centralidade da categoria trabalho, bem como da compreensão sobre atividade humana e apropriação da cultura, os quais são partes integrantes do desenvolvimento humano.

Para que tais formulações fossem impressas à cultura corporal, os autores utilizaram os fundamentos marxistas e a Psicologia Histórico-Cultural, que serviram como matriz teórica para a construção da abordagem pedagógica crítico-superadora e, conseqüentemente, do conceito de Cultura Corporal (CUNHA, 2017).

Na contramão da prática desenvolvida na educação física até a década de 1980, fundava-se um objeto de estudo que contribuía para a “afirmação dos interesses de classe das camadas populares, [...], sobretudo enfatizando a liberdade de expressão dos movimentos – a emancipação –, negando a dominação e submissão do homem pelo homem” (SOARES *et al.*, 1992, p. 40).

Com base nessa discussão, podemos asselar que a primigênia da cultura corporal desenvolvida pelo Coletivo de Autores teve sua efetivação a partir das discussões que foram encetadas no período em que se tornava necessário a construção de uma alternativa para a superação do que era hegemônico. Efetivou-se não apenas na busca pela incorporação de elementos presentes nas Ciências Humanas, Ciências Sociais, portanto, na Sociologia, Antropologia, Filosofia, História, mas, sobretudo, na disposição de integrar à educação física um caráter ideológico e político, sem negar a luta de classes.

Passados mais de 25 anos de sua instituição, há um legado inconcusso; todavia, a efetivação da cultura corporal se defrontou com limites ocorridos por meio da estrutura do sistema capitalista, das atividades empenhadas em sua manutenção e as dificuldades impostas ao conjunto da classe trabalhadora.

Ainda assim, a cultura corporal, com os seus procedimentos pedagógicos, metodológicos e o seu projeto histórico de sociedade, servem, sobretudo, para a apreensão real dos elementos que a compõe. Nesse sentido, apresenta-se como uma perspectiva transformadora, superadora e consistente da educação física, que surge para combater a política de um sistema econômico hodierno, o qual tem, no âmbito da educação, negado o conhecimento integral aos filhos dos trabalhadores.

A cultura corporal desperta uma nova forma de compreender o movimento humano e as diversas formas de representação do mundo que o homem produziu e ainda tem produzido no decorrer da história, e essas buscam uma manifestação distante de um enfoque biologicista e uma formação cartesiana.

O Coletivo de Autores aponta que “a materialidade corpórea foi historicamente construída e, portanto, existe uma cultura corporal, resultado de conhecimentos socialmente produzidos e historicamente acumulados pela humanidade” (SOARES *et al.*, 1992, p. 39). Assim, a historicidade é parte importante para esse processo de compreensão da cultura produzida pela humanidade, pois foram construídas em determinadas épocas históricas, como respostas a determinadas necessidades humanas.

## **2 Reestruturação produtiva e reorganização da formação dos trabalhadores em educação física – o paradigma da atividade física**

Se os anos de 1980 foram de muito vigor, para os movimentos sociais latino-americanos, resultando em publicações das mais importantes, no âmbito das ciências humanas e sociais, na década de 1990, houve um acirramento das lutas e amplo cerceamento das liberdades democráticas, com piores condições de vida para os trabalhadores em todo o mundo.

No mundo do trabalho, o processo de reestruturação produtiva foi uma forma de dar mais organicidade à produção mundial; ampliar a extração de mais-valia absoluta e relativa; diminuir os custos efetivos do processo; e reordenar as funções laborais, exigindo ao máximo, também, a cognição e a disposição psicoafetiva dos trabalhadores.

O *boom fitness* pode ser associado à cultura hedonista e à virtualização das relações sociais, mas também existem elementos de saúde mental e reconstrução dos laços de sociabilidade que perpassam pela adoção de estilos de vida ativos, cuja discussão, embora relevante, ultrapassa o escopo deste texto. Fato é que a área da educação física se tornou socialmente mais evidente, nos anos 2000, e, com isso, as diretrizes curriculares para formação profissional foram transformadas em um território disputável.

Embora tenham sido deliberadas, de forma a fazer ecoar um consenso com amplos setores da sociedade, as diretrizes curriculares do início dos anos 2000 apontaram para a desregulamentação da educação como um todo, no bojo das políticas de ajuste econômico e contenção de gastos estatais.

Na educação física, a proposição foi dividir a área em dois cursos, a licenciatura e o bacharelado, evidenciando-se uma abertura comercial ao crescente mercado da ‘qualidade de vida & bem-estar’ e a possibilidade de crescimento econômico por meio de investimentos privados, sobretudo no campo da “qualificação profissional”, produzindo, ainda, um novo tipo de precariado, subjetivamente herdeiro das antigas profissões liberais.

O que está em jogo, desse ponto de vista, é o deslocamento de uma categoria incompletamente liberal para a massa de precariados, ou seja, a conformação de um tipo novo de trabalhador, cuja inserção profissional carrega a marca da desnecessidade social caracterizada pelo apelo aos serviços personalizados e ao autoempreendedorismo, característico da subjetividade liberal.

A intensificação da exploração do trabalho, ocorrida na década de 1990; o aumento da informalidade e do desemprego, que permite às elites locais manterem seus restritos lucros e exportá-los no mercado global, conecta-se intimamente à expansão do ensino superior, acentuando a distinção entre as instituições e os lugares produtores de conhecimento e aqueles produtores de mão de obra. Com raras exceções, a esse estrato da classe, é reservado o subemprego, a insegurança trabalhista e a importuna tarefa de criar e/ou distribuir constructos culturais sob formas mercadológicas. O objeto específico de estudo e a intervenção profissional do bacharel em educação física são idênticas à do licenciado; a distinção entre ambos ocorre exogenamente pela delimitação do lugar de trabalho e não da função laboral.

No bojo da reforma universitária dos anos 2000, o debate sobre as diretrizes curriculares para os cursos de graduação produziu uma conjuntura de enfrentamentos e composições entre os movimentos sociais e as instâncias estatais. A emergência do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo dava uma aura de resistência política e progressismo. O ascenso dos movimentos sociais, que trazia consigo o acirramento das lutas entre as classes, foi rapidamente contido pela incorporação parcial de pautas e cooptação de alguns dirigentes, que a despeito de uma conjuntura favorável, proclamaram a falência de modificações mais estruturais na sociedade.

Do ponto de vista mais amplo, a reforma universitária possibilitava o vislumbre de um embate entre dois grandes projetos históricos: de um lado, a militância e os setores mais críticos da educação e da educação física defendiam a posição de uma formação humana, científica e crítica, pautada na construção de saberes e práticas socialmente referenciados e construída na universidade pública, com finalidade de intervenção e melhoramento da sociedade. O projeto político dessa formação, conforme evidenciamos no primeiro item do texto, é base-

ado na cultura corporal como objeto de estudo e na busca científica e radical da verdade como método de trabalho. O curso torna-se um percurso amplo e generalista, de base humanista, daí a licenciatura ampliada promover a docência como base da identidade profissional.

De outro lado, os segmentos empresariais dos ramos *fitness*, saúde, estética, entretenimento & bem-estar, representados pelo Conselho Federal de Educação Física, os indivíduos que se localizavam como profissionais liberais e representantes das instituições privadas de ensino, atuaram em uníssono na defesa de uma formação enxuta, direcionada para as demandas mais imediatas do mercado e sendo a própria formação e suas possíveis continuidades, vista como um nicho de mercado.

A atividade física, o movimento, a técnica e prática emergiram como objeto de estudo, descolados de sentido social, tendo em vista a necessidade de responder às demandas flutuantes do mercado<sup>7</sup>. As construções teóricas de Manuel Sérgio da Cunha e sua ciência da motricidade humana, foram recuperadas como pressupostos para despolitizar o problema de conceituar a área. A intervenção profissional foi reduzida à dimensão técnica e a proposta de simplificar a formação para tornar os cursos mais rápidos e práticos acaba fragmentando a área, imprimindo uma identidade profissional relacionada à promoção de atividade física.

### **3 Cultura corporal do movimento – a era dos falsos consensos**

Em uma fala que ficou bastante conhecida, Valter Bracht fez um balanço dos termos cultura corporal, cultura de movi-

---

<sup>7</sup> Conferir as Resoluções do Confef nº 046/2002 (intervenção profissional e competências) e 049/2002 (dimensões simbólicas da área), disponíveis em: <https://www.confef.org.br/confef/resolucoes/82>.

mento e cultura corporal de movimento. O autor inicia chamando atenção para a centralidade do termo cultura, em detrimento da sua adjetivação, esclarecendo que “qualquer um” serve, desde que preserve a ‘cultura’ no ínterim dos estudos da educação física (BRACHT, 2005, p. 97).

O tom político do debate torna-se claro mesmo que o foco seja uma abordagem sócio-histórico-filosófica. O primeiro elemento a ser considerado é a vinculação semântica contextual. Claro que sem atribuição de sentidos, qualquer termo pode ser usado indistintamente. O sentido e o significado de um conceito, portanto, são desenhados na luta, na batalha de ideias.

Bracht explica que o problema não é falar de corpo ou de movimento, pois, em ambos os casos, os conceitos revelam os limites da “paisagem cognitiva”, paradigma ou platô intelectual. O corpo é, para ele, um “personagem histórico com dupla personalidade” (BRACHT, 2005, p. 10). De forma simpática, a análise decomposta dos termos conceituais, em detrimento de seus significados políticos e suas implicações práticas, contribuiu para embaçar os contornos de uma disputa entre diferentes projetos estratégicos para a formação dos trabalhadores.

Um conceito o é apenas e enquanto explica determinado processo ou fenômeno da realidade, ou seja, não existe em absoluto e abstratamente. Não se trata de uma polêmica teórica em torno de palavras que não reverberam na prática, mas pretende-se evidenciar que esse termo surge como uma pactuação política em torno de um consenso, e não como construção teórica.

Cultura corporal de movimento não é um conceito. Tem certa densidade *a posteriori*, que deriva justamente das análises feitas por estudiosos sérios e das implicações experimentais, arduamente trilhadas por professores de educação física que, ao longo desses anos, buscaram melhorar sua práxis pedagógica, orientar seu trabalho com pesquisas e reflexões cuidadosamente elaboradas. Cultura corporal de movimento é um

campo político que hegemonizou a educação física, excluindo dela aqueles que apresentavam a cultura corporal como projeto histórico, e desde uma perspectiva de classe.

Desde pelo menos o fim da década de 1990, Valter Bracht buscava construir um consenso na área, fortalecê-la cientificamente, e produzir credibilidade social para os trabalhos feitos no âmbito da educação física. Com muitas articulações e estudos, sua posição foi ganhando um lugar privilegiado, por ser considerado sensato ou moderado, e isso basicamente foi o respaldo da noção de cultura corporal de movimento. A coalizão em torno da noção de cultura corporal de movimento tornou possível a continuidade dos processos que já estavam em curso para o desenvolvimento da área, evitando choques ou embates possíveis pelo ascenso dos movimentos sociais.

A fusão dos conceitos em torno do objeto de estudo da área, longe de unificá-lo, produziu um magma que confundiu muito os professores e estudantes, e até mesmo os dirigentes, que compunham as Comissões de Especialistas. O estudo mais aprofundado dos documentos oficiais revela diferenças paradigmáticas, falta de padronização conceitual e concepções contraditórias (cf. VIEIRA, 2010; GRAMORELLI, 2007; FREITAS, 2016; NEIRA, 2018).

A década de 2010 tem se revelado muito instável, dos pontos de vista econômico e político. A consolidação de um processo de reforma da universidade passou por diversas reviravoltas e agora encontra-se em fase de restauração. No último período, a chamada “revisão” em torno da formação dos professores e em especial, é um projeto amplo de dirimir pequenas conquistas pontuadas nos últimos anos, adaptando a formação às novas exigências psicopolíticas e instrumentalizando os saberes e as práticas a partir da desqualificação do trabalhador em educação.

O campo da educação física passou por três normatizações diferentes, que não chegaram a se consolidar. As novas

diretrizes para formação de professores, estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 02/2015, foi instaurada a partir de uma comissão bicameral (Câmara de Educação Superior e Câmara de Educação Básica) e tinha como elemento de disputa principal as diretrizes do Plano Nacional de Educação, cujas metas em torno da organicidade da formação de professores podem constituir a profissionalização docente e, quanto à ampliação de vagas no ensino superior público, minimamente, aponta para a construção da universidade como espaço de formação profissional.

De forma geral, a base pedagógica comum permite que as instituições tenham um currículo mínimo, mas possam fazer os cursos de forma regionalizada, ou seja, a referência é a realidade local. Ainda que existam críticas mais elaboradas, não houve uma resposta clara de enfrentamento a essa resolução.

A segunda normatização importante foi a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), já rascunhada no projeto de organicidade da educação e uma política mais estratégica de recentralização dos estados. Diferentemente das diretrizes curriculares, a BNCC tem um projeto histórico muito claro. Já haviam sido realizados diversos testes em países subalternos, mas a proposta é um rearranjo do capital produtivo, produzido a partir da incorporação dessa massa de estudantes como autônomos, autoempresariamento criativo (PAGANI, 2018).

A principal alteração da BNCC é relacionada ao enxugamento do currículo, pois diminui os componentes curriculares obrigatórios, mesmo que haja a ampliação da carga horária total. A flexibilização curricular permite a incorporação da área da educação física num itinerário optativo, a critério dos estados e municípios. A perspectiva é de uma experiência, uma vivência para o desenvolvimento de competências e habilidades específicas, não necessariamente como componente curricular.

A equivalência entre os conceitos de cultura, movimento e cultura corporal revela a substituição dos termos sem critério e o uso indistinto deles, negligenciando anos de debate e a

especificidade dos conceitos, uma vez que o foco da BNCC é a prática corporal, assim entendida: “Movimento corporal como elemento essencial; organização interna (de maior ou menor grau) pautada por uma lógica específica; e produto cultural vinculado ao lazer/entretenimento e/ou cuidado com o corpo e a saúde” (BRASIL, 2017, p. 211).

## **Conclusão**

A proposta deste capítulo foi evidenciar a disputa entre projetos de formação humana distintos; por um lado, a cultura corporal, pautada na transformação social em meio a uma tentativa de permitir aos trabalhadores a apropriação da cultura humana, e, por outro, a cultura corporal do movimento, que se configura como um articulador para a reestruturação produtiva do capital; ao mesmo tempo em que desmobiliza, busca o enfraquecimento do que consubstanciou a cultura corporal.

A consolidação da cultura corporal do movimento segue a dinâmica de construção da cultura de uma educação física esvaziada de conteúdo e permeada das necessidades elegidas pelo capital em sua reconfiguração para o mercado de trabalho. Assim, as proposições para a formação humana não estão estabelecidas a partir da construção da cultura, do homem e sociedade, como possibilidades de permitir uma vida social e cultural que não expurgue os trabalhadores, mas, sobretudo, o centro desse campo político refere-se às necessidades do mercado de trabalho para a manutenção do *status quo* do sistema econômico vigente.

Outro elemento que evidenciamos foi a política educacional movida em consonância com a dinâmica do capital, a partir das diretrizes curriculares e da BNCC, entre outros documentos, que possibilitariam um avanço dessa discussão nas produções científicas que elaboram debates, disputas e lutas, no campo da formação humana. Dirimindo que tipo de homem

desejamos formar e para qual tipo de sociabilidade? A educação física, então, nesse cenário, apenas cumpre uma agenda mundial e justifica-se como um plano teórico consensual; todavia, não ultrapassa as barreiras de disputa política, mas tenta ganhar o campo teórico, aproveitando-se das confusões instauradas entre a determinação da base do conceito de cultura corporal e cultura corporal do movimento.

Essa estruturação, então, serviu à educação física, como um campo consensual e impondo perspectivas de similaridades entre os “conceitos”, trazendo o ideal de uma nova conceituação, que permitisse o atendimento mais amplo das necessidades da educação física diante da nova dinâmica do mercado de trabalho. Nesse sentido, o campo das necessidades do sistema político-econômico conduz à formação para um ensino voltado inteiramente para a garantia a profissionais formados na dimensão técnica.

Por fim, este estudo elenca as distinções entre cultura corporal e cultura corporal do movimento; estabelece a base de formação e consolidação dos dois projetos, conduzindo-os para lados opostos, na perspectiva de formação humana. Com isso, no campo político-científico, eleger Cultura Corporal ou Cultura Corporal do Movimento está para além de uma escolha semântica, mas é assumir um dos projetos de sociabilidade que atende ao capital ou aos trabalhadores.

## **Referências**

BRACHT, V. Cultura corporal, cultura de movimento ou cultura corporal de movimento? In: SOUZA JÚNIOR, M. *Educação física escolar: teoria e política curricular, saberes escolares e proposta pedagógica*. Recife: Edupe, 2005, p. 97-106.

BRACHT, V. *Educação física, método científico e reificação*. In: STGER, M. P. (org.). *Educação física + humanas*. Campinas: Autores Associados, 2015, p. 1-22.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, seção 1, n. 124, p. 8-12, 2/7/2015. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/07/2015&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=72>.

BRASIL. Ministério da educação. *Base nacional comum curricular*. Brasília: MEC, 2017.

CASTELLANI FILHO, L. et al. *Metodologia do ensino de educação física*. 2.ed. rev., São Paulo: Cortez, 2009.

CUNHA, N. V. S. *Cultura corporal na educação física brasileira: a gênese do conceito*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

DAOLIO, J. *Educação física e o conceito de cultura*. Campinas: Autores Associados, 2004.

DAOLIO, J. Educação física e pesquisa sociocultural. In: STGGER, M. P. (org.). *Educação física + humanas*. Campinas: Autores Associados, 2015, p. 111-128.

DIECKERT, J. et al. A educação física no brasil – a educação física brasileira. In: *Elementos e princípios da educação física*. Uma antologia. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1985.

DUARTE, N. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. *Cadernos Cedes*, v. 24, n.62. p. 44-63, Campinas, abr. 2004.

FREITAS, M. M. *O ensino em valores nos dispositivos curriculares da educação física: das intencionalidades às prescrições (1996-2016)*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Ufes, 2016.

GRAMORELLI, L. C. *O impacto dos PCN na prática dos professores de educação física*. Dissertação (Mestrado em Educação) – USP, São Paulo, 2007.

JAMESON, F. *O pós-modernismo ou a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

LEONTIEV, A. N. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte, 2004.

LEONTIEV, A. N. *Actividad, Consciência y Personalidade*. Buenos Aires: Ediciones Ciencias del Hombre, 1978.

MARX, K. *O capital*. Coleção Os Economistas. Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, K. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PAGANI, Andreia. O capital criativo e as diretrizes para formação e desenvolvimento dos jovens no Brasil. *Revista Hipótese*. Itapetinga – SP, v. 4, n. 4, p. 83-106, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Q68pWmp84sNdxEDT8bQuCu-N9fKLLUl/view>. Acesso em: 01 de setembro de 2019.

SOUZA JUNIOR, M. *et al.* Coletivo de autores: a cultura corporal em questão. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 33, n. 2, p. 391-411, abr./jun., 2011.

TAFFAREL, C. Z., LACKS, S.; SANTOS JÚNIOR, C. L. Formação de professores de Educação Física: estratégia e táticas. *Motrivivência*, Ano XVIII, nº 26, p. 89-111, jun. 2006.

TAFFAREL, C. N. Z.; ESCOBAR, M. O. Cultura corporal e os dualismos necessários à ordem do capital. *Rascunho Digital – UFBA*, 2009. Disponível em: <http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/>. Acesso em: fev. 2012.

TAFFAREL, C. N. Z. Crítica às proposições pedagógicas da Educação Física. *Boletim Germinal – on-line*, n.6, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/germinal/n6-032009.htm#um>. Acesso em: 9 nov. 2012.

VIEIRA, F. C.T. *A disciplina educação física nos parâmetros curriculares nacionais para o terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: inovações e permanências*. Dissertação (Mestrado em Educação) – PUC, São Paulo, 2010.

# Atos de currículo e política de educação física no IFCE: resistência, reexistência e ressurgência

Samara Moura Barreto de Abreu  
Cesar Augusto Sadalla Pinto

## Introdução

Neste capítulo, objetiva-se compreender as (retro)ações reflexivas do vivido em atos de currículo na política de Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Em disposição hermenêutica-crítica, assumimos a condição de sujeitos-atores curriculantes implicados no processo de alinhamento curricular das Licenciaturas em Educação Física do IFCE<sup>1</sup>, entendido como momento-charneira<sup>2</sup> (divisor de águas) para o surgimento de espaços de engajamento político contra-hegemônicos e de desenvolvimento profissional docente.

Apreendemos, como atos de currículo, o movimento dialógico-dialético de implicação auto/hetero/ecoformativa, que altera intersubjetivamente as relações de autonomia e empoderamento político sobre o currículo, que se dá sobre experiências e saberes acontecimentais<sup>3</sup> em realidade de coautorias,

<sup>1</sup> O IFCE oferta atualmente três cursos de Licenciaturas em Educação Física, localizados nas cidades de Juazeiro do Norte (atendendo à territorialidade da região do Cariri), Canindé (atendendo à territorialidade da região do Inhamuns) e Limoeiro do Norte (atendendo territorialidade da região do Vale do Jaguaribe).

<sup>2</sup> Conceito apresentado por Josso (2004) como apropriação de momentos que imprimem transformação de si, constituindo-se “divisores de água”.

<sup>3</sup> As experiências e saberes experimentais referem-se a acontecimentos que emergem do vivido, do contexto (MACEDO, 2016).

coparticipação e co-construção (MACEDO, 2016). O conceito de atos de currículo está pautado no argumento de que, interativamente, numa incessante atribuição de sentidos, todos os envolvidos com as questões curriculares, a partir da suposição política, são atores curriculantes (MACEDO, 2016).

O currículo é concebido, neste trabalho, a partir da acepção de Silva (1999), como discursos assumidos pelas teorias do currículo, sobre quais conhecimentos devem ser ensinados (o quê?) e quais as finalidades que se pretende atingir (para quê?). Para o autor, essa última questão precede a primeira, já que o conhecimento que constitui o currículo, em última instância, define aquilo que somos no processo pedagógico, ou seja, a nossa identidade.

Concebemos o desenvolvimento profissional como um processo de aprendizagem, ao longo da vida do professor, para a melhoria em sua prática profissional e que relaciona-se com as práticas curriculares desenvolvidas na instituição educacional (GARCÍA, 1999).

Necessariamente, assumimos a condição de sujeitos-atores curriculantes implicados em itinerâncias e errâncias dessa co-construção, estabelecendo nexos de pertencimento histórico, social e político, na atuação docente, na gestão de curso de Licenciatura em Educação Física e nos espaços do tripé ensino-pesquisa-extensão, ora atuando como protagonistas do processo, ora como reprodutores das políticas institucionais de currículo.

Demarcamos o ano de 2014 como marco dessa implicação, em que assumimos a disposição dialógica para a compreensão do que ora nos foi instituído macropoliticamente – o processo de alinhamento das matrizes curriculares. Evidenciamos como macropolítica os contornos que emergiram da política educacional (Resolução CNE/CP 2, de 1º de julho de 2015) e da política institucional (Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014-2018), os quais direcionaram inicialmente as ações

dos sujeitos e se colocaram como verticalidades em contextos de jogo de forças, em detrimento de uma maturação dialógica e reflexiva. Reconhecemos como momento-charneira essa realidade político-institucional aportada como “divisora de água”, por imprimir uma transformação de si (JOSSO, 2004), como dimensão da alteridade.

Na busca de produção de significantes para essa compreensão analítica do vivido, sobre o alinhamento das matrizes e suas implicações sucessivas, fizemos uma representação figurativa através de 3Rs<sup>4</sup> – Resistência, Reexistência, Ressurgência –, em situação convergente a uma ideação de consciência política e colaborativa, na assunção de um ato de co-construção curricular. Nesse sentido, tomamos essa análise em singularização de uma práxis situada e incorporada, em disposição hermenêutica crítica.

## **1 Currículo e cultura institucional: o lugar que ocupa no ensino e desenvolvimento profissional docente**

Entendemos que o currículo remete a uma realidade histórica, cultural e social determinada, que se refere aos procedimentos didáticos e administrativos que condicionam sua teorização e prática. Conforme afirmam Moreira e Silva (1997, p. 28), “[...] o currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação e recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”. Nessa perspectiva, concebemos o processo de alinhamento curricular do IFCE como espaço de criação e recriação, sobretudo de contestação e transgressão, por propiciar o surgimento de movimentos contra-hegemônicos em relação às verticalidades existentes.

---

<sup>4</sup> Em aproximação ao conceito de consciência ecológica 3Rs – Reduzir, Reciclar e Reutilizar.

Para Silva (1999), a noção de currículo implica uma seleção de conhecimentos considerados úteis à sociedade, os quais corroboram para a constituição identitária dos sujeitos a que se destina. Dessa forma, é salutar o entendimento do autor de que o currículo constitui-se um discurso, podendo manifestar-se a partir de diferentes pressupostos epistemológicos, axiológicos e ontológicos, conforme as teorias a ele subjacentes.

Por outro lado, a imposição externa do currículo é potencialmente capaz de gerar crises de identidade nos professores, conforme constatações de Day (2001, p. 26):

A imposição externa do currículo e as inovações administrativas têm sido frequentemente implantadas de forma deficiente e sem consultar os seus atores, conduzindo a períodos de desestabilização, ao aumento do volume de trabalho e a crises de identidade profissional por parte de muitos professores.

Nesse sentido, a elaboração de um currículo é marcada pelo estabelecimento de relações sociais condicionadas por fatores epistemológicos, intelectuais, emocionais e lógicos, de acordo com a natureza das concepções mobilizadas e fortemente influenciado por determinantes sociais, como as relações de poder, os interesses e conflitos culturais e simbólicos, em diferentes níveis. De acordo com Neira e Nunes (2009, p.119):

[...] o currículo envolve a construção de significados e valores culturais e, por isso, não está simplesmente envolvido com a transmissão de conhecimentos objetivos. O ensino produz e cria significados sociais não situados no nível de consciência pessoal e individual, tendo em vista sua estreita ligação com as relações sociais de poder.

Dessa forma, percebemos o currículo como uma prática complexa, que contém abordagens diversas e níveis distintos de aprofundamento, cujas concepções estão diretamente ligadas a posicionamentos de valor. Consideramos o trabalho

pedagógico inserido nessa conjuntura, uma vez que percebemos em seu construto pressupostos de natureza filosófica e epistemológica, sendo que a instituição de ensino e o professor tornam evidentes suas visões de mundo, assumindo posturas mais libertadoras ou conservadoras no seu desenvolvimento (MOREIRA; SILVA, 1997).

Como elemento do projeto pedagógico institucional, o currículo torna-se viabilizador do processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Sacristán (1999, p. 61) “o currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições”.

O currículo não é um elemento neutro de transmissão de conhecimento social, mas se encontra imbricado em relações de poder, tornando-se a expressão do equilíbrio de interesses atuantes no sistema educativo, em determinado momento, em que os conteúdos e as formas são opções historicamente configuradas da relação dos agentes com os meios social, político, cultural e econômico.

Essa visão sociocultural de currículo e da educação como prática social implica o reconhecimento do papel desempenhado pelos professores como profissionais críticos e reflexivos, sobre si e sobre o contexto em que estão inseridos. Assim, na perspectiva da reconstrução social, por meio do currículo, compreendemos o ensino da Educação Física na política institucional do IFCE como uma atividade crítica, em que o processo de ensino e aprendizagem deve se constituir em uma prática social, assumindo o caráter ético que leve à emancipação dos sujeitos em torno de uma ecologia de saberes (SANTOS, 2007; BETTI, 2019; SILVA, 2019) e a uma transformação das realidades institucional e social (MOREIRA; SILVA, 1997).

O protagonismo curricular dos professores na instituição educacional tem implicações em seu próprio desenvolvimento

profissional. Para García (1999), o aprimoramento dos professores pode ser estimulado pelos processos de desenvolvimento e inovação curricular na instituição educacional, e essa relação é determinada pelas concepções de currículo e pelo papel que o professor desempenha como agente curricular.

Nesse sentido, reafirmamos a necessidade de uma concepção de currículo ancorada em pressupostos críticos e do reconhecimento do professor como um agente curricular ativo. Para Imbernón (2011, p. 22), o professor não deveria ser um técnico que implementa inovações prescritas por outros agentes, mas um profissional com participação ativa nos processos de inovação e mudança em seu próprio contexto de trabalho:

Tudo isso implica considerar o professor como um agente dinâmico cultural, social e curricular, capaz de *tomar decisões educativas, éticas e morais, de desenvolver o currículo em um contexto determinado e de elaborar projetos e materiais curriculares com a colaboração dos colegas*, situando o processo em um contexto específico controlado pelo próprio coletivo.

O alinhamento curricular das licenciaturas do IFCE, portanto, emerge a partir do interesse da gestão institucional em padronizar o currículo, em verticalidade às necessidades dos respectivos colegiados de curso. Esse processo foi apropriado pelos professores de Educação Física como espaço dialógico, que favoreceu o protagonismo docente, materializado por meio de empreendimentos coletivos contra-hegemônicos, como a Semana de Educação Física (Semef); o Fórum Institucional Docente; a *Revista de Educação Física, Saúde e Esporte (Refise)*, entre outros exemplos.

Pelo que vivenciamos e conhecemos como sujeitos curriculantes, até aqui (2019), ainda não é possível afirmar que o alinhamento curricular das licenciaturas em Educação Física do IFCE revestiu-se de um caráter inovador. Da mesma forma, ainda há muito a se conhecer sobre a dimensão das mudanças

nas concepções e práticas dos professores a partir de seu engajamento na reestruturação curricular. Apesar das “contestações” e “transgressões” cometidas pelos atores-sujeitos desse processo, é inegável que, em seu início, quando proposto pela gestão institucional, revestiu-se de um caráter exterior aos anseios dos coletivos docentes.

As reformas educacionais, inclusive curriculares, implementadas em diversos países e no Brasil, a partir de 1990, tem assumido caráter contraditório, exigindo do professor um novo profissionalismo, ao mesmo tempo em que são intensificados os processos de desprofissionalização docente (LIBÂNEO, 2011; DAY, 2001; NÓVOA, 1992). Essa forma de implantação das políticas não favorece o desenvolvimento profissional dos professores, mas sempre nos restará escolha de ter um papel coadjuvante como reproduzidor das políticas externamente implantadas ou de ressignificar as verticalidades em favor da melhoria dos processo pedagógico em particular, e da transformação social em um sentido amplo.

## **2 Atos de currículo em disposição hermenêutica-crítica: significantes para os sujeitos curriculantes**

Aportamos a hermenêutica-crítica como fundamento de uma olhar crítico que busca compreender e relacionar os problemas cotidianos enfrentados pelos indivíduos com as questões públicas do poder, da justiça e democracia (KINCHELOE; MCLAREM, 2006), e que traz no seu cerne a desconfiança de qualquer modelo de interpretação que alegue revelar a verdade final, a essência de um texto, ou de qualquer forma de experiência, supondo que o significado da experiência humana nunca será plenamente revelado, como realidade de totalidade.

Desse modo, fazemos a leitura sobre o alinhamento das matrizes curriculares dos Cursos de Licenciatura em Educação

Física do IFCE em três atos (3Rs), a Resistência, Reexistência e Ressurgência.

O primeiro ato, a cultura da Resistência, esteve impelida sobre a compreensão dos dilemas emergentes da relação entre o instituído como cerne institucional (a racionalidade objetiva macropolítica/técnica) e o instituinte dos sujeitos curriculares, que vivem a cotidianidade pedagógica (a racionalidade subjetiva micropolítica/pedagógica).

A racionalidade objetiva foi primariamente significada como fundamento de uma verticalidade e intempestividade macropolítica emanada da vontade da gestão superior, demandada pela necessária homogeneização e standardização de padrões, em que a “padronização” do currículo dos cursos de Licenciatura foi justificada na possibilidade de mobilidade acadêmica (sinalização da política institucional) e, posteriormente, na adequação curricular à Resolução CNE/CP 2, de 1º de julho de 2015 (sinalização da política educacional).

Ainda que compreendidas essas sinalizações na sua devida importância e em seu teor constitutivo de legalidade, a resistência operava-se sobre a “autonomização curricularizante” (MACEDO, 2011), ou seja, a afirmação da autonomia docente no construto curricular, em conformação de uma identidade compósita, em contexto de (inter)subjetividades no cotidiano pedagógico, constituída historicamente como artefato cultural e legitimada socialmente, reconhecendo o modo de organização de cada curso. Se dá, ainda, na forma de disputa de poder em torno de uma concepção de currículo que representasse o interesse dos coletivos docentes, em oposição ao ímpeto institucional de standardização das práticas educativas.

Como segundo ato, a cultura da Reexistência foi operada pelo desnudamento dos interesses individuais em (re)condução do pensamento em torno da institucionalidade, na equibração (in)tensa das racionalidades epistemológicas, curriculares e pedagógicas, postas em interação dialógica, em exercí-

cio de democratização e disposição de um trabalho colaborativo em aventura pensante, culminando em fóruns e encontros nos espaços formais e não formais como engajamento político, movimento que faz emergir a Semef, o Fórum Institucional Docente da área da Educação Física do IFCE, e a *Refise*, como dispositivos de assunções críticas reflexivas para valoração, reconhecimento e legitimação institucional da Educação Física.

A Semef emerge como espaço político-institucional contra-hegemônico, de disposição dialógica dos sujeitos curriculares engajados no processo de alinhamento curricular em análise. Em sua primeira edição, realizada em Limoeiro do Norte, no ano de 2016, traz à tona discussões sobre Formação Profissional e Mundo do Trabalho no contexto da Educação Física. No ano seguinte, em Juazeiro do Norte, tematiza a (Re) Configuração do Currículo da Educação Física na Educação Básica e Superior. Por fim, em um movimento de afunilamento temático, o evento realizado em Canindé, no ano de 2018, propôs-se a discutir o tema Educação Física e Esporte: (Sobre)posições na Ação Docente.

Como resultado das interações proporcionadas pela Semef, emerge, em 2017, o Fórum Institucional Docente da área da Educação Física do IFCE, como espaço de reflexividade político-institucional dos professores para debater a política institucional da área. Como resultado, em 2018, o coletivo docente participante do fórum apresenta, à gestão institucional, a Carta de Educação Física de Canindé/CE, com a proposição de ações para a consolidação de uma política institucional da área da Educação Física que atenda aos anseios da comunidade acadêmica e ao compromisso social da instituição.

Por fim, a *Refise*, como movimento contra-hegemônico surgido no bojo do processo de alinhamento curricular, constituiu-se, no cenário institucional do IFCE, no ano de 2018, com o lançamento de sua primeira edição, no contexto da III Semef, em Canindé. Entretanto, os movimentos em torno de sua constitui-

ção remontam ao ano de 2016, no contexto da I Semef, quando os participantes do evento passam a envolver-se na construção do projeto coletivo. Em 2017, o periódico é pré-lançado na II Semef, como ato simbólico do compromisso assumido pelos pares de constituição desse canal de comunicação científica.

O terceiro ato, a cultura da Ressurgência, colocou-se em disposição ontológica do ‘ser mais’ (FREIRE, 2010), como busca da sustentabilidade dialógico-crítica pelos sujeitos curricularizantes em alteridades questionantes (MACEDO, 2016), nas enunciações culturais de uma práxis educativa transgressora, na singularização do devir formativo, postos em transduções heurísticas na direção do “pensar certo”, pela produção de significantes em movimento coletivo; na descolonização de uma racionalidade eminentemente técnica. Conforme anuncia Freire (2010, p. 75) “[...] faz-se necessário a criação de espaços de ação-reflexão, reflexão-ação que propiciem que o ‘ser mais’ se emancipe, pois este está inscrito na natureza dos seres humanos” (grifo do autor).

A partir dos encontros dialógicos encenados, novos horizontes de ação-reflexão-ação foram configurados, como assunções institucionais sobre o currículo da Educação Física no IFCE:

- A consolidação da Política de Educação Física no IFCE em legitimidade de um currículo no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e Superior, com ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Político-Pedagógico (PPP) institucional, e com a definição da carga horária mínima de 3 horas semanais para o Ensino Médio.
- A sinalização, pela gestão institucional, de implantação do Curso de Licenciatura em Educação Física no IFCE, *campus* de Fortaleza, como expansão territorial de atendimento à capital e região metropolitana e a submissão, à Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (Capes), da proposta de uma pós-graduação *strictu sensu* (Mestrado Profissional) na área de Educação Física;

- A constituição de um Sistema Esportivo com aporte orçamentário institucional, que subsidie o esporte na dimensão educacional, como resultado da intensificação da reflexividade sobre o trato pedagógico do Esporte e da Educação Física no currículo, a partir de uma leitura histórico-crítica;
- A demarcação da Semef e da *Refise* como dispositivos pedagógicos de formação e desenvolvimento profissional docente que fortalece uma racionalidade comunicativa e dialógica.

Essas e outras ações, que têm sido realizadas no IFCE, demarcam o protagonismo docente e a emergência de espaços institucionais de implicações crítica e reflexiva, a fim de preservar o “[...] direito de todos de acessar o mais elaborado da cultura humana, para criticá-lo, entendê-lo, explicá-lo cientificamente e, pelo enfrentamento das contradições, construir a humanidade e não a barbárie” (TAFFAREL, 2018, p. 26). Portanto, temos empreendido esforços para buscar transformações significativas de concepções e práticas, a partir do processo de construção coletiva do currículo, do esporte e da Educação Física no IFCE.

### **Considerações finais: aconteceres críticos reflexivos sobre o vivido**

As itinerâncias e errâncias aprendentes vêm se constituindo marcos histórico e político na área de educação física no IFCE, com contributos significativos para o desenvolvimento profissional docente, em que se pautam disposições (auto) formativas no contexto da reflexividade crítica e do trabalho colaborativo, sobre inter(ações) dialógicas, em atos de currí-

culo, consideradas as clivagens e (im)permanências culturais e políticas acerca de uma educação como práxis libertadora.

Em decorrência do processo de alinhamento curricular do IFCE, desnuda-se um estranhamento dos coletivos docentes em relação ao ímpeto de “padronização curricular” proposto pela gestão institucional, que, associado às disputas em torno de concepções divergentes de currículo, constituem os primeiros dilemas enfrentados pelos sujeitos-atores curriculantes. Destacamos, ainda, o engajamento dos professores em empreendimentos contra-hegemônicos, entre os quais destacamos a Semef, o Fórum Institucional Docente e a *Refise*, os quais se constituíram importantes espaços dialógicos, emergentes a partir da reestruturação curricular. Constatamos, a partir dos diálogos encenados, novos horizontes de ação-reflexão-ação que representaram assunções institucionais sobre o currículo da Educação Física no IFCE.

Os atos de currículo encenados na realidade institucional do IFCE e analisados neste trabalho constituíram-se momentos-charneira de uma nova cultura política de Educação Física e de desenvolvimento profissional dos professores. Consideramos imprescindíveis novos estudos e pesquisas que busquem compreender a complexa teia de significados construídos e reconstruídos pelos sujeitos curriculantes.

## Referências

BETTI, M.; DA SILVA, P. N. G. *Corporeidade, jogo, linguagem: a educação física nos anos iniciais do ensino fundamental*. São Paulo: Cortez, 2019.

DAY, Christopher. *Desenvolvimento profissional de professores: os desafios da aprendizagem permanente*. Portugal: Porto Editora, 2001.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

- GARCÍA, Carlos Marcelo. *Formação de professores para uma mudança educativa*. Portugal: Porto Editora, 1999.
- IMBERNÓN, Francisco. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- JOSSO, M. C. *Experiência de vida e formação*. Natal: EDUFERN; São Paulo: Paulus, 2010.
- KINCHELOE, J. L.; McLAREN, P. Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 281-314.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MACEDO, R. S. *Atos de currículo / formação em ato?* Ilhéus: Editora da Universidade de Santa Cruz, 2011.
- MACEDO, R. S. *A pesquisa e o acontecimento: compreender situações, experiências e saberes acontecimentais*. Salvador: Edufba, 2016.
- MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (org.). *Currículo, cultura e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- NEIRA, M. G.; NUNES, M. L. F. *Educação física, currículo e cultura*. São Paulo: Phorte, 2009.
- NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, António (org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- SACRISTAN, J. Gimeno. *Poderes instáveis em educação*. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 78, p. 3-46, 2007.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- TAFFAREL, C. N. Z. Educação física como área de conhecimento, campo de formação inicial e continuada e de atuação profissional: o que fazer em um período de destruição de forças produtivas? *Refise*, Limoeiro do Norte/CE, v. 1, n. 1, p. 8-30, nov. de 2018.

# *I have a dream*<sup>1</sup>: discutindo relações étnico-raciais, educação física e esporte

Arliene Stephanie Menezes Pereira  
Eduardo Vinícius Mota e Silva

## **Introdução**



história do negro, na Educação Física e nos esportes, é carregada de mitos, que vão desde questões biológicas, como a genética, até posicionamentos político e ideológico. As representações sobre as pessoas negras traduziram-se em identidades que as delimitaram em determinados estereótipos e a espaços. O esporte, nesse sentido, tornou-se um exemplo “prático” e teórico, em que ser negro é um rótulo para determinadas modalidades (OLIVEIRA, 2008, s/p).

A compreensão e discussão desses mitos são importantes meios para tratar tanto a Educação Física, na Educação Básica, quanto a formação de professores e profissionais de Educação Física, no Ensino Superior; com a missão educacional de “estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias” (BRASIL, 2004, p. 8), proposta pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

---

<sup>1</sup> “I have a dream” foi um discurso proferido em 1963, por Martin Luther King, ativista político estadunidense que lutava pela questões raciais. O discurso encorajava uma nova geração a eliminar o racismo, e ações sobre como se alcançar a igualdade racial.

Neste capítulo, são exploradas as possibilidades dessa discussão voltada ao conteúdo Esporte, relacionando-o à questão negra, especialmente, em uma interface com o Atletismo. Ademais, é importante tratar tal temática em um conteúdo que foi, ou é, praticamente, hegemônico, nas aulas de Educação Física (BRACHT, 2010), além de limitado “ao contexto estadunidense e/ou europeu do futebol, voleibol, basquetebol e handebol” (GONÇALVES JÚNIOR, 2009, p. 704). Assim, trazemos, nesse contexto, a abordagem para entender o esporte na área de Educação Física como uma de suas manifestações para se abordar a temática das relações étnico-raciais.

## **1 Negro drama: um breve panorama sobre a questão racial**

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (CARTA CAPITAL, 2017, s/p), 54% da população brasileira, ou seja, mais da metade, é composta de pretos ou pardos. Apesar de maioria, ser negro, num país extremamente racista, como o Brasil, é compor estatística alarmante. É fato que nossa população não quer aceitar que o país ainda é extremamente racista, e que não vivemos numa democracia racial, com negros e brancos desfrutando e convivendo com as mesmas oportunidades.

A primeira das proposições é que não temos racismo contra a população negra porque aqui somos todos mestiços e que aqui não temos dessas coisas. E quais são estas coisas que não temos? São supostas coisas tidas como base a sociedades europeias e americanas e não focalizadas as discussões reais da sociedade brasileira a apologia da superioridade racial branca. Mesmo não existindo esta apologia, não implica que não tenhamos racismo anti a população negra. Nos brasileiros praticamos cotidianamente um conjunto de valores e práticas sociais que implicam em realizarmos a política de inferioridade persistente da população negra, o que substi-

tui no Brasil à necessidade de uma política de louvação a superioridade branca. (CUNHA JÚNIOR, 2013, p.11).

Devemos ter em mente que o racismo contra negros não se dissolveu na sociedade. Fato é que os dados negativos implicam um abismo racial gigantesco, entre negros e brancos.

A população negra é a mais afetada pela desigualdade e pela violência no Brasil. É o que alerta a Organização das Nações Unidas (ONU). No mercado de trabalho, pretos e pardos enfrentam mais dificuldades na progressão da carreira, na igualdade salarial e são mais vulneráveis ao assédio moral, afirma o Ministério Público do Trabalho. De acordo com o Atlas da Violência 2017, a população negra também corresponde a maioria (78,9%) dos 10% dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídios. (CARTA CAPITAL, 2017, s/p).

As estatísticas exibem que pessoas negras têm salários equivalentes à metade dos salários de pessoas brancas; têm menos representatividade no cinema, na literatura e no esporte; além de ser em número bem inferior no acesso à educação, em especial, no ensino superior. Ainda são os mais atingidos pelo desemprego, e compõem a maioria da população carcerária do país. Homicídios e feminicídios também têm cor no Brasil. A maioria dos assassinatos é de jovens e negros, e

[...] entre 2003 e 2013, o número de mulheres negras assassinadas cresceu 54%, ao passo que o índice de feminicídios de brancas caiu 10% no mesmo período de tempo [...]. As mulheres negras também são mais vitimadas pela violência doméstica: 58,68%, de acordo com informações do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher, de 2015. Elas também são mais atingidas pela violência obstétrica (65,4%) e pela mortalidade materna (53,6%), de acordo com dados do Ministério da Saúde e da Fiocruz”. (CARTA CAPITAL, 2017, s/p).

As estatísticas revelam que as pessoas negras sofrem com o racismo desvelado em nossa sociedade, como o preconceito contra as religiões de matrizes africanas e sobre a aparência fenotípica (como cor e tipo de cabelo, por exemplo). A mídia ainda reproduz uma ideia de subalternidade do negro, colocando-o em papéis que o remetem quase sempre ao escravo, à negra libidinosa, aos bandidos, favelados, ao negro bobo ou ignorante, aos empregados domésticos, sambistas, jogadores de futebol, ou alguém que veio de família humilde e que “lutou muito e venceu na vida”. A mídia tem um papel crucial na formação dessa ideia, desde a infância, da imagem do que é ser, ou de quem é, negro.

A rara presença de pessoas negras como protagonistas de programas infantis é um exemplo de como através da invisibilidade a mídia demarca seus preconceitos, contribuindo para que tanto crianças negras como brancas não elaborem referenciais de beleza, de humanidade e de competência que considerem a diversidade. Existe destaque de pessoas brancas na mídia, que normalmente apresenta pessoas com cabelos loiros e olhos claros (azuis ou verdes). Esse tipo de beleza chega a ser reverenciado como padrão ideal a ser alcançado e/ou desejado. (SANTANA, 2006, p. 47).

Escolas e Universidades, que deveriam ser os espaços primordiais para a disseminação de conhecimentos sobre a temática racial, ainda enfrentam muitos desafios, como o de livros em que a visão do negro ainda não foi superada, vendo-o a partir da escravidão, e a dos índios, como sendo sociedades primitivas não civilizadas; a África vista como um continente primitivo; uma visão dos negros sendo escravizadas por serem mais dóceis; o fim da escravidão como uma dádiva da princesa Isabel; a não exaltação de guerreiros, escritores, artistas negros, e da própria literatura e artes; o sucateamento do ensino público, no qual se concentra a maior parte de docentes do país; a discussão fora das prioridades da agenda escolar; cursos de pedagogia

e licenciaturas (responsáveis pela formação de professores do ensino básico), ainda com resistência em disseminar conteúdos sobre a temática étnico-racial em seus currículos; condições de trabalho docente estafantes, salários defasados, estrutura precária, violência, falta de material de apoio e de formação inicial e continuada, acabam por deixar de lado a temática étnico-racial. Tocar sobre o assunto acaba se restringindo a datas comemorativas específicas, ou a alguns docentes que são negros e/ou têm vinculações com o movimento antirracista.

É importante ressaltar que o modo como a instituição escolar vem, ao longo do tempo, discutindo a África, é insuficiente para permitir uma compreensão mais aprofundada dos processos históricos que trouxeram o povo africano e as africanidades ao descaso e preconceito que sofrem hoje; podendo ainda servir como instrumento de construção de uma imagem negativa atribuída ao continente africano que é visto como local em que paira somente a miséria, a fome; de extrema pobreza, conflitos entre etnias; doenças e religiões que “invocam o mal”. Representação essa que é amplamente difundida pelos meios de comunicação de massa e que acaba sendo naturalizada pelo senso comum. Além disso, esse estereótipo negativo é transmitido na escola, que é fundamentado numa matriz “eurocêntrica”, vista como universal e legítima, mostrando a África como um continente subalternizado, influenciando de maneira decisiva na representação dos negros em nossa sociedade. Fato é que

A escola, organização social que, nas opiniões de Rangel (2006) e Nunes (2013), não deveria ser espaço para criação ou reprodução de preconceitos, também contribuiu, e muito, para esta situação, principalmente, em nosso país que sempre teve “um modelo de desenvolvimento excludente, impedindo que milhões de brasileiros tivessem acesso à escola ou nela permanecessem” (BRASIL, 2004, p.5). Esta situação atingiu, especialmente, a população negra, pois, durante muito tempo, seu acesso foi impedido e, posteriormente, sua

permanência dificultada (ROMÃO, 2005). Além disso, este reconhecimento por parte do Estado brasileiro é recente, pois, anteriormente, silenciava-se sobre este assunto (CAVALLEIRO, 2005; 2006) ou se tentava tornar invisível a presença do negro na história da Educação brasileira (CRUZ, 2005). (SILVA, 2016, p. 39).

Dezesseis anos se passaram da edição da Lei 10.639/2003 e dez anos da Lei 11.645/2008, porém, a aplicabilidade de suas decisões na formação de professores ainda caminha a passos lentos. Essa compreensão sobre a deficiência na formação de professores é trazida por Sant'Ana (2005, p. 46), em pesquisa que objetivava avaliar o grau de conhecimento dos professores a respeito dos negros, na qual

Todos os professores declararam não ter recebido qualquer tipo de orientação pedagógica sobre a questão racial no Brasil por ocasião dos seus cursos de formação profissional ou nas escolas onde lecionam ou lecionaram. Ou seja, os cursos de complementação pedagógica (nos casos de professores com nível de escolaridade superior) ou os cursos de formação de professores (equivalente ao segundo grau) não dedicam qualquer ênfase, ou melhor ainda, desconhecem a especificidade da questão racial brasileira. Dessa maneira, os professores assumem a direção de uma sala de aula sem ter noção dos problemas que irão enfrentar; na maioria das vezes as soluções para os conflitos emergentes são buscadas no bom senso, na prática cotidiana, independentemente de qualquer lastro pedagógico.

É necessário construir uma identidade negra, dentro da escola e fora dela. Uma identidade positiva e de afirmação social, do negro para com o negro, e do branco para com o negro. Pois, de acordo com Sodré (1999, p.235), “Não existe uma ‘identidade negra’ originária construída ‘naturalmente’ a partir da cor da pele (raça) ou da mentalidade (etnia). Tal identidade aparece na história a partir da discrimina o cultural operada por indivíduos e grupos de cor clara”.

## 2 Educação Física e a questão do negro

Com a Educação Física não foi diferente do que aconteceu com a educação em geral, pois também não se discutiu, em seu âmbito, os vários aspectos e as práticas corporais que podem ser tratados no âmbito dessa temática. A própria história da área é vinculada a um delimitador homogeneizante, que, segundo Soares (2004, p.18), nos traz que a Educação Física apareceu “[...] vinculada aos ideais eugênicos e de regeneração e embranquecimento da raça, figurando em congressos médicos, em propostas pedagógicas e em discursos parlamentares”. Ainda segundo Soares (2004), os higienistas se valeram da ginástica como um meio para representar a classe dominante e a raça branca, atribuindo-lhe superioridade.

Essa opção reforçou e incentivou o racismo e os preconceitos a ele ligados, contribuindo para a manutenção dos polos de exploração de uma formação social escravista, que, conforme assinala Octavio Ianni (1988, p 27-28), então “[...] de maneira a produzir e reproduzir ou criar e recriar, o escravo e o senhor, a mais-valia-absoluta, a cultura do senhor (da casa grande), a cultura do escravo (da senzala), as técnicas de controle, repressão e tortura, as doutrinas jurídicas, religiosas ou de cunho darwinista sobre as desigualdades raciais e outros elementos [...]”. (SOARES, 2012, p. 60).

Acentua-se, ainda, o papel que a ciência teve de acentuar as comparações e generalizações descontextualizadas que comparavam a “superioridade” da raça branca em relação aos negros (SOARES, 2012) e dizia que

A nova educação física deverá formar um homem típico que tenha as seguintes características: talhe mais delgado que cheio, gracioso de musculatura, flexível, de olhos claros, pele sã, ágil, desperto, erecto, dócil, entusiasta, alegre, viril, imaginoso, senhor de si mesmo, sin-

cero, honesto, puro de atos e de pensamentos, dotado com o senso de honra e da justiça, compartilhando do companheirismo de seus semelhantes e levando o amor de Deus e dos homens no coração. (CANTARINO FILHO, 1982, p. 168-169).

Em especial no esporte, essa acentuação sobre as questões genéticas como fator preponderante para a prática de determinadas modalidades, bem como questões sociais de separação de classes e raças, foram se disseminando. A representatividade dos negros cresceu, nos últimos anos, na prática esportiva, mas ainda está aquém de abandonar o racismo que perpetua as instituições esportivas.

Enfim, o esporte, muito embora possa não ser visto por muitos como um conteúdo preferencial para o tratamento das relações étnico-raciais, serve a essa finalidade, dentre outros motivos, por “estar sempre presente na mídia, relevando e revelando conflitos” (RODRIGUES; GALVÃO, 2011, p. 90-91) geradores de reflexões sobre temas como a prática de discriminação nas atividades esportivas, por exemplo. Rangel *et al.* (2008, p. 164) também apresentam possibilidades de tratamento étnico-racial do conteúdo esporte ao afirmarem que este “[...] pode ser um grande polo de reflexão sobre os problemas relacionados a diversidade étnica e cultural [...]” (p. 164), por meio do tratamento de questões relacionadas a constante “[...] prática de declarações preconceituosas em momentos de grande tensão [...]” (p. 164), durante sua prática, ou, ainda da discussão dos “[...] motivos da grande presença de determinados grupos étnicos em esportes populares (futebol, atletismo, basquete), em detrimento da pequena participação destes mesmos grupos em esportes mais elitizados (automobilismo, golfe, natação, tênis) [...]” (p. 164).

Historicamente, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) já apontavam a necessidade de incluir, nas aulas de Educação Física, temas relacionados ao Esporte, como: “a reflexão sociopolítica sobre a condição do negro” (p. 86) a partir da

História do futebol brasileiro e “a inclusão e exclusão do negro nos esportes em determinados momentos históricos” (p. 95). Autores como Rangel (2006) e Santos (2007), posteriormente, investiram nessa mesma linha ao apontar como caminho, para esse tratamento, conhecer e divulgar as histórias de atletas negros bem sucedidos, o que, de certa forma, é reforçado no texto da Lei 10.639/2003, marco para a inclusão da História e Cultura Afro-brasileira entre os diferentes componentes curriculares da Educação Básica, que apresenta como uma de suas propostas:

[...] a necessidade de dar visibilidade a representantes da história e cultura africana e afro-brasileira e seus descendentes, no sentido de proporcionar aos estudantes o reconhecimento e a valorização de negros importantes na construção da sociedade brasileira, como possibilidade de conhecimento e respeito à história e as contribuições dos diferentes grupos étnico-raciais. (SANTOS, 2007, p. 126).

A partir dessa rápida contextualização, passamos, na sequência, a apresentar dados históricos e fatos sobre a modalidade esportiva Atletismo, como possibilidade de discussão a respeito do negro e o esporte.

### **3 Discutindo relações étnico-raciais por meio do atletismo**

O Atletismo, conteúdo clássico da Educação Física, tem sua história muito ligada à Grécia Antiga, entretanto, de acordo com Oro (2009) suas origens vão muito além do mundo grego, pois incluem “também exercícios de origem africana” (p. 18). Com base em Vieira e Freitas (2007), depreendemos que o autor faz referência, nesse caso, à descoberta feita por outros estudiosos de que havia provas de arremesso de pedras, precursoras do arremesso do peso, em festividades da civilização egípcia. Além disso, durante o desenvolvimento histórico dessa

modalidade, diversos fatos ou fatores fizeram com que os povos de origem africana tivessem papel destacado. Destaque esse que não se limitou, apenas, à sua predominância nas pistas, por meio de inúmeros títulos e recordes, mas, também, fora delas, tanto que o último presidente de sua principal entidade, a Associação Internacional das Federações de Atletismo (IAAF) foi um africano, o senegalês Lamine Diak.

Mais especificamente a respeito das relações étnico-raciais, há trabalhos que discutem, especificamente, a presença dos descendentes de africanos na prática do Atletismo, como os de Sailes (1991), Entine (2000) e Oliveira (2008), dentre outros que abordam a possível supremacia negra no esporte, em geral, e no Atletismo, respectivamente, e os estudos de Farias (2011; 2012) que destacam a trajetória de atletas negras brasileiras durante a Ditadura Militar brasileira e a marginalização sofrida por serem mulheres, negras e pobres.

Sabemos, entretanto, que esse protagonismo negro, na modalidade, não se deu sem conflitos, como se pode verificar, por exemplo, por meio das históricas vitórias (100 metros rasos, 200 metros rasos, revezamento 4x100 metros rasos e salto em distância) de Jesse Owens, nos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, frustrando a tentativa de Adolf Hitler de comprovar a superioridade da 'raça' ariana (VIEIRA; FREITAS, 2007), bem como abrindo espaço para que, na sequência, os velocistas negros viessem a dominar essas provas (OLIVEIRA, 2008). O mais interessante é perceber que, muitos anos após essas vitórias, o racismo impregnado no sul dos Estados Unidos da América (EUA), fez com que o Memorial planejado para honrar essas vitórias em 1952, em virtude da falta de apoio da população local (maioria branca), só fosse concluído em 1996, por causa da realização dos Jogos Olímpicos naquele país (ENTINE, 2000). Como pode ser verificado neste pequeno trecho, Jesse Owens é considerado o grande ícone para a superação do discurso secular de inferioridade das pessoas negras dentro do esporte (OLIVEIRA, 2008).

Especificamente no caso brasileiro, destacam-se, por exemplo, as dificuldades enfrentadas por atletas negras, como Aída dos Santos, única mulher a fazer parte da delegação brasileira nos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 1964, e que experimentou uma verdadeira situação de abandono, por parte dos dirigentes. Na oportunidade, e mesmo assim, conquistou um inédito 4º lugar na prova do salto em altura. Farias (2012, p. 27) atribui esse descaso à “[...] hierarquização de gênero, somada às exclusões de classe, raça e etnia vivenciadas por ela [...]”.

Característica importante do Atletismo é a diversidade de seus praticantes, que se justifica, talvez, pela simplicidade da maior parte das suas provas, as quais acabam “reunindo gente de todo tipo, abrindo possibilidades de glória para quem, muitas vezes, contava com pouco ou nenhum recurso” (VIEIRA; FREITAS, 2007, p. 23). Esse foi o caso, por exemplo, do primeiro africano a se tornar campeão olímpico da Maratona, o etíope Abebe Bikila, que venceu essa prova nos Jogos Olímpicos de Roma, em 1960, sem a utilização de nenhum calçado, superando, inclusive, o recorde da prova.

Especificamente no Brasil, essa ligação entre Atletismo e as classes menos abastadas da sociedade, é bastante forte. Freitas (2012, p. 28), após afirmar ser o Atletismo “[...] uma modalidade majoritariamente praticada por afro-brasileiros, pertencentes às camadas populares [...]”, entende que essa situação fez com que lhe fosse conferido “[...] um valor de inferioridade em relação ao *status* superior de outras modalidades esportivas, como esgrima, hipismo, tênis e natação, por exemplo” (p. 28), o que pode ser atestado pelas experiências de marginalização sofridas por seus atletas no período da ditadura militar.

Para Vieira e Freitas (2007) uma característica marcante do Atletismo é refletir as mudanças sociais pelas quais passaram o mundo. Um exemplo é o famoso gesto feito por atletas afro-americanos, nas cerimônias de premiação de suas provas, de manifestarem seu descontentamento com o racismo vigente nos

EUA. Nessa mesma edição pode-se destacar o aumento do número de atletas africanos vencedores das provas de resistência.

Outra informação relativa aos Jogos Olímpicos Modernos, que é passível de tratamento, sob a ótica negra, é que o primeiro atleta negro a vencer uma prova olímpica individual (grifo nosso), foi o norte-americano William DeHart Hubbard, no salto em distância, na edição de 1924, realizada em Paris (VIEIRA; FREITAS, 2007). Antes dele, John Taylor, em 1908, nos Jogos Olímpicos de Londres, venceu no revezamento composto a seleção norte-americana com três atletas brancos (GARUFFI; MATTHIESEN, 2013).

Situações como as citadas tornam difícil pensar nessa modalidade esportiva sem esse componente étnico, o que pode ser de grande valia para os objetivos do ensino dessa temática. Silva (2008), aliás, reforça essas possibilidades de tratamento, ao afirmar que as disciplinas voltadas aos fundamentos esportivos devem ter seu contexto sócio-histórico-cultural como conteúdo e perpassar as questões relacionadas à raça.

Na história do Atletismo brasileiro, com exceção dos já citados estudos de Farias (2011; 2012), praticamente não há nada que faça referência direta às questões étnicas, muito provavelmente, em virtude das preocupações, vigentes no Brasil, de não se pronunciar sobre tal assunto, reforçando a tentativa de tornar invisíveis essas questões, o que se torna ainda mais dramático quando se sabe que a maior parte dos praticantes de Atletismo no Brasil é negra. Dados obtidos por Melo (2010), com um grupo de participantes do Troféu Brasil de Atletismo, demonstram essa prevalência, pois 57% deles se declararam pretos ou pardos, e que, dentre os vencedores dessa competição, que é a principal da modalidade, no Brasil, a concentração atingiu 75%.

Diferentemente, existem diversas produções videográficas que se referem ao assunto, com destaque ao projeto Memória do Esporte Olímpico Brasileiro (disponível em: <http://memoriadoesporte.org.br/>), que tem como objetivo “homenejar grandes nomes do esporte nacional, difundir e estimular

a prática esportiva” (MEMÓRIA DO ESPORTE OLÍMPICO BRASILEIRO, 2013) e já produziu documentários sobre atletas afro-brasileiros de Atletismo de grande renome, como José Telles da Conceição, Adhemar Ferreira da Silva, Joaquim Cruz, João “do Pulo” Carlos de Oliveira, Néelson Prudêncio, Wanda dos Santos, Irenice Maria Rodrigues e Aída dos Santos, muitas vezes problematizando questões raciais. Infelizmente, por questões de direitos autorais sobre as imagens de alguns desses atletas em Jogos Olímpicos, o Comitê Olímpico Internacional exigiu a retirada de determinados documentários do *site* do projeto.

Um dos vídeos, ainda disponível no respectivo *site* é o documentário Procura-se Irenice (<https://bit.ly/31G9BjB>), que busca resgatar a história da atleta olímpica Irenice Maria Rodrigues que, em virtude de suas discordâncias com o Comitê Olímpico Brasileiro, entendidas à época como atitudes de indisciplina, teve sua história de luta basicamente apagada pela historiografia oficial, a exemplo do que ocorre com a história da população negra brasileira de forma geral. Por meio desse documentário, várias questões relacionadas às discriminações podem ser discutidas. A atleta foi, por exemplo, uma das primeiras mulheres brasileiras a se dedicar às provas de meio-fundo, quando se entendia, em nosso país, que essas distâncias seriam muito agressivas para o corpo feminino.

Há o relato, também, da discriminação sofrida por essa atleta no próprio clube que representava, o Fluminense Football Club, por ocasião de uma festividade em seu salão nobre no qual ela foi identificada como possível empregada doméstica de família associada e teve o acesso vedado, apesar de ser recordista sul-americana da prova de 800 metros rasos. Em resposta a esse ato, liderou um movimento de protesto. Posteriormente, comanda uma greve de atletas. Durante a preparação para os Jogos Olímpicos de 1968, Irenice envolve-se em atrito com outra atleta e acaba sendo desligada da delegação brasileira.

Destacar estas histórias, numa área como a Educação Física, está em consonância com as determinações das Diretrizes

Curriculares Nacionais (DCNs) das Relações Étnico-Raciais, que destacam a necessidade de divulgar e estudar a “participação dos africanos e de seus descendentes na diáspora, em episódios da história mundial” (BRASIL, 2004, p. 22).

Uma das questões mais polêmicas, quando se trata da história dos africanos e sua diáspora no campo esportivo, diz respeito à atribuição de sua grande prevalência, em diversas modalidades, a aspectos exclusivamente biológicos. Essa visão, amplamente divulgada, inclusive nos cursos de formação de professores e profissionais de Educação Física, bem como na mídia, pode servir, segundo Rodrigues (2010), para a criação de subjetividades que reforçam os estereótipos produzidos, relativos a essa população, criando verdadeiros estigmas.

Esse autor salienta, ainda, que essas compreensões, muitas vezes, se baseiam em um pseudocientificismo. A naturalização dessas diferenças atinge de forma bastante impactante os atletas negros. Farias (2011, p. 919) apresenta o seguinte relato da nadadora brasileira negra Eliana Pereira de Souza, participante dos Jogos Pan-americanos de 1967 e 1971, sobre as dificuldades enfrentadas para se manter nesta seleção, pois:

[...] o técnico Carlos Roberto Pavel afirmava, com insistência, não existirem negros na natação devido a seus ossos serem muito pesados para a água e, portanto, Eliane deveria praticar o atletismo – reconhecido como um “esporte de negros” – no qual teria mais sucesso [...].

Esse depoimento atesta o risco de se tomar certas verdades como absolutas e o quanto elas acabam impactando o imaginário das pessoas. Lembro-me do caso de um ex-aluno, negro e alto, que relatou ter sido matriculado por sua mãe em aulas de natação em uma unidade do Serviço Social da Indústria (Sesi), mas, que foi “convencido” por aquela que deveria ensiná-lo, a professora, a tentar o atletismo, já que, na visão dela, ele não levava jeito para a modalidade em questão, muito embora a intenção do aluno fosse apenas aprender a nadar.

Neste sentido, deve-se sempre questionar os discursos sobre superioridade racial no esporte, pois esta realidade é extremamente volátil, modificando-se de acordo com a época vivida e os inúmeros fatores sociais que as influenciam, sendo inadequado naturalizar essas questões. Nesse sentido, Kerr (2010) nos lembra que, no caso das provas de fundo, antes do atual domínio queniano, quando iniciado; nos anos 1980, australianos, americanos e britânicos se destacaram nessas provas, além de afirmar que se a raça não é um conceito genética ou biologicamente válido, tampouco o desempenho atlético pode lhe ser atribuído.

Uma forma de evitar esse tratamento é exaltar, além do talento atlético, as diversas ações, de vários desses atores, em outros campos, que vão além do esporte, como é o caso de Adhemar Ferreira da Silva, que, além de ter sido bicampeão olímpico, em sua vida privada, obteve formação de nível superior em cinco graduações e foi, inclusive, Adido Cultural brasileiro na Nigéria.

Essa história pode ser acessada em interessante produção videográfica denominada O Salto de Adhemar, documentário do já citado projeto Memória do Esporte Brasileiro (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5g2FpyJHYjA>), que apresenta a brilhante trajetória desse talentoso cidadão brasileiro.

Para Santos (2007), um cuidado a ser tomado, no tratamento dessa temática, é de evitar “[...] que a imagem do negro fique ‘aprimorada’ ao estereótipo de atleta significado em massa corporal que somente joga, pula ou corre; seria dar continuidade às representações de animalidade relacionadas aos negros [...]” (SANTOS, 2007, p. 127, grifo do autor).

Importante considerar, no tratamento dessa questão, que, de acordo com as próprias Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, deve-se buscar o rompimento “com sentimentos de inferioridade e superioridade, se desconsiderem julgamentos fundamentados em preconceitos, deixem de se aceitar posições hierárquicas forjadas em desigualdades raciais e sociais”

(SILVA, 2007, p. 490). Esse mesmo alerta é reforçado por Santos (2007; 2011), para o qual a imagem do negro não pode ser limitada ao estereótipo de atleta, sob o risco de se criar um estigma.

Além disso, Munanga (2005, p. 17) entende que é papel da educação oferecer “[...]a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados [...] pela cultura racista” e que essa mudança passa, preliminarmente, pela compreensão dessa questão, exatamente, pelos professores.

### **Considerações finais**

A discussão sobre cultura negra na Educação Física e nos esportes pode ajudar na (re)construção dessa identidade. Isso implica a construção de práticas pedagógicas de combate à discriminação racial, de atitudes e ações pedagógicas antirracistas, pois, para Cunha Júnior (2001), as africanidades brasileiras favorecem a desconstrução de uma cultura ideal, do dominador, e produzem liberdade intelectual, livre de racismo e conceitos produzidos no processo de dominação manifestado na cultura brasileira. Assim

[...] a Educação Física pode desempenhar papel fundamental ao proporcionar reflexão sobre os processos de construção histórica e cotidiana, no que se refere as contribuições das manifestações da cultura corporal afro-brasileira, africana e indígena na constituição do Brasil, como a Capoeira, o Maculelê, o Samba, os Jogos Indígenas e muitas outras manifestações que foram resignificadas e atualmente sequer sabemos que se trata de uma contribuição da cultura afro-brasileira, africana ou indígena. (CORSINO; CONCEIÇÃO, 2016. p. 8).

Em contrapartida, o silenciamento da Educação sobre essas questões nos incita a questionamentos e reflexões do porquê a área ainda estar aquém de um tratamento pedagógico e reflexivo sobre essa temática. Rodrigues (2010, p. 137) atribui esse

esquecimento e não presença da Educação Física entre as áreas prioritárias para o ensino da História e Cultura Afro-brasileira, tanto ao desconhecimento sobre seus objetos de estudo, por parte das autoridades educacionais, dos próprios professores e do senso comum, quanto à “incrustação das fortes nuances preconceituosas encobertas pelos variados discursos procedentes do mito da democracia racial”, existentes na gênese da Educação Física brasileira, que fazem com que silencie em relação ao tema.

Por fim, as mudanças ainda são poucas, diante dos desafios e do silenciamento da questão. Podemos nos estender em dizer que, considerados os tempos difíceis em que vivemos, felicidade seria ver pelo menos a Educação Física como resistência e tratar com ênfase a temática racial.

## Referências

BRACHT, V. A educação física no ensino fundamental. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO CURRÍCULO EM MOVIMENTO, n. 1, 2010, Belo Horizonte. *Anais [...]* Brasília, DF: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=7170&Itemid=](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7170&Itemid=)>. Acesso em: 12 ago. 2019.

BRASIL. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: educação física*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

CANTARINO FILHO, Mario Ribeiro. *A educação física no estado novo: história e doutrina*. 1982. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1982.

CARTA CAPITAL. *Seis estatísticas que mostram o abismo racial no Brasil*. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/seis-estatisticas-que-mostram-o-abismo-racial-no-brasil>> Acesso em: 15 mai. 2019.

CORSINO, L. N.; CONCEIÇÃO, L. *Educação física escolar e relações étnico-raciais: subsídios para a implementação das leis 10.639-03 e 11.645-08*. Curitiba: CRV, v.11, 2016.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Conversa com os educadores sobre as africanidades e afrodescendência. In: CUNHA JÚNIOR, H.; NUNES, C.; DOMINGOS, R. F.; SILVA, M. S.; BATISTA, R. C. F.; DUKE, D. A.; HOLANDA, J. (orgs.). *Artefatos da cultura negra no Ceará: formação de professores: 10 anos da Lei n. 10.639/2013: cadernos de textos*. Fortaleza: Gráfica LCR, 2013.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Africanidades, afrodescendência e educação. *Revista Educação em debate*. Fortaleza: 2001.

ENTINE, J. *Why black athletes dominate sports and why we are afraid to talk about it*. New York: Public Affairs, 2000.

FARIAS, C. M. O atletismo feminino brasileiro sob a ditadura civil-militar: novos obstáculos e caminhos. *La manzana de la discordia*, Cali, v.7, n. 1, p. 23-40, jan. 2012. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/77276551.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

FARIAS, C. M. Superando barreiras e preconceitos: trajetórias, narrativas e memórias de atletas negras. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 911-929, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/42>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

GARUFFI, M.; MATTHIESEN, S. Q. O revezamento. In: MATTHIESEN, S. Q.; GINCIENE, G. *História das corridas*. Várzea Paulista: Fontoura, 2013. p. 67-98.

GONÇALVES JUNIOR, L. Dialogando sobre a capoeira: possibilidades de intervenção a partir da Motricidade Humana. *Motriz*, Rio Claro, v.15, n. 3, p. 700-707, jul./set., 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/download/2875/2539>> Acesso em: 12 ago. 2019.

KERR, I. B. The myth of racial superiority in sports. *The Hilltop Review*, Kalamazoo, v. 4, n. 1, p. 19-26, 2010. Disponível em: <<http://scholarworks.wmich.edu/hilltopreview/vol4/iss1/4>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

MELO, L. S. L. *Perfil socioeconômico e cultural dos atletas do Troféu Brasil de Atletismo 2010*. 2010. 35 f. Monografia (Bacharelado em Educação Física) – Faculdade Dom Bosco, Curitiba.

MEMÓRIA DO ESPORTE OLÍMPICO BRASILEIRO. *Projeto 2012*. Disponível em: <<http://memoriadoesporte.org.br/projeto-2012/>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

MUNANGA, K. Apresentação. In: MUNANGA, K. (org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 15-20.

OLIVEIRA, Altemir. A participação do atleta negro no esporte: das pistas de atletismo às pistas de Fórmula 1. *Lecturas, Educación Física y Deportes*, Buenos Aires, ano 13, n. 126, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd126/a-participacao-doatleta-negro-no-esporte.htm>> Acesso em: 6 ago. 2019.

ORO, U. Prefácio. In: SIMONI, C. R.; TEIXEIRA, W. M. *Atletismo em quadrinhos: história, regras, técnicas e glossário*. Porto Alegre: Ed. Rígel, 2009. p. 13-19.

PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes; GOMES, Daniel Pinto; CARMO, Klertianny Teixeira do; SILVA, Eduardo Vinícius Mota e. Aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas aulas de educação física: diagnóstico da rede municipal de Fortaleza/CE. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. 2019. Disponível em: <<http://www.rbceonline.org.br/es-estadisticas-S0101328918300477>> Acesso em: 6 ago. de 2019.

RANGEL, I. C. A. Racismo, preconceito e exclusão: um olhar a partir da Educação Física escolar. *Motriz*, Rio Claro, v.12, n. 1, p. 73-76, jan./abr. 2006.

RANGEL, I. C. A.; SILVA, E. V. M.; SANCHES NETO, L.; DARIDO, S. C.; ÍÓRIO, S. C.; MATTHIESEN, S. Q.; GALVÃO, Z.; RODRIGUES, L. H.; LORENZETTO, L. A.; CARREIRO, E. A.; VENANCIO, L.; MONTEIRO, A. A. Educação física escolar e multiculturalismo: possibilidades pedagógicas. *Motriz*, Rio Claro, v.14, n.2, p.156-167, abr./jun.2008.

RODRIGUES, A. C. L. Racismo e educação física: a tergiversação do corpo saudável em prol da assepsia curricular euro-estadunidense. *Revista de Educação, Gestão e Sociedade*, Jandira, v. 1, n. 1, mar. 2010. Disponível em: <<http://cesarrodrigues.com.br/wp-content/uploads/2018/05/RACISMO-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-F%C3%8DSICA.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

RODRIGUES, L. H.; GALVÃO, Z. Novas formas de organização dos conteúdos. In: DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. *Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica*, 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. p. 80-102.

SAILES, G. A. The myth of black sports supremacy. *Journal of Black Studies*, v. 21, n. 4, p. 480-7, jun., 1991. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2784690>> Acesso em: 13 ago. 2019.

SANTANA, P. M. S. Educação Infantil. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Orientações e ações para educação das relações étnico-raciais*. Brasília, DF: Secad, 2006.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, K. *Superando o racismo na escola*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, M. V. *O estudante negro na cultura estudantil e na educação física escolar*. 2007. 240 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SILVA, Eduardo Vinícius Mota e. *Ensino da história e cultura afro-brasileira por meio do atletismo: contribuições de um curso de extensão a distância para professores de educação física*. Rio Claro, 2016 135 f. Tese (doutorado)-Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro.

SILVA, R. C. O. *Formação multicultural de professores de educação física: entre o possível e o real*. 2008. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SOARES, Carmem Lúcia. *Educação física: raízes europeias e Brasil*. Campinas. 5. ed., Autores Associados, 2012.

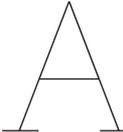
SODRÉ, M. *O terreiro e a cidade – a forma social negro-brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

VIEIRA, S.; FREITAS, A. *O que é atletismo?* Rio de Janeiro: Casa da Palavra: COB, 2007.

# Contribuição do professor de Educação Física na gestão escolar em escolas públicas em Recife/PE

Maria Caroline de Amorim Ramos  
Esdras Henrique Rangel de Melo  
Vilde Gomes de Menezes

## Introdução

 Educação Física incorpora sua atuação em meados do século XVIII, mas tornou-se conhecida a partir de filósofos empenhados na formação e no desenvolvimento de ações educacionais revolucionárias (BETTI; ZULIANI, 2002). Diante do desafio de amplificar uma disciplina arraigada em alicerces sólidos, a Educação Física passou a ter um papel fundamental para a formação da criança, do adolescente e jovem, contribuindo para uma educação integral, abrangendo corpo e alma (BETTI; ZULIANI, 2002).

Entretanto, na apropriação da Educação Física, no começo de sua história, na década de 1920, seus objetivos centrais estavam motivados por fatores extrínsecos, que compreendiam o treinamento pré-militar, a eugenia, o nacionalismo e a preparação de atletas (DARIDO, 2003).

No âmbito escolar, entretanto, sua prática vem se modificando, ao longo do tempo, pois seus objetivos passaram a concentrar-se na aprendizagem, oportunizando os alunos a multiplicidade de experiências no campo do conhecimento (SILVA; NORBERTO, 2008).

Por se tratar de mudanças de âmbito educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, foi atribuído aos

professores outras atividades ligadas à gestão democrática das escolas, além necessidade de reorganização didático-pedagógica e curricular (NORONHA; TEIXEIRA, 2015).

A gestão escolar compõe uma proporção essencial da educação, pois permite observar suas dificuldades e suas qualidades de maneira integrada (PARO; DEL PINO, 2008). Tem o objetivo de estruturar a escola em processos indispensáveis: a organização, intervenção, o planejamento, a supervisão e avaliação, a partir de atuações educacionais que priorizam a aprendizagem efetiva dos alunos (LÜCK, 2000).

A escola, como uma organização educacional, tem o papel de direcionar reflexões sobre o seu papel por meio da gestão escolar, desenvolvendo planejamentos, discussões, ações voltadas às constantes mudanças sociais, e programas para inseri-la no contexto social vigente (CORREA, 2011). Segundo Oliveira, Moraes e Dourado (2005), uma gestão de qualidade é evidenciada pela participação concreta de todos os que constituem a comunidade escolar (professores, alunos, funcionários, pais) na estruturação, implementação e avaliação de propostas pedagógicas; na gerência de recursos da escola; e de seus processos decisórios.

O professor, como participante da comunidade escolar deve ter o entendimento de assuntos que dizem respeito à gestão; garantir segurança nas decisões contribuir em conselhos de classe, ações cooperativas; responsabilidade com tarefas específicas; cultivo do respeito mútuo e da facilidade de dialogar. A participação ativa do professor na organização escolar é importante por proporcionar a união de diferentes disciplinas; fortalecer a equipe de trabalho; construir novos saberes; estimular as relações interpessoais; agir coletivamente; para que o fim seja o desenvolvimento dos alunos (LIBÂNIO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003).

Dessa forma, a Educação Física escolar é uma ferramenta indispensável para a produção do conhecimento prático e

também teórico (NORONHA; TEIXEIRA, 2015). A Educação Física escolar tem papel fundamental na formação da criança, do adolescente e jovem, contribuindo para uma educação integral. Tem o objetivo de trabalhar em conjunto com a educação moral e a educação intelectual do indivíduo, colaborando para uma educação de qualidade (BETTI; ZULIANI, 2002).

De acordo com Monteiro (2010), a EF, no âmbito social, encontra-se desarticulada das ações que compreendem o processo do contexto escolar. Moraes e Ribeiro (2010) afirmam que o professor de EF é visto como um agente isolado, no processo de desenvolvimento escolar, abstenendo-se de conselhos de classe e reuniões pedagógicas. Enfatizar a sua participação é importante visto que a relação aluno-professor é diferente das demais disciplinas, pois permite um diálogo direto com aquele que será mais atingido pelos resultados do sistema escolar (MORAES; RIBEIRO, 2010).

Por esse motivo, esta investigação tem por finalidade avaliar quais são as contribuições do professor de EF de escolas públicas da cidade do Recife/PE.

## **1 Procedimentos metodológicos**

Trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, que busca retratar e entender os fenômenos, por meio de entrevistas semiestruturadas e análise de documentos, da contribuição do professor de EF na gestão escolar, pelos seguintes aspectos: concepções de organização; nível de comprometimento com a gestão; participação em comissões específicas, e em instâncias administrativas; e interesse pela gestão escolar, para facilitar o entendimento dos fenômenos do meio social, e interpretar a lógica de tais fatos por meio de uma análise fenomenológica.

Para Minayo (2001) o trato com a pesquisa qualitativa não se resume à manipulação de variáveis, uma vez que esta opera em um universo de significados (motivos, aspirações, cren-

ças, valores e atitudes), correspondendo a uma profundidade maior das relações.

Para a coleta de informações, foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada que, conseqüentemente, proporcionou um aprofundamento das questões elaboradas (NEGRINE, 2004). A entrevista semiestruturada foi composta por perguntas abertas que possibilitaram o desenvolvimento e a investigação de indagações emergidas ao longo do diálogo estabelecido entre entrevistado e pesquisador. A entrevista foi dividida em três categorias: 1. Formação, 2. Perfil do gestor e 3. Concepção e interesse pela gestão escolar.

Baseadas em Triviños (1987), as etapas do roteiro semiestruturado foram sistematizadas a partir de:

- a) Levantamento de gestores com a formação em EF;
- b) Autorização para realizar a pesquisa, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do termo de autorização do uso de imagem e depoimentos;
- c) Registro da entrevista com gravador, para obter detalhes enriquecidos das falas dos entrevistados.

Participaram do estudo dez professores de EF, que atuavam, no ano de 2017, como gestores de escolas públicas do Recife/PE. A aplicação das entrevistas ocorreu de acordo com a disponibilidade do voluntário da pesquisa.

Para a interpretação das entrevistas, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (2004), que a define como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores”.

O procedimento da pesquisa fundamentou-se na seguinte questão norteadora: Qual é o papel do professor de EF na gestão escolar em escolas públicas do Recife?

Considerando a perspectiva desenvolvida por Bardin (2004), é relevante constituir temas efêmeros para analisar as

potencialidades da concretização teórica e do material empírico. A técnica da análise de conteúdo consistiu em analisar as comunicações caracterizadas por entrevistas e observações obtidas pelo pesquisador (SILVA; FOSSÁ, 2015).

Para desenvolver o método da análise de maneira efetiva, foi necessário seguir alguns procedimentos:

1. Pré-análise: Consistiu em eleger o material para análise, leitura flutuante, escolha dos documentos, formulação de hipóteses e objetivos e elaboração de indicadores com a finalidade de análise dos dados;
2. Exploração do material: Foram selecionadas palavras, depois frases e depois parágrafos, tendo o reflexo no objetivo da pesquisa, com o objetivo de compreender as falas dos entrevistados;
3. Análise e interpretação dos dados baseados na literatura existente. A entrevista foi dividida em três temas: a) Formação, b) Perfil de um gestor e c) Concepção e interesse pela gestão escolar.

## **2 Resultados e discussão**

A formação profissional da totalidade dos gestores compreende a Licenciatura Plena em EF. O Quadro 1 mostra o perfil dos gestores com os seguintes dados: Bairro de localização da escola em que exerce a função; sexo do gestor; idade; e formação.

**Quadro 1** – Perfil dos gestores das escolas públicas do Recife

Bairro	Sexo	Idade	Formação
Mangueira	Feminino	49 anos	Licenciatura Plena em Educação Física; especialização em academias de Ginástica
Boa Vista	Masculino	50 anos	Licenciatura Plena em Educação Física; Especialização Em Bases Fisiológicas e Metodologias; Especialização em Treinamento de Futebol
Fundão	Feminino	51 anos	Licenciatura Plena em Educação Física
Santo Amaro	Feminino	42 anos	Licenciatura Plena em Educação Física
Mustardinha	Feminino	34 anos	Licenciatura Plena em Educação Física
Bongi	Masculino	57 anos	Licenciatura Plena em Educação Física
Casa Amarela	Feminino	42 anos	Licenciatura Plena em Educação Física; Especialização em Pós Fisiologia do Exercício
Graças	Masculino	42 anos	Licenciatura Plena em Educação Física; Bacharelado em Direito
Hipódromo	Feminino	37 anos	Licenciatura Plena em Educação Física; Especialização em Reabilitação Cardíaca e Grupos Especiais
Areias	Feminino	51 anos	Licenciatura Plena em Educação Física pela UFPE; Bacharelado em Direito; Especialização em Hidroginástica para Idosos; e Especialização em Trabalho Previdenciário

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Em relação ao perfil, 70% dos gestores são do sexo feminino e 30% do sexo masculino. Já no quesito formação, identificou-se que 40% dos gestores possuem graduação em Licenciatura em EF; 30% dos entrevistados possuem graduação, mais uma especialização; 10% possuem graduação e mais duas especializações; 10% possuem graduação em EF mais outra graduação; e 10% possuem graduação em EF, com uma graduação adicional e duas especializações.

## 2.1 Influência da graduação na atividade de gestor(a) escolar

O Quadro 2 expõe os discursos dos gestores relacionados à contribuição do curso de graduação para a vigência do cargo de gestor de uma escola. Sete gestores entrevistados afirmaram verificar a contribuição do curso para o exercício da gestão.

**Quadro 2** – Possíveis contribuições da graduação para a função de gestor (a)

Gestores	Contribuiu		Comentários
	Sim	Não	
Gestor 1	X		<i>Em relação à graduação, eu acho que contribuiu, todo profissional de educação física tem um olhar diferenciado com os alunos</i>
Gestor 2	X		<i>A graduação contribuiu pouco, mas o exercício da profissão como agente se fundamenta muito em liderança, em tomada de decisões, ela contribui bastante</i>
Gestor 3	X		<i>Contribuiu, pelo conhecimento que é adquirido de pedagogia e de práticas educacionais</i>
Gestor 4		x	<i>Não, nada foi direcionado para gestão</i>
Gestor 5	X		<i>Contribuiu, na questão do domínio de classe, o professor de educação física de repente é o articulador, é o mediador; ele vê a problemática do aluno com mais facilidade, então, nesse aspecto, ela realmente contribuiu</i>
Gestor 6		x	<i>Não, porque, ao entrar na gestão, a gente teve um curso de formação que independia da área, e aí, quem fizesse o curso, estaria apto a assumir a gestão da escola, então, assim, ela contribui pra outras situações no cotidiano escolar, mas a questão da permanência em si, tá diretamente relacionada não</i>
Gestor 7	X		<i>Em relação aos trabalhos que eram apresentados em sala de aula, a questão de criatividade, a questão de grupo, liderança, aí ajudou muito em minha formação</i>
Gestor 8	x		<i>Contribuiu, sim, é necessário ser professor para se tornar um gestor de escola</i>
Gestor 9	x		<i>Sim, de acordo com as coisas que foram aprendidas na Universidade, posso utilizar minha experiência como professora na Gestão</i>
Gestor 10	x		<i>Contribuiu em saber lhe dá [lidar] com as pessoas, a questão da comunicação, da troca</i>

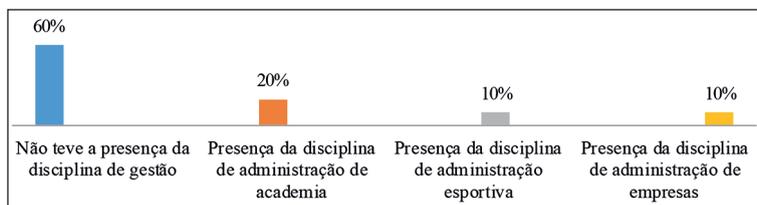
**Fonte:** Dados da pesquisa.

É possível destacar a importância de uma matriz curricular ampla e abastecida com embasamentos teórico e metodológico para o exercício da profissão e, ao mesmo tempo, encontrar falas fundamentadas na importância do curso de EF e um empoderamento profissional, com uma carga vasta de experiência, no decorrer do processo de formação acadêmica.

Os aspectos exigidos na graduação têm reconhecida contribuição na formação de futuros profissionais, assim como as experiências obtidas no chão da escola; relações sociais e afetivas, que são estabelecidas em intervenções de projetos de extensão; adequação em ambientes desprovidos de materiais necessários para as práticas pedagógicas, desenvolvem, no professor de EF, a responsabilidade de serem ágeis nas tomadas de decisões, contribuindo para o exercício da liderança na profissão.

## 2.2 Importância de disciplinas relacionadas à gestão, no curso de Educação Física

O Gráfico 1 mostra que há disciplinas relacionadas à gestão, na formação dos entrevistados. Três disciplinas foram citadas pelos gestores: administração de academias; administração esportiva; e administração de empresas.



No Quadro 3, é ressaltada a importância atribuída pelos gestores às disciplinas relacionadas à gestão e que foram cursadas durante a graduação em EF.

**Quadro 3 – Importância das disciplinas de gestão no curso de EF**

Gestores	Importância		Comentários
	Sim	Não	
Gestor 1	x		<i>De uma maneira geral, a importância é ampliar o nosso conhecimento</i>
Gestor 2	x		<i>Fundamental, porque em tudo existe planejamento estratégico, a necessidade de gerenciamento, de coleta de dado de comparação de dados, é muito importante para a formação acadêmica, deveria estar na grade curricular de qualquer curso tanto de licenciatura quanto de bacharelado</i>
Gestor 3	x		<i>Muito importante, porque, primeiro, assim, o professor é um gestor de sua sala de aula. Eu acho essa questão de gestão imprescindível para um professor, num é, em ter um trabalho com organizado, coordenado, orientado</i>
Gestor 4	x		<i>Muito importante por proporcionar embasamento teórico</i>
Gestor 5	x		<i>Na época que eu fiz a graduação, a gente não sentia essa ausência e hoje a gente sente, naquela época, não tinha como aprender ou mediar alguns conflitos que hoje a gente encontra nessa parte de gestão</i>
Gestor 6	x		<i>No quesito da disciplina em si é muito importante</i>
Gestor 7	x		<i>Pelo menos nas licenciaturas ter uma cadeira falando só sobre gestão</i>
Gestor 8	x		<i>Eu acho que tem total importância, uma vez que nós somos professores e nos deparamos com situações de gestão independente do caso, seja gestão de conflitos, mediação de conflito dentro de sala de aula, a própria forma de você saber gerir a sua aula</i>
Gestor 9	x		<i>Aprender como se organizam as funções dentro da Escola</i>
Gestor 10	x		<i>É de fundamental importância, porque as pessoas têm uma visão de que um professor de educação física nunca seria um diretor, né? Aí a gente sente falta desse embasamento teórico</i>

**Fonte:** Dados da pesquisa.

## 2.3 ESPECIALIZAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A ATUAÇÃO COMO GESTOR

Ao analisar os depoimentos dos gestores, verifica-se uma consonância na formação de todos eles: a oferta de uma capacitação continuada desenvolvida por um programa de formação oferecido pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida (Progepe) aos gestores educacionais de Pernambuco.

De acordo com o Decreto 38.103, de 25 de abril de 2012, o programa constitui-se de algumas etapas:

1º As etapas de que trata o *caput* compreendem: I – Processo seletivo: conclusão pelo candidato do Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Escolar e certificação em conhecimentos em gestão escolar, que tem como finalidade identificar um conjunto de competências profissionais relacionadas à gestão escolar; II – Processo consultivo: legitimação do candidato pela comunidade escolar e designação pelo Governador do Estado a partir de lista triplíce, que tem como diretriz o estímulo à participação da comunidade escolar, sendo realizado nas unidades escolares, em período e calendário a ser definido por portaria do Secretário de Educação; e III – Processo formativo: efetivação da matrícula no curso de especialização ou mestrado profissional, com o objetivo de promover atualização, aprofundamento, complementação e ampliação de conhecimentos indispensáveis ao exercício da função, necessários ao desenvolvimento de novas competências em gestão, monitoramento e avaliação educacional.

Diversas transformações configuram o meio social, especificamente as inovações tecnológicas. Algumas têm modificado as relações entre jovens e adolescentes, especialmente na socialização entre eles, o que vai determinar um novo olhar sobre o gerenciamento da instituição escolar.

Para Natsue e Terezinha (2013), a análise da formação do gestor leva a ponderar as contribuições para a concretização de ações para o desenvolvimento humano, compreendido como acesso aos bens culturais, às inovações tecnológicas e à qualidade de vida, e na formação integral do indivíduo.

Os procedimentos exigidos para exercer a gestão foram cumpridos por todos os gestores, que é a participação no curso do Progepe; porém, identificou-se a falta de interesse pela formação continuada, no que diz respeito à subsequência do conhecimento específico relativo à gestão escolar. De todos os gestores, 20% (que corresponde a dois gestores) desenvolveram sua formação com cursos que independiam das exigências estabelecidas pela Secretaria de Educação, ou seja, houve interesse individual dos gestores de obter conhecimento relacionado à sua prática profissional.

Segundo Libâneo (2001), é possível afirmar que o diretor deve ter como objetivo conduzir e propiciar um bom desempenho, nas questões administrativas e pedagógicas da comunidade escolar. Assim, retratam-se as contribuições de uma visão institucional como um ambiente educativo e organismo vivo capaz de sofrer mutações que vão gerar necessidades específicas de inovações nos processos educativos da escola.

Diante disso, atender às demandas de uma sociedade heterogênea significa estar atento a tais mudanças, e para que isso aconteça é necessário um aprofundamento científico, ou seja, atitudes geradas sem embasamento teórico-científico fragilizam a prática diante da universalidade de saberes disponíveis.

## **2.4 Características do professor de Educação Física necessárias para ser um gestor**

O Quadro 4 apresenta as falas dos entrevistados, destacando quais características um professor de EF precisa ter para ser um gestor.

#### Quadro 4 – Características de um gestor com a formação em Educação Física

Gestor 1	<i>Ele precisa <b>ter coragem</b>, não porque são muitos desafios, então o que precisa de dedicação é ter uma dedicação, <b>ser organizado</b> é o pontapé inicial para você, <b>ter conhecimento sobre logística</b> tanto na área pedagógica, quanto na área estrutural, mas o pontapé inicial é os três pontos que eu disse no início</i>
Gestor 2	<i>Acho que, primeira mão, <b>liderança</b>, tem que ter <b>proatividade</b>, demonstrar interesse e <b>ter vocação para projetos sociais</b></i>
Gestor 3	<i>Eu acho que, primeiro ele tem que ser uma pessoa que saiba <b>trabalhar em equipe, não seja centralizador</b>, que ele <b>faça uma gestão democrática participativa</b> e eu acho que, é, dessa forma, tem muita chance de dá certo</i>
Gestor 4	<i><b>Ter liderança</b>, você não pode impor as coisas, você tem que ter liderança e conseguir convencer as pessoas mostrando o que é melhor e o que não é, é necessário ter liderança, <b>ter humildade</b></i>
Gestor 5	<i>Uma das características que ele precisa ter é <b>aceitar o desafio</b> para ser gestor, eu acho que toda pessoa precisa, para ser gestor, é <b>ter foco</b>, é ter uma visibilidade geral da escola, é <b>ter noções administrativas, financeiras, pedagógicas</b>. Tem que <b>ser dinâmico, tem que ser humano</b>, tem que ser <b>rápido, preciso</b>, tem que <b>ter empatia</b></i>
Gestor 6	<i>Eu acho que não só o professor de educação física mas toda pessoa que se propõe, é a disponibilidade em ajudar, né, fazer a coisa acontecer, fazer a coisa andar, mais assim como o foco é a questão de a educação física ampliar sua visão numa perspectiva maior no quesito de administração de organização</i>
Gestor 7	<i><b>Ter o carisma</b>, ter o aluno a favor de você, é a conquista, é passar para o aluno que o professor é amigo dele</i>
Gestor 8	<i>Primeiro, o professor de educação física <b>tem que gostar daquilo que faz</b>, ele <b>tem que gostar da educação</b>, em minha opinião, porque os desafios são muito grandes, segundo, <b>ele tem que ter um olhar diferenciado para as adversidades</b></i>
Gestor 9	<i>O que todo mundo tem que ter; <b>profissionalismo, sensibilidade e competência</b>.</i>
Gestor 10	<i>Precisa <b>ter muita paciência</b>, ele precisa <b>escutar bastante</b>, ser uma pessoa aberta para a escuta, <b>precisa ter liderança</b></i>

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao modelo de gestão adotado pelos gestores entrevistados, 100% afirmaram praticar a Gestão Democrática Participativa (GDP), que é evidenciada pelo envolvimento con-

creto de todos os que constituem a comunidade escolar: professores, alunos, funcionários e pais.

A GDP foi estabelecida como obrigatória, na Constituição de 1988, garantindo que os estados, distritos e municípios definam, em cada sistema de ensino, normas de gestão democrática do ensino público, com a participação da comunidade.

Desse modo, para que haja a participação de todos na construção de uma escola plural, é necessário adotar medidas democráticas na escola. Por isso “são democráticos o governo, a gestão e as pessoas que se pautam pelo interesse do povo, decidem e executam as decisões com sua participação ativa” (FREITAS; PILLA, 2006, p. 4).

Nesse sentido, a GDP torna-se importante quando descentraliza os processos decisórios da escola, envolvendo todos os integrantes da comunidade escolar, fazendo assim, a escola torna-se um local de produção, estruturação, envolvimento, para a construção de um ambiente público, democrático e solidário (FERREIRA, 2012).

A escola pode ser vista como uma organização que valoriza a participação conjunta dos profissionais; promovendo reflexões e discussões acerca de melhorias para a comunidade escolar, a partir do debate coletivo; valorizando a competência de cada profissional; compartilhando conhecimentos anteriores; solucionando problemas surgidos na comunidade escolar (GIANCATERINO, 2010).

## **2.5 Concepção e interesse pela gestão escolar**

O Quadro 5 apresenta a opinião dos gestores a respeito da participação do professor na gestão escolar. A exposição dos comentários contribui para fidedignidade dos dados apresentados. Apenas uma gestora não considerou importante a participação dos professores na gestão escolar.

**Quadro 5 – Participação dos professores na gestão escolar**

Gestores	Impor- tância		Comentários
	Sim	Não	
Gestor 1	X		<i>É como é um grupo bastante heterogêneo, a gente não tem 100% participando</i>
Gestor 2	x		<i>De fundamental importância, porque a gestão, embora esteja centralizada na mão de um gestor, mas ela precisa de um processo de descentralização, pra que realmente esse modelo de gestão na verdade torna-se democrático, precisa realmente se apoderar de todo o conhecimento do coletivo pra poder fazer uma tomada de decisão</i>
Gestor 3	x		<i>Aqui na nossa escola, todo mundo participa, todo mundo opina, instigo as pessoas a participar, eu provoço as pessoas, a criticar a falar, a todo mundo, não só os professores, os funcionários, mais a família, funcionários e pais</i>
Gestor 4		x	<i>Eu levo as decisões de acordo com os setores, então, se a decisão cabe só a parte administrativa, professor não precisa compactuar com a decisão, eu informo, mas, assim, eu tomo só a decisão, a equipe gestora, se for pertinente à área deles, então, tem participação</i>
Gestor 5	x		<i>Eles participam muito, tudo, tudo, tudo, se a gente tem resultado negativo eles entram junto com a gestão para ver quais são as decisões e encaminhamentos. Eles participam com a opinião, eles participam assumindo projetos. A participação é muito boa, não todos, porque a gente não consegue atingir a unanimidade, mas 70% dos professores participam</i>
Gestor 6	x		<i>Olha, eles são parte fundamental dentro do processo, né? Porque, assim, como eu lhes disse, as decisões não são tomadas de forma arbitrária e o professor, aqui, a gente trabalha muito, assim, de lançar propostas e o que é que o professor tem a contribuir com aquela proposta que a gente lança enquanto gestão</i>

Gestor 7	x	<i>Os professores devem trabalhar unidos, com gestão ou sem gestão, a coisa acontece, os eventos da escola acontecem, a parte pedagógica acontece. Então, existem professores que pensam só em si, então nós temos que, como gestores, temos que mostrar para os professores que o trabalho é coletivo é de todos nós</i>
Gestor 8	x	<i>A participação dos professores na gestão é fundamental, é de extrema necessidade, porque a gente não consegue gerir uma escola sozinha, de forma centralizada</i>
Gestor 9	x	<i>Acho perfeito, porque são eles que nos dão o retorno de tudo o que acontece dentro e fora da Escola com os estudantes</i>
Gestor 10	x	<i>É de fundamental importância, porém, falta um pouco de interesse dos professores, em relação a perceber que tem um colega ali do lado não é só a questão de empresa, ter um colega que precisa da ajuda dele e precisa muito, é mais em relação a isso</i>

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Tratando da contribuição do professor na gestão escolar, Libâneo, Oliveira e Toschi (2003) afirmam que o professor, como participante da comunidade escolar, deve ter dominar assuntos relacionados à gestão, assim, fortalecendo a gestão escolar de forma ativa.

## 2.5 Participação dos professores de Educação Física na gestão da escola

De acordo com Bernardi (2006), o professor de EF tem se distanciado cada vez mais de discussões pedagógicas da escola, minimizando seu papel político e sua participação, estando presente exclusivamente em lugares que considera apenas seu, como quadra, pátio, e mantendo-se longe de questões que favorecem o funcionamento da escola.

Enfatizar a participação do professor de EF torna-se importante por favorecer a relação aluno-professor, diferentemente das demais disciplinas existentes na escola, pois permite um diálogo direto com aquele público que será mais afetado pelos resultados do sistema escolar (MORAES; RIBEIRO, 2010). Nesse sentido, o Quadro 6 aponta para um direcionamento em que os gestores entrevistados compreendem a necessidade da participação ativa dos professores de EF na gestão da escola.

**Quadro 6** – Participação do professor de EF na gestão da escola

Gestores	Importância		Comentários
	Sim	Não	Justificativa do Gestor
Gestor 1	x		<i>Acho que o olhar do professor de educação física, eu vejo que o olhar é diferenciado, de um professor de educação física, na minha concepção, conseguem ter esse olhar mais humano mesmo, com todas as dificuldades do dia a dia</i>
Gestor 2	x		<i>Os professores têm uma peculiaridade que é o <b>exercício da liderança, a questão motivacional</b> também, são professores que eles já vêm, traz um pouco das suas atividades envolvidas, a questão da <b>proatividade</b>, do exercício de liderança, da <b>tomada de decisão mais rápida</b>, isso fundamenta um pouco, eu acho que facilita a rede estadual, em particular, da gerência regional norte, e saber liderar, você vai desenvolvendo aos poucos, tem a coisa nata</i>
Gestor 3	x		<i>O professor de educação física tem uma coisa natural dele, que é a energia, a disposição, a garra, eu acho que eles têm muito mais, sei lá parece que é uma <b>disposição maior de fazer com que a coisa aconteça</b>. Então, se <b>precisar de energia</b>, é com o professor de educação física, a gente vê uma coisa inerente, no professor de educação física, essa disposição de vencer</i>

Gestor 4	x	<i>Falando, eu, como professora de educação física, não tinha noção de como o pessoal da nossa área dá trabalho, eu fiquei até um pouco envergonhada, porque você não tem noção de como o pessoal da área da gente faz com que nossa profissão seja desvalorizada, então, o professor de educação física, a grande maioria, ele se desvaloriza</i>
Gestor 5	x	<i>Porque todo professor de educação física, ele <b>coopera, ele é solidário, ele é curioso, ele está em tudo</b> o que a escola tem, o professor de educação física <b>sempre está envolvido</b>, não sei que gene é esse que a gente tem, trás, não sei que fórmula é essa que a faculdade injeta aí algum líquido, algum feitiço, que tudo que acontece na escola, pode vê, o professor de educação física está à frente, é incrível</i>
Gestor 6	x	<i>Olha aí, vai do perfil de cada professor; porque, assim, a gente tem alguns que passaram por aqui, que não tem interesse algum, nem na própria educação física, muito menos na gestão</i>
Gestor 7	x	<i>Os professores de educação física daqui sempre <b>estão ligadas à gestão</b>, sempre participam das tomadas de decisões, das reuniões pedagógicas, dos projetos, eles estão integradas, como eu era quando tinha a função apenas de professora, presente em tudo</i>
Gestor 8	x	<i>O professor de educação física tem a mesma importância fundamental que qualquer outro profissional; eles têm os conteúdos específicos da cultura corporal, mas isso não diferencia dele, da importância, da necessidade do profissional dentro da escola, não, ele tem a <b>mesma importância que qualquer outro professor</b>, de qualquer outra disciplina curricular</i>
Gestor 9	x	<i>É igual a dos outros professores, apesar de ser um profissional que, às vezes, está mais próximo dos estudantes</i>

Gestor 10	x	<p><i>Bom, então, eu acho fundamental o professor de educação física são muito queridos na escola, geralmente eu estou falando por experiência é os alunos sempre me procuraram pra falar coisas particulares, tirar dúvidas, <b>você é uma figura que é desejada dentro da escola</b>, o professor de educação física, quando o professor de educação física falta, eles sentem, eles ficam indignados, quando o professor de português e matemática, não, pra eles é a salvação, então, eu acho que <b>essa figura do professor de educação física, na gestão, faz com que diminua o espaço, o vazio entre aluno e gestão</b>, cria um elo e, e esse elo faz com que a gente consiga puxar o aluno a ter mais interesse a participar mais das atividades, eu vejo por esse lado</i></p>
-----------	---	---

**Fonte:** Dados da pesquisa.

## Considerações finais

A responsabilidade de propor discussões a respeito do meio educacional é complexa, ainda mais quando a pesquisa necessita de vozes que vão contribuir para chegar-se a resultados significativos, tanto positivos quanto negativos, e que estão inseridas no ambiente de trabalho, na responsabilidade de contribuir para a literatura, com a fidedignidade dos dados.

Nesse sentido, a participação do professor de EF configura-se a partir da figura de liderança que exerce. A figura do professor torna-se popular, sensível, com o olhar diferenciado, empático, competente, líder, em prol daqueles que compõem a comunidade escolar.

Um dos fatores que propiciam a atuação do professor de EF na gestão é o modelo de gestão que é utilizado. A GDP possibilita que não só o professor, mas que todos tenham vez e voz no processo educativo. Seu formato promove, na escola, uma aproximação entre gestão e professores, que facilita e promove a atuação de todos e descentraliza a figura do gestor.

## Referências

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BETTI, M.; ZULIANI, L. R. Educação Física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, n.1, p. 73-81, jun./set. 2002.
- CORREA, S. S. A gestão escolar e o processo de democratização da escola pública. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9, 2012, Caxias do Sul, Brasil. *Anais [...]*. Caxias do Sul: UCS, 2012, p. 18-24.
- DARIDO, S. C. *Educação física na escola: questões e reflexões*. Rio de Janeiro: Guanabara, 2003.
- FERREIRA, L. F. Descentralização do poder: a prática da gestão democrática e participativa na escola. *Revista Eletrônica Gestão em Foco*, set. 2013. Disponível em: [http://unifia.edu.br/revista\\_eletronica/revistas/gestao\\_foco/artigos/ano2013/setembro/descent.pdf](http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/gestao_foco/artigos/ano2013/setembro/descent.pdf). Acesso em: 31 out. 2017.
- FREITAS, K. S.; PILLA, S. B. Gestão democrática da educação. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Pradime: programa de apoio aos dirigentes municipais de educação*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.
- GIANCATERINO, Roberto. *Supervisão escolar e gestão democrática*. Rio de Janeiro: Wak editora, 2010.
- LIBÂNEO, José Carlos. *O sistema de organização e gestão da escola*. In: LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola – teoria e prática*. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.
- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSHI, M. S. *O sistema de organização e de gestão da escola: teoria e prática: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, p.315-378, 2003.
- LÜCK, Heloísa. *Dimensões da gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Editora Positivo, 2009.
- MENEZES, E. T. SANTOS, T. H. Gestão escolar (verbetes). *Dicionário interativo da educação brasileira EducaBrasil*. São Paulo: Midia-mix Editora, 2002.
- MORAES, E. C. M.; RIBEIRO, F. C. A participação do professor de educação física na gestão Escolar em Macapá-AP. *RevistaEFDesportes*, v. 15, n. 148, 2010.

MONTEIRO, V.C. A contribuição da Educação Física na gestão escolar: O entendimento de profissionais da área, enquanto gestor e enquanto professor. In: V COLÓQUIO DE EPISTEMOLOGIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, 2010, Maceió. *Anais [...]*. Alagoas, 2010.

OLIVEIRA, J. F.; MORAES, K.N.; DOURADO, L.F. *Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação*. Políticas e gestão na educação. Escola de gestores. Disponível em: [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4sala\\_politica\\_gestao\\_escolar/pdf/texto2\\_1.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf). Acesso em: 30 out. 2017.

SILVA, M. P. *A participação da comunidade escolar na gestão democrática: os mecanismos de participação*. 2014. Dissertação (Especialização em Gestão Escolar) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, 2014.

SOARES, C. L. Educação física escolar: conhecimento e especificidade. *Revista Paulista de Educação Física*, Supl. 2, p. 6-12, São Paulo, 1996.

VASCONCELLOS, C. S. *Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula*. São Paulo: Libertad, 2002; 1809-3108, jul./dez., 2008.

## Sobre os Autores

**Arliene Stephanie Menezes Pereira** – Mestre em Educação Física pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).  
E-mail: stephanie.menezes@ifce.edu.br

**Andreia Pagani Maranhão** – Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Docente Assistente de Educação Física do Centro Universitário Inta – Uninta. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em promoção da saúde e exercício físico – UNINTA.  
E-mail: andreiapagani@gmail.com

**Andreyson Calixto de Brito** – Doutor em Educação Brasileira – UFC, Mestre em Ciência do Desporto – UP. Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Pesquisador da REDE CEDES – Núcleo Ceará. Coordenador Institucional do PIBID IFCE.  
E-mail: andreysoncalixto@ifce.edu.br

**Ângela Maria Nunes da Silva** – Discente do Curso de Gestão Desportiva e Lazer do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Bolsista Pesquisadora da REDE CEDES – Núcleo Ceará.  
E-mail: angel\_mary8@hotmail.com

**Antonio Ulisses de Sousa Junior** – Mestre em Biotecnologia – UNP. Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Pesquisador da REDE CEDES – Núcleo Ceará.  
E-mail: ulissesjunior@ifce.edu.br

**Antônio Wagner da Silva Freitas** – Graduado em Educação Física pela Universidade do Vale do Acaraú (UVA). Especialista e Lutas, Artes Marciais e Esportes de Combate pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).  
E-mail: mestrepioelhoce@outlook.com

**Basilio Rommel Almeida Fechine** – Doutor em Educação Brasileira – UFC, Mestre em Ciência do Desporto – UP. Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Coordenador da REDE CEDES – Núcleo Ceará.  
E-mail: rommel@ifce.edu.br

**Cesar Augusto Sadalla Pinto** – Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE – UECE). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

E-mail: cesarsadalla@ifce.edu.br

**Daniel Pinto Gomes** – Mestre em Educação Brasileira – UFC. Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Pesquisador da REDE CEDES – Núcleo Ceará. Membro do grupo de pesquisa Antropologia da Educação Superior, políticas educacionais e escola – UFC.

E-mail: danielpinto@ifce.edu.br

**Eduardo Vinícius Mota e Silva** – Doutor em Desenvolvimento Humano e Tecnologias pela UNESP. Professor Adjunto do Instituto de Educação Física e Esportes da Universidade Federal do Ceará – UFC.

E-mail: eduardo.silva@ufc.br

**Elídia Coelho Bié** – Discente do Curso de Gestão e Planejamento em Políticas Públicas de Educação – IFCE Canindé. Licenciada em Educação Física IFCE Canindé. Bolsista Pesquisadora da REDE CEDES – Núcleo Ceará.

E-mail: bieh\_sc@hotmail.com

**Eduardo de Lima Melo** – Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (Uece). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Pesquisador do Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física Esporte e Lazer (Avante-UnB).

E-mail: eduardomelo.ef@hotmail.com

**Esdras Henrique Rangel de Melo** – Docente do Núcleo de Educação Física e Ciências do Esporte (UFPE-CAV) e do Centro Universitário Joaquim Nabuco (UNINABUCO).

E-mail: esdrashrm222@gmail.com

**Hyvna Ribeiro Gomes de Brito** – Licenciada em Educação Física pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Docente da Educação Básica na Escola de Ensino Fundamental e Médio Anísio Teixeira (SEDUC).

E-mail: yvnna@gmail.com

**Márcia de Paula Sousa** – Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE – UECE). Auxiliar de Gestão da Secretaria do Esporte e Juventude do Estado do Ceará.

E-mail: marciadepaulasousa6@gmail.com

**Maria Caroline de Amorim Ramos** – Graduada em Educação Física na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

**Maria Janaína Lustosa Souto** – Licenciada em Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará campus Canindé. Bolsista REDE CEDES, Núcleo Ceará.

Email: janaina.souto.lustosa@gmail.com

**Nathalie Dias Maciel** – Discente do Curso de Gestão Desportiva e Lazer do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Bolsista Pesquisadora da REDE CEDES – Núcleo Ceará.

E-mail: maciel.nd@hotmail.com

**Niágara Vieira Soares Cunha** – Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE – UECE). Docente assistente do Curso de Educação Física da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

E-mail: niagaravscunha@gmail.com

**Nilson Vieira Pinto** – Doutor em Biotecnologia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

E-mail: nilsonvieira@ifce.edu.br

**Odilon Monteiro da Silva Neto** – Mestre em História e Letras pela FECLESC/UECE. Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

E-mail: odilonmonteiro@ifce.edu.br

**Patrícia Ribeiro Feitosa Lima** – Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

E-mail: patriciafeitosa@ifce.edu.br

**Pedro Fernando Avalone Athayde** – Professor no Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade de Brasília (PPGEF-UnB). Professor da Faculdade de Educação Física da UnB. Pesquisador do Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física Esporte e Lazer (Avante-UnB).

E-mail: pedroavalone@gmail.com

**Roberto Marcelino Gomes** – Discente do Curso de Gestão Desportiva e Lazer do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Bolsista Pesquisadora da REDE CEDES – Núcleo Ceará. Estagiário da Secretaria do Esporte e Juventude do Estado do Ceará – SEJUV/CE, membro do Grupo de Estudo em Cultura, Esporte e Lazer – GECEL.

E-mail: betomg.2017@gmail.com

**Samara Moura Barreto de Abreu** – Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE UECE). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Pesquisadora voluntária da REDE CEDES – Núcleo Ceará. Coordenadora de Área do PIBID – Educação Física do IFCE Canindé. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação, Saúde e Exercício Físico (IFCE) e do grupo de pesquisa Educação, História e Saúde Coletiva (UECE).

E-mail: samara.abreu@ifce.edu.br

**Thaylane Bastos Santos Fechine** – Especialista em Gestão Educacional – Faculdade Kurios. Licenciada em Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará campus Canindé.

E-mail: thaybsantos@gmail.com.

**Valmir Arruda de Sousa Neto** – Mestre em Educação Brasileira – UFC. Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Pesquisador do Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física Esporte e Lazer (Avante-UnB).

E-mail: valmir.neto@ifce.edu.br

**Vilde Gomes de Menezes** – Docente do Programa de Pós Graduação em Educação Física/UFPE e do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPE. Coordenador do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer no Estado de Pernambuco.

E-mail: vildemenezes@hotmail.com